

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

OS COLONOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul

SERGIO SCHNEIDER

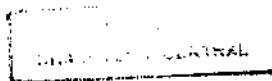
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Este exemplar corresponde a redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 31/08/1994.

Campinas, agosto de 1994

Maria de Nazareth Baudel Wanderley



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia. Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 31 de agosto de 1994.

A Banca Examinadora foi constituída pela Professora Dra Maria de Nazareth Baudel Wanderley, presidente da mesma e orientadora desta dissertação; pela Professora Dra Maria Teresa Sales; pelo Professor Drº Ricardo do Coltro Antunes e pelo Professor Drº Sérgio Silva (suplente).

À Maria Solange Werle, minha esposa.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito para agradecer a diversas pessoas. Aliás, devo começar dizendo que o trabalho acadêmico é por si só uma atividade coletiva onde o resultado é sempre fruto de uma construção social.

No meu caso não foi diferente. Já fazem vários anos que iniciei este estudo e na trajetória de seu amadurecimento tive o prazer de conviver com várias pessoas. Ainda graduando, na UFRGS, Zander Navarro foi quem despertou meu interesse pela Sociologia Rural e auxiliou na elaboração do primeiro projeto. Sua aguçada sensibilidade de sociólogo e sua admirável postura docente e acadêmica merecem meu respeito e minha admiração. Pela sua presença durante todos esses anos, quero lhe agradecer os ensinamentos e o companheirismo dispensados.

Durante meu mestrado na UNICAMP tive o prazer conviver com várias pessoas interessantes que permitiram o florescimento do debate acadêmico e o estreitamento de laços de amizade. Estendo meus agradecimentos a todos os colegas de curso, em especial ao Gonçalo, Thales, Magali, Wilson, Paulo e Mônica, que foram aqueles que partilharam comigo algumas preocupações acadêmicas, sociais e políticas. Tive ainda, na minha passagem pela UNICAMP, o prazer de me envolver com a Associação dos Pós-Graduandos (APG/UNICAMP) onde fiz amigos e conheci de fato qual o sentido do que chamam de "vida acadêmica".

Não poderia esquecer de agradecer ao Gino e ao Alexandre e a Helena, pela acolhida aí em Campinas. Não fossem estas pessoas não teria sido possível resistir à saudade e as dificuldades dos primeiros meses de curso. E é neste momento que quero lembrar da Fernanda Corezola, do Edgar, da Elisa, do João, da Fernanda Ribeiro, da Marília, da Aida, do Bebeco, do Auri e do Steffenon, meus colegas e amigos de Porto Alegre, que nos

momentos de dificuldades animaram-me com sua amizade e seu sentido de perseverança.

Fazer sociologia e ser sociólogo no Brasil exige um elevado senso de idealismo e persistência. Este trabalho certamente não teria se viabilizado não fosse o apoio financeiro do CNPq, na graduação, da CAPES, como bolsista de pós-graduação na UNICAMP e, por fim, da ANPOCS, que me concedeu preciosos recursos para a conclusão desta dissertação. O apoio financeiro a mim concedido por estas instituições, em diferentes momentos de minha carreira acadêmica, reforçam a convicção de que é indispensável manter o sistema nacional de apoio financeiro a pós-graduação pela singela razão de que somente assim também é facultado ao filho do "colono" almejar a cátedra universitária.

Quero expressar, por fim, meu agradecimento a Denise Barbosa Gros que leu a versão inicial desta dissertação e discutiu comigo modificações importantes. Um agradecimento especial devo dirigir à minha orientadora, Prof^a Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que aceitou me orientar desde que cheguei na UNICAMP. Seus conselhos sempre foram estimulantes, sua postura sempre foi serena e sua orientação mostrou-me quão importante é o diálogo aberto e franco dentro da academia.

Assim como a estas pessoas e instituições reconheço meus débitos sou igualmente grato à meus familiares. Ao Nelson e Dona Loiva, meus pais, devo o estímulo ao estudo que desde pequeno inculcaram em mim. Aos meus irmãos Romeo, Rogério e Jair pela amizade e o prazer da convivência. A minha avó, Agnes Paulina agradeço as orações que sempre a mim dedicou. Ao meu estimado e querido avô Edmundo (*in memoriam*) pelos pródigos exemplos de vida. A Maria Solange, a quem dedico este trabalho, agradeço o apoio afetivo e o companheirismo. Sem a sua compreensão e sensibilidade não creio que tudo isso teria sido possível.

SUMARIO

LISTA DE MAPAS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	13
APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - CAMPESINATO E MODO DE VIDA: o sistema colonial teuto-brasileiro do Rio Grande do Sul	
1.1. A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL.....	24
1.2. O COLONO E A COLÔNIA: um modo de vida.....	32
1.3. A AGRICULTURA DOS COLONOS: a expansão da "zona pioneira" e a ocupação da fronteira agrícola.....	40
1.3.1. Caracterização do Sistema Agrícola Colonial.....	40
1.3.2. A Evolução da Agricultura: ascensão e regressão.....	43
1.3.3. A Crise da Agricultura Colonial: estratégias de resistência.....	48
1.3.4. Os Limites do Sistema Agrícola Colonial.....	52
1.4. ARTESANATO.....	56
1.4.1. A Importância das Atividades Artesanais.....	56
1.4.2. Artesanato e Agricultura Familiar.....	58
1.4.3. O Desenvolvimento e a Crise dos Ofícios Rurais.....	62
1.5. O COMÉRCIO E AS VENDAS RURAIS.....	65
1.5.1. A Importância do Comércio para o Sistema Agrícola Colonial.....	65
1.5.2. O Sistema Comercial Colonial.....	68
1.5.3. Comércio e Campesinato.....	72
1.6. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SOCIEDADE E DO MODO DE VIDA.....	80
1.6.1. O Homem e seu Meio: o hábitat rural.....	80
1.6.2. A Família Camponesa.....	84
1.6.3. A Cultura e a Sociabilidade.....	87

CAPÍTULO II - A INDÚSTRIA DE CALÇADOS DO RIO GRANDE DO SUL: a experiência da industrialização difusa.

Introdução.....	90
2.1. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO: (ou) "para sair do lugar comum".	91
2.1.1. A Industrialização: um tema controvertido.....	91
2.1.2. A Industrialização Difusa.....	97
2.2. A Indústria Calçadista do Rio Grande do Sul: a experiência da industrialização difusa (1890-1970).....	105
2.2.1. O Período 1890-1930.....	105
2.2.2. O Período 1930-1970.....	113
2.3. Acumulação e Desenvolvimento: "a fordização pelo alto e forçada" (1970-1988).....	121
2.3.1. Industrialização e Desenvolvimento Capitalista.....	121
2.3.2. O Taylorismo: 1970 - 1980.....	129
2.3.3. O Fordismo: 1980 - 1988.....	138
2.4. AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES: rumo à acumulação flexível(1988-93).	147
2.4.1. Descentralização e Novos Espaços Industriais.....	147
2.4.2. Alguns Exemplos Internacionais.....	151
2.4.3. O Caso do Setor Coureiro-Calçadista Gaúcho.....	154

CAPÍTULO III - DE COLONOS A OPERÁRIOS: O Processo Social de Transformação da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul.

Introdução.....	160
3.1. AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: a "modernização dolorosa" e a crise da agricultura familiar.....	163
3.1.1. A Soja e a Modernização da Agricultura no Rio Grande do Sul	163
3.1.2. A Desarticulação do Sistema Agrícola Colonial.....	172
3.1.3. Os Resultados das Transformações da Agricultura Familiar...	179
3.2. AGRICULTURA FAMILIAR E INDUSTRIALIZAÇÃO DIFUSA.....	184
3.2.1. A Agricultura Familiar na Região da Encosta da Serra.....	184
3.2.2. A Produção de Leite : origem e evolução.....	189
3.2.3. A Crise da Atividade Leiteira e da Agricultura Familiar....	195
3.3. A ACACIOCULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	200
3.3.1. Acaciocultura: origem e desenvolvimento.....	200
3.3.2. Acaciocultura: uma "cultura de abandono".....	205
3.3.3. Acaciocultura: as novas relações de trabalho.....	212
3.4. A PLURIATIVIDADE E AS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NA AGRICULTURA...	222
3.4.1. Acaciocultura e as Novas Formas de Trabalho na Agricultura.	222
3.4.2. A Pluriatividade e a "Part-Time Farming": o colono-operário	233
3.4.3. A Pluriatividade e a Agricultura Familiar.....	239

CAPÍTULO IV - OS COLONOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA: expansão industrial e novas relações de trabalho.

Introdução.....	245
4.1. OPERARIOS ANTIGOS.....	250
4.1.1. A Dimensão étnica do Trabalho Alemão.....	252
4.1.2. Trabalho Assalariado e Modo de Vida Local: a transição.....	255
4.2. OS MIGRANTES: o proletariado chega às indústrias de calçados....	259
4.2.1. A Formação do "Exército Social de Reserva".....	261
4.2.2. As Migrações e a Super-Acumulação de Capital.....	266
4.3. "AS FABRICAS A CAMINHO DA ROÇA": a estratégia da descentralização industrial.....	275
4.3.1. A Descentralização Industrial no Setor Calçadista.....	275
4.3.2. A Descentralização Industrial: trabalho e acumulação.....	278
4.4. OS COLONOS-OPERARIOS.....	286
4.4.1. Os Colonos-Operários e a Industrialização Difusa.....	290
4.4.2. Os Colonos-Operários e a Agricultura Familiar.....	292
4.5. OS ATELIERS DE CALÇADOS: a terceirização.....	299
4.5.1. O Atelier como uma Estratégia de "Mão-Dupla".....	303
4.5.2. O Atelier: a terceirização e a precariedade do trabalho....	309

CAPÍTULO V - A PERI-URBANIZAÇÃO E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: considerações finais

Introdução.....	320
5.1. RECONVERSÃO ESPACIAL E SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS.....	321
5.2. A PERI-URBANIZAÇÃO E A PLURIATIVIDADE: as novas formas de regulação do espaço e do trabalho.....	325
5.2.1. A Peri-Urbanização e as Transformações Espaço-Sociais.....	325
5.2.2. Algumas Considerações sobre a Pluriatividade.....	329
5.2.3. A Pluriatividade e o Renascimento Rural no Rio Grande do Sul	336
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	343
ANEXOS:.....	358
1- Tabelas Estatísticas.....	358
2- Quadros.....	360
3- Perfil Econômico do Setor Coureiro-Calçadista do Rio Grande do Sul..	361

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa das Regiões e Sub-Regiões do Estado do Rio Grande do Sul..	22
Mapa 2 - Mapa das Cidades e das Micro-Regiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari.....	23
Capítulo 1	
Mapa 1 - Primeira Divisão de Terras da Colônia de São Leopoldo.....	29

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1 - Quantidade de Homens por Setores Artesanais.....	58
---	----

Capítulo 2

Tabela 1 - Produção de Sapatos, Borzequins para Crianças e Adultos, Chinelos, Sandálias, Perneiras e Botas em 1921 e 1929.....	112
--	-----

ANEXOS

Anexos Capítulo 2

Tabela 2.1 - Evolução das Vendas de Calçados do Vale do Sinos Segundo o seu Destino - Situação Física - 1968/1987.....	358
--	-----

Anexos Capítulo 4

Tabela 4.1 - Evolução das Populações Urbana e Rural dos Principais Municípios das Regiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Cai e Vale do Taquari - 1970, 1980 e 1991.....	359
--	-----

LISTA DE QUADROS

Capítulo 1

Quadro 1 - Sistema de Comércio Teuto Rio-Grandense..... 70

Capítulo 2

Quadro 1 - O Sistema de Trilhos na Indústria de Calçados Reichert S.A. 134

Capítulo 4

Quadro 1 - Evolução da População Rural - 1970/1991..... 263

Quadro 2 - Evolução da População Urbana - 1970/1991..... 264

Quadro 3 - Evolução da População Urbana e Rural - 1970/1991..... 265

ANEXOS

Anexo Capítulo 3

Quadro 3.1-Forma de Utilização da Terra em Duas Propriedades Coloniais. 360

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABAEX - Associação Brasileira dos Agentes de Exportação de Calçados e Afins.
- ABICALÇADOS - Associação Brasileira das Indústrias de Calçados.
- ACI-NH - Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo.
- AGEFLOR - Associação Gaúcha de Empresas Florestais.
- AGITRA - Associação Gaúcha dos Inspetores do Trabalho.
- BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento Econômico.
- CTCCA - Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins.
- CUT - Central Única dos Trabalhadores.
- DRT - Delegacia Regional do Trabalho.
- FEE - Fundação de Economia e Estatística.
- FENAC - Feira Nacional do Calçado.
- FIERGS - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias.
- IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho.
- RS - Rio Grande do Sul.
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.
- USA - United States of America.

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem um duplo significado para mim. Ela representa, de um lado, o registro escrito de uma história da qual sou descendente e da qual fui protagonista durante vários anos de minha vida. Por outro lado, ela corrobora e culmina um trabalho acadêmico que se iniciou em 1987, com uma pesquisa de iniciação científica na UFRGS, levada adiante no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP, a partir de março de 1991.

Procurei fazer deste trabalho uma espécie de "acerto de contas" pessoal. Quando iniciei meus estudos no curso de ciências sociais da UFRGS, em meados de 1986, a assim chamada Sociologia Rural me era ainda desconhecida. Lembro-me, perfeitamente, que foi num curso de estatística aplicada à sociologia que alguém sussurrou, pela primeira vez, a expressão "sociologia rural". Até aquele momento, após passado quase um ano do curso de ciências sociais, eu ainda sequer sabia porque lia, relia, estudava e assistia aquelas terríveis aulas sobre "as regras do método sociológico", de Durkheim.

E foi assim que a sociologia da agricultura me cativou. Através do estudo das questões agrárias pude compreender o objeto da Sociologia e me interar das teorias e dos paradigmas que compõem esta bela ciência. Não descobri a Sociologia Rural por acaso, mas sim por contingência. Minha trajetória de descendente de imigrantes alemães, filho de colono e ex-operário de indústria, intrigava-me a mim mesmo. Desde jovem, lá em Dois Irmãos, ouvia-se dizer que a colônia estava decadente, que os jovens todos iam para as fábricas e que, em breve, a pequena agricultura iria desaparecer. Tendo na memória essas lembranças, num determinado momento de minha vida concluí que a sociologia poderia me ajudar a explicar estes "fatos sociais" que são, também, inquietações pessoais. Hoje, ao findar esta dissertação, creio que não me enganei.

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as "novas relações de trabalho" que emergem de dois processos sociais distintos que levaram à desarticulação do "modo de vida" e do tradicional sistema produtivo camponês dos colonos de origem teuto-brasileira da região de colonização alemã antiga do Rio Grande do Sul. Dedicamo-nos, assim, à análise das transformações sociais, econômicas e culturais que apareceram nas micro-regiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari a partir da década de 1970.

Motivados pelo paradoxo que contrapunha o processo de regressão da agricultura familiar colonial ao recrudescimento social e econômico dos pequenos povoados rurais, nos propusemos a entender qual a dinâmica e o "segredo" deste desenvolvimento localizado. Este projeto de pesquisa nasceu no final da década de 1980 quando, ao contrário do que vários analistas e pesquisadores afirmavam, percebíamos que as micro-regiões onde se situa o pólo coureiro-calçadista gaúcho não se inseriam no quadro da crise econômica vivida ao longo da assim chamada "*década perdida*". Qual seria a razão do sucesso de uma região aparentemente ilhada, num país que assistia imóvel à decadência de seu projeto desenvolvimentista?

No início havia apenas uma certeza, que era também a hipótese central da pesquisa: não se podia atribuir o vertiginoso crescimento do setor coureiro-calçadista unicamente ao sucesso dos sapatos gaúchos no mercado externo. A segunda "desconfiança" correspondia à seguinte indagação: de que forma os colonos asseguram sua subsistência e garantem sua reprodução social, se sua principal atividade econômica encontra-se em crise e em processo de desarticulação? Tratamos estas hipóteses a partir de um duplo marco teórico. De um lado, fomos percebendo que o capital dispõe de várias estratégias de apropriação da mais-valia e que o assalariamento, sua forma *par excellence*, constitui-se em apenas uma destas. De outro, procuramos entender as transformações da agricultura familiar não apenas

como uma consequência do processo de industrialização, mas como estratégias sociais e econômicas ativas, das quais tanto os colonos como as empresas de calçados servem-se para satisfazer seus interesses.

E, no decorrer da pesquisa, fomos percebendo que somente seria possível entender a trajetória e a natureza das estratégias dos pequenos agricultores e das indústrias calçadistas a partir do estudo das formas de regulação das relações de trabalho, estivessem elas mediadas ou não pelo assalariamento. Deste modo pudemos compreender e explicar a diversidade das relações de trabalho e das estratégias de reprodução dos pequenos agricultores e do capital industrial, os dois principais segmentos que compõem a estrutura social e econômica da região onde se localiza o pólo coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul.

A partir do final dos anos 70, ao mesmo tempo que a agricultura familiar dos colonos sofre significativas alterações no processo produtivo e na organização do trabalho, o processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista passa a atrair de forma crescente a força de trabalho ligada à agricultura. Surge daí uma articulação social e econômica entre a industrialização difusa e as transformações da agricultura familiar, da qual emergem novas formas de trabalho e novas formas de produção. As novas formas de trabalho compreendem desde o assalariamento direto da força de trabalho originária do meio rural, até estratégias peculiares de obtenção de rendas extra-agrícolas por parte de membros das famílias de agricultores. Aparecem, também, novas formas de organização da produção. No setor agrícola, os colonos substituem a policultura de produtos de consumo alimentar pela acaciocultura. As indústrias, visando ampliar a acumulação de capital, descentralizam suas unidades de produção para o meio rural e repassam a terceiros e sub-contratados a execução de determinadas fases do processo de produção industrial.

Através do estudo dessas novas formas de produzir e de trabalhar, buscou-se decompor e reconstituir as trajetórias da agricultura

familiar colonial e do processo de industrialização do setor coureiro-calçadista, com o objetivo de (re)montar o "mosaico" que é atualmente formado pela multiplicidade das relações sociais e econômicas dessas regiões. A desarticulação do modo de vida colonial e a emergência das relações capitalistas de produção são decorrentes das transformações engendradas pelos processos sociais de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista e pelas mudanças nas estratégias de reprodução da pequena agricultura de produção familiar.

Estes processos sociais, em essência, correspondem ao devir das diferentes formas que assumiram as relações sociais de trabalho e de produção, em momentos históricos distintos desta sociedade. A reprodução destas relações implica em sua imediata transformação. Trata-se, portanto, de processos históricos que correspondem ao movimento de aperfeiçoamento das relações dos homens com a natureza e deles entre si. Apesar de serem processos aparentemente antagônicos, tanto a industrialização difusa quanto as transformações na agricultura familiar contribuíram para a desarticulação do tradicional modo de vida colonial e para a emergência de um conjunto de novas relações de trabalho.

A realização desta pesquisa viabilizou-se através da utilização de um aparato diversificado de técnicas de investigação e coleta de dados. Para a definição conceitual e a reconstituição histórica dos processos aqui analisados recorreremos à bibliografia analítica e historiográfica existente. Para reconstituir o modo de vida dos colonos da região em estudo realizamos entrevistas semi-diretivas. Os entrevistados foram escolhidos segundo o critério de representatividade da situação social a ser investigada e de acordo com os recursos disponíveis. Em alguns casos, estas entrevistas foram realizadas em língua alemã e traduzidas pelo pesquisador para o vernáculo luso-brasileiro, respeitando-se a linguagem coloquial. Também foram utilizadas as informações divulgadas pela imprensa escrita (jornais, revistas, periódicos, etc), chegando-se a transcrevê-las *ipsis literis* para

o texto, quando consideradas de significativa relevância. Consultamos, igualmente, os arquivos e documentos divulgados por órgãos empresariais e sindicais. Visitamos instituições públicas e privadas e dialogamos informalmente com inúmeras pessoas ligadas à temática desta dissertação, que no exercício de seu trabalho cotidiano acabam por reunir importantes acervos de pesquisa. E foi através desta técnica, de conversar e trocar idéias, que revolvemos a memória de algumas pessoas que viveram e presenciaram os fatos e os processos investigados neste estudo.

Não menos importantes foram as consultas à fontes de dados secundários, coletados por outros investigadores em revistas especializadas. Neste aspecto, mostraram-se de fundamental importância os cursos realizados na UNICAMP, seja no âmbito da sociologia ou da economia. O acesso à bibliografia especializada, mormente no que se refere à "part-time farming" e à "pluriactivité", somente foi possível graças ao vasto acervo de revistas de que dispõe a Universidade. Sem os dados fornecidos por essas fontes, teria sido impossível, em diversas passagens da dissertação, exemplificar os fenômenos estudados com similares internacionais.

Ainda no que se refere as questões metodológicas, cabe destacar que algumas dificuldades de compreensão dos fenômenos sociais analisados foram superadas mediante a utilização da técnica do estudo de caso. Mesmo que toda a dissertação tenha a característica de um estudo de caso mais amplo, recorreremos a esta forma de análise por dois motivos: em primeiro para buscar a melhor maneira possível de descrever e exemplificar como se dá na realidade um determinado fenômeno analisado sociologicamente; em segundo por considerarmos que a análise de um caso possibilita a generalização sociológica, quando submetido ao devido rigor da "vigilância epistemológica" (Bourdieu, 1988).

Em diferentes momentos, o leitor atento perceberá que trabalhamos com a construção de parâmetros de comparação sociológica sem, é

claro, utilizar o método comparativo em si. Esta técnica de análise foi utilizada de uma maneira mais abrangente na comparação do capítulo primeiro em relação ao capítulo quarto. O primeiro mostra como era a estrutura social e econômica do grupo investigado antes das transformações provocadas pela industrialização difusa (capítulo II) e pela desarticulação do sistema produtivo colonial (capítulo II), e o capítulo IV mostra quais são as atuais relações sociais que regem a vida e o trabalho dos indivíduos desta mesma sociedade. Esta técnica de comparação também foi utilizada no início do capítulo III, quando estudamos as mudanças na agricultura familiar da Colônia Velha em relação às alterações ocorridas na região noroeste do Estado.

Uma última consideração deve ser feita quanto à forma de exposição adotada. Ao invés de apresentar o marco teórico em um capítulo específico, optamos por sua apresentação integrada à análise empírica de cada questão investigada. Dessa forma, os pressupostos teóricos e os conceitos que orientam a realização dessa dissertação estão expostos ao longo de todo o trabalho.

O resultado final da pesquisa é apresentado, nessa dissertação, em cinco capítulos. No primeiro discute-se as características da sociedade colonial teuto-brasileira no Rio Grande do Sul. Mostra-se como se deu a ocupação da estrutura fundiária e como ocorreu a expansão da "zona pioneira". Pelas características da sociedade que se formou, pode-se afirmar que os colonos alemães assemelham-se ao que, na literatura sociológica e antropológica, designou-se "sociedades camponesas". Analisamos este campesinato a partir do conceito de modo de vida, centralizando nossa investigação sobre a organização do trabalho e sobre a sociabilidade. Este capítulo fornece o suporte histórico aos posteriores, como no caso da origem da industrialização (capítulo II) e do sistema agrícola colonial (capítulo III), e serve de parâmetro analítico para o

entendimento das transformações sociais e econômicas que a sociedade colonial sofreu a partir da década de 1970 (capítulo IV).

O processo social de "industrialização difusa", responsável pelas transformações sociais e econômicas ocorridas no setor coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul, é analisada no capítulo II. A partir de meados da década de 60, o insuspeitado dinamismo apresentado pelas indústrias calçadistas apoiou-se não apenas nas políticas governamentais de incentivo às exportações mas, sobretudo, na sua incomum capacidade de assalariar os colonos e a mão-de-obra de origem rural sem, necessariamente, desarticular a base social agrícola desta força de trabalho. A análise apresentada nesse capítulo demonstra como a industrialização difusa provoca mudanças na estrutura social e econômica da região estudada e se articula com as novas formas de reprodução dos agricultores familiares.

No terceiro capítulo desta dissertação analisamos as transformações na agricultura familiar dos colonos de origem alemã. Mostramos que enquanto houve modernização da agricultura na região noroeste do Rio Grande do Sul ("fenômeno soja"), na região da antiga Colônia Velha, o tradicional sistema agrícola colonial permaneceu estagnado e, a partir de 1980, foi desarticulado pela emergência da "*part-time farming*" e pelo desenvolvimento da acaciocultura. A pequena agricultura familiar passou a voltar-se, quase exclusivamente, para a produção agrícola de subsistência, enquanto o assalariamento permanente na indústria de calçados passou a ser a principal fonte de renda de uma parcela significativa dos membros das famílias rurais. A maioria dos indivíduos que constituem as "forças plenas" das famílias de agricultores deixaram as atividades agrícolas para se assalariar em empregos extra-agrícolas, configurando-se assim uma situação de "*pluriatividade*".

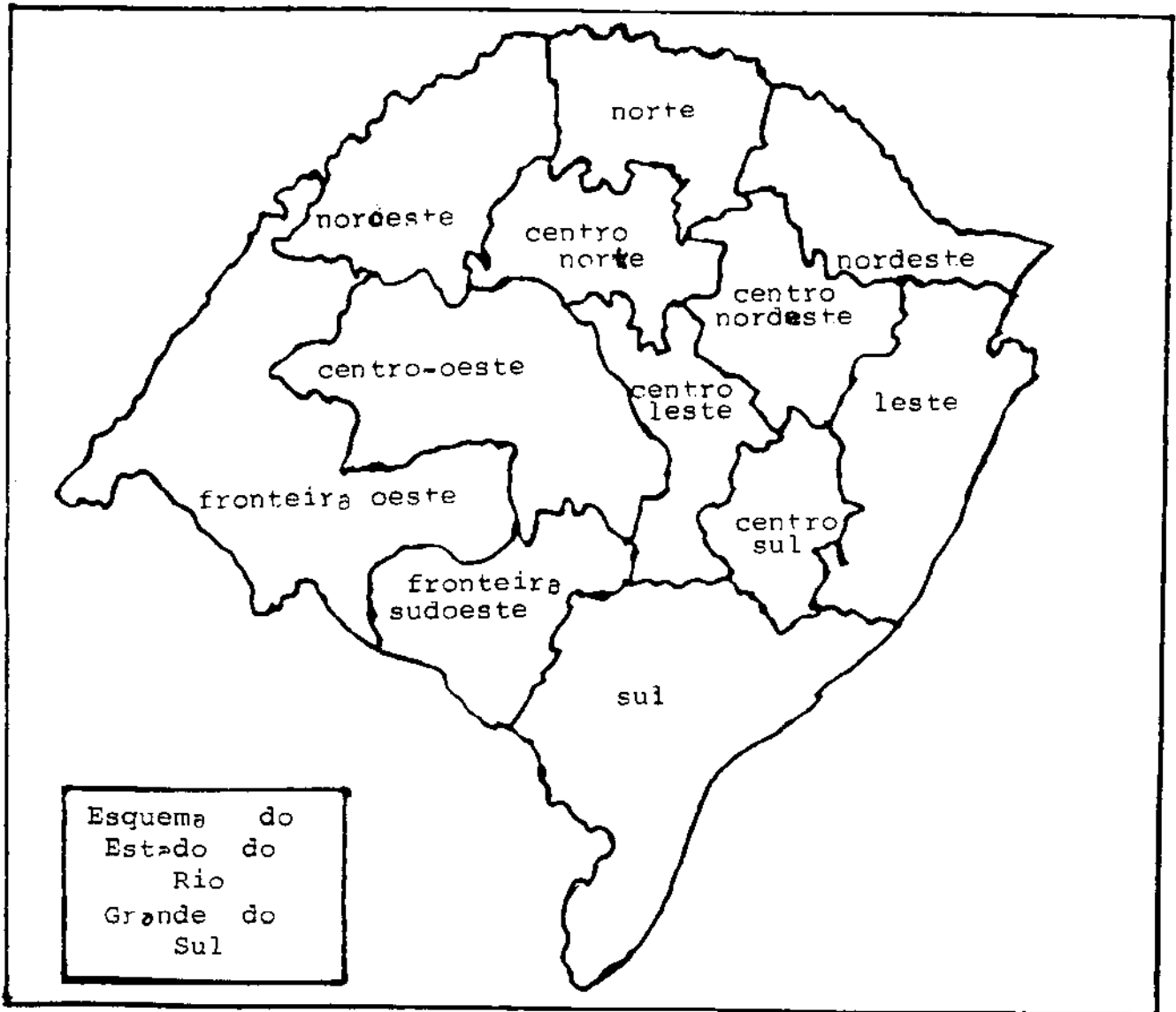
No capítulo IV demonstramos como estes dois processos sociais transformaram a estrutura produtiva, alteraram o conteúdo das relações sociais e modificaram a paisagem rural-camponesa da antiga zona colonial

gaúcha. Houve mudanças significativas nas formas de trabalho e nos processos produtivos tanto das indústrias calçadistas como da pequena agricultura familiar local. Na verdade, do conjunto destas transformações surgiu uma peculiar articulação entre o processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista com a agricultura familiar. Esta articulação se dá ao nível das novas relações sociais de trabalho e das estratégias de reprodução social e econômica dos colonos e das fábricas de calçados. A industrialização difusa, ao ampliar o mercado de trabalho e criar novas formas de ocupação profissional, possibilitou, de um lado, a reprodução da agricultura familiar (mediante o emprego dos colonos nas fábricas de calçados) e, de outro, a exploração da mais-valia e a acumulação de capital.

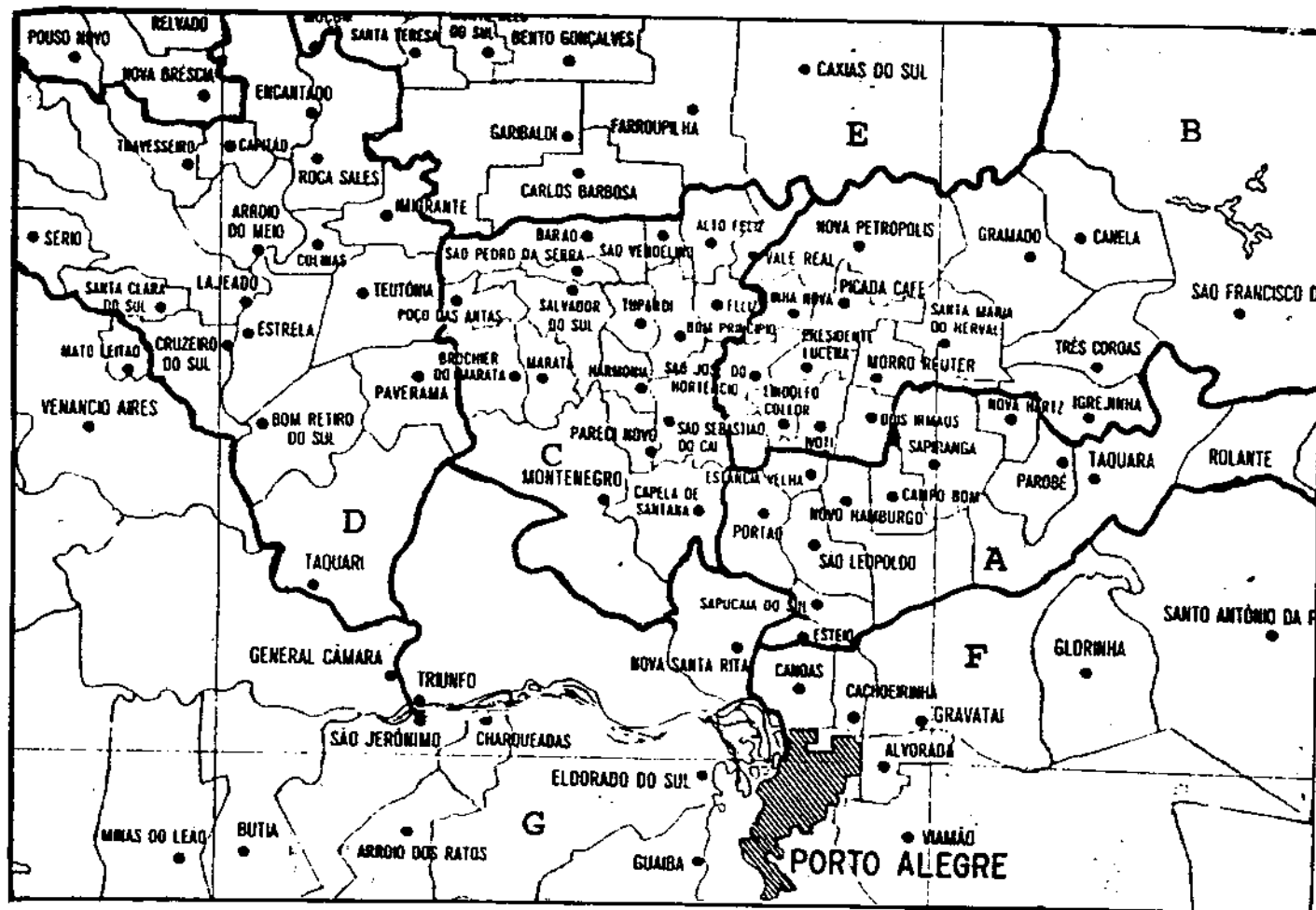
No último capítulo, discute-se as prováveis consequências dos fenômenos analisados ao longo da dissertação. Destaca-se as mudanças ocorridas no cenário rural-agrícola a partir da penetração das indústrias de calçados e aponta-se para algumas semelhanças existentes entre esse processo e as transformações da estrutura agrária dos países desenvolvidos. Utilizamos os conceitos de peri-urbanização e de pluriatividade para tecer algumas considerações conclusivas acerca das novas formas de regulação do espaço e do trabalho, que são as consequências mais notáveis das transformações estruturais ocorridas na região estudada desde os anos 70.

Com esta dissertação pretende-se contribuir para o conhecimento sociológico das transformações sociais e econômicas que vem modificando a estrutura agrária gaúcha e brasileira nas duas últimas décadas. Esta estrutura é diversificada e complexa e os processos sociais e econômicos aos quais vem sendo submetida são dinâmicos. A reflexão a seguir apresentada constitui-se num argumento a favor da pluralidade de formas de trabalho que, adequadas ao ambiente social e econômico e aos interesses dos indivíduos que delas obtém sua sobrevivência, não tem porque deixar de ser reconhecidas e legitimadas pela sociedade como um todo.

Mapa 1 - Mapa de Regiões e Sub-Regiões do Estado do Rio Grande do Sul.



Mapa 2 - Mapa das Cidades e das Micro-Regiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Rio Caí e Vale do Rio Taquari.



Localização e Identificação das Micro-Regiões:

- A - Vale do Sinos.
- B - Encosta da Serra.
- C - Vale do Rio Caí.
- D - Vale do Rio Taquari.
- E - Serra Gaúcha.
- F - Região Metropolitana de Porto Alegre.
- G - Região Centro-Sul do Estado.

CAPÍTULO I

CAMPESINATO E MODO DE VIDA: O SISTEMA COLONIAL TEUTO-BRASILEIRO DO RIO GRANDE DO SUL

1.1. A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

Até a primeira metade do século XVIII o Rio Grande do Sul, então Província de São Pedro, figurava ante aos olhos dos "donos do poder" sediados no Rio de Janeiro, como uma região onde, em algum rio ou montanha findava-se o território pertencente à Coroa Portuguesa (Faoro, 1957/1987). Sequer sabia-se com exatidão os limites que separavam o império luso do espanhol¹. O extremo sul da maior e mais importante colônia de Portugal foi, por longas décadas, um "entreposto de guerra", palco de conflitos territoriais belicosos, numa região onde a função político-militar de seus habitantes sobrepunha-se sobre sua atividade econômica.

No início do século XIX, o habitante típico da Província de São Pedro morava nas poucas cidades portuárias (ou povoados ligados a estas por via fluvial em curta distância), ou então vivia na "estância": na casa do "patrão", se fosse ligado à aristocracia rural, ou no "galpão" (espécie de moradia) junto com os "peões" (empregados), caso fosse um servil². A base da economia gaúcha era, predominantemente, a produção extensiva de gado e a transformação da carne em charque. Era uma economia regional exportadora de produtos primários para os mercados nacionais e estrangeiros (Souza, 1973, Pesavento, 1980).

¹ As fronteiras foram fixadas, primeiramente, pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e ratificadas pelo Tratado de Madrid (1750), e mais tarde pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777).

² Estância era a denominação das grandes propriedades originárias das sesmarias. O perfil da sociedade gaúcha, anterior à chegada dos imigrantes europeus, encontra-se descrita nos contos de Simões Lopes Neto e é também retratada por Érico Veríssimo em "O Tempo e o Vento".

Entre as principais causas que levaram D. Pedro I a permitir a imigração de estrangeiros europeus para a Província de São Pedro estão: a inexistência de uma região produtora de produtos agrícolas que abastecesse a capital e as cidades portuárias de Rio Grande e Pelotas (que dedicavam-se somente ao comércio), a necessidade de ocupação das áreas inabitadas de florestas e a preocupação com o "branqueamento" da população. A 25 de julho de 1824 chegava a São Leopoldo a primeira leva de imigrantes da Alemanha. A área destinada à ocupação dos imigrantes localizava-se a margem direita do rio dos Sinos (afluente do rio Jacuí que desemboca no estuário do Guaíba, em cujas margens localiza-se a cidade Porto Alegre), onde se localizava a Real Feitoria do Linho e Cânhamo³.

As primeiras levas de imigrantes alemães, que entraram no Brasil em 1824, fizeram parte de uma colonização dirigida, administrada e tutelada pelo governo imperial (Roche, 1969:100). Ocupando as áreas de florestas do Planalto e da Serra, do Rio Grande do Sul, os alemães foram em sua maioria assentados em terras públicas da Coroa (Seyferth, 1988:7). Assim que chegaram ao "pass" (local de travessia do rio), na Imperial Feitoria do Linho Cânhamo, os alemães tiveram de aguardar vários meses para ocupar as propriedades que haviam sido demarcadas defeituosamente.

³ A Imperial Feitoria do Linho Cânhamo era uma iniciativa do governo imperial para produção de cânhamo. A idéia de cultivar o linho-cânhamo na então capitania do Rio Grande deve-se ao vice-rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza, que via nesta fibra possibilidades de Portugal explorá-la lucrativamente. A iniciativa deu-se através da resolução de 28-07-1783 quando foi instalada, no Rincão do Cangussú - conhecido por Feitoria, na região do atual município de Pelotas - a Real Feitoria do Linho Cânhamo. Em 1788, o então chefe da Província de São Pedro, Rafael Pinto Bandeira, sugeriu sua transferência para as margens do Rio dos Sinos, num sítio conhecido por Faxinal do Courita, que ficava próximo a Porto Alegre e a Viamão. Quando os alemães chegaram a Porto Alegre no ano de 1824, foram logo transferidos para a então Imperial Feitoria do Linho Cânhamo que já havia sido desativada. Posteriormente, esta Feitoria viria a se tornar a próspera cidade de São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil. As informações, escritos e relatos sobre a chegada os imigrantes alemães são numerosos, contudo, são raros os casos em que o conteúdo ultrapassa o caráter jornalístico e literário, aguçado com a mistificação da "epopéia da imigração" (Seyferth, 1988:8 e Moraes, 1981:32).

Segundo Léo Waibel (1949:188), como o interesse do governo brasileiro era proteger e delimitar suas fronteiras políticas e, ao mesmo tempo, criar uma região que produzisse produtos básicos para alimentação dos habitantes da Província, era necessário buscar "um novo tipo de colono que deveria ser tanto um soldado como um agricultor, para poder tanto defender a sua terra como cultivá-la". Este "tipo ideal" não podia ser luso-brasileiro ou colono açoriano ou da Madeira, que não tinham interesse pelas terras das florestas. Nem mesmo o escravo negro, porque já neste período o Brasil se ressentia dos efeitos da pressão inglesa em favor da abolição da escravatura. E foi assim que se chegou ao imigrante da Europa Central, de estirpe germânica. Lá encontrou-se ex-soldados dos exércitos de Napoleão e camponeses pobres e desesperançosos, dispostos a migrar e recomeçar sua vida em qualquer pedaço de chão que fosse de sua propriedade⁴.

A sociedade de origem destes imigrantes, a Alemanha da primeira metade do século XIX, era marcada por significativas transformações na estrutura agrária e constantes disputas políticas pelo poder entre distintas regiões e etnias, o que a caracterizava como uma nação em processo de transição. Seyferth (1974:27) descreveu o conjunto da situação alemã no século XIX, pelo menos até 1871, como a de "(...) vários pequenos Estados conturbados por uma série contínua de revoluções e guerras, com uma estrutura econômica mais ou menos instável". Para Emilio Willems (1946:52) a sociedade alemã desta época "(...) é uma sociedade rural que está se secularizando, cujas comunidades se vêm articulando cada vez mais com os mercados urbanos, cujas manufaturas domésticas se desagregam ou se transformam com a industrialização crescente, cujos jovens estão sendo atraídos, em número cada vez maior, pelos centros industriais. E o

⁴ Esta era a situação dos camponeses que viviam na região do Hunsrück, de onde se origina a maior parte dos alemães que aportaram em São Leopoldo. Esta região do Sudeste da Alemanha situa-se entre os rios Reno, Mosela e Nahe.

capitalismo enfim, que penetra, baseado em técnicas científicas, os processos de produção agrícola⁵."

A colonização de áreas brasileiras com imigrantes estrangeiros foi, ao mesmo tempo, um reflexo das condições sociais e políticas em que transcorriam as transformações da estrutura produtiva no Brasil e das mudanças nas economias dos países europeus, sobretudo na Inglaterra e na Alemanha. Para Martins (1973 e 1979/1986), a "crise do Brasil arcaico" vincula-se tanto à expansão do capitalismo inglês em escala internacional, através do mercantilismo, quanto às transformações sociais e econômicas que ocorrem no interior da Alemanha, como a marginalização e o depauperamento dos pequenos proprietários rurais, forçando-os à imigração⁶.

No século XIX, no Rio Grande do Sul, as colônias agrícolas de imigrantes formavam "ilhas", no meio de regiões ocupadas por grandes áreas de pecuária. O colono vivia independente do grande proprietário das estâncias, ao qual estavam submetidos quase todos os demais habitantes do Rio Grande do Sul. As regiões ocupadas pelos alemães podem ser caracterizadas como uma "zona pioneira", no sentido que Leo Waibel (1955:390) atribui "a uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada⁷."

⁵ Dentre os fatores mais importantes que impulsionaram as imigrações estão: a) a forma de transição tardia do feudalismo ao capitalismo (Kautsky, 1980); b) as formas de herança da terra como a Realerbtheilung (divisão total entre todos herdeiros) e a Anerbenrecht (terra passa para um dos filhos e o resto migra); c) o reacionarismo dos governos monárquicos (Willems, 1946:57), os altos impostos e a falta de perspectivas; d) a forte propaganda das companhias de colonização e dos agentes de imigração (Oberacker, C. H. 1957/1975).

⁶ Para uma análise mais apurada da situação européia e das imigrações para a América consultar o excelente trabalho de Hobsbawm, E. (1982 cap. 11); Lando & Barros, (1976); Seyferth, G (1974 cap.I); Willems, E (1946), Oberacker, K (1936); Kurze Geshicth (1936); Kautsky, K (1980).

⁷ Segundo Waibel "o conceito de zona pioneira significa mais do que o conceito de *frontiersman*, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (...) apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa

No que se refere a imigração, registram-se duas fases: a primeira vai de 1824 a 1845 e ficou ao encargo do governo Imperial. Nesta fase, houve um hiato de 15 anos entre 1830 e 1845 motivado, no início pela falta de dinheiro para pagamento das despesas do transporte e pelas crises políticas decorrentes da renúncia de D. Pedro I e do período da Regência e, depois, a partir de 1835, pela Revolução Farroupilha, que opôs a Província ao governo Imperial. A segunda fase vai de 1845 a 1889 e marca o início da colonização provincial e privada, que só não ocorreu antes devido a falta de recursos⁸.

Dentre os benefícios concedidos aos imigrantes a propriedade da terra era, indiscutivelmente, a mais atrativa⁹. Aos primeiros imigrantes, chegados em 1824, foi concedida gratuitamente uma propriedade de 77ha. Aos que chegaram a partir de 1830 não se concedia nenhum benefício. Já aos que chegaram a partir de 1851 concedeu-se, gratuitamente, uma propriedade de 48,4ha ("uma colônia-tipo"), em terras devolutas da Província cedidas pelo Governo Imperial em 1848 (Roche,1969:321). Como a Lei de Terras de 1850 proibia a doação de terras, a Província viu-se na contingência de vender aos colonos e para as empresas particulares áreas destinadas a colonização¹⁰. Assim, a partir de 1889 deu-se o início à colonização

paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena" (Waibel,1955:391).

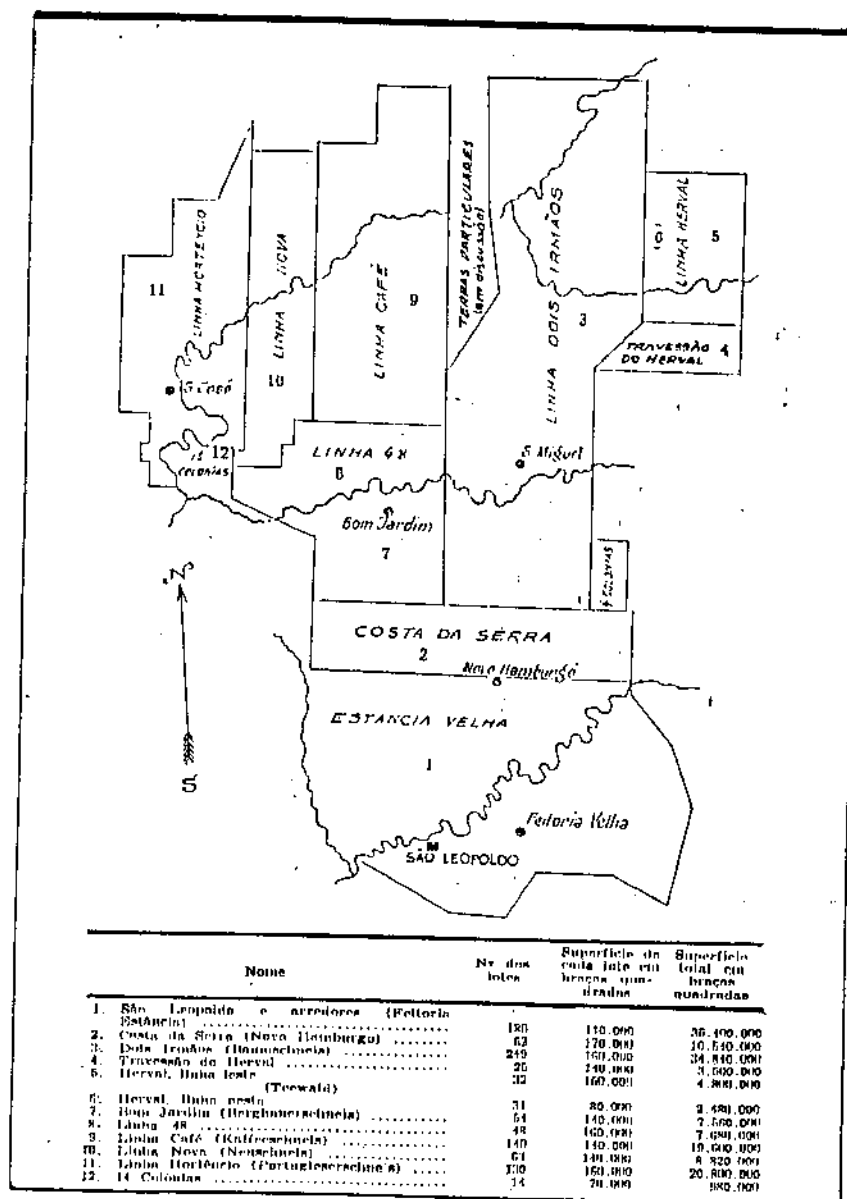
⁸ A Lei nº 574 de 28 de outubro de 1848 concede as Províncias, no mesmo ou em diferentes lugares do seu território, seis léguas de terras devolutas e o direito de promover a colonização de seus territórios (Osório, 1990:163). A autorização para as Províncias promover a imigração já havia sido emitida com Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 (Roche, 1969:94/117 e Handelmann, 1982).

⁹ As promessas feitas aos primeiros imigrantes pelo agente Jorge Antônio von Schaeffer (Oberacker Jr.L.H, 1957) incluíam: viagem paga, concessão gratuita de um lote de terra de 160.000 braças quadradas (77 ha), subsídios em dinheiro, cavalos, vacas, bois e ainda; concessão de cidadania brasileira, liberdade de culto e isenção de impostos por dez anos (Roche,1969:95, Porto,1934:39).

¹⁰ A proclamação da Lei de Terras guarda uma relação direta com a questão da substituição da mão-de-obra escrava no Brasil (Cardoso, 1962/1977:219). Quando o governo imperial brasileiro declarou a inexistência de terras devolutas, reivindicando-se o único e legítimo proprietário da terra, elas se tornaram um bem comercial cuja venda se constituía na principal fonte de financiamento da imigração de estrangeiros como mão-de-obra livre para o país. E é neste sentido que Martins percebe o surgimento de relações

privada, e o tamanho do lote reduziu-se para 25ha (unidade que se chamou "lote-colonial" Roche, 1969:321; Truda, 1930). O Mapa abaixo mostra a divisão da terras da colônia de São Leopoldo em seus primórdios.

MAPA 1 - PRIMEIRA DIVISÃO DE TERRAS DA COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO



Fonte: Petry, L (1964).

capitalistas de produção sem haver a realização da mais-valia. A Lei de Terras transforma a terra numa mercadoria e a imigração substitui o trabalho escravo sem instaurar o assalariamento (Martins, 1979/1986:21 e Osório, 1990 parte II).

O processo de colonização mostrou ser um *enxerto vigoroso*, devido a rápida expansão das pequenas propriedades coloniais em todo o território do Rio Grande do Sul. *Grosso modo*, pode-se dividir a colonização em quatro fases¹¹. A primeira se inicia com a chegada dos alemães e estende-se até 1850. Nesta fase é ocupada a área de São Leopoldo, que o mapa acima ilustra. Após ocupada a sede da Feitoria Velha, a colonização estende-se pela margem esquerda do Rio dos Sinos e interioriza-se pela Encosta da Serra através de Picadas e Linhas¹². A Lei de Terras de 1850 transfere a colonização para as Províncias. Na Província de São Pedro, já haviam-se esgotado as terras em torno de São Leopoldo. A segunda fase da colonização, que ocupa toda a área conhecida como "Colônia Velha"¹³, ocorre entre 1850 e 1890 com a fundação de colônias pelo governo provinciano e por agentes privados.

A partir do final do século XIX, de 1890 até 1914, inverte-se a direção da ocupação territorial e a colonização passa a rumar para o norte. Com a instalação da República (1889) o governo estadual diminui os incentivos à imigração estrangeira e passa a estimular a migração rural

¹¹ É mister alertar o leitor para a distinção entre os processos de imigração e colonização não raras vezes confundidos. A imigração refere-se a entrada de pessoas estrangeiras e a colonização refere-se ao processo de ocupação geo-econômico de uma região..

¹² As Picadas e Linhas são extensos canais de comunicação - hoje chamados de estradas vicinais - mais ou menos retilíneos, abertos como caminhos por entre a floresta, que ligam as propriedades dos colonos e os "povoados dispersos" entre si, constituindo-se na principal via de acesso às vilas e cidades. Muitos destes canais recebem o nome de Schneis, Pikade e Linie em idioma alemão e não raro a indicação do lugar compõe-se de um binômio que soma as declinações acima à sobrenomes de imigrantes (geralmente os primeiros a chegar), à quantidade de lotes, aos locais de origem na Alemanha e nomes de referência à geografia do local (vales, rios, matas e montes). São exemplos a Baumschneis, Schwabenschneis, Schneidertal, Berghanerschneis, como sobrenome (em ordem: Picada dos Baum, Picada dos Suábios, Vale dos Schneider, Picada dos Berghem), e Teewald, Bugerberg, Reuterberg, Neuschneis, Kaffeschneis (Floresta do Chá, Morro dos Bugres, Morro Reuter, Linha Nova, Picada Café), etc (Roche, 1969:340, Amado, 1978:39 e Jahn, 1871:130).

¹³ As colônias alemãs que se formaram ao sopé da Serra gaúcha, estendendo-se pelo Vale do rio Caí e do rio Taquari são também conhecidas por Colônias Velhas ou Antigas porque foram fundadas no século XIX. Atualmente a Colônia Velha abrange as micro-regiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari.

dentro do Estado. Nesta terceira fase, portanto, a colonização caminha para as terras do Planalto, do Alto Uruguai e das Missões, formando-se as "Colônias Novas", sendo fundadas cidades como Santa Rosa em 1890, "Neue Württemberg" (atual Panambi) em 1902, Erechim em 1908, Ijuí em 1890, entre outras¹⁴.

Com a rápida ocupação da região setentrional do Estado os filhos dos imigrantes buscaram, fora das fronteiras geográficas estaduais, a reprodução da estrutura fundiária e do modo de vida que lhes legaram seus pais. O êxodo para fora do Rio Grande do Sul dá-se de forma mais regular a partir da I Guerra Mundial. A região oeste de Santa Catarina e depois o Paraná e, mais recentemente, o Mato Grosso do Sul, são as áreas preferidas pelos descendentes dos imigrantes. A última fase, iniciada em 1914, tem seu fluxo acelerado nas décadas de 1930 e 1940, quando a agricultura tradicional das "Colônias Novas" do Rio Grande do Sul conhece o início de uma "ressaca" em seus níveis de produtividade, agravado pelo esgotamento da fronteira agrícola, cuja situação só se inverteria a partir de 1960 com o "fenômeno soja" e a modernização da estrutura da produção agrícola no Brasil¹⁵.

Existem informações contraditórias e difíceis de se averiguar quanto ao número dos primeiros imigrantes chegados ao Brasil entre 1824 e 1830¹⁶. A imigração alemã para o Brasil não foi, pelo menos numericamente,

¹⁴ Segundo Roche (1969:352) "com Santa Rosa, Três Passos e as colônias do Alto Uruguai desaparece, sob nossos olhos, a última franja pioneira do Estado, por falta de florestas a desbravar: as migrações pioneiras terminarão, em breve, no Rio Grande do Sul".

¹⁵ Como lembra Targa (1989:150), o Rio Grande do Sul possui certas particularidades históricas de caráter regional que tem origem no processo de colonização e expansão da zona pioneira: "...O fato de ter sido a única e importante fronteira militar do Brasil até 1930; de ter desenvolvido a pecuária e não a agricultura escravista de exportação na grande propriedade; de não fazer parte direta da divisão internacional do trabalho na época; assim como o fato de ter sido a única província do Império onde os pecuaristas detiveram o poder regional; e, pelo fato de haver regiões de florestas onde podiam ser estabelecidos pequenos agricultores, são os elementos determinantes internos para explicar a configuração particular da economia e da sociedade do Rio Grande do Sul (Targa, 1989:150)."

¹⁶ Mulhall (1873/1974:102/103) informa que a primeira leva compreendia 26 famílias e 17 pessoas solteiras, num total de 126 pessoas chegadas a 25 de

expressiva (Seyferth:1988:3), apesar de que com poucas exceções, até 1850 os alemães foram a principal, senão única, corrente imigratória para o Brasil¹⁷. No cômputo geral, dos imigrantes entrados no Brasil entre os anos de 1824 e 1947, os alemães ficam em quarto lugar, atrás dos espanhóis, portugueses e italianos. Ainda assim, sua participação no povoamento e ocupação do território gaúcho (e do Sul do Brasil como um todo) foi significativa, sobretudo pela contribuição econômica e cultural que trouxeram à formação da sociedade sul-riograndense.

1.2. O COLONO E A COLÔNIA: um modo de vida

Antes de prosseguir com a descrição das características da sociedade criada pelos imigrantes alemães na Colônia de São Leopoldo, é preciso esclarecer de que tipo de sociedade estamos falando. A rigor, quem são os colonos? Seriam eles camponeses, pequenos proprietários capitalistas ou indivíduos fadados ao processo de proletarização e submissão aos interesses da sociedade agrária gaúcha? A palavra colono refere-se ao sujeito que vive numa colônia. O termo colônia, no sentido como é empregado no sul do Brasil, não indica uma possessão exterior, ultramarina, de um Estado nacional (como por exemplo "as colônias africanas dos países europeus"). O verdadeiro sentido da palavra colônia ("kolonie" em alemão)

julho de 1825, e que nos quatro anos seguintes alcançaram um total de 3.701 imigrantes. Já os dados de Porto (1934:41); Roche, (1969:95); Pellanda, (1925) e Truda, (1930) aproximam-se da cifra de 5.350 imigrantes entrados de 1824 a 1830. (Em anexo tabela de Roche, 1969:148).

¹⁷ Carneiro, J.F (1950:61) estima que o total de imigrantes entrados no Brasil de 1824 a 1942 foi de 4.903.991 dos quais 1.513.151 italianos, 1.462.117 portugueses e 598.802 espanhóis. Diegues Jr. (1964:27) com outra periodização chega a um total de 257.114 alemães que corresponde a 4.64% do total em 140 anos (1819-1959) e representa ainda o quarto maior grupo. Digno de nota é a periodização de Willems (1946:61) que indica o número de 170.645 alemães entrados no Brasil entre 1884 e 1939 acentuando, porém, que em muitos casos os imigrantes "de língua alemã" entraram no país como cidadãos russos, poloneses, austríacos, etc., o que distorce as estatísticas.

tem sua origem no processo de colonização que se propõe a introduzir habitantes alienígenas num lugar onde eram inexistentes e inserí-los em atividades agrícolas. Por colônia, no Rio Grande do Sul, também designa-se uma propriedade de terra padrão, ou seja, aquela destinada pelo governo aos imigrantes. Deste modo, colono passou a ser sinônimo de "bauer", que no alemão designa camponês, agricultor, pequeno proprietário ("paysan" para o francês, "peasant" para o inglês, "contadini" para o italiano, etc.)¹⁸.

Nessa pesquisa, analisaremos a sociedade colonial teuta a partir do modo de vida dos colonos. Por modo de vida entende-se "o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida, que dependem, antes de tudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem de reproduzir(...). Trata-se de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção" (Marx, 1986:27). A este modo de vida corresponde uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade (Wanderley, 1990:04).

A forma de produzir deve assegurar a subsistência da família; é a maneira pela qual os indivíduos que trabalham organizam os meios de produção e o processo produtivo para garantir a sua reprodução. A sociabilidade, no entanto, estrutura-se de acordo com as relações sociais que a família ou seus membros vierem a ter fora do núcleo familiar. A sociabilidade pode dar-se ao nível do parentesco, da vizinhança ou com a própria comunidade, em grau maior ou menor de acordo com a dimensão destes grupos, dependendo de sua diversificação social e da "complexidade das relações que eles estabelecem com o seu exterior" (Wanderley, 1990:05). Antônio Cândido (1964/1987), ao estudar os caipiras do município de Bofete

¹⁸ Nas regiões de colonização alemã usa-se muito a palavra germanizada "kolonist" como declinação de colono. Rabuske (1980:387/415) e Roche (1969:04).

em São Paulo procurou mostrar como um grupo social determinado depende da organização das formas de produção - do seu processo produtivo - para poder solver suas necessidades vitais mínimas. Caso não haja uma organização social mínima capaz de garantir o equilíbrio entre as necessidades humanas e o domínio da natureza para supri-las, tal agrupamento padecerá da fome e da anomia. Tal como ensinou Goodfellow (apud Cândido, 1964/1987:25) "o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida".

Do mesmo modo, Chayanov (1974) ensina-nos que a unidade econômica camponesa é fruto da união da família e da propriedade da terra, quando ambos fundem-se numa unidade de produção e de consumo. Chayanov e, posteriormente, seus seguidores (Galesky, Tepicht, Shanin, etc.) são unânimes em concordar que a unidade de produção camponesa tem na família o seu "*work-team*", sendo a terra não apenas um mero fator de produção mas também uma posse de valor patrimonial¹⁹. A família é entendida como um conjunto ou grupo de pessoas que trabalha visando, em primeiro lugar, assegurar sua sobrevivência e sua reprodução. O estabelecimento de estratégias familiares de trabalho que buscam obter a satisfação destas necessidades dependerá da diferenciação etária e da divisão interna do trabalho entre os membros do grupo doméstico. De acordo com sua "*morfologia*" interna, a família estabelece um "equilíbrio" (ou balanço) entre as suas necessidades de consumo e a quantidade de trabalho que necessita dispende para satisfazê-las.

Os colonos da Colônia de São Leopoldo e, sobretudo, das Picadas e Linhas que localizam-se nas regiões hoje conhecidas por Vale do Sinos, Encosta da Serra e Vale do Rio Caí serão estudados a partir do conceito de "sociedades camponesas" entendidas como "sociedades parciais com culturas

¹⁹ Segundo Wolf (1966/1984:15) "o objetivo máximo do camponês é a sua subsistência, ou seja, a produção para o autoconsumo do núcleo familiar utilizando-se da venda de algumas mercadorias como fonte de renda capaz de lhe permitir a aquisição de produtos não produzidos por ele próprio".

parciais", integradas a uma sociedade envolvente com a qual relacionam-se de modo "parcial e incompleto" nas suas relações econômicas e comerciais. Doravante analisaremos a sociedade colonial teuta sob o conceito de "sociedades camponesas". Para explicar o significado desse conceito recorrerrei ao trabalho de Abramovay (1992) e aos autores da antropologia e da sociologia, que de longa data demarcaram um campo de estudos sobre as sociedades camponesas²⁰.

Como já frisamos anteriormente, estudamos os colonos a partir do seu modo de vida, da sua forma de organização do trabalho e da sociabilidade que caracteriza suas relações com os demais colonos. Segundo Abramovay (1992:100), para se compreender o modo de vida camponês é preciso conhecer "o ambiente social onde a vida camponesa transcorre e suas leis operam". O conceito de sociedades camponesas não refere-se apenas a um grupo social que está em transição entre as sociedades tribais primitivas e o universo urbano moderno²¹. Para Kroeber (1948:284 apud Redfield, 1956/1960) as sociedades camponesas "são definitivamente rurais, no entanto, vivem em relação com cidades-mercados; formando um segmento de classe de uma população maior, que geralmente contém também centros urbanos, e, às vezes, capitais metropolitanas. Eles constituem sociedades parciais com culturas parciais"²².

²⁰ Abramovay (1992) faz uma síntese das diversas definições conceituais sobre o campesinato. Boa parte deste capítulo inspira-se no seu livro.

²¹ Eric Wolf (1966/1976:14/15) distingue os camponeses dos povos tribais primitivos. Enquanto os camponeses produzem seus alimentos, os primitivos vivem da coleta. Os camponeses também se distinguem dos modernos "fazendeiros" que tem sua produção voltada para o mercado, enquanto que camponês produz, sobretudo, para a subsistência e a reprodução familiar. Para Mendras (1954/1969:34), a diferença entre camponeses e primitivos reside no fato de que "...enquanto não existe a cidade, os camponeses também são inexistentes; o que existe são os aborígenes. Os camponeses são indivíduos mais autóctones, que vivem na área de influência de uma cidade, com a qual mantém relações econômicas e intelectuais. Ao contrário de aborígene, o camponês sabe que fora de seu grupo existem outros homens e os reconhece como tais".

²² Redfield (1956/1960:18), seguindo estas indicações, definiu como camponês o sujeito cuja "(...) agricultura está voltada para a manutenção [their agriculture is a livelihood] e é um modo de vida e não um negócio visando lucro..." Também Wolf (1969/1984:15) formula uma definição semelhante, e define os camponeses como "população essencialmente dedicadas

A sociedade camponesa como sociedade parcial pode ser entendida através da maneira como os camponeses se relacionam com a sociedade "envolvente" (Queiroz, 1973) ou "englobante" (Mendras, 1967/1970:14). Segundo Abramovay (1992:102), a parcialidade vem exatamente do fato de que, embora organizada em torno de códigos sociais próprios, ela se relaciona com o mundo exterior, também através de vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias. Sua cultura parcial, seu "gênero de vida" (Queiroz, 1973:142) ou sua "campesinidade" (Woortmann, 1988) refere-se não apenas aos códigos e normas sociais que o grupo cultiva internamente, no âmbito local. Sua parcialidade advém do fato de que as instituições nacionais (o direito, a nacionalidade) e os valores da sociedade envolvente perpassam a esfera de sua vida local. Mesmo que estes valores e regras não definam o estatuto da cultura camponesa, eles a influenciam e são sobre ela predominantes.

Um dos aspectos fundamentais do ambiente social no qual se organiza a vida dos camponeses é o caráter de "interconhecimento" que existe entre os membros de um mesmo habitat. "O camponês vive toda sua vida e todos os aspectos desta em uma coletividade local pouco numerosa que é uma sociedade de interconhecimento, isto é, ele ali conhece todo mundo e todos os aspectos da personalidade dos outros" (Mendras apud Abramovay, 1992:109). Para Mendras (1978:99 e 1967/1970:14), as sociedades camponesas são sociedades de interconhecimento que "parecem cimentar seu sistema social em um arranjo entre homogeneidade cultural e diversidade social...". A sociabilidade vicinal, a religião, as relações matrimoniais, de solidariedade e reciprocidade são formas de proteção que as "coletividades camponesas" adotam em relação à sociedade envolvente. A homogeneidade cultural, além de ser uma forma de identificação, permite uma transparência e uma previsibilidade nas relações sociais que é a característica básica do interconhecimento. A diversidade social, por sua vez, manifesta-se na

ao cultivo da terra e que tomam decisões autônomas quanto ao processo de cultivo..."

autonomia completa do camponês sobre a organização de sua produção e sobre sua propriedade. Não são aceitas intromissões embora, com freqüência, possam existir práticas de reciprocidade ou de ajuda mútua entre vizinhos e parentes. Não obstante a relativa homogeneidade da racionalidade e dos códigos sociais do campesinato, há uma diversidade entre os membros da comunidade baseada na autonomia que cada camponês possui sobre sua unidade de produção²³.

O caráter personalizado das relações sociais aparece na forma de uma "economia moral do camponês" (Scott, 1978:41 e Scott, 1988:304) e de uma "ética de subsistência" (Wolf apud Abramovay 1992:111) que têm como objetivos não apenas garantir a produção e o consumo à comunidade, mas também, ser um instrumento de regulação da conduta simbólica coletiva que pode vir a ser julgada inadequada ou supérflua pela comunidade. Segundo Wolf (1966/1976:20) numa sociedade camponesa "as relações sociais, de qualquer espécie, nunca serão exclusivamente utilitárias ou instrumentais. Toda relação social está sempre cercada de construções simbólicas que servem para explicá-la, justificá-la e regulá-la (como é o caso do matrimônio, por exemplo)."

Em síntese, podemos concordar com Abramovay (1992:102/115) que "sempre que se falar em campesinato, a referência social determinante da conduta estará numa pequena comunidade cuja reprodução material responde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais são determinantes. A família e a comunidade, de certa forma, emprestam sentido à atividade camponesa". A parcialidade com que a comunidade camponesa relaciona-se com a sociedade envolvente reproduz-se também no modo parcial e imperfeito em

²³ A reciprocidade e a solidariedade aparecem, no mundo camponês, como formas de interação econômicas marcadas por uma rede de relações pessoais que orientam e auxiliam o camponês em momentos de decisão (por exemplo, no caso de demandar mão-de-obra para execução de um trabalho agrícola) e podem, em certos casos, reproduzir práticas tradicionais de relacionamento comunitário (seria o caso de prestação de solidariedade em momentos de óbito de algum vizinho ou de perda da produção). Para Polanyi, a reciprocidade é um dos princípios estruturadores das relações sociais em sociedades anteriores ao capitalismo. Ver Karl Polanyi et. alii. (1976).

que se dá sua relação com os mercados. Neste sentido, para Abramovay, não há "nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica"²⁴.

Recorrendo a uma formulação de Ellis (1988), Abramovay amplia a definição de "sociedades camponesas" acrescentando o conceito de *integração parcial a mercados incompletos* (op.cit.p.115). A idéia de parcialidade exclui a noção de isolamento e de gradualismo na forma da relação do camponês com o mercado. "O fundamental é a flexibilidade entre consumo e venda", ou seja, a condição de uma relativa autonomia entre a produção para o autoconsumo e para o mercado, a qual permite ao camponês estabelecer um cálculo que, acertadamente, Garcia (1983) e Heredia (1979) chamaram de "alternatividade". Essencialmente, trata-se do estabelecimento de certas estratégias (de consumo e de venda ou troca) em função da disposição dos fatores e de mecanismos internos de produção que movem não só a racionalidade econômica do produtor mas, sobretudo, a adequação de tais mecanismos às circunstâncias daquele momento específico²⁵.

Vários autores ressaltaram a existência de laços pessoais de dependência do camponês em relação aos compradores de suas mercadorias. Antônio Cândido (1964/1987:166/168), estudando os caipiras paulistas, constatou a inexistência de leis de mercado na formação dos preços pagos aos produtos. A monopolização das informações fazia com que os compradores locais estabelecessem, arbitrariamente, o valor dos produtos. Da mesma forma, os comerciantes das vilas e povoados da região de colonização alemã no Rio Grande do Sul, recebiam o nome de "*Geschäftsman*" (homem de negócios)

²⁴ Aliás, a principal crítica de Abramovay a Chayanov e seus seguidores (Tepicht, Galesky e outros) está justamente na ausência de uma análise "minimamente satisfatória do ambiente econômico no qual se insere esta forma específica de existência social", ou seja, a *fisiologia* do campesinato (Abramovay, 1992:76).

²⁵ Garcia Jr. A.(1983) percebeu a existência de estratégias de alternatividade na zona da mata nordestina na venda ou troca da mandioca por farinha, feito por algumas famílias com pouca capacidade de trabalho, enquanto que outras, com maior número de braços disponíveis, preferiam o beneficiamento da mandioca e a venda da farinha.

e eram os habitantes mais ricos da colônia. Recebiam a produção dos colonos, transportavam-na para os centros consumidores e de lá traziam outros produtos que eram permutados com os colonos em troca da produção.

A parcialidade da integração aos mercados e as estratégias de alternatividade entre autoconsumo, venda ou troca são, na opinião de Abramovay (1992:116) "a reação a um ambiente econômico onde tudo leva o agricultor à mais completa dependência pessoal (...). O clientelismo, a patronagem e as diversas formas de constrangimento moral e social são os principais recursos utilizados pelos intermediários que atuam entre o produtor camponês e o mercado". Além disso, deve-se ressaltar o que Ellis, (1988:09) chamou de "caráter imperfeito ou incompleto" dos próprios mercados que, aliado à condição de monopólio de alguns comerciantes-intermediários, impede a competitividade entre os agentes econômicos.

Ellis (1988:10/11) define cinco aspectos que caracterizam a situação de imperfeição ou não-competitividade, que podem ser encontrados em sociedades camponesas²⁶:

" a) O mercado de capitais e crédito é fragmentário ou inexistente. O crédito é obtido de fontes locais e liga-se a condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os camponeses.

b) Não é num quadro competitivo que os camponeses têm acesso a insumos de origem industrial necessários a sua produção. Mais que isso, a obtenção de insumos passa pelos mesmos canais comerciais dos quais depende seu abastecimento em gêneros de primeira necessidade.

c) As informações sobre a situação de mercado são pobres e erráticas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais.

d) Os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se a regras estabelecidas no âmbito da comunidade local.

e) As dificuldades de transporte e comunicação reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses."

²⁶ Embora tenha tomado conhecimento do trabalho de F. Ellis a partir da leitura da tese de doutoramento de Ricardo Abramovay, devo agradecer ao Prof. Zander Navarro a gentileza de me emprestar o livro "Peasant Economics - Farm Households and Agrarian Development".

A partir dessas características, Ellis chega à uma definição de camponeses que, como disse Abramovay (1992:121), contribui para distingui-los não só de capitalistas agrários e assalariados rurais, mas também daqueles estabelecimentos familiares que operam em mercados de produtos e fatores plenamente desenvolvidos. Assim, "camponeses são unidades domésticas com acesso a seus meios de vida na terra, utilizando principalmente trabalho familiar na produção agropecuária, sempre localizadas num sistema econômico global, mas fundamentalmente caracterizadas pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com alto grau de imperfeição" (Ellis, 1988:12).

Com esses pressupostos teóricos, analisaremos as sociedades camponesas dos colonos teuto-brasileiros a partir da divisão social do trabalho, do processo produtivo e das relações de sociabilidade, tomando como unidade de análise a unidade de produção familiar. Esta, compreende uma unidade indissolúvel entre a família (a unidade de trabalho) e a propriedade da terra (principal fator de produção). A relação com a sociedade envolvente, as estratégias de reprodução do núcleo familiar e as demais esferas da vida dos colonos não serão tratados a partir da racionalidade econômica da unidade familiar de produção, mas a partir da "natureza social" que caracteriza o trabalho e a sociabilidade dos colonos, que é, numa só expressão, o seu modo de vida.

1.3. A AGRICULTURA DOS COLONOS: a expansão da "zona pioneira" e a ocupação da fronteira agrícola.

1.3.1. Caracterização do Sistema Agrícola Colonial

Os primeiros imigrantes alemães que chegaram ao Sul do Brasil vieram, como se viu anteriormente, atraídos pela possibilidade de tornar-se proprietários de terra e constituir em pouco tempo uma fortuna no Novo

Mundo. De fato, muitos dos camponeses alemães que migraram trabalhavam na agricultura mas não tinham a propriedade da terra. No Rio Grande do Sul os colonos introduziram técnicas de produção e uma divisão social do trabalho parecidas com as de sua pátria de origem. Assim que receberam a propriedade da terra os colonos trataram de ocupá-la. Tomar posse do terreno, nestas circunstâncias, implicava em uma luta atroz com as condições do meio físico, devido à densidade da floresta, à falta de comunicações e à própria inexistência de implementos apropriados ao desmatamento da floresta. Nas palavras de Roche (1919:52) "o imigrante teve, pois, de aprender a desbravar".

Muitos colonos reuniam-se na hora de derrubar uma floresta de mata virgem para fazer a primeira plantação. Há, portanto, desde a chegada dos alemães uma prática de solidariedade entre os colonizadores motivada, sobretudo, pela adversidade do meio físico em que foram alojados. A organização social local e vicinal era indispensável à sobrevivência da família do colono, perdida e isolada em meio a densas matas habitadas por índios nem sempre pacíficos²⁷.

Para caracterizar o sistema agrícola colonial recorreremos às classificações de Waibel (1949) e Roche (1969). Para Leo Waibel, há três sistemas agrícolas distintos: a rotação de terras; a rotação de terras melhorada e a rotação de culturas combinada com a criação de gado. Os colonos "herdaram" o primeiro sistema dos índios. Trata-se de um sistema primitivo, no qual o colono, após receber a terra, derruba e queima a floresta e inicia o plantio de produtos para subsistência (milho, feijão,

²⁷ As regiões de floresta da serra gaúcha, destinadas à colonização dos imigrantes estrangeiros, eram consideradas terras devolutas da Coroa mas não eram, de forma alguma, desabitadas. Nas matas dos pinhais viviam os índios Kaingáng, conhecidos também por "bugres" entre os colonos. Com a colonização, as terras dos índios foram invadidas pela frente de ocupação gerando, não poucas vezes, conflitos entre índios e colonos. Os Kaingáng passaram de donos legítimos à intrusos indesejados. São inúmeros os trabalhos onde há referência de ataques indígenas a colonos sendo os de Mabilde, (1897); Ihering, (1895); Gansweidt, (1946); Petry, (1931) e Becker (1976) os mais conhecidos.

mandioca, etc.). O segundo sistema amplia o anterior e o colono passa a acrescentar aos produtos de subsistência outros de caráter comercial como trigo, centeio, batata-inglesa, etc. Além da agricultura, criam-se alguns animais como porcos e gado; e com a ajuda da tração animal o colono passa a arar a terra²⁸. O terceiro e último sistema é a substituição da rotação de terras - do pousio - pela rotação de culturas com a aração e adubação da terra.

Na opinião de Jean Roche (1969:291), em contrapartida, "não há senão dois sistemas agrícolas. Um é a depredação e o outro é a exploração que supõe a reconstituição da fertilidade do solo, não através da cultura metódica, mas também pelo uso do adubo ou estrume". Segundo o autor, a divisão tripartite do sistema agrícola dos colonos de Waibel está equivocada, pois "confunde técnica de cultura e economia". A depredação é a constituição da "roça": processo de preparo da terra para receber o plantio. Observam-se quatro tarefas distintas neste sistema: a) a derrubada da floresta ou da capoeira (formação secundária de arbustos e plantas lenhosas que crescem no intervalo de duas culturas; b) a queimada; c) a plantação feita diretamente no solo sem revolvê-lo e d) a capina feita com a enxada para eliminar as ervas daninhas. Assim que o solo apresenta indícios de esgotamento, o colono deixa-o em pousio e parte para o desmatamento de outra área. Este sistema, chamado de rotação de terras, parece ter sido seguido por todas as colônias criadas a partir de São Leopoldo (Singer, 1977:159).

A rigor, para Roche os colonos jamais usaram as técnicas modernas como a rotação de culturas em lugar do primitivo sistema da depredação. Sua afirmação fundamenta-se no argumento da insuficiência da criação de gado

²⁸ Nesta fase ocorre o "pousio" (interrupção do cultivo de uma área por um determinado período para recuperar a fertilidade do solo) que no Sul do Brasil faz-se presente na paisagem rural através das capoeiras (matas secundárias que crescem nas áreas deixadas em pousio). Para uma visão mais detalhada da dinâmica do uso da terra no processo de desenvolvimento agrícola com destaque para o papel do pousio ver Boserup (1987).

para a produção de esterco em quantidade satisfatória para adubação. Segundo Roche (1969:291), a agricultura sempre foi a essência da atividade dos colonos sendo a pecuária apenas uma atividade secundária e complementar²⁹.

A quantidade de tipos de culturas plantadas pelos colonos era diversificada. Logo que chegaram, os imigrantes dedicaram-se ao plantio de culturas nativas da América como a mandioca, o milho e o feijão. Contudo, assim que puderam adquirir sementes de culturas européias como trigo, cevada, centeio, batata-inglesa e outros, passaram a cultivá-los em suas propriedades. Aqui cabe uma diferença importante entre os tipos de produtos que os colonos alemães cultivavam. Existiam as culturas comerciais compostas pela batata-inglesa, pelo feijão-preto, pelo milho e pela mandioca; e as culturas de subsistência ou secundárias como trigo, centeio, cevada, arroz e outros; produzidos em quantidades mínimas para atender à necessidade de consumo do núcleo familiar.

1.3.2. A Evolução da Agricultura: ascensão e regressão

A evolução da agricultura e da economia local como um todo desenvolvia-se de acordo com o avanço de dois fatores que foram fundamentais no crescimento da produtividade agrícola da colônia. O primeiro foi a existência de novas áreas de terras a ser ocupadas e desmatadas com a abertura constante de novas Picadas e Linhas, possibilitando não apenas o aumento da área agricultável ocupada pelos

²⁹ Não havia capacidade produtiva de esterco nas propriedades que permitisse ao colono uma adubação agrícola mais agressiva pois, para que o colono pudesse cobrir toda propriedade, numa média de 15 ha, com esterco, seria necessário que tivesse em torno de uma vintena de cabeças de gado; estatística da qual muito poucos colonos se aproximavam. Desse modo, mesmo admitindo que uma parte da propriedade possa ser adubada com esterco, continua-se longe do ideal de sistema de rotação de culturas tal como exposto por Waibel.

colonos mas também garantindo a manutenção e o aumento da produtividade do solo, por que as áreas recém desmatadas eram mais férteis e produtivas. A expansão da zona pioneira, mata adentro, em direção à Serra e ao Planalto gaúcho reproduziu o modo de vida, a estrutura familiar e a estrutura fundiária utilizada pelos primeiros imigrantes³⁰.

O desmatamento era a principal forma de colonização. O avanço da zona pioneira estava diretamente ligada à fome de terras provocada pelos sistemas agrícolas utilizados pelos colonos. De uma maneira geral, pode-se ampliar este quadro à ocupação de boa parte do território gaúcho a partir da chegada dos imigrantes pioneiros até nossos dias. À exceção das regiões da Campanha e da Fronteira Oeste, onde predominava a estância e a criação de gado, a maior parte do território gaúcho foi ocupado por pequenos proprietários que se dedicavam à agricultura familiar.

O segundo fator decisivo para o desenvolvimento da economia colonial dos colonos, baseada na produção de produtos agrícolas primários destinados à venda e ao autoconsumo da unidade familiar, foi a melhora nas comunicações vicinais e fluviais. Em São Leopoldo, núcleo mais importante da colônia alemã havia o "pass", local de travessia de montarias e carroças pelo rio. Neste local, rapidamente se organizaram os transportadores, que levavam os produtos deixados pelos colonos em São Leopoldo até Porto Alegre e de lá retornavam carregados de outras mercadorias como têxteis, pólvora, sal, café, etc³¹.

³⁰ O desmatamento da floresta foi a forma, por excelência, de arroteamento das terras. Em 1850 a proporção da superfície vegetal do Rio Grande do Sul para a desbravada era de 36% para 0.5%. Já em 1881, após duas gerações de colonato germânico, a área arroteada sobe para 5.8% e a cobertura vegetal cai para 30.7%. Em 1914, após a chegada dos italianos (aportados em 1870), a proporção é de 11.5% de terras cultivadas para 25% de floresta. Com o desmatamento cresce o valor da terra: em São Leopoldo um lote colonial valia 50 mil-réis, em 1824, já em 1854 era vendido a 1500, ou seja, 30 vezes mais. Em Padre Eterno, no hinterland de São Leopoldo, o lote valia 30 mil-réis em 1850 e 2800 em 1879 (Roche, 1969:54).

³¹ Estes transportadores, utilizando-se de gabarras e de pequenos barcos a vapor (Mulhall, 1873/1974:59), fizeram crescer rapidamente seus negócios, a tal ponto que autores como Amado (1978:31) e Roche (1969:59) referiam-se a "dinastias de navegadores" como os de sobrenome Rasch, Diehl, Selbach, Becker, Blauth, Keller e outros. Segundo Roche, a navegação do rio dos

Com a melhora dos transportes aumenta o acesso dos colonos a outras mercadorias (utensílios domésticos, ferramentas agrícolas, armas, munições, etc), e o consumo expande-se pelo hinterland de São Leopoldo. A principal via de acesso das Picadas para São Leopoldo foram as estradas vicinais. O transporte com carroças aumentava os custos dos produtos da colônia e o desenvolvimento de uma agricultura cada vez mais voltada para o comércio fez com que as relações entre colonos e demais agentes econômicos se monetarizasse. Entretanto, a dinâmica da economia colonial conheceria seu maior impulso a partir da construção da primeira via férrea do Rio Grande do Sul: "The New Hamburg Railway", que ligou Porto Alegre a São Leopoldo em 1874, chegando a Hamburgo Velho em 1876, a Taquara em 1903 e a Canela em 1924 (Mulhal,1873/1974; Roche, 1969:62)³².

A expansão da agricultura colonial pode ser dividida em quatro fases, segundo a classificação de Roche (1969:268). A primeira, que vai de 1824 a 1840, é a fase de adaptação, distribuição de terras e arroteamento das primeiras áreas; é o início da "colonização" propriamente dita. A agricultura era essencialmente de subsistência, sem o cultivo de variedades européias. A segunda fase inicia-se antes do final da Revolução Farroupilha, em 1840, e estende-se até 1860. Neste período, a colonização se expande, ampliando a zona pioneira em direção à Encosta da Serra e ocupando boa parte das terras devolutas de floresta, indesejadas pelos estancieiros e pecuaristas. As terras próximas a São Leopoldo foram palco

Sinos e do rio Caí foi fundamental para o sucesso das colônias: eram as principais e únicas vias de acesso a Porto Alegre até 1874. A maioria dos navegadores era também comerciante devido ao intercâmbio entre a colônia e Porto Alegre.

³² As estradas de rodagem tiveram seu impulso após a I Guerra Mundial com o surgimento do automóvel, do caminhão e do ônibus. Em 1934 inicia-se a construção da faixa de cimento entre São Leopoldo e Porto Alegre. Em 1937 cria-se o DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem) e a construção de estradas no Rio Grande do Sul passa a ser uma prioridade do governo estadual (Müller,1979; Roche,1989:62/65).

das primeiras lavouras e a produção de milho, feijão, batata e mandioca crescia rapidamente³³.

A terceira fase que vai de 1860 a 1890 representa o auge da especialização da produção agrícola de São Leopoldo. Ocorre uma seleção nas culturas e o milho, a mandioca, o feijão e a batata tornam-se os principais produtos comerciais da agropecuária colonial. Neste período a colônia alemã é alcançada por diversos meios de comunicação, entre eles a estrada de ferro, que chega a São Leopoldo em 1874 e a Novo Hamburgo em 1876 e, além de contar com uma infra-estrutura desenvolvida a terra se encontra no melhor estágio de sua produtividade³⁴.

A quarta e última fase inicia o período de declínio e regressão da agricultura nas colônias alemãs antigas. A partir do ano de 1890, a regressão da agricultura nas colônias velhas aumenta paulatinamente. Assim, as áreas que foram ocupadas nos primórdios da chegada dos imigrantes, como São Leopoldo, Novo Hamburgo e Campo Oriental, conhecem o esgotamento de suas terras e a queda da produtividade. Segundo Roche (1969:272), o esgotamento do solo representou um "pesadelo" para todas as colônias, pois a conservação da técnica da queimada rapidamente diminuiu a fertilidade do solo. Além disso, os sucessivos plantios e o atraso dos sistemas agrícolas reduziram, progressivamente e inexoravelmente, os rendimentos. Desse modo, em 1950, a atividade agrícola nas principais cidades da Colônia Velha como São Leopoldo e Novo Hamburgo havia praticamente desaparecido, permanecendo apenas nas Picadas de seu "hinterland".

³³ A produtividade do milho entre 1849 e 1853 triplicou; a da mandioca quase dobrou devido à fabricação de farinha. Entre 1854 e 1858, os aumentos continuam: sendo de um acréscimo de 30% em relação ao feijão, 50% com respeito à mandioca e ao milho e 10% no que se refere à batata (Roche 1969:270).

³⁴ Segundo Roche (1969:271), em 1870 o milho representa 41% da produção total de São Leopoldo, o feijão 28%, a mandioca 23%, a batata-inglesa 4%, e os demais cereais representam só 2%, e todas as outras culturas reunidas, 4%. A partir de 1880 o milho deixa de ser exportado, tornando-se, juntamente com a mandioca, o principal alimento da criação de suínos. Assim, já em 1889, o milho não representa mais de 0.6% das exportações, enquanto a banha alcança os 33.8%.

A regressão subdivide-se em dois períodos: o primeiro, que vai de 1890 até o final da República Velha, inicia com a queda da exportação de milho e mandioca, passando-se a utilizá-los na engorda de suínos destinados à produção da banha. Dentre as principais características deste período podemos citar: a-) queda crescente da produtividade agrícola da Colônia de São Leopoldo; b-) transferência do pólo de produção agrícola de São Leopoldo para as colônias fundadas no último quartel do século XIX (Ijuí, Santa Cruz, Estrela e outras); c-) ampliação da participação dos outros Estados brasileiros como São Paulo, Minas Gerais e Pará. O segundo período inicia no final da República Velha e estende-se até 1950. Nesta fase, cresce a produção agrícola das regiões do Alto Uruguai, Missões e do Planalto Médio (as Colônias Novas) com o rápido desenvolvimento das cidades-pólo como Erechim, Santa Rosa, Carazinho, Passo Fundo e outras.

Assim, fecha-se "a fronteira agrícola" do Estado tendo por base uma colonização (e aí inclui o papel desempenhado pelos imigrantes de origem italiana) que reproduziu por décadas e gerações o modo de vida camponês: sua forma de produzir baseada na rotação de terras e sua forma de sociabilidade baseada no interconhecimento, na solidariedade vicinal e familiar e na homogeneidade econômica e social de toda sociedade³⁵. Segundo Leo Waibel (1955:472) "esta fome de novas terras é, principalmente, uma consequência dos sistemas agrícolas adotados pelos colonos".

A expansão da agricultura colonial nas regiões do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul reproduziu o modo de vida colonial, a forma de

³⁵ Compartilhamos com a idéia de Waibel de que no Brasil não há uma "marcha para o oeste" tal como nos Estados Unidos da América. Aqui, "as zonas pioneiras não são um fenômeno primário da conquista de terras novas, mas uma consequência da mesma. Elas só se formam posteriormente e somente ali onde englobados na área já povoada ficarem para trás áreas mais ou menos extensas de matas. A sua área é por isso restrita e já pelas condições naturais não podem ser ampliadas indefinidamente"(loc.cit. 1955:412). No Rio Grande do Sul, houve uma "marcha para o noroeste" à base da ocupação das terras indígenas dos Kaingáng, que vinham sendo espremidos para a fronteira norte e oeste do Estado desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães. Esta situação agravou-se, ainda mais, a partir da entrada dos italianos em 1870.

produzir e, até mesmo, as tradicionais culturas da roça como o milho, o feijão, a mandioca e a batata. Enquanto que a produção agrícola regridia em São Leopoldo e na Colônia Velha no final do século passado, outras áreas como Santa Cruz, Ijuí e Estrela entravam na fase de seleção e especialização das atividades agrícolas para suprir a demanda. A regressão da agricultura na Colônia Velha levou, inclusive, ao surgimento de novas áreas de expansão do sistema agrícola colonial. É o caso, por exemplo, das regiões que integram os municípios de Erechim, Santa Rosa e Carazinho, que até 1930 tinham uma participação reduzida na produção rural (Roche, 1969:299-314).

A regressão da produção agrícola das Colônias Velhas, próximas a São Leopoldo, contribuiu decisivamente ao processo de ocupação e colonização da fronteira agrícola do Estado do Rio Grande do Sul. A desconcentração fundiária e a migração inter-regional constituem-se em formas de reprodução do modo de vida camponês. Além disso, como se verá no final dessa dissertação, há também o caminho de volta, o retorno dos filhos e netos de emigrantes das primeiras décadas do século XX, que regressam às Colônias Velhas, hoje pólos industriais, não mais na condição de "colonizadores de terras" mas, em geral, na mais completa miséria, destituídos de suas propriedades rurais, tendo na venda da sua própria força de trabalho o único meio de garantir sua sobrevivência. Retornam, enfim, como proletários.

1.3.3. A Crise da Agricultura Colonial: estratégias de resistência

O sistema agrícola colonial que predominou nas regiões de colonização alemã até meados do século XX teve, ao longo de sua trajetória, momentos de crise que demandaram reformulações importantes na sua tradicional forma de produção. Os momentos de crise, além de indicar as

fraquezas e os limites deste sistema, mostram a capacidade de reconversão e adaptação do modo de vida camponês à novos desafios. Podem ser registradas pelo menos duas "estratégias de resistência", que foram fundamentais à garantia de um período maior de sobrevivência ao sistema colonial de produção (Garcia Jr., 1989). A primeira delas é a substituição da policultura comercial pela criação animal de suínos, destinados à produção da banha. A segunda, que de certo modo ocorre em concomitância e em consequência da anterior, refere-se às migrações rural-rural, das Colônias Velhas em direção às Colônias Novas.

A partir da última década do século XIX, a Colônia Velha de São Leopoldo sofre uma queda significativa na produção agrícola para o comércio. A esta fase de regressão corresponde uma outra ascendente que é a produção comercial de suínos para produção da banha. No final do século passado e nas primeiras décadas do atual desenvolve-se, pela primeira vez na região colonial da lavoura, uma atividade de criação animal: a suinocultura.

Em 1907, São Leopoldo encontrava-se no auge da produção da banha, produzindo só neste ano 350 toneladas. Em 1916 produziu-se 325 ton. e em 1917, 377 toneladas. Contudo, logo após a I Guerra Mundial inicia-se uma fase de regressão que se prolonga até o final da República Velha. Nas primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo que decrescem em São Leopoldo a produção de milho e suínos, estes produtos aumentam de produtividade em colônias mais jovens³⁶. Os dados mostram que quando em São Leopoldo a produção entra em fase regressão ela se torna bem sucedida em outros locais, como foi o caso de Santa Cruz³⁷.

³⁶ Em 1918 São Leopoldo produz 491 toneladas de banha, 296 em 1919 e apenas 216 em 1920 (Roche, 1969:310). Santa Cruz inicia a fase de expansão em 1882 produzindo 13.333 toneladas de milho em 1881, 20.000 ton em 1913, 40.000 ton em 1917 e 45.120 ton em 1920, iniciando sua regressão em 1924 quando produz 27.300 ton. e apenas 13.386 em 1946.

³⁷ O milho, ao invés de exportado, torna-se ração animal e a renda com a venda da banha supera a daquela obtida com o cereal. Em 1870, o milho representava 53% do total das exportações (milho-grão 32,4; porcos 3,2% e toucinho 16,4%), o feijão representa 22,4%, a farinha de mandioca 9% e a

O crescimento da produção da banha deve ser compreendida como uma alternativa estratégica frente ao modelo agrícola dominante nas colônias. Obedecendo a períodos diferentes, a agricultura colonial pôde expandir-se e especializar-se numa região enquanto que em uma outra entrava em regressão. Aliás, esta foi a sistemática de ocupação da região da Encosta da Serra, depois o Planalto e, posteriormente, o Alto Uruguai. Enquanto no sopé da Serra, em Dois Irmãos por exemplo, as terras se esgotavam e tornava-se difícil manter os padrões de produtividade e de renda na agricultura, no Alto Uruguai, em Três Passos ou em Santa Rosa, os colonos mais aventureiros e sobretudo os mais jovens, encontraram ainda nas décadas de 1930 e 1940 terras férteis e produtivas que garantiram uma rápida expansão e especialização da produção agrícola.

Na colônia a maioria dos compradores de banha eram os "vendeiros", que também adquiriam o restante da produção agrícola excedente ou destinada à venda. Como a agricultura e o comércio sempre andaram juntos na Colônia Velha, foram também os vendeiros os primeiros a criar estabelecimentos dedicados exclusivamente à compra, ao abate e ao refino da banha. Adquiriam os porcos vivos dos colonos e abatiam-nos em seus estabelecimentos. Foi em São Leopoldo que a atividade suína iniciou, ascendeu e depois de duas décadas de bom desempenho foi, gradativamente, perdendo espaço para as outras regiões criadoras³⁸.

batata 1,4%. Já em 1889, com o desenvolvimento da suinocultura para exportação da banha, o milho representa apenas 0.6% das exportações, mas a banha alcança 33,8% (Roche, 1969:271). Em 1875 o Rio Grande do Sul exportava 143.155 Kg. de banha, 188.429 em 1880, 1.226.220 em 1885, 2.759.870 em 1890, 7.534.048 em 1895 e 1.122.903 em 1899. Com a difusão da suinocultura pelas colônias novas a partir de 1920 o Rio Grande do Sul exporta, em 1920 25.176 toneladas, 28.141 em 1925, 45.954 em 1930 e 38.943 em 1935; registrando-se a partir daí sucessivos decréscimos. Ver Pesavento, 1983:71,90,101,108.

³⁸ A partir de 1935, com a perda dos mercados centro-europeus e a queda nas exportações para o centro do país face à concorrência de São Paulo e do Paraná, a produção da banha recuaria drasticamente. A partir da década de 1950, reduz-se ainda mais sua capacidade de concorrência devido a emergência da produção da soja e a sua utilização na fabricação de óleos vegetais comestíveis e também em razão da substituição da suinocultura pela atividade leiteira nas colônias velhas.

A segunda estratégia de resistência que mencionamos acima - as migrações - parece estar ligada à semelhante conjunto de problemas. A partir do final da I Guerra Mundial, a Colônia Velha conhece um processo de diferenciação social e econômica que, pela primeira vez, altera a paisagem rural da região. Enquanto Novo Hamburgo e São Leopoldo passam a se dedicar ao comércio e às manufaturas proto-industriais, as Picadas, Linhas e seus povoados aglomerados, que administrativamente pertenciam a estas cidades, vêem alteradas as condições de reprodução de seu modo de vida. Novo Hamburgo e São Leopoldo, a partir da República Nova, assumem características de *centros urbanos*. Já as demais colônias, que compunham a zona de colonização antiga, buscaram através das emigrações a reprodução de seu modo de vida.

Toda região da Encosta da Serra, numa faixa que se estende do Vale do rio Caí ao Vale do rio Paranhama, continuou a se dedicar à agricultura colonial tradicional, permanecendo inalterada até a década de 1960. As dificuldades de reprodução do sistema produtivo conduziram um grande número de jovens descendentes de alemães a emigrar. É neste período que se dá o processo de ocupação da fronteira agrícola do norte do Rio Grande do Sul. A migração rural-rural constituiu-se numa estratégia de reprodução do campesinato (Garcia, 1989). A "emigração não se explica apenas por fatores que são externos ao campesinato - guerras, ditaduras, messianismo, etc. - mas também a partir do próprio sistema camponês. Ela é, ao mesmo tempo, desencadeada e organizada pelo sistema de parentesco: uma dimensão desse sistema, como o padrão de herança, expulsa pessoas; outra dimensão, o *espírito de parentesco* faz com que a migração se faça através de grupos de parentes (irmãos, primos, etc.) que irão reuplicar o modelo em outro lugar para, em seguida, recomeçar tudo de novo" (Ellen Woortmann, 1986:120).

Nas Colônias Velhas, as emigrações causaram uma verdadeira regressão demográfica nos povoados e distritos localizados no sopé da

Serra. A população recenseada de Novo Hamburgo-São Leopoldo passou de 47.660 em 1920 para apenas 52.049 habitantes em 1940, indicando uma perda anual de 12,76 % se se considerasse o crescimento natural normal. Algo semelhante ocorreu em Dois Irmãos, que contava com 5.875 habitantes em 1900, 5.990 em 1920 e apenas 4.622 em 1940. Apesar da abertura da estrada BR.116, em 1950 esta Picada contava somente com 5.472 habitantes, portanto, um crescimento demográfico natural negativo nos últimos 30 anos. Ivoti, município vizinho ao anterior, apresenta as mesmas flutuações: 4.553 habitantes em 1900, 7.090 em 1920, decaindo para 5.402 em 1940 e ainda mais em 1950, quando contava com apenas 4.115 habitantes³⁹. Na região do Vale do rio Caí os exemplos são também significativos: Estrela perdeu em torno de 20.023 habitantes entre 1900 e 1950 e Lajeado perdeu em trinta anos, 15.462 habitantes (1920-1950), o que corresponde a um terço da população deste último ano⁴⁰. Estes dados indicam que, do mesmo modo como ocorreu com a introdução da banha, as emigrações rural-rural para regiões de fronteira agrícola constituíram-se em estratégias de reprodução do modo de vida dos colonos.

³⁹ Ellen Woortman (1986), em seu estudo sobre parentesco e formas de reprodução camponesa constatou que em Jammerthal, município de Dois Irmãos, da família Fassbinder saíram cinco irmãos e uma irmã com destino a Itapiranga. Da família Fleck, de Picada Verão, também município de Dois Irmãos, conforme registros da Igreja Evangélica, migraram entre 1903 e 1933 seis filhos casados e mais um primo patrilateral, todos para Maravilha, no oeste de Santa Catarina.

⁴⁰ Segundo Roche (1969:357) e Presser (1978:82), em 1940 havia 91.194 brasileiros nascidos no Rio Grande do Sul fora do Estado: 76.394 residiam em Santa Catarina e 14.800 no Paraná; representando 69% dos gaúchos que vivem fora do Estado. Já no ano de 1950 este número havia crescido significativamente, elevando o número de riograndesnses residentes em Santa Catarina e no Paraná para 156.411, ou 76% do número total de rio-grandenses que emigraram. A grande maioria dos emigrantes eram agricultores que viviam em zonas rurais. Segundo Presser, 98% dos emigrados conservaram-se camponeses, ou seja, foram migrações que buscaram reproduzir a profissão de colono e o seu modo de vida em outras regiões.

1.3.4. Os Limites do Sistema Agrícola Colonial

O estudo da evolução da agricultura colonial revelou-nos a fragilidade do sistema de produção adotado pelos colonos. O atraso das técnicas agrícolas como a queimada e a rotação de terras aumentava incessantemente a fome de novas terras. Este sistema, segundo Waibel (Waibel 1955:412) "tem a desvantagem de não ligar o colono à sua terra e este é o principal motivo por que ele muda freqüentemente de propriedade". Também Roche (1969:285) conclui que o principal obstáculo do desenvolvimento agrícola das colônias alemãs foi a técnica de cultivo utilizada. "Nas mais antigas do pé da Serra, a exploração do solo percorreu um ciclo completo, visto que os colonos hoje reflorestam as terras desbravadas há pouco mais de cem anos. (...) A história agrícola das colônias tornou-se a de uma luta de velocidade entre os progressos dos meios de transporte e o declínio do rendimento, provocado pelo esgotamento dos solos".

Além do sistema de produção, outro limite à reprodução do modo de vida e da forma de produção da agricultura colonial é o reduzido tamanho das propriedades rurais. O processo de minifundização (Freitas, 1954) foi uma constante na zona de colonização alemã e sua causa principal reside nos padrões de herança da terra e no modo de reprodução adotado pelos colonos¹. Segundo Waibel (1949:195), o reduzido tamanho das propriedades destinadas dos colonos inviabilizava a "minimale Ackernahrung", que era a quantidade mínima de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente.

Os sistemas agrícolas tradicionais foram os principais responsáveis pelo rápido esgotamento das terras, mas as formas de reprodução da propriedade e núcleo familiar através dos mecanismos de

¹ Tomando a colônia antiga de São Leopoldo como referencial podemos acompanhar o processo de fragmentação das propriedades a partir dos dados fornecidos por Jean Roche (1969:322/325/326 e Freitas, 1954)

herança aceleravam ainda mais a fragmentação da estrutura fundiária. São duas as formas de herança que existiam entre os colonos de origem alemã: a *Realerbtheilung*⁴² e a *Anerbenrecht*⁴³. A *Realerbtheilung* era a forma de herança que estimulava a reprodução das famílias-tronco e mantinha estável a estrutura sócio-econômica do modo de vida dos colonos. Eric Wolf (1966/1976:103), em seu clássico estudo sobre as sociedades camponesas, também identificou dois sistemas de herança: a herança sem partilha e a herança por partilha. Na herança sem partilha, tal como na *Anerbenrecht*, a propriedade passa para um único herdeiro (primogenitura ou ultimogenitura conforme a escolha) excluindo-se os demais do acesso à terra. Já na herança com partilha, semelhante à *Realerbtheilung*, divide-se a propriedade em partes iguais para cada filho herdeiro.

Na divisão por partilha podem haver regras simbólicas e não tácitas de escolha do herdeiro que irá permanecer na casa dos pais e cuidar de sua propriedade. Nesta situação ocorre o maiorato (primogenitura) e o minorato (ultimogenitura), conforme a escolha feita pelo patriarca como forma de garantir a continuidade da família-tronco e providenciar a sua assistência na velhice. Nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul, se é certo que a divisão por partilha é largamente dominante, não há como afirmar que o maiorato ou minorato é preponderante. Contudo, há estudos que demonstram que a escolha do filho que permanece com os pais pode obedecer a régras de escolha subjetiva do patriarca como a vocação para o trabalho agrícola, a intimidade no relacionamento, entre outros⁴⁴.

⁴² A tradução literal da palavra *Realerbtheilung* significa "partilha real da herança", ou seja, partilha entre todos os filhos de uma mesma família.

⁴³ Forma de herança sem partilha onde a terra passava do pai para o filho mais velho (ou outro). O herdeiro podia usufruir livremente da terra sem reter compromisso algum com os irmãos. Muitos dos filhos não herdeiros da terra eram obrigados a buscar empregos extra-agrícolas nas indústrias ou migrar para outras regiões (Seyferth, 1985).

⁴⁴ Numa situação de herança por partilha podem ocorrer diferentes estratégias de manutenção da propriedade: através da aquisição de novos lotes herdeiros, através do empréstimo de dinheiro, da doação de ferramentas e da ajuda mútua para compra de terra. Uma outra forma que desobriga o patriarca de dividir a propriedade com todos os filhos é

Na maior parte das regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul predomina a herança por partilha⁴⁵. Até meados deste século, com as sucessivas migrações para zonas pioneiras de expansão da fronteira agrícola como o Alto Uruguai, oeste de Santa Catarina e mesmo o norte do Brasil, era possível a cada filho, com ajuda da casa paterna, ter acesso a um pedaço de terra, o que nestas condições possibilitou a manutenção do sistema de herança.

O sistema de herança por partilha, predominante nas áreas de colonização alemã, somado ao reduzido tamanho dos lotes de terra, foi uma das principais causas da "fome de terras" e da precoce expansão da colonização para o Planalto e para o Alto Uruguai. Além disso, a *Realerbtheilung* gera uma forte pressão demográfica sobre o sistema de produção colonial. Quando se esgotam as possibilidades de emigração para novas áreas, a partir do final dos anos 40, inviabiliza-se a reprodução do colono e ocorre o que Viana de Souza (1992) denominou de "bloqueio fundiário"; ou seja, numa situação de "fechamento da fronteira agrícola" associada à impossibilidade de subdividir a propriedade paterna, sob pena de inviabilizar a produção agrícola em escala suficiente para garantir a sobrevivência do núcleo familiar.

A história do desenvolvimento econômico e social das Colônias Velhas confunde-se com o processo de ocupação da fronteira agrícola gaúcha como um todo. A reprodução do modo de vida dos colonos, da família, da pequena propriedade e do sistema produtivo obedecem a sucessivos estágios de evolução e regressão em situações de espaço e de temporalidade sempre diferentes, porém assemelhadas em função da ação dos homens. Assim, por onde quer que se estabeleça o ponto de partida para interpretar, por

estimular, desde cedo, o ingresso dos filhos ou filhas na vida celibatária como padres ou freiras.

⁴⁵ Trabalhos como os de Fátima Viana de Souza (1992), Cláudia Smidh (1992), Tavares dos Santos (1978) e Ellen Woortmann (1986) ilustram, através de estudos de caso, processos de fragmentação fundiária motivados pelo sistema de herança por partilha.

exemplo, o processo de colonização da região do Alto Uruguai, logo ver-se-á sua identidade com o processo de colonização das colônias antigas.

Para o filho do imigrante-colono era difícil imaginar-se noutra profissão a não ser a de agricultor. Mas foram poucos os filhos que puderam estabelecer suas moradias, com a propriedade e a família, próximas à casa dos pais. Os jovens colonos são o que Roche (1974:15) chama de "fâseurs de terre" porque expandiam incansavelmente a zona pioneira. E esta é, aliás, uma diferença fundamental que os distingue dos estancieiros, que se auto proclamavam os "monarcas das coxilhas" ou "centauros dos pampas".

1.4. ARTESANATO

1.4.1. A Importância das Atividades Artesanais

O estudo da atividade artesanal desenvolvida pelos colonos como complemento às atividades agrícolas vincula-se diretamente ao modo de vida dos colonos. O artesanato era exercido pelos imigrantes germânicos em sua pátria de origem como uma atividade acessória e complementar à agricultura. Os camponeses do Sul da Alemanha tinham no artesanato uma das suas principais fontes de renda, uma vez que o reduzido tamanho das propriedades, o grande número de membros das famílias e a insuficiência de rendimentos auferidos na agricultura obrigavam-nos a suprir suas necessidades com trabalhos extra-agrícolas (Seyferth, 1974 cap.1 e Kautsky, 1980 Cap.3).

Os conhecimentos e a técnica de produção artesanal foram trazidos às colônias alemãs do Rio Grande do Sul junto com os imigrantes. Para se ter uma idéia do número de imigrantes que eram artesãos e, em muitos casos, com relativamente poucos conhecimentos sobre a atividade agrícola, recorreremos às informações apresentadas por Weimer (1976:302) sobre as

profissões dos primeiros imigrantes alemães chegados no Rio Grande do Sul⁴⁶. Os registros referem-se aos imigrantes que constavam na Comunidade Evangélica de São Leopoldo, onde o Pastor Wilhelm Wolf catalogou 1862 imigrantes do sexo masculino: 28,9% desses não tinham profissão, 29,7% se dedicavam às atividades agrícolas e, nada menos que 41,4% possuíam outras profissões não-agrícolas. Weimer (1976:310), impressionado com esses dados escreve: "O que provavelmente se esconde atrás dos frios números é o fato de que os imigrantes aprendiam e exerciam um ofício ao lado das práticas agrícolas. Penso que o trabalho da terra era o elemento integrador e o ofício, o elemento diferenciador, razão pela qual se registrava com mais freqüência o segundo".

Emílio Willems (1946:246), também aponta dados que indicam uma ampla predominância das profissões não-agrícolas sobre aquelas ligadas à agricultura. Segundo o autor, "do total de 93 imigrantes que chegaram no Rio Grande do Sul em 1824: 48 eram artífices e operários especializados, 25 agricultores, 10 comerciantes e 10 representantes de diversas profissões liberais". Para Willems, esta "diferenciação profissional significava, no século passado, mais que hoje, diferenciação social". Isso demonstra que, desde a chegada dos imigrantes, agricultura e artesanato faziam parte de um mesmo modo de produzir, de um mesmo modo de viver.

Retomando às informações coletadas pelo pastor evangélico Wolf (apud Weimar, 1976:316), reproduzimos abaixo uma Tabela que ilustra as profissões dos imigrantes e sua evolução por setor de atuação, para os períodos de 1824 a 1845 e de 1845 a 1889:

⁴⁶ Os dados fornecidos pelo Pastor Wolf, publicados por Weimer (1976), referem-se aos 1.862 homens e 1.486 mulheres que chegaram no Rio Grande do Sul antes de 1900. Dos 3.393 imigrantes catalogados, 2.948 eram alemães natos, ou seja, 96,9%, os restantes 2,9% são europeus não alemães e 0,2% são oriundos de outras regiões.

TABELA 1 - QUANTIDADE DE HOMENS POR SETORES ARTESANAIS⁴⁷

	até 1845	1845/1889	Total parcial
sem profissão	-	-	538
setor primário	130	423	553
setor secundário	219	354	573
setor terciário	58	140	198
Subtotal	402	917	1.862

Fonte: Weimar (1976:316).

A Tabela 1 acima confirma as observações feitas por Weimar (1976:317) acerca dos dados coletados pelo Pastor Wolf: a) as profissões do assim chamado "setor secundário" eram exercidas, concomitantemente, com a agricultura: 2/3 dos informantes confirmam sua vinculação a dois ou mais setores, o que provavelmente implicou no exercício do artesanato junto à atividade agrícola; b) a preponderância do artesanato do couro, seja ele usado nos curtumes ou em sapatarias e selarias, indica uma relativa interdependência entre a colônia e a Campanha, uma vez que a segunda se dedicava à criação animal; c) após a Revolução Farroupilha verifica-se uma distribuição mais homogênea entre os três setores da produção. Após 1845 o setor primário evolui de 31,9% para 46,1%, o secundário diminui de 53,9% para 38,6% e o terciário cresce de 14,2% para 15,3%; d) as profissões apontadas indicam nitidamente características de uma sociedade pré-industrial.

⁴⁷ A principal profissão do setor primário era a de colono, sendo inexpressiva a pecuária. O setor secundário, no entanto, compunha-se de um total de 97 profissões diferentes, sendo as de sapateiro, curtidor, marceneiro, carpinteiro, alfaiate, ferreiro, as de maior destaque. Já o setor terciário dividia-se em 42 atividades diferentes sendo as de comerciante, taberneiro as de maior incidência. Para maiores detalhes consultar Weimar op.cit..

1.4.2. Artesanato e Agricultura Familiar

A denominação de artesão pode ser atribuída ao homem que exerce um ofício manual por sua conta, seja numa obra, seja numa oficina e que é ajudado somente por um ou dois companheiros (Roche,1969:480). O surgimento do artesanato na Colônia de São Leopoldo foi relativamente precoce⁴⁸. Ocupado o lote, feita a derrubada do primeiro pedaço de floresta destinado ao cultivo do milho e feijão o colono iniciava a construção de sua casa, do galpão (para abrigar os animais e estocar a colheita). Assim, o colonos passam a confeccionar alguns instrumentos e ferramentas de madeira, que lhes serviam no trabalho agrícola. Logo surgem também os moinhos, as casas de farinha, os tecelões, os matadouros, os curtidores e outros.

No início, quando a sobrevivência biológica situava-se no que Cândido (1964:27) chamou de "*mínimos vitais e mínimos sociais*", ou seja, quando com menos recursos de subsistência e com menor organização das relações não seria viável a vida social, o artesanato servia para satisfazer as necessidades essenciais como alimentar, alojar e vestir. Cada família supria suas necessidades com o trabalho artesanal: fiava e tecia o linho e o algodão, fabricava a farinha de arroz e de mandioca, o óleo de sementes de abóbora, o açúcar mascavo e outros (Roche:1969:480). Entretanto, esta autarcia familiar da colônia não durou muito para ser alterada, sobretudo nos "povoados aglomerados" mais avançados e melhor servidos de comunicações, como a vila de São Leopoldo. Pois, logo que se esgotavam num lugar, as atividades artesanais se transferiam às Picadas, Linhas e povoados localizados no hinterland. Quanto maior o isolamento dos

⁴⁸ Vários autores (Roche, 1969:481; Amado 1978:35; Porto,1934:105) acreditam que não se trata propriamente do "*aparecimento*" do artesanato, mas sim de seu "*ressurgimento*", uma vez que para a maioria dos colonos, seu exercício era como retomar a um velho hábito que na Alemanha era transferido hereditariamente de pai para filho.

colonos, mais diversificado era o seu artesanato; quanto mais próximo de Porto Alegre, mais pobre era a produção artesanal⁴⁹.

Jean Roche (1969:481) dividiu o artesanato rural em dois ramos: o de produção de bens de consumo locais e o de transformação. Trata-se da separação entre *estabelecimentos* e *profissões*. A principal diferença que distingue uma da outra é o nível tecnológico em que se exerce a atividade. Os estabelecimentos era locais que dedicavam-se com maior sistematicidade aos ofícios do artesanato como moinhos, ferrarias, sapateiros, curtidores e outros. Caracterizavam-se pela transformação de produtos agrícolas em mercadorias "exportáveis"⁵⁰. Já as profissões caracterizavam-se pelo exercício de uma atividade não-agrícola que servia de complemento à renda do camponês, como atividade secundária.

O processo de diversificação e expansão do artesanato é acompanhado pela intensificação e multiplicação do comércio. O aumento da divisão social do trabalho diversificou e dinamizou o universo de atividades e produtos que circulavam na colônia. A especialização da produção de algumas atividades acaba com a autarcia dos colonos. É cada vez maior a quantidade de produtos alimentares que o colono deixa de produzir na propriedade para adquiri-los na venda. A todo momento fundavam-se novas atividades e diversificava-se a produção artesanal de bens de consumo

⁴⁹ Segundo Roche (op.cit.p.487) "onde a população era mais antiga e densa existiam artesões em maior número: 122 em Dois Irmãos, 69 em Bom Jardim, 30 na Picada Café, 9 em Cristina do Pinhal, 3 em Brochier no ano de 1874. No interior, onde o isolamento era relativamente maior, o número de artesões aumentava, ao passo que à margens dos rios, cuja colonização remontava, todavia, à época anterior quase não se encontrava artesões".

⁵⁰ O exemplo mais comum era o moinho, as destilarias, as casas de farinha e outros. Os moinhos eram mais freqüentes no hinterland da colônia do que na vila de São Leopoldo. Eram os locais onde o colono transformava seu produto agrícola em mercadoria, em produto de troca. Entre os estabelecimentos há aqueles em que o colono se dedica temporariamente ao ofício, como no caso do ferreiro, ou em certas estações como na época do fabrico da farinha de mandioca; e aqueles em que o artesão tem sua principal fonte de renda. Este é o caso de alguns ofícios de sapateiros e marceneiros, onde o artesão dispunha de alguns instrumentos próprios de trabalho e o auxílio esporádico de algum membro da família. Em sua grande maioria, os donos de estabelecimentos mantinham junto a seus ofícios uma pequena propriedade de terra.

locais. O nascimento e o desaparecimento de atividades artesanais oscilava de acordo com a distância da Colônia, o estado das estradas e a existência de produtos similares de origem estrangeira, especialmente os têxteis e metal-mecânicos ingleses e alemães, que podiam competir com a produção local.

Desde o início houve uma íntima relação entre artesanato e agricultura em São Leopoldo (Amado, 1978:35)⁵¹. A maioria dos artesãos era filho de colono ou aprendera com parentes próximos o exercício das atividades. É o que se observa nos depoimentos de antigos artesãos que reproduzimos abaixo⁵²:

"...Fazíamos sapatos, botas, tamancos, de tudo que se usava aqui na colônia, tudo de couro. Além disso, eu me lembro, a gente tinha vaca, um cavalo, horta, porco (...) senão não ia dar prá viver. Só no ofício se ganhava muito pouco, de formas que eu sei, eu sempre ajudava a plantar."(P.F., Dois Irmãos, 79 anos)

"...O Ervino aprendeu o ofício na ferraria do Alves Becker, depois casamos e fomos morar em Padre Eterno para começar uma ferraria nossa. Nós era os únicos da redondeza... Nós passamos necessidades muito grandes. Teve um ano que fizemos só uma carroça, só uma... Junto com a casa lá, nós compramos 350 braças de terra com 25 de largura. Aí nós plantávamos batata, milho, mandioca e trabalhávamos na ferraria. O que nós comia nós plantava."(E.B., Dois Irmãos, 88 anos)

Além de caracterizar-se como uma atividade acessória ou complementar "o artesanato foi o elemento de fixação do homem à terra e à povoação, em oposição à agricultura pura. Enquanto uma família numerosa já não pode viver numa metade ou num quarto de colônia, emigrando alguns de seus rapazes para se estabelecerem, aqueles em que um ou vários membros exercem o artesanato, podem contentar-se com uma propriedade dividida. A fragmentação da pequena propriedade de certo modo favoreceu o

⁵¹ Segundo Roche (1969:486)"...os artesãos forneciam certos serviços ou produtos aos agricultores e transformavam grande número de suas colheitas continuando eles próprios a explorar a terra. Em Dois Irmãos, no ano de 1874, em mais de 100 artesãos, existiam apenas dois que não possuíam nenhum pedaço de terra".

⁵² As entrevistas com estas pessoas foram realizadas em idioma alemão. Buscamos manter a fidedignidade dos depoimentos na sua tradução.

desenvolvimento do artesanato" (Roche,1969:486). Da mesma forma, ocorre uma relação semelhante entre a atividade artesanal e a falta de terra ou a falta de trocas, permitindo que um mesmo indivíduo exercesse, simultaneamente, além da agricultura, dois ou três outros ofícios.

A ligação íntima entre agricultura e artesanato pode ser atribuída a várias razões: a) o conhecimento da técnica de produção pelos colonos; b) a necessidade de produzir bens para uso próprio; c) as possibilidades de vender produtos artesanais e/ou trocá-los por outras mercadorias. Este relacionamento entre a atividade agrícola e artesanal não é estranha ao campesinato. Segundo Chayanov (1974, 1981), a combinação de várias estratégias de produção e reprodução é uma característica comum ao camponês, que através do *balanço* entre as necessidades da família e a penosidade do trabalho necessário para supri-las, busca uma *otimização* entre a disponibilidade dos fatores de produção e a quantidade de trabalho disponível pela família⁵³. Para o colono, o artesanato tinha uma importância fundamental: agilizava-lhe o trabalho, permitia maior conforto e qualidade de vida, servia-lhe de fonte de renda, etc.

1.4.3. O Desenvolvimento e a Crise dos Ofícios Rurais

O artesanato rural foi o responsável pela divisão social do trabalho que cedo se operou no interior da sociedade colonial. Através das atividades domiciliares algumas pessoas puderam ter uma profissão e produzir, na colônia, os bens que até então precisavam ser importados. Com o artesanato surge, pela primeira vez, uma espécie de "mercado de trabalho" no Rio Grande do Sul. A partir do momento em que há uma diferenciação profissional abre-se a possibilidade para alguns indivíduos tornarem-se

⁵³ Afrânio Garcia (1983) e Beatriz Heredia (1979) buscaram dar conta das formas de otimização do trabalho em famílias camponesas através do conceito de *estratégias de alternatividade*.

"não-colonos", pois, até então, ser colono era a vocação de todo aquele que fosse filho de imigrantes. O processo de diversificação do artesanato ocorreu rapidamente. Foi através de seu desenvolvimento que a colônia acelerou o processo de diferenciação social e ampliou, a quase inexistente, divisão social do trabalho⁵⁴.

Desde o início, a farta disponibilidade da matéria-prima do couro permitiu que o artesanato deste tipo (sapatos, tamancos, botas, selarias, etc.) tivesse um crescimento mais acelerado que os demais ramos⁵⁵. Segundo Günther (1973:128 e Carneiro, 1986:26), havia mesmo uma relação entre os pecuaristas e charqueadores da Campanha com colonos-artesãos da Encosta da Serra. Estes "negócios" se davam através da troca do couro cru, que era excedente nas propriedades da Campanha, por encomendas de selas, lombilhos, arreios, botas, relhos, barrigueiras, cintos e outros artigos de couro feitas pelos colonos. A troca eliminava o intermediário e dispensava o uso da moeda, beneficiando ao colono que conseguia matéria-prima farta e barata e a garantia da colocação de seus produtos aos estancieiros, que podiam trocar um subproduto, absolutamente excedente, por outros necessários à sua atividade⁵⁶.

⁵⁴ Autores como Willems (1946:349) e Porto (1954:151) apesar de confundirem artesanato rural com industrialização destacam o papel do artesanato e de sua difusão nas colônias alemãs. A. Porto, por exemplo, escreve: "(...) com a agricultura, que se intensificava nas Picadas, abastecendo os mercados consumidores, desenvolvera-se grandemente a indústria". Do mesmo modo Nogueira e Hutter (1975:106) dizem que "em São Leopoldo, por volta de 1858, os colonos dedicavam-se não só a agricultura mas a diferentes ramos da indústria manufatureira...". Os dados mais interessante, contudo, são fornecidos por Amado (1978:109). Em 1825 havia apenas 1 ofício em São Leopoldo; em 1835 havia 46; em 1843 este número se eleva para 84 e; finalmente, em 1858 já haviam 546 ofícios rurais incluindo-se aí: atafonas, curtumes, engenhos, oficinas de lombilhos (selarias), sapatarias, moinhos, serrarias, entre outros.

⁵⁵ E. Willems (1946:349) atribui grande destaque à atividade coureiro-calçadista. "Nas primeiras fases da colonização alemã no Rio Grande do Sul, a indústria mais importante era a do couro. Baseada na abundância da matéria-prima, fornecida por uma das mais ricas zonas de criação, ela se desenvolveu cedo. Em 1844, São Leopoldo exportou 7.681 selas e 13.995 pares de sapato. Em 1920 havia em 8 municípios do Rio Grande do Sul, 540 curtumes e fábricas de artefatos de couro, dirigidas por alemães ou descendentes de alemães. O centro dessa indústria é Novo Hamburgo."

⁵⁶ A importância do artesanato para a Colônia aparece nesta carta do colono-artesão Mathias Franzen escrita no ano de 1832 a seus parentes na

Da mesma forma como ocorreu com o sistema de produção agrícola, o artesanato rural também conheceu um processo de ascensão e queda marcado por quatro estágios: a adaptação ou ressurgimento; a expansão; a seleção e especialização; e a estagnação e o desaparecimento. Na primeira fase, que se inicia por volta de 1830 e se estende até 1845, ocorre o aparecimento do artesanato rural na sociedade colonial teuta. A segunda fase, de 1845 até 1874, constitui-se nos "trinta anos gloriosos" para o artesanato e para a agricultura de São Leopoldo. Nesse período, ao mesmo tempo que se expande o artesanato, a agricultura conhece o auge da especialização na produção de milho, feijão, batata e mandioca. Cada povoado aglomerado das Picadas ou Linhas do hinterland de São Leopoldo viu surgir casas de comércio - vendas - e uma diversidade de ofícios artesanais que indica não apenas o progresso econômico mas também a complexificação da vida local. A terceira fase que vai de 1874 a 1890 é, indiscutivelmente, o período de maior efervescência da vida sócio-econômica da Colônia Velha. Basta lembrar que em 1874 chega a São Leopoldo a primeira estrada de ferro do Rio Grande do Sul. Com a melhoria nas comunicações, o artesanato passaria a conhecer um rápido processo de seleção e especialização em sua estrutura produtiva. A cada ano aumentava a quantidade de produtos estrangeiros, sobretudo ingleses e alemães, que competiam com os artesãos locais com preços mais baratos e de superior qualidade.

Mas a verdadeira reconversão da economia colonial dá-se pela substituição da produção de subsistência por um tipo de produção cada vez mais especializada e voltada ao comércio. Este período constitui-se na quarta e última fase que se inicia em 1890 e estende-se por várias décadas até 1950. Sua principal característica é a estagnação e o desaparecimento

Alemanha: "(...) Com minha profissão de sapateiro, que exerço ativamente, estou ganhando muito dinheiro; um par de botas custa 24 francos, um par de botinas 10 francos. O couro aqui não é tão caro como na Alemanha, e já existem vários curtumes alemães. Um couro cru custa 12 francos; e o couro curtido sai por 32 francos"(Citada por diversos autores como Petry, 1959:33; Willems, 1946:346; Güenther, 1973:108 e etc.).

de variadas formas de artesanato rural. Pode-se dividi-lo em dois períodos: um que vai de 1890 a 1920 e o outro de 1920 até 1950. O primeiro é marcado pela estruturação e organização de vários ofícios dedicados exclusivamente ao artesanato do couro. O artesão passa a trabalhar e a viver da renda que ganha com a venda da produção manufaturada. Outra característica é a redução do número de ofícios existentes na Colônia Velha, com destaque para aqueles que usavam a madeira como matéria-prima, como serrarias, marcenarias, carpintarias, ferrarias e outros⁵⁷. O segundo período, de 1920 a 1950, marca os primórdios da industrialização e da integração dos mercados regionais à economia nacional. No Rio Grande do Sul, enquanto desenvolve-se a agricultura comercial nas Colônias Novas do noroeste do Estado,⁵⁸ a agricultura da região da Colônia Velha permanece estagnada.

1.5. O COMÉRCIO E AS VENDAS RURAIS

1.5.1. A Importância do Comércio para o Sistema Agrícola Colonial

A "Venda", como popularmente tornaram-se conhecidas as casas de comércio da colônia, era o centro social e econômico dos "povoados aglomerados" das Picadas, Linhas e da Vila de São Leopoldo. O tipo de colonização praticada no Sul do Brasil foi o grande responsável pelo surgimento de um vigoroso comércio entre a zona colonial e a Capital gaúcha. No início, apesar da proximidade com Porto Alegre, a colônia alemã

⁵⁷ É o que ocorre em Dois Irmãos, onde o número de artesãos não parou de baixar a partir do final do séc. XIX. Eram 120 em 1890, 80 em 1923 e 30 em 1950. Havia 1 artesão em 41 habitantes em 1890; um em cada 73 habitantes em 1923; e 1 em cada 182 em 1950, conforme Roche (1969:545).

⁵⁸ Nas colônias Novas o artesanato teve uma existência insipiente e segundo Roche (op.cit.p.491) foi desenvolvido por artesãos "modernos", como as serrarias e as ferrarias. As primeiras surgiram em função do desmatamento das florestas e a outra pela necessidade que os jovens colonos tinham de possuir ferramentas e implementos agrícolas.

ressentiu-se muito do seu abandono e da falta de comunicações. Com a navegação fluvial do Rio dos Sinos, São Leopoldo tornou-se por contigência um entreposto comercial. Nas margens do Rio dos Sinos eram descarregadas as mercadorias vindas de Porto Alegre e embarcados os produtos agrícolas produzidos pelos colonos e trazidos pelos vendedores e transportados⁵⁹.

A "simbiose" entre o comércio e a agricultura tem suas origens no tipo de estrutura produtiva implementada pelos colonos. A produção de alimentos para o consumo da Província se constituía num dos principais objetivos da colonização. Os colonos produziam alimentos para serem vendidos e com os recursos obtidos adquiriam bens de consumo que não produziam. Desse modo formou-se uma rede de comercialização que teve na agricultura policultora comercial, praticada pelos colonos, sua principal base de apoio. Comprar, vender e negociar era a principal atividade do vendedor, embora nos primeiros tempos, não a única. A grande maioria dos proprietários de casas comerciais tinham também uma propriedade e, não raramente, eram também artesãos. Durante o século XIX foram poucos os vendedores que puderam viver exclusivamente de seus negócios na "venda", recorrendo ao transporte e ao artesanato como complemento à renda.

Mais do que um lugar onde se realizavam transações de compra e troca a "venda" rural era, seguramente, o lugar de maior movimento da colônia. Em cada Linha ou Picada, onde houvesse um mínimo de povoamento aglomerado que justificasse a existência de algo parecido a um "entreposto comercial", encontrava-se uma "venda". Além dos negócios com o "*gecheftsmán*" (homem de negócios) a "venda" era o lugar dos jogos de cartas, de prosas e notícias da colônia. Era lá que se ficava sabendo de novidades de Porto Alegre, se intermediava a compra de terras, e era o local de discussão da vida política e alheia de toda a colônia. A venda, além de ser o elo de ligação da economia camponesa com o mercado, era um

⁵⁹ Muito já se falou sobre o sistema de comércio da sociedade colonial teuta do Brasil Meridional. Os trabalhos de maior destaque são os de Roche (1969); Amado (1978) e Seyferth (1974).

espaço de sociabilidade: "elemento de coesão, lugar de demonstrações, o fator social por excelência", como disse Roche (1969:574). Nela o colono esquecia a angústia e penosidade do seu trabalho para, em meio a um e outro copo de bebida, trocar idéias sobre o trabalho, sobre a vida, sobre a saudade da pátria-mãe e, principalmente, interar-se da vida da comunidade (Sperb, 1987:18 e Seyferth, 1974:96/98).

Jean Roche, impressionado com a opulência e monopólio dos vendeiros, considera que "o comerciante controlava, pois, todas as operações possíveis numa zona determinada, e levantava, antecipadamente, a décima parte de cada uma delas. *Era mais que o regulador da vida econômica de seu setor, era seu verdadeiro dono*"(loc.cit.p.417). O comerciante fixava os preços dos produtos agrícolas que comprava e dos gêneros ou objetos "importados" que vendia ao colono. A majoração dos preços dos produtos que vendia e a desvalorização daqueles que comprava dos colonos permitia-lhe a elevação dos ganhos⁶⁰. Embora o colono vendesse de tudo um pouco para poder adquirir gêneros alimentícios e utensílios domésticos, nunca conseguia obter um saldo credor favorável.

Em seu trabalho sobre a colonização alemã do Vale do Itajaí (Santa Catarina), Seyferth (1974:108) mostra como se dava a monopolização dos preços mantida pelos vendeiros. Muitos deles chegavam a reter em estoque alguns produtos, quando tomavam conhecimento de sua falta, para conseguir a ascensão dos preços, ou seja, o ágio. Para descrever esta situação de trocas desfavoráveis, Seyferth recorreu ao conceito de "*underdog position*", que expressa a condição de subordinação à um ambiente

⁶⁰ No ano de 1851, nas picadas de São Leopoldo, os comerciantes pagavam ao colono 800 a 1.120 réis os 60 Kg de milho, 1.920 a 3.000 os 60 Kg de feijão e vendiam o sal a 460 réis os 10 Kg, um chapéu por 3.000 a 6.000 réis, o côvado de tecido de lã por 920 réis e etc. No ano de 1892 a diferença havia se acentuado ainda mais: o comerciante pagava ao colono pelo Kg de toucinho 460 réis, 500 a 680 pelo Kg da banha, 2.000 a 4.000 réis os 60Kg de milho e 4.000 réis os 60Kg de batata-inglesa. Porém, vendia ao colono o açúcar por 700 a 800 réis o Kg, o café por 1.500 a 2.000 réis o Kg, um par de chinelos por 2.500 réis, uma faca por 640 réis, e assim por diante. A listagem é de Roche (1969:417).

marcado pelas relações mercantis de caráter interpessoal (Shanin, 1971/1988:15). Nesta situação, como lembra Amado (1978:73), "o agricultor estava irremediavelmente preso à venda. Era sempre devedor, o comerciante, credor". A importância das informações e da posição que o comerciante ocupava na hierarquia social fez dele um homem que "podia decidir sobre os destinos de um grande grupo de pessoas. O vendeiro sabia de tudo e de todos. O estar bem informado, acrescido do poder econômico que exercia, faziam-no um sujeito de prestígio e poderoso na povoação" (Sperb,1987:18). O monopólio das informações garantia o estabelecimento dos preços favoráveis e assim, o vendeiro pôde concentrar riquezas e obter lucros nunca alcançados pelos outros habitantes da colônia.

Ainda assim, a "venda" era funcional aos colonos porque desempenhava, ao mesmo tempo, uma dupla função: comprava e vendia. Na venda o colono adquiria os produtos que ele não produzia em sua unidade de trabalho e para lá levava o fruto de sua produção. Logo que iam sendo abertas as primeiras Picadas, vendidos e ocupados os lotes de terra, não tardava para aparecer a "venda". O vendeiro não era apenas o "Geschäftsman", mas também era o transportador dos produtos que o colono lhe vendia. O vendeiro levava dias percorrendo as principais estradas do hinterland para chegar ao Passo e lá entregar seu "frete" a um outro tipo de negociante: o transportador-navegador.

1.5.2 O Sistema Comercial Colonial

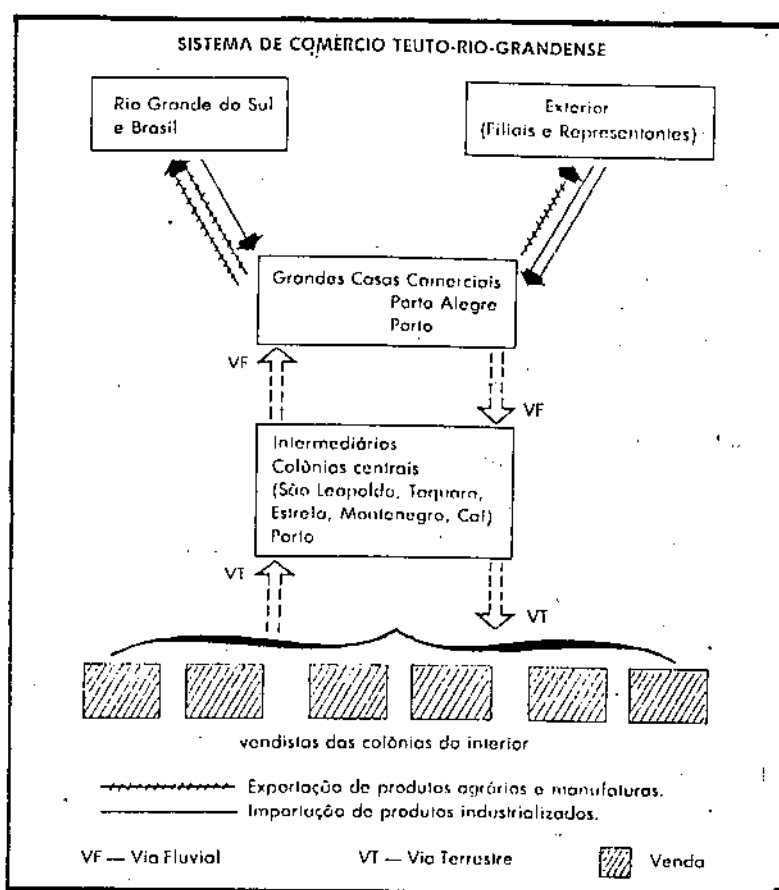
As primeiras "vendas" estabeleceram-se inicialmente no "pass" e nos pontos onde as Picadas partiam do rio dos Sinos para o "hinterland". Por volta de 1850 já estavam espalhadas por toda colônia (Roche 1969:424). A evolução das "vendas" acompanhou o crescimento da situação econômica dos colonos. Os agricultores adquiriam inicialmente os gêneros indispensáveis à

sua sobrevivência como sal, açúcar, café, arroz, charque e outros. Depois de passados alguns anos e com a melhora da produtividade agrícola, o colono ampliava sua capacidade aquisitiva e passava a consumir também produtos como o óleo para iluminação, ferramentas agrícolas, tecidos, utensílios domésticos e outros.

No esquema do sistema de comércio da colônia de São Leopoldo, apresentado por Amado (1978:32), merece destaque o número de intermediários que existem entre a produção do colono e os mercados consumidores. O comerciante do núcleo, ou melhor, dos povoados aglomerados, localizava-se próximo ao rio dos Sinos, de onde remetia a produção para Porto Alegre. Além desse, existia o comerciante rural, aquele que tinha seu negócio no hinterland, geralmente em um lugar que centralizava a vida econômica e social dos moradores de uma Linha ou Picada. A complexa rede comercial que se formou ao longo do tempo também constituiu-se num fator de elevação dos preços das mercadorias vendidas aos colonos. Eram muitos os interessados em apropriar-se de uma parcela do lucro gerado através destas transações. A venda rural localizava-se, geralmente, próxima ao moinho, ao ferreiro, à Igreja e ao salão de jogos. Desse modo, o colono, ao deslocar-se para a venda onde entregava sua produção, aproveitava para resolver outros negócios nos demais estabelecimentos.

O sistema de comércio teuto tinha seu principal mercado consumidor no âmbito local e regional. Entretanto, com o passar dos anos, alguns dos comerciantes dos centros urbanos se fortaleceram e estabeleceram ligações mais intensas com o mercado nacional e internacional. O Quadro 1 abaixo, fornecido por Güenther (1973:145), mostra o caminho de entrada e saída que percorriam as mercadorias e as ligações da colônia com o mercado internacional.

QUADRO 1 - SISTEMA DE COMÉRCIO TEUTO-RIO-GRANDENSE



Fonte: Reis, M.D.L. (1978).

A partir da década de 1860, no auge da produção agrícola e artesanal de São Leopoldo, os comerciantes e consumidores de Porto Alegre fazem suas primeiras tentativas de chegar aos produtos agrícolas dos colonos sem deixar que o comerciante do núcleo da vila, o intermediário, abocanhasse parte do lucro. O raciocínio era simples: se pudessem comprar diretamente dos colonos e eliminar o intermediário, seus lucros no mínimo duplicariam. Primeiro passaram a negociar diretamente com o comerciante da Picada, eliminando o atravessador da vila e depois, com a entrada em cena do "musterreiter" (caixeiro-viajante) alcançaram diretamente os colonos⁶¹.

⁶¹ O papel do musterreiter ou caixeiro-viajante era intermediar as negociações entre as colônias da Serra e Porto Alegre. Sujeito de prestígio na colônia, seguia incansável de Porto Alegre até as Picadas montado a cavalo, acompanhado de uma mula carregada com sacolas repletas de mercadorias. Segundo Amado (1978:74), mais que o correio, os jornais e a própria cidade, ele foi o elemento de ligação do mundo rural teuto com a capital: trazia e levava cartas, relatava as novidades, contava casos e anedotas. (ver também Günther, 1973:145-150 e Reis, 1987:128).

O desenvolvimento do comércio atribui-se, em grande parte, ao aumento da produção agrícola⁶² e à espoliação praticada sobre os colonos. Não é difícil imaginar que o vendeiro-transportador logo tenha se tornado o sujeito mais abastado e o único a poder oferecer crédito aos colonos ou fazer investimentos e multiplicar seus negócios. Como mostram Roche (1969:577) e Sperb (1987:25), o patrimônio dos comerciantes era sempre superior ao dos colonos mais ricos. Weiss (1950:100) assim descreve o *segredo* do sucesso: "...os comerciantes vendiam caro os alimentos e os objetos necessários ao colono; mas, quando o colono lhes vendia algum produto que lhe havia custado meses de suor e de energia, os comerciantes davam-lhe um preço miserável por ele, e ainda só em troca de mercadorias. Podiam trabalhar toda a vida sem sair deste círculo e sem poder economizar para melhorar sua situação (...) mas os comerciantes, progrediam rapidamente". Sua ascensão se fez pelo crescimento da produção agrícola; quando esta declinava numa antiga colônia, eram os únicos que podiam emigrar para a frente de expansão da zona pioneira, dispondo de recursos para sua replantação ou, até mesmo, mudando de ramo de atividade.

Isto leva a uma situação em que o comerciante "tornou-se praticamente o dono da vida econômica da Picada", para usar uma expressão de Amado (1978:33). Em muitos casos, os filhos dos vendeiros acabavam dirigindo filiais de uma mesma casa de comércio que espalhava seu domínio por várias Picadas. Este é o caso dos descendentes de João Pedro Schmitt, proprietário de uma grande casa comercial em Hamburgerberg que se espalharam por toda Encosta da Serra tendo, em 1870, estabelecido "vendas" em Padre Eterno, Bom Jardim, Linha Nova e São José do Hortêncio⁶³. Além

⁶² Basta lembrar que as vendas surgem apenas após terem sido colonizadas (desmatadas) as áreas de terra destinadas à produção de produtos comerciais como milho, mandioca, feijão, batata, etc. Por volta de 1845, quando a agricultura entra em sua fase de expansão, percebe-se também o crescimento da atividade comercial.

⁶³ Para maiores detalhes ver Sperb, (1987:24) e Roche (1969:579).

disso, como se verá na última seção desse capítulo, o capital acumulado pelos comerciantes teve um papel decisivo no processo de industrialização.

1.5.3. Comércio e Campesinato

A relação dos colonos com o comércio caracteriza-se, segundo Abramovay (1992:115) por uma "integração parcial a mercados incompletos", como já mencionamos no início do capítulo. A parcialidade advém do fato de que o colono, por sua condição de proprietário, dono dos meios de produção e relativamente autônomo em relação à venda ou auto-consumo de sua produção, pode estabelecer um cálculo entre vender ou consumir. Próxima à idéia de equilíbrio e/ou balanço entre produção e consumo de Chayanov (1974), a noção de *flexibilidade ou alternatividade*, como definem Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979), procura expressar a maneira parcial como se dá a relação do colono com o mercado. Um dos exemplos é a produção de milho⁶⁴, que o colono podia vender, caso o preço e a estrutura interna do processo produtivo favorecessem esta estratégia, ou consumir, caso as condições de venda e as necessidades internas como servir de ração animal fossem mais prementes⁶⁵.

O que está em questão é o fato de que pela sua condição de camponês, torna-se possível ao colono estabelecer estratégias de alternatividade e reagir "a um ambiente econômico onde tudo leva o agricultor à mais completa dependência pessoal daqueles pelos quais passa sua inserção na divisão do trabalho" (Abramovay,1992:116). É preciso concordar com Abramovay (op.cit.p.101) que "a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite

⁶⁴ Garcia Jr. (1983) fornece um exemplo semelhante a este para a produção da farinha de mandioca ou a venda do produto utilizado como estratégia entre os sítiantes do nordeste.

⁶⁵ A integração parcial, como salienta Abramovay (1992:115) não implica em isolamento do camponês, nem produção exclusiva para auto-subsistência e, tão pouco, na idéia de gradualismo que levaria o colono de um envolvimento parcial a outro completo.

que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida". E serão também os laços morais e interpessoais que caracterizam a relação do colono com os "mercados" aos quais se destina sua produção. Jean Roche (1969::464) explicita bem estas relações de dependência pessoal ao afirmar que "nas colônias nunca houve mercados nem feiras: é a loja que faz parte integrante de sua paisagem. Por isso o comerciante, único agente das trocas, tornou-se muito poderoso no seu feudo. *Esses comerciantes de bom grado se auxiliavam mutuamente, tanto mais que entrava em jogo uma solidariedade étnica cuja medida poderemos avaliar*"(Grifo nosso).

Neste sentido, revela-se a parcialidade e o caráter incompleto desses mercados. Se é certo que a economia camponesa nunca esteve alheia ao mercado também é verdadeiro, como se viu antes, que esta integração é determinada por uma série de elementos estranhos as forças mercantis (oferta e procura). Posto dessa forma, o problema que encontramos parece referir-se ao conceito ou ideal-tipo de mercado, visto como o *locus* de trocas ou como "market place". Como lembra Ellis (1988:10), trata-se aí de mercados que são "imperfeitos ou incompletos". Segundo Ellis a definição da concorrência imperfeita pode ser feita às avessas, ou seja, pela sua antítese, definida pela economia neo-clássica como:

"... a concorrência perfeita enfatiza a neutralidade do mecanismo de preços e seu papel enquanto árbitro de todas as decisões econômicas. Existem muitos compradores e vendedores tanto em mercados de insumos como de produtos. Nenhum consumidor ou produtor é capaz de influenciar o nível dos preços por sua ação individual. Há informação livre e precisa sobre os preços de mercado. Há liberdade de entrada e saída em qualquer ramo da atividade e, também, a competição assegura que os produtores ineficientes são eliminados da produção enquanto apenas os mais eficientes sobrevivem. Num modelo de concorrência perfeita nenhuma coerção, dominação ou exercício de poder econômico por alguns agentes econômicos sobre outros, pode existir."

Ora, a julgar por esta definição, seria falacioso imputar ao campesinato este tipo de relação mercantil com os agentes comerciais. Como

diz Abramovay (1992:117), "...as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiriam a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social".

O esquema do comércio predominante nas colônias baseia-se, justamente, nos vínculos pessoais, na falta de competitividade e na arbitrariedade dos comerciantes sobre o preço dos produtos que o colono vendia; ou seja, salta aos olhos seu caráter imperfeito, se tomarmos como critério de definição os atributos da concorrência perfeita. Por isso, acreditamos que a interpretação das relações entre comércio e agricultura deve, antes de tudo, referenciar-se no modo de vida e no ambiente social e econômico nos quais transcorre a vida camponesa. Os valores éticos e morais da sociedade colonial teuta como fidelidade, reciprocidade e solidariedade não valem apenas como normas de relacionamento sociais, mas também exercem seu poder nas transações econômicas. Ou seja, o colono entrega sua produção ao vendeiro não só por questões de ordem econômica como preço, distância, etc.; mas porque entre ambos existem laços de dependência pessoal como o parentesco, a religião e a reciprocidade.

Para analisar mais de perto esta questão no contexto da sociedade colonial teuta das Colônias Velhas vamos aprofundar cada um dos cinco aspectos apontados por Ellis (1988:11) para caracterizar situações de imperfeição e de não- competitividade:

1- *As informações sobre a situação de mercado são pobres e erráticas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais.* Na verdade, a formação de preços na colônia jamais obedeceu a qualquer parâmetro que dependesse de informações acerca dos preços

regionais ou nacionais praticados nas trocas de determinados produtos. Na colônia, o preço dos produtos era estabelecido pelo vendeiro. É preciso lembrar que o preço, em si, não tinha tanta importância pois a valorização do produto do colono dava-se em função da mercadoria que ele desejava permutar com o comerciante. Assim, a venda da produção agrícola não se "materializava" em dinheiro, mas sim em produtos que o colono permutava na casa comercial como sal, açúcar, café, pólvora, tecidos e outros, em troca de sua produção. Não que não houvesse dinheiro ou moeda circulante, mas esta ficava em segundo plano e era utilizada no pagamento de taxas e impostos territoriais ao Estado ou na compra de terras.

No início, como demonstra Roche (1969:411), as trocas se faziam à vista, ou seja, o colono trazia um saco de feijão, uma lata de banha e permutava na venda por açúcar, sal, café, tecidos e outros. Depois, seguindo o mesmo sistema, os comerciantes implementaram as contas-correntes e passaram a registrar em livros a mercadoria trazida ou levada, tendo ao lado duas colunas onde constava "deve" e "haver" para indicar as receitas e despesas de cada colono.

2- As dificuldades de transporte e comunicação reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses. O monopólio das informações está associado à precariedade dos meios de comunicação que serviam aos colonos no hinterland. Na maioria dos casos o vendeiro e o transportador eram a mesma pessoa. Como lembra Seyferth (1914:105) "a produção individual de cada colono não justificava a viagem" e a distância que separava sua propriedade do entreposto comercial, situado junto ao rio dos Sinos, era extensa demais para ser vencida diversas vezes num curto espaço de tempo.

Desse modo, "logo que os colonos se instalavam e haviam arroteado as primeiras parcelas de terra em cada Picada, um deles, que dispunha de alguns recursos e tinha espírito de iniciativa, assegurava o escoamento dos produtos agrícolas e o abastecimento de trinta ou quarenta famílias

vizinhas. A intervenção do transportador transformava os sacos de milho ou de feijão em tecidos, em ferramentas ou em sal. Isso só era possível graças a um meio de transporte, e a posse de um meio de transporte era o fundamento do comércio" (Roche 1969:423).

À medida que os vendeiros fortalecem seu domínio sobre as transações econômicas da colônia, maior se torna seu monopólio sobre o transporte, que significava também a garantia do monopólio dos preços. Mesmo após o final da I Guerra Mundial, o monopólio dos transportes por parte dos vendeiros permaneceu inalterado. Segundo Roche (1969:423) a ligação entre vendeiros e transportadores era tão comum que vários comerciantes rurais conservavam o monopólio do transporte de produtos agrícolas da picada para o núcleo quando já haviam evoluído os canais de comunicação e até o caminhão já havia sido incorporado no cenário econômico, em substituição as carroças. É o que ocorreu em 1949 no distrito de Dois Irmãos (pertencente a São Leopoldo), onde contavam-se 40 caminhões dos quais 10 arrolados na vila e os 30 restantes nas Picadas de seu hinterland, todos pertencentes a comerciantes. Muitos destes, inclusive, foram durante décadas os principais compradores dos produtos coloniais na condição de intermediários e não mais de vendeiros.

3- Não é num quadro competitivo que os camponeses têm acesso a insumos, sementes e meios de produção. A obtenção destes passa pelos mesmos canais comerciais dos quais depende seu abastecimento em gêneros de primeira necessidade. Esta situação é tão ou mais verdadeira quanto as outras, acima detalhadas, uma vez que o comerciante era o "dono" das informações e sabia, portanto, o que requeriam os mercados consumidores de Porto Alegre. Como era ele o único comprador e transportador dos produtos agrícolas, podia estabelecer prioridades para a compra de produtos dos colonos. Esta situação obrigava o colono a produzir segundo a indicação do vendeiro, se quisesse ter boa colocação para sua produção.

Na verdade, o monopólio de sementes e de ferramentas de produção agrícola e, sobretudo, o reconhecimento pelo status de pessoa bem informada permitiam que o vendeiro orientasse a produção e sugerisse o plantio das culturas que mais lhe interessavam. Em alguns casos, como por exemplo da chegada de uma família recém imigrada ou de um casal jovem em início de profissão, era comum recorrer-se ao vendeiro e, mediante o crédito avalizado de um parente ou pessoa distinta do local, conseguir sementes e ferramentas em troca da entrega da produção. Esta rede de relações pessoais de dependência é que marcam o caráter não competitivo no fornecimento dos instrumentos de produção, indispensáveis à atividade agrícola do colono.

4- O mercado de capitais e crédito é fragmentário ou inexistente.

O crédito é obtido de fontes locais e liga-se a condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os camponeses. Este aspecto, na realidade, parece simbolizar tudo que há de mais inter-pessoal e pouco competitivo nas relações econômicas nas sociedades camponesas. Considerando-se o ano agrícola e a dependência de fatores extemporâneos a produção (clima, fertilidade, etc) os períodos de "fazer dinheiro" restringiam-se à época de safras ou colheitas dos produtos comerciais como feijão, milho, mandioca, etc. Nesta situação, era comum que os colonos tivessem débitos acumulados com o vendeiro e que estes fossem saldados com produtos agrícolas. Fora da colheita, no restante do ano, as vendas do colono restringiam-se a ovos, galinhas, carne, manteiga, etc., em pequenas quantidades. Esses produtos eram excedentes ao consumo da família e, apesar de não equilibrar suas despesas, permitiam uma certa regularidade nas trocas.

Na verdade, não havia mercado de capitais, pois os únicos habitantes que dispunham de condições de fazer empréstimos eram os vendeiros. Apesar da quase inexistência de moeda corrente, o crédito era concedido na forma de mercadorias, instrumentos de trabalho e sementes. A

obtenção de crédito para financiar a produção e a sobrevivência da família em períodos intermediários do ano agrícola passava por formas de acordo e negociação que se diferenciavam de cliente a cliente. Considerava-se o grau de parentesco, as ligações pessoais e até a religião, como valores morais que influenciavam na hora da obtenção de taxas de juros ou prazos mais favoráveis para saldar as dívidas.

O vendeiro desempenhava, ainda, uma outra função: a de banqueiro. Segundo Roche (1969:422) "os colonos efetuavam, como no guichê de um banco, verdadeiros depósitos na caixa do comerciante. Alguns colonos até lhes pagavam uma taxa, para que guardasse seu dinheiro...". Willems (1941:353) também anotou esta característica e percebeu que "desde os primórdios, não deixou de existir, uma relação de dependência econômica entre os colonos e o vendeiro. Se este monopolizava o comércio local, a dependência era mais acentuada. Se a colônia prosperava o vendeiro tornava-se banqueiro dos colonos que lhes confiavam suas economias". Estas poupanças passaram a existir com maior freqüência à medida que os colonos auferiam rendas na agricultura que ultrapassavam os limites do consumo e da subsistência cotidianos. Na maioria dos casos, as poupanças significavam maior segurança para o colono, à qual a família recorria em momentos de enfermidade ou de compra de um lote de terras para os filhos.

Na opinião de Seyferth (1974:113) havia uma dupla vantagem aos vendeiros nesta transação: além de pagar juros pelos empréstimos os colonos saldavam as dívidas por produtos, através do sistema de contas-correntes, cuja desvalorização via preços pagos (fixados arbitrariamente) aumentava o montante da dívida. A outra vantagem é que o vendeiro, ao emprestar a um colono o dinheiro que recebia de outro, podia fixar ou arbitrar uma taxa de juros diferenciada alegando prazos, parentesco, etc.; obtendo sempre um superávit positivo que lhe permitia uma acumulação⁶⁶.

⁶⁶ A idéia de poupança camponesa parece aproximar-nos da noção de "fundo de manutenção" (podendo envolver também os fundos de aluguel e cerimonial), utilizada por Wolf (1966/1976:19), para caracterizar "os gastos necessários

5- *Os critérios de ocupação e transferência de terras submetem-se a regras estabelecidas no âmbito da comunidade local.* Uma vez que estavam estabelecidos os colonos numa Linha ou Picada, os mecanismos de transferência da propriedade não obedeciam a um mercado livre de terras onde pudesse ocorrer o ingresso de outros novos agricultores sem serem filhos ou herdeiros. A transferência, como já vimos, dava-se por herança e predominava, na grande maioria dos casos, a divisão por partilha, ou seja, cada filho tinha direito a sua parcela - a Realerbtheilung. De modo que não se pode falar em um "mercado de terras" propriamente dito, a não ser de arroteamento e de ocupação da fronteira agrícola.

Além disso, o colono nunca valeu-se da terra como mero instrumento de trabalho, como um fator de produção como qualquer outro. A terra, com o passar das gerações, foi aumentando seu valor simbólico e patrimonial para a família do camponês. Antes de mais nada, deve-se ter presente que foi por causa dela que o imigrante deixou sua terra natal, seus parentes e suas famílias-tronco. Foi a posse dessa terra quem lhe deu uma casa, uma família e o reconhecimento da coletividade local. Sem a terra o camponês não é camponês e o colono (como o próprio nome já diz) não é digno do seu nome.

Assim, esperamos ter demonstrado a importância do sistema comercial sobre a forma de produção do sistema agrícola colonial. A influência dos comerciantes sobre a sociedade teuto-brasileira foi decisiva, tanto pelo aspecto econômico como social. Pelo lado econômico, o vendeiro foi o primeiro habitante a diferenciar-se dos demais pela posse de bens materiais e dinheiro. Pelo lado social, era a pessoa de referência da colônia, o sujeito bem informado, bem vestido, relacionado com autoridades de fora e reconhecido por todos. Isto lhe garantia prestígio e status

para a restauração desse equipamento mínimo, tanto para a produção como para o consumo".

perante os colonos e, além do padre ou do pastor, pode-se dizer que ninguém mais gozava de maior admiração e respeito por toda colônia que o comerciante. Tudo isso valeu a este seletto grupo de pessoas o direito de ser reconhecido como uma classe (Roche,1969:574) que fazia fortuna, que dirigia e influenciava as decisões políticas e que era, numa só expressão, para lembrar Gramsci (1984), "hegemonicamente dominante".

Enquanto que o modo de vida dos colonos caracteriza-se pelo que Scott (1976:41 e 1988:304-309) denomina "economia moral ou ética de subsistência"⁶⁷, os comerciantes, após a década de 1850, parece que se imbuíram por aquilo que Weber (1904/1987:05) chamou de "ação racional com relação a fins" com uma "racionalidade baseada no cálculo". Substituíram a ética da sociedade comum pela ética do ganho, do ascetismo direcionado à obtenção do lucro. E o fosso entre a classe dos comerciantes e a sociedade colonial camponesa evoluiu de forma irreversível até assumir novas formas sociais e econômicas com o processo de industrialização, do qual trataremos no próximo capítulo.

1.6. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SOCIEDADE E DO MODO DE VIDA

1.6.1. O Homem e Seu Meio: o habitat rural

A compreensão do sistema colonial teuto-brasileiro do Rio Grande do Sul não se esgota na análise da estrutura produtiva e o modo de vida dos colonos. É necessário também fazer uma rápida digressão sobre aspectos da sociabilidade camponesa: a cultura, as relações de parentesco, a

⁶⁷ Ver também Polanyi, K et.alii. (1976) e Wolf (1969 apud Abramovay 1992:11).

sociabilidade, enfim; as dimensões sócios-culturais que cimentam a homogeneidade desta sociedade de interconhecimento⁶⁸.

A singularidade do processo de ocupação da fronteira agrícola do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da chegada de imigrantes alemães no ano de 1824, atribui-se a um tipo de colonização que Waibel (1949:77) acertadamente classificou de "povoamento rural disperso"⁶⁹. Há nele uma certa regularidade na divisão espacial das propriedades graças à demarcação oficial inicial dos lotes de terra (ver mapa). O povoamento rural disperso, utilizado nas colônias alemãs do Sul do Brasil, tem a vantagem de que o agricultor vive na própria terra, onde sua casa é cercada pelas lavouras, pastos, pomar e etc. O cenário formado por este tipo de povoamento faz-nos lembrar a célebre imagem de Karl Marx (1978:115), no seu 18 de Brumário, quando refere-se ao aspecto isolado e autônomo que assume a geografia camponesa: "...os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecer relações multiformes entre si(...) Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento...".

O "povoamento rural disperso" foi a estratégia à qual recorreram os colonos para ocupar e arrotear as florestas do hinterland de São Leopoldo que, de certa forma, guarda semelhança com uma antiga forma de

⁶⁸ O conceito de sociabilidade aqui utilizado expressa as formas de manifestação e exercício das relações sociais. Ou seja, corresponde à diversidade das formas sociais de relacionamento entre um indivíduo e seus pares num determinado grupo social. Do modo como é aqui empregado, não lhe atribuímos o sentido de uma "forma social utópica" (Martins, 1973:30) tal como aparece subjacente nos conceitos de comunidade e sociedade - *Gemainschaft* e *Gessellschaft* - utilizados por Tönnies. A sociabilidade vista dessa maneira aproxima-se da categoria da solidariedade, da de relações sociais comunitárias, de relações vicinais, etc. Seu conteúdo busca expressar e caracterizar a diversidade de formas de inter-relacionamento familiar e social.

⁶⁹ Na Europa há o povoamento aglomerado cuja imagem mais difundida no Ocidente é o Village. O Village permite uma maior centralidade na vida social e comunal, escolar e religiosa, porém apresenta o inconveniente de distanciar a terra da moradia do camponês.

povoamento e distribuição de terras usada nas montanhas do leste da Alemanha, conhecida por "Waldhufendorf"⁷⁰. Após terem sido ocupadas as terras ao redor de São Leopoldo foi necessário abrir estreitas faixas por entre a mata que ficaram conhecidas por Picadas e Linhas. Ao longo das Picadas e das Linhas, tanto de um lado quanto de outro, eram demarcados os lotes que deveriam ser ocupados por colonos. Nas Picadas e Linhas formam-se pequenos vilarejos de beira de estrada, as "Strassendörfer", ou "povoados aglomerados" como Waibel (1949:198) as denominou.

A distância entre uma Picada e outra (cerca de 6,4 Km segundo cálculos de Roche; 1969:211), a dificuldade de acesso à vila ou a outro povoado aglomerado mais bem estruturado, fez com que os habitantes de uma mesma Picada ou Linha fossem unidos e solidários tanto no trabalho quanto na assistência moral. Waibel (1949:198) nos fornece uma descrição de um desses povoados aglomerados: "As casas se distribuem em volta de uma Igreja e um cemitério, a escola e uma ou duas lojas e bares. Há freqüentemente um moinho, um ferreiro ou um fabricante de rodas. Em outras palavras, esses núcleos aglomerados são centros culturais, sociais e comerciais, muito característico das áreas coloniais...". Para Roche (169:211) os povoados aglomerados formam-se "a partir da beira da Picada, num pedaço de lote ou na casa de um colono, onde surge a capela, a escola, a loja e, depois, o salão de festas... Se a célula é a pequena propriedade isolada, e sabemos o que é isso, a unidade orgânica do povoamento é a Picada"⁷¹.

⁷⁰ Wald significa floresta, Dorf quer dizer vila e Hufe se refere a uma faixa comprida e estreita de terra que foi entregue a cada colono (Waibel, 1949:197). Para maiores detalhes consultar o mapa em anexo e também Seyferth, G. (1974:45).

⁷¹ Constatt (1877:240) descreveu assim a Picada de São Miguel dos Dois Irmãos: "...A principal via que lá serve o comércio, é, no começo, um caminho vicinal muito bem conservado que pode ser utilizado mesmo pelos carros. As habitações dos colonos encravam-se ora à direita ora à esquerda, perto da estrada, a pouca distância, entre verdejantes plantações, diante dos olhos do viajante, e alinham-se durante horas como uma aldeia alemã, ou mais perto ou mais longe uma das outras... Lojas, que servem ora de bodegas ora de armazém constituem pontos de parada no caminho, durante os opressivos calores... Na parte mais animada da Picada, as casas comprimem-se umas contra as outras, e estas, assim como a casa de Deus, imponente

A função destes povoados aglomerados não é a de um Dorf ou Village europeu, mas de uma pequena cidade. Destes povoados aglomerados nasceram os pequenos centros urbanos e vilas chamados "Stadtplätze"⁷². Não sem motivo que a maioria destas "Stadtplätze" são hoje municípios independentes sendo que a cada período novas "Stadtplätze" reivindicam sua emancipação. Uma das razões para a proliferação de inúmeras pequenas cidades nas regiões de colonização alemã é justamente a passagem de uma Stadtplätze à condição de cidade.

No Brasil os trabalhos que se ocuparam com o estudo do habitat rural e das formas de organização e ocupação do espaço social rural agrícola são de Queiroz (1973) Cândido (1964/1987:67). Ambos estudos focalizam a sociedade rural paulista onde o "bairro rural" assemelha-se ao que no Sul denomina-se "Stadtplätze". Tanto a "Stadtplätze" das Picadas ou Linhas do sul do Brasil como o bairro rural do interior paulista têm em comum o fato de serem, simultaneamente, espaços de coesão e dispersão no sentido de que a eles os colonos ou caipiras se dirigem para comercializar sua produção, manifestar suas crenças religiosas, buscar atividades lúdicas e festivas, enfim, manifestar sua sociabilidade. Assim o habitat rural é o espaço onde a vida do colono adquire sentido, pois é nele que indivíduos e famílias reproduzem-se sobre o domínio da natureza⁷³. Este tipo de habitat rural será um dos elementos definidores da vida social camponesa. É ele que constitui parte daquilo que Abramovay (1992) chama de "ambiente social". A delimitação básica deste habitat não é puramente geográfica mas, sobretudo,

numa praça, mostra o começo da grande aglomeração". Semelhante descrição pode ser encontrada em Mulhall, (1873/1974:90).

⁷² Povoamento aglomerado pertencente a um município-mãe sem autonomia financeira e administrativa.

⁷³ Mendras (1967/1970:14) definiu o habitat rural como um espaço onde decorre o trabalho e a vida do campesinato "...o habitat designa a organização de um lugar para nele construir uma *residência* que seja ao mesmo tempo habitação, refúgio, oficina de trabalho e limite de vida". Consultar também Waibel (1949:198); Seyferth (1974:45-53) e Roche (1969:213).

social. A regra predominante é o sentimento de localidade e de pertencimento a este ou aquele grupo.

As características do habitat rural e do ambiente social e econômico que perpassam a vida local formam o que Mendras (1978) chamou de *sociedades de interconhecimento*. A relativa homogeneidade nelas existente gera uma transparência e uma previsibilidade das ações de cada colono e de sua família perante a coletividade local. A mesmo tempo que a relativa autonomia familiar garante a independência em relação aos demais colonos, ela une a sociedade local por intermédio de relações de parentesco, solidariedade e reciprocidade permitindo a existência de uma sociabilidade camponesa⁷⁴. Entre as inúmeras formas de reciprocidade e de solidariedade que existiam na sociedade colonial teuta podemos destacar a aquisição coletiva de instrumentos de trabalho que exigiam elevados recursos, a conservação e melhoria das estradas, a derrubada de matas densas, a ajuda mútua nas épocas de colheita e plantio e a distribuição de carne entre os vizinhos no momento da matança de animais, visando tanto a conserva do produto como a necessária reciprocidade do ato por quem a recebia⁷⁵.

1.6.2. A Família Camponesa

A família é a unidade social básica da economia camponesa. Além de ser a fonte do trabalho, ela empresta sentido à atividade agrícola. O

⁷⁴ K. Woortmann (1990) busca apresentar uma interpretação do que ele chama de "economia moral do campesinato", onde os valores subjetivos em relação a família, a terra e aos lucros definem-se pela "campesinidade".

⁷⁵ Além destes exemplos, há outros. Entre os mais significativos pode-se relatar a prestação de solidariedade dos vizinhos no caso de óbito de algum conhecido e a troca de sementes e plantas entre vizinhos de uma mesma Picada ou de Picadas diferentes. Do mesmo modo era comum entre vizinhos de uma mesma Picada ou Linha conduzir seus animais para que emprenhassem através do cruzamento com os do vizinho. Aparentemente simples, esta relação envolvia uma reciprocidade que muitas vezes se expressava em vários níveis: seja na repetição desta troca com animais de espécies distintas, seja na troca das proles. Estas trocas valiam para animais de porte grande e pequeno.

colono vive para sua família e é dela que retira forças para desempenhar sua profissão. A família exerce um papel de destaque na sociabilidade das colônias teutas do Rio Grande do Sul. Abandonados em meio às florestas, os colonos casavam entre si, muitas vezes entre parentes, e mantiveram seu sistema sócio-cultural, por longos anos, isento das influências externas. A endogamia foi uma forma de manter a coesão da família e impedir que todos os filhos das famílias tivessem de migrar para achar seu quinhão de terra. Os casamentos entre os alemães de uma mesma Picada ou Linha superaram, inclusive, as diferenças de religião.

Embora a maior freqüência de casamentos fosse entre membros de um mesmo credo, a religião nunca representou um empecilho. A endogamia local foi também reforçada pelos laços de apadrinhamento entre amigos e parentes. A endogamia, segundo Willems (1946:433) e Amado (1978:41/61), era muito acentuada, fazendo com que se gerassem famílias extensas o que, de uma certa forma, permitiu que "toda São Leopoldo acabasse por ser um pouco parente entre si" (Amado, op.cit.p.41). Para se ter uma idéia do caráter fechado dos casamentos basta dizer que entre 1896 e 1946, no distrito de Dois Irmãos (em São Leopoldo), numa média não superior a 40 casamentos por ano, a taxa de endogamia (casamentos entre colonos de origem teuta) nunca foi inferior a 97%; ou seja, quase absoluta considerando-se o longo período de 50 anos (Roche, 1969:603).

As dificuldades de comunicação e o modo de vida desenvolvido pelos colonos delegou à família a função de núcleo social e econômico, através do qual mantinha-se a coesão da comunidade e a sobrevivência do grupo. Os laços de parentesco eram extensos entre as famílias e o crescimento demográfico fazia aumentar rapidamente o tamanho da família-tronco⁷⁶. Em geral, a média de filhos por família na primeira geração

⁷⁶ Segundo Jean Roche (1969:102) a média de filhos das famílias católicas que emigraram para o Rio Grande do Sul entre 1826-1828 era de 8,5 filhos por casal na primeira geração e 10,4 na segunda. Já as famílias de descendentes alemães que se formaram no Brasil (ou seja, casaram-se nas colônias rio-grandenses) e naquelas famílias emigradas após 1846, a média

"brasileira" foi de 13,1, na segunda de 7,5 e na terceira de 3,6. Apesar do decréscimo visível, em 1936, 95% das famílias de origem germânica tinham mais de 3 filhos.

A análise das taxas de crescimento demográfico ajuda a explicar a necessidade dos colonos de desmatar e colonizar novas áreas e reforça a idéia de que na sociedade colonial teuta o parentesco, além de intensificar as relações de solidariedade e reciprocidade, constitui-se numa estratégia de viabilização e reprodução da estrutura produtiva (terra e sistema de produção) do campesinato (Woortmann, 1986). Muito apropriadamente, Almeida (1986) mostrou que a família rural não pode ser compreendida apenas pelos aspectos de sua racionalidade econômica (tal como a idéia de "lógica familiar própria" ou "tendência à proletarização ou aburguesamento familiar") ou pelo seu ciclo de reprodução geracional (parentesco, etc.). Sua sugestão, que aqui buscamos incorporar, é a articulação entre os problemas da economia dos pequenos produtores (que descrevemos como o sistema de produção), do parentesco (quando nos referimos às formas de herança e quantidade de filhos) e da propriedade (aqui analisada a partir do processo de ocupação e expansão da zona pioneira) que "produzem famílias diversas com qualidades de vida distintas". Por isso, as estratégias de reprodução dos colonos variavam em função do sistema agrícola utilizado, da disponibilidade de terras, do tamanho da família-tronco bem como do tipo de partilha da herança predominante.

O processo de assimilação/aculturação dos alemães no Sul do Brasil foi lento e parcial. Emílio Willems (1946) dedicou toda uma obra ao estudo das formas de assimilação e aculturação dos alemães no Brasil.

de filhos, por família, cresceu ainda mais: 10,6 na primeira geração e 10,2 na segunda. O exemplo do tronco de Peter Schneider é ilustrativo: nascido a 14 de abril de 1812 na Alemanha, emigrou em 1826. Desembarcou com 5 filhos (tendo perdido 1 na travessia), o primeiro dos quais nascido em 1818. Até 1838, nasceram-lhe 8 no Brasil somando, portanto, ao todo 14, havendo morrido 3 quando jovens. Os 11 filhos sobreviventes deram-lhe 114 netos (média de 10,3 por cada) e 940 bisnetos (média 9,4), dos quais 805 sobreviventes, e 1494 tetranetos no ano de 1920 (ver Roche op. cit. 163).

Segundo Willems, houve um "processo de assimilação que foi, ao mesmo tempo, uma libertação das amarras e sanções normativas da comunidade originária e um ajustamento das personalidades dos imigrantes a novos valores de comportamento, novos hábitos e distintos padrões culturais (Willems, 1946:17). Esta parcialidade advém "de um desprendimento parcial da sociedade originária e de uma integração também parcial na sociedade adotiva" (Willems, 1946:20).

1.6.3. A Cultura e a Sociabilidade

A sociedade colonial teuta manteve inalterado o ambiente social e econômico do mundo rural até meados do século XX. Foi seu relativo isolamento em relação à sociedade riograndense que permitiu que sua cultura e suas tradições se mantivessem estáveis por largas décadas. Mesmo assim, ao adotar um "novo gênero de vida", distinto daquele do seu país de origem e *sui generis* em relação ao existente na sociedade local, os colono criaram um padrão próprio de sociabilidade entre si, embora estivessem inseridos numa sociedade mais ampla com normas e códigos sociais e econômicos próprios (Queiroz, 1973a:60).

Uma das características mais marcantes da peculiar forma de sociabilidade da sociedade colonial teuta-riograndense manifesta-se através do Kerb (abreviatura de Kirchewehfest)⁷⁷. O Kerb é uma festa religiosa e lúdica que tem vários significados: a) manifestar a devoção da comunidade e dos habitantes de um povoado aglomerado ao santo padroeiro de sua localidade; b) brindar os progressos alcançados na nova lavoura oferecendo

⁷⁷ A palavra "kirchewehfest" não possui uma tradução precisa para o português. Contudo pode-se traduzi-la como festa de Igreja, um tipo de quermesse que além de referendar um santo (ou padroeiro) protetor festeja os resultados obtidos com o trabalho. Sobre a influência da cultura dos imigrantes alemães na sociedade gaúcha consultar o capítulo IX de Jean Roche (1969).

aos amigos e parentes de outras localidades o melhor da produção agrícola alcançada; c) reencontrar amigos, parentes e compadres para festejar, jogar e trocar informações; e) manter a coesão da família-tronco.

Cada comunidade escolhe um dia por ano (geralmente finais de semana), exceto na época da quaresma, para prestar homenagens ao santo devoto daquela localidade. Cada localidade tem seu santo e, de acordo com a relação que se estabelece entre católicos e protestantes, pode haver ou não consenso em torno da data do Kerb, para ambas as religiões. Há casos em que isso não ocorre, havendo então comemorações em ocasiões diferentes. Na verdade, esta festa popular nunca termina num único dia, geralmente são três dias sucessivos de festas e encontros, o que se explica pelas dificuldades e distâncias que antigamente havia entre uma Picada e outra, não podendo o colono se deslocar à grandes distância até a casa de parentes ou amigos seus, para retornar em seguida. No Kerb acontecem muitas coisas: diversão e entretenimento familiar são seus principais atributos. É nos festejos do Kerb que ocorre também a preparação dos jovens para os casamentos. Os amigos apresentam seus conhecidos e conhecidas à parentes e os anfitriões concedem, gentilmente, que seus parentes tragam acompanhantes para participar do Kerb. Dessa forma, este é o principal momento que uma moça ou um rapaz dispõe para conhecer outro de seu agrado fora dos limites de sua Picada. O Kerb simboliza, de forma mais acabada, os contornos e as características da sociabilidade da sociedade colonial teuta.

Apesar dos colonos nunca terem conseguido realizar uma verdadeira "revolução agrária" e inverter os padrões arcaicos de seus métodos de produção, o Rio Grande do Sul deve-lhes muito pela sua incansável persistência. Tal como ensina Waibel (1955:416 e 1949:211), no Brasil Meridional a "colonização foi um casamento entre um país e uma pessoa ou uma família, e cada parte tinha seus interesses...". No Rio Grande do Sul houve um processo colonizatório que teve na pequena propriedade e na agricultura comercial familiar do colono sua expressão mais acabada.

Enquanto no restante do Brasil não se conseguiu evitar o que Caio Prado Jr. (apud Waibel 1955:211) considerou o "erro do século" - a dispersão e a instabilidade do povoamento - no sul, através da pequena propriedade e do expansão da zona pioneira em direção à ocupação da fronteira agrícola, permitiu-se a formação de uma economia agrária. Essa "economia agrária" e este modo de vida, que descrevemos neste capítulo, começou a desarticular-se a partir de década de 1970, pelo processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista e pelas transformações estruturais que ocorreram na agricultura familiar de origem colonial. Estes dois "*processos sociais*" serão objeto de análise nos próximos dois capítulos.

CAPÍTULO II

A INDÚSTRIA DE CALÇADOS DO RIO GRANDE DO SUL: A EXPERIÊNCIA DA
INDUSTRIALIZAÇÃO DIFUSA

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata da origem e da evolução de um processo social que contribuiu, decisivamente, para a transformação das relações de trabalho da agricultura colonial bem como da estrutura produtiva urbano-industrial da região da ex-Colônia Velha¹: a industrialização do setor coureiro-calçadista ocorrido nestas regiões.

A indústria calçadista não é em si o objeto principal de estudo². O objetivo é estudar o processo de desenvolvimento deste setor industrial e analisar as transformações que a industrialização, enquanto processo econômico-social, provocou sobre as relações de trabalho numa região onde predominava tradicionalmente a pequena agricultura familiar. A partir de meados da década de 1960 percebem-se nítidos sinais de ruptura no modo de vida da sociedade colonial teuta, como descrevemos no capítulo anterior, e surgem relações capitalistas de produção na forma do assalariamento e da produção mercantil. Alteram-se vários aspectos das formas tradicionais de produção agrícola, entre eles a prática de atividades exclusivamente comerciais em substituição à policultura colonial. Transformam-se as relações de sociabilidade como a reciprocidade e a solidariedade local e vicinal, provocando mudanças nas relações de parentesco, na religião, na cultura e etc. Pode-se dizer, enfim, que com a indústria coureiro-calçadista uma nova estrutura social e econômica se configura e alteram-se as formas tradicionais de reprodução da força de trabalho e das relações sociais.

¹ Hoje a ex-Colônia Velha é abrangida pelas regiões do Vale dos Sinos, Encosta da Serra e Vale do Caí e Vale do Taquari, conforme indica o Mapa 2 da página 23.

² Em anexo, apresentamos um perfil econômico do setor calçadista gaúcho.

2.1. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO: (ou) "para sair do lugar comum".

2.1.1. A Industrialização: um tema controvertido.

A partir de Marx, o tema da industrialização tem sido associado à idéia de transição de uma formação social determinada (feudal, escravocrata, etc) à instauração do modo de produção capitalista. Não procederemos aqui, por razões óbvias, à retomada do debate "clássico" da passagem do feudalismo ao capitalismo. Nem tão pouco descreveremos os diversos modelos de industrialização como ilustração para entender o caso da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul. Nossa tarefa é bem mais simplificada.

A idéia de industrialização, que se fará recorrente neste capítulo, sustenta-se na definição de que o processo social que cria indivíduos proprietários de certas condições materiais de produção é, também, o mesmo processo que destitui destas condições os demais indivíduos. No capitalismo a indústria é uma forma histórica, *par excellence*, de produção de mercadorias. Há, sem dúvida, outras formas capitalistas de produção de mercadorias mas, é o ambiente da "fábrica" que melhor caracteriza o espaço material e social onde algumas pessoas produzem objetos em troca de uma remuneração por seu trabalho. Não obstante os resultados de sua produção lhes *aparecer* como um valor-de-uso (um bem que é produzido e pode ser usado pelos próprios produtores), este *produto final*, em sua *essência*, pertence ao proprietário das condições materiais que foram necessárias para sua produção (os meios de produção). E para este indivíduo o produto não representa senão um valor-de-troca, uma mercadoria que pode ser vendida ou trocada de acordo com seus desejos.

Como se vê, *a priori*, o processo de industrialização não diz respeito à introdução de tecnologias, à inversão de recursos, de máquinas ou de equipamentos num processo produtivo. Também não são as características imediatas dos resultados da produção como seu volume, a

qualidade e os mercados consumidores dos produtos que nos fazem entender porque a produção industrial é uma forma de produção capitalista? O valor-de-uso ou a aparência material das mercadorias como a beleza, a utilidade e o grau de beneficiamento, nada nos dizem sobre a sua forma de produção. Erroneamente, confunde-se a indústria com capitalismo entendendo-se a industrialização como um atributo exclusivo das sociedades urbanas (Menéndez, 1985). A industrialização aparece associada à urbanização e ambas ao desenvolvimento econômico de um espaço que, por "definição", não poderia ser o espaço rural.

O que distingue a produção capitalista industrial das demais formas de produção (a artesanal, cooperação simples, etc) é a separação entre os que comandam o processo produtivo, os proprietários dos meios de produção, e os que produzem, os trabalhadores. Na indústria há uma divisão técnica de tarefas que faz com que o produto final seja o resultado global do processo de produção. Assim posta, a problemática da industrialização guarda estreita vinculação com o processo de acumulação de capital que permite o estabelecimento das relações capitalistas de produção³. Ou seja, a questão da industrialização nos remete à seguinte questão: Quais os mecanismos históricos, sociais e econômicos, responsáveis pela criação das condições materiais de organização de um tal modo de produção?

A partir de 1848, Marx dedicou a estas questões mais de uma década de intensivos estudos no Museu Britânico, cujos resultados condensou no *Capital*. A resposta a que chegou, fundamentalmente, é a de que o processo de acumulação de recursos e bens (capital-dinheiro, meios de produção, etc) nas mãos de um pequeno grupo de indivíduos (capitalistas) depende do processo histórico de formação da propriedade privada⁴. A posse

³ Segundo, J.M.C. Mello (1982:97) "o processo de industrialização capitalista, portanto, deve ser entendido como o processo de constituição das forças produtivas capitalistas(...)pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo..."

⁴ "... O processo que, de um modo ou outro, separou a massa de indivíduos de suas anteriores relações afirmativas com as *condições objetivas de*

dos meios de produção nas mãos de determinado grupo social define o caráter das relações de trabalho, vigentes na sociedade como um todo. De um lado, passam a existir os proprietários que comandam o processo produtivo e apropriam-se do produto final do trabalho e, no outro, estão os assalariados que vendem sua força de trabalho e sua capacidade de produzir. Para Marx (1890/1982), compreender o capitalismo significava entender o modo como se organiza o trabalho no "*processo de produção de mercadorias*".

Este processo pode ser entendido a partir de um exemplo histórico concreto. No Brasil, a transição da economia agro-exportadora cafeeira paulista à industrialização nos fornece uma ilustração. Suscintamente, como mostram Martins (1986:97) e outros⁵; pode-se dizer que a economia cafeeira gerou os pré-requisitos fundamentais para a acumulação de capital que teria levado ao surgimento da indústria. Segundo Martins (1986:21), a origem deste processo está no regime de *colonato*, vigente nas plantações de café, onde ao se empregar a força de trabalho livre de origem imigrante, constituiu-se um regime de "relações de produção não-capitalistas que o capitalismo usa como recurso para garantir a sua própria expansão. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas".

trabalho, que negou tais relações e, portanto, transformou tais indivíduos em *trabalhadores livres* é, também o mesmo processo que liberou estas *condições objetivas de trabalho*, potencialmente, de *suas ligações prévias* com os indivíduos agora delas separados. (Estas condições de trabalho incluem terra, matérias primas, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro, ou todos estes juntos.) Estão ainda *presentes*, mas de um modo diferente: como um *fundo livre*, no qual todas as velhas relações políticas, etc., foram anuladas; e, agora, confrontam aqueles indivíduos sem propriedade, isolados, simplesmente sobre a forma de *valores*, de valores que se mantêm a si próprios e uns aos outros. O mesmo processo que contrapõe a massa de trabalhadores livres às *condições objetivas de trabalho* também contrapõe os mesmos a tais condições como capital. O processo histórico consistiu na separação dos elementos até então combinados; seu resultado não é, portanto, a desapareição de um destes elementos, mas uma situação em que cada um deles surja negativamente relacionado com o outro: o trabalhador, (potencialmente) livre por um lado, o capital (potencial) do outro." (Marx, 1964/1986:99)

⁵ "...Não pode subsistir qualquer dúvida de que a economia cafeeira, assentada nas relações capitalistas de produção, engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria" Mello J.M.C (1982:98).

O processo de acumulação capitalista, gerado pela exploração do trabalhador no regime de colonato da cafeeicultura paulista, foi fundamental à industrialização. Na opinião de Cano (1990:129), os capitais acumulados pelos cafeeicultores foram sendo investidos noutros setores e "promoveram a primeira expansão industrial, tanto de forma direta como indireta". Além de permitir o remanejo dos capitais acumulados, o setor cafeeiro foi o principal fornecedor de força de trabalho para a indústria nascente. Geravam-se, assim, através do processo social de industrialização, os pré-requisitos básicos e as condições objetivas de formação do capitalismo⁶.

Embora esta seja uma das explicações mais recorrentes sobre o surgimento da indústria e das relações capitalistas de produção, há uma outra dimensão, característica do processo social de industrialização, que frequentemente é negligenciada. Trata-se, como sugere Maxine Berg (1987), de ir além dos aspectos econômico-estruturais como as mudanças nos processos produtivos, na natureza dos meios de produção e no comportamento típico das relações de trabalho que identificam as formas capitalistas de produção. As transformações no ambiente social onde transcorrem estes processos e estas relações também podem ser tomadas como indicadores de uma nova *forma de produzir*. Segundo Berg, é preciso ver na industrialização um processo social de longo prazo com um caráter multidimensional. Um processo que além de modificar a estrutura da produção e alterar as formas de trabalho transforma o ritmo de vida das pessoas envolvidas, gera novos valores e normas sociais e, acima de tudo, vai moldando o espaço em que se

⁶ Segundo Cardoso (1969:188/189) "(...) O processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e, mais especificamente, supõe a pré-existência de uma economia mercantil e, correlatamente, implica num grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho. Esta último processo, por sua vez, na medida em que se intensifica em moldes capitalistas, resulta na formação de um mercado especial, o da força de trabalho (...) Contudo estes pré-requisitos são criados pela organização capitalista que antecede a produção propriamente industrial."

desenvolve a atividade laborativa do ser humano até separá-lo da sua ligação original com a natureza.

Na opinião de Berg é preciso questionar os mitos que erigiram da Revolução Industrial clássica inglesa e mostrar que nunca houve esse modelo evolucionista das diferentes formas de trabalho, que passam por etapas diversas até chegar à indústria. Tanto as teses marxistas da acumulação de capital e dos determinantes estruturais quanto as teses de inspiração spenceriana, do crescimento orgânico do artesão à indústria, parecem supor uma evolução regular, de etapas, nas formas de produção industrial. Contudo, a eleição de um determinado tipo de organização do trabalho não envolve apenas transformações econômicas de caráter estrutural (forças produtivas, matérias-primas, etc) mas, também, alterações nas práticas sociais cotidianas como os costumes, a disciplina e a religião. A indústria cria um novo ambiente de trabalho, obriga as pessoas a estruturar-se segundo um novo ritmo de trabalho, uma nova disciplina individual e familiar e uma nova sociabilidade.

Na opinião de Maxine Berg (1987) dever-se-ia pensar que, em sua origem, as formas de produção industriais coexistiam com muitas outras, como o "putting-out", a produção artesanal e o trabalho domiciliar. Há um longo percurso, um processo histórico, que fez com que, a partir de determinado momento, predominasse esta ou aquela forma mais desenvolvida de produção⁷. O processo de industrialização não é apenas um processo de alteração das relações de produção, do modo de fazer, vigente em uma certa época e em uma determinada sociedade. **A industrialização é um processo social que, além de demonstrar sua superioridade econômica sobre as demais**

⁷ Segundo Berg (1987:102), mesmo na Inglaterra, berço da revolução industrial e do capitalismo, "...não existia nenhuma pauta ou critérios únicos para a eleição do tipo de organização industrial. O aproveitamento e os custos de mão-se-obra eram fatores determinantes no desenvolvimento de cada estrutura, porém, como já assinalamos, não eram os únicos numa sociedade capitalista em transição. O peso dos costumes, a comunidade e a disciplina patriarcal jogavam um papel tanto ou mais importante no desenvolvimento das alternativas artesanais, cooperativistas ou proto-fabris colocados frente ao "putting-out".

formas de trabalho afeta, significativamente, uma série de valores e instituições alheias ao mercado como a tradição, a disciplina, os costumes e a etnia; enfim, o modo de vida vigente (Grifos Nossos).

Feitas essas considerações, pretendemos agora mostrar qual o caminho percorrido pela industrialização no Rio Grande do Sul, atendo-nos à trajetória do setor coureiro-calçadista. Relativamente pouco estudada, esta indústria parece diferenciar-se de outros setores industriais. Em primeiro lugar, porque é antiga sua presença na economia colonial em sua forma artesanal, e muito recente em sua configuração industrial. Num segundo plano, como se verá mais adiante, sua estreita articulação com a agricultura familiar colonial atribuiu-lhe feições produtivas específicas, como a extrema concentração regional-geográfica e uma forte pulverização, até os primórdios da década de 1970.

Por isso, esse setor será objeto de estudo não enquanto uma economia de escala industrial. Estamos menos interessados em avaliar seu significado industrial na economia capitalista sul-riograndense do que delimitar sua trajetória e explicar seu comportamento no que diz respeito às relações de trabalho que seu desenvolvimento engendrou nas regiões da ex-Colônia Velha. Nos ocuparemos, portanto, de um tipo específico de industrialização e da forma pela qual um determinado setor industrial vai moldando uma estrutura econômica capaz de articular-se com o ambiente social e econômico de uma região caracterizada pela pequena agricultura familiar.

2.1.2. A Industrialização Difusa

Existem diferentes teorias que buscaram explicar o processo de industrialização do Rio Grande do Sul. Pode-se destacar pelo menos três correntes distintas, dentre as mais importantes. A primeira delas é a da industrialização por substituição das importações, da qual Paul Singer (1977) é o principal expoente. Ao estudar a dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro, Singer constatou que o Rio Grande do Sul teve seu primeiro surto industrial no final do século XIX quando, em função da escassez e do encarecimento dos produtos importados, surgem atividades fabris urbanas que buscavam substituir as mercadorias importadas por produtos manufaturados locais. A segunda corrente, na qual se destacam os trabalhos de Pesavento (1983, 1988, 1991), ressalta que a industrialização no Rio Grande do Sul vincula-se ao processo de acumulação de capital realizado pelos agentes mercantis que atuavam como intermediários entre a economia agropecuária colonial e a Capital. A partir de um processo de expropriação dos colonos, através do monopólio de preços e produtos, os comerciantes teriam acumulado recursos e reinvestido o capital na formação de pequenas atividades fabris, dando origem à industrialização. Uma última corrente, cujo principal expoente é Limeira Tejo (1946/1982), sustenta que a industrialização gaúcha percorreu um caminho linear, uma evolução orgânica do artesanato até as grandes fábricas. Para a teoria do crescimento orgânico a industrialização deve ser atribuída ao pioneirismo e à capacidade de iniciativa individual de alguns vanguardistas.

Na nossa opinião, nenhuma dessas correntes apresenta explicações satisfatórias sobre as origens do processo de industrialização sul-riograndense, mormente, no que se refere ao setor coureiro-calçadista. Não obstante as contribuições de cada uma dessas vertentes analíticas, parecem persistir lacunas importantes pelo menos no que se refere a duas questões.

A primeira delas, estudada de modo parcial e incompleto, diz respeito a debilidade da acumulação de capital e ao problema da elasticidade da estrutura agrária gaúcha. Tanto a teoria da substituição das importações quanto a da acumulação de capital via expropriação do campesinato parecem desconhecer o fato de que tanto a comercialização do produto colonial como a expansão da zona pioneira eram, para o colono, estratégias de reprodução social. O sistema produtivo colonial retardou, sobremaneira, a formação de um mercado de trabalho para a industrialização. Esta pode ser uma das razões pelas quais a economia colonial e sua tradicional forma de produção alcançaram um longo período de sobrevida, que se estende até meados de 1950. Semelhante limitação encontra-se nas teses do crescimento orgânico do artesanato à fábrica. Além de carecer de notória sustentação empírica, elas se aproximam muito mais de uma reificação positiva da ideologia do *self-made-man*, do colono que tornou-se empresário, do que uma teoria da industrialização propriamente dita.

A segunda lacuna que destacamos refere-se, especificamente, ao processo de industrialização do setor coureiro-calçadista. Retomando uma sugestão de Pesavento (1991:70), pode-se dizer que o estudo de caso se constitui no método privilegiado de análise da história da industrialização dos mais diversos ramos da indústria gaúcha. No entanto, raros são os estudos que buscaram analisar a trajetória do setor coureiro-calçadista e compará-la à dinâmica de outros ramos da produção fabril gaúcha.

A origem da indústria de calçados e das atividades diretamente a ela ligadas, como a do curtimento do couro, constituem-se num tema controvertido, cuja compreensão obrigou-nos a recorrer a um conjunto de instrumentos analíticos que podem ser resumidos pela noção de "*industrialização difusa*". Diferentemente das outras correntes, a industrialização difusa (ou dispersa) opõe-se à idéia de que o surgimento da indústria está, necessariamente, ligado a um processo de concentração econômica. Para esta corrente de pensamento, pode ocorrer industrialização

sem que haja a formação de um mercado de trabalho específico (o chamado "exército industrial de reserva"), geralmente associado a um processo de "urbanização".

Quase desconhecido no Brasil, o processo de industrialização difusa tem se tornando uma alternativa de interpretação para o surgimento de regiões industrializadas, de feições explicitamente locais e regionais na Europa Mediterrânea, em especial, em países como Itália, França, Portugal e Espanha. Por suas características geo-econômicas (dispersão e pulverização numa pequena região, intensividade no uso de mão-de-obra), os processos de industrialização destas regiões também tem sido denominados de "*sistemas industriais localizados*". José Reis (1988:137) define os sistemas produtivos locais como:

"(...) um espaço de produção característico das formas de desenvolvimento intermédio e não metropolitano definido simultaneamente por: a-) condições industriais próprias; b-) formas de representação coletiva; c-) condições sócio-econômicas e territoriais relacionadas com os modos de reprodução social predominantes".

Courlet (1993:12) ressalta que os sistemas industriais localizados não se situam em qualquer lugar, pois, fazem parte de um conjunto mais vasto que é o da industrialização dispersa e são, de certa forma, sua projeção particular. Segundo este autor:

"(...) estamos na presença de um modelo de organização industrial e de desenvolvimento original, diferente do da grande empresa verticalizada, engajada na produção em massa. A industrialização dispersa não é somente um estado de fato, é, sobretudo, um processo. Esse fenômeno consiste em uma passagem, em uma evolução sem ruptura. Esse modo de desenvolvimento aparece em zonas, preponderantemente, agrícolas que conservaram uma forte densidade de população ativa jovem, e em zonas que tem uma rede urbana densa; trata-se, também, de espaços que tem uma forte tradição artesanal e que souberam fazê-la evoluir para uma indústria de pleno exercício. O modelo de industrialização dispersa baseia-se em iniciativas predominantemente locais e em interações fortes entre a economia e a sociedade."(Grifos nossos)

Não há uma definição única e consensual sobre os sistemas produtivos localizados porque, a rigor, o fenômeno do desenvolvimento industrial local não é igual nas várias regiões onde ocorre. Claude Couliert (1993:10) tentando resolver este problema elaborou o que chamou de *modelo standart* de sistema produtivo local, definido como:

"(...) uma configuração de empresas concentradas em um espaço de proximidade em torno de um ou de vários setores industriais. As empresas interagem entre si e com o meio sócio-cultural de inserção. Essas relações não são apenas mercantis, mas também informais, e geram externalidades produtivas para o conjunto das empresas. O setor industrial dominante não exclui a possibilidade de existência de vários ramos industriais"⁸.

A articulação desse tecido produtivo industrial com um ambiente sócio-econômico de características próprias (densidade populacional, estrutura fundiária de pequenas propriedades, etc) faz com que a noção de sistemas industriais localizados implique numa (re)definição do conceito de território, unidade básica que caracteriza a forma de utilização do espaço. Os territórios, segundo Reis (1988:128), são "espaços organizadores de funções econômicas, ou seja, iniciam, desenvolvem e potencializam *processos relacionais* de estruturação produtiva originando materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as referências de ordem local podem ser significativas." O sistema produtivo local interage, dessa maneira, com os espaços territoriais localizados que são:

"(...) entendidos como conjuntos estruturadores e complexos assentes em relações reticulares e em modos próprios de comunicação e sociabilidade. Ou seja, o espaço não poderá ser visto só como um lugar de projeção de racionalidades econômicas exteriores, deverá ser também analisado em sua *espessura*, isto é, através de seus

⁸ Trata-se de uma "(...) crescente divisão do trabalho entre as empresas e entre um grupo de empresas, muitas vezes pequenas, localizadas em âmbitos territoriais restritos, utilizando todas as formas produtivas e as relações de produção que a ampla *articulação social* das áreas periféricas pode colocar em jogo (trabalhadores artesãos, trabalhadores autônomos, trabalhadores *part time*, trabalhadores a domicílio, difusão do segundo trabalho, e assim por diante)" (Garofoli, 1993:61). A este processo social e econômico os italianos chamaram de "industrialização difusa" (Bagnasco, 1977; Fuà & Zacchia, 1983 apud Garofoli, 1993).

elementos constituintes, quer os de natureza material, quer os de natureza simbólica e cultural"(Reis, 1988:128).

As transformações nas relações de trabalho e nas relações de produção são vistas a partir de sua inserção num espaço caracterizado por um ambiente social específico e uma estrutura econômica peculiar, onde ocorre a articulação da produção com o modo de vida local. A conjugação destas atividades em um determinado espaço pode ser descrita, segundo Bagnasco (1981:42 e 1977), como "uma formação social, organizada sobre uma base territorial que podemos chamar de *formação regional*"⁹.

A origem da industrialização difusa e, por consequência da formação dos sistemas produtivos localizados, pode ser resumida, *grosso modo*, a dois conjuntos de fatores. O primeiro deles deve-se as transformações macro-estruturais pós-fordistas dos países capitalistas centrais¹⁰. A crise do padrão fordiano de acumulação e as mutações em curso nas economias industrializadas permitiram "(...) o aparecimento de novas localizações industriais e de novas estruturas produtivas, de preferência ancoradas em um território" (Courlet, 1993:09). A descentralização industrial, a flexibilização produtiva e a informalização das relações de trabalho estão entre as principais características do que vários autores

⁹ A partir do conceito de formação social regional Bagnasco estuda, comparativamente, a *Tre Italie*: o norte e o centro desenvolvidos e industrializados e o sul estagnado e com base na economia agrária.

¹⁰ Para os autores da Escola da Regulação o **fordismo** é o modelo dominante de desenvolvimento do capitalismo a partir da década de 1920. E como modelo assumiu uma *configuração mundial*, sobretudo a partir da II Guerra Mundial. Ele compõem-se de três aspectos fundamentais: primeiro, o paradigma tecnológico ou o modelo de industrialização: os princípios gerais que governam a evolução da organização do trabalho; segundo, o regime de acumulação, ou seja a estrutura macroeconômica que, por um período prolongado, descreve a compatibilidade entre as transformações nas normas de produção e as transformações nas normas de uso dos produtos sociais e; terceiro, um modo de regulação, um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais que permitem a combinação e o ajustamento dos agentes individuais aos princípios coletivos do regime de acumulação (Lipietz, 1988:12 e 1991:105).

tem denominada de "novo modelo de desenvolvimento" que substituirá o fordismo: "a acumulação flexível"¹¹.

O segundo conjunto de fatores refere-se a articulação e a conjugação da industrialização difusa com o ambiente sócio-econômico local, sobretudo, nos espaços onde há uma história camponesa recente e uma estrutura fundiária caracterizada por pequenas propriedades agrícolas de administração familiar. A idéia de dispersão ou difusão tem sua origem no próprio processo de desenvolvimento industrial, no qual ocorre a disseminação de atividades industriais, em geral de pequeno e médio porte, em espaços também ocupados por outras atividades econômicas, majoritariamente, a pequena agricultura. Não há corte entre o campo e a cidade como espaços de vida e de produção, mas um *continuum* onde transcorrem relações de trabalho e de sociabilidade, ao mesmo tempo¹².

A valorização do ambiente social e econômico local e dos recursos nele disponíveis como o custo de reprodução da força de trabalho, as condições de interdependência com a economia local, a facilidade de troca de informações com agentes externos e a flexibilidade nos processos produtivos constituem as características *sui generis* dos processos de industrialização difusa¹³. Neste sentido, há uma verdadeira

¹¹ Segundo Scott (1988), a crise do fordismo permitiu o alargamento da produção especializada e facilitou a produção descentralizada e flexível, baseada em máquinas polivalentes e operários especializados. A flexibilização das relações de produção e as experiências de industrialização difusa, verificados em regiões periféricas, também são características deste modelo de acumulação. No capítulo quatro desta dissertação, aprofundaremos este debate.

¹² Este espaço vem recebendo várias denominações. Entre as mais recorrentes destacam-se as de "*campo-urbanizado*" (Becatinni, 1979 apud Coulert, 1993) "*peri-urbano*" (Gama, 1987) e "*neo-rural*" (Kayser, 1990). Voltaremos a estas definições no final da dissertação.

¹³ Entre os fatores endógenos do modelo industrial difuso italiano tem-se: a elevada articulação e mobilidade social, a homogeneidade dos comportamentos culturais, a presença de relações de produção na agricultura ligadas à pequena propriedade agrícola, entre outras. As novas tecnologias (micro-eletrônica, computação, etc) são as principais variáveis exógenas deste modelo. Assim, os principais traços do modelo italiano, segundo Garofoli (1993) são: a-) despopulação produtiva; b-) desenvolvimento não-metropolitano; c-) desindustrialização; d-) deslocalização e descentralização territorial; e-) desenvolvimento demográfico periférico;

"historicidade", uma inter-relação entre o tecido produtivo e a comunidade local, que se estabelece entre uma forma de produção e o ambiente social e econômico no qual se insere (Reis, 1988:134).

Assim, a complexidade nas relações entre os diversos atores econômicos vai além dos mecanismos puramente mercantis. Segundo Pecqueur (1993:33), "quando a tradição de solidariedade familiar se conjuga com uma população jovem e ativa, encontra-se uma estruturação local da economia que faz apelo a uma matriz de formas de produção que abrange o sistema de pequenas empresas, das atividades artesanais e da pequena agricultura e onde o modo de reprodução dominante se baseia na combinação de receitas fatoriais (receitas do trabalho assalariado e receitas da empresa) com outros suportes de reprodução obtidos mediante atividades informais, como, por exemplo, a pequena agricultura complementar."

Nos países desenvolvidos os exemplos mais conhecidos de desenvolvimento industrial localizado encontram-se na "tre Italia", na Itália; no Silicon Valley, na Califórnia (USA); nas regiões de Cholet e Thiers, na França; no Baden-Württemberg, na Alemanha, entre outros. Na Itália, por exemplo, segundo Garofoli (1993:52) e Sarraceno (1987:123), os padrões de desenvolvimento econômico-industrial, adotados do pós-guerra até a década de 70, pautavam-se pela concentração e pela centralização econômica (sobretudo no Norte do País). O estímulo estatal privilegiou o desenvolvimento de grandes empresas em setores determinados, concentradas regionalmente. Este processo, caracterizado como "de arriba abajo", implicou em graves desequilíbrios regionais, resultando daí "formações regionais" específicas que geraram a "Tre Italie" (Bagnasco, 1977 e 1981). A partir dos anos 70, no entanto, "(...) esta estrutura dualista, típica das tentativas de industrialização dirigidas pelo Estado, começou a modificar-se de maneira significativa" (Sarraceno, 1987:125).

f-) desconcentração produtiva; g-) formação e desenvolvimento dos sistemas produtivos locais.

Com a crise do modelo industrial financiado pelo Estado emerge o processo de industrialização difusa, agora "de abajo arriba", estruturando-se em regiões periféricas (no Centro-Sul da Itália) e consolidando-se como um sistema muito flexível baseado em pequenas e médias empresas, dispersas por pequenas cidades e zonas rurais, bastante ativas nos mercados estrangeiros e crescendo, paulatinamente, por intermédio do reinvestimento dos recursos acumulados localmente. O que ocorreu na Itália, segundo Garofoli (1993:51), foi a passagem de "um modelo de desenvolvimento que utilizava a concentração produtiva a nível territorial para um processo de relativa difusão do desenvolvimento(...) dando, assim, lugar a modelos de desenvolvimento heterogêneos a nível territorial"¹⁴.

Partindo do conjunto destas formulações, podemos estudar o setor coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul a partir de sua historicidade, de sua relação com o ambiente sócio-econômico local e regional e demonstrar qual a natureza dessa articulação e de que maneira ela contribui para seu desenvolvimento. Visto dessa maneira, acreditamos que o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista escapa ao enquadramento em qualquer das teorias tradicionais da industrialização. Este fato exige que se busque as razões de sua pujança, sobretudo a partir de 1970, nas formas de sua inter-relação com a economia colonial teuto-brasileira: com o modo de vida dos colonos e com as estratégias locais de reprodução social da força de trabalho, e na especificidade de sua articulação com a divisão internacional do trabalho¹⁵.

¹⁴ Uma análise semelhante é feita por José Reis (1987) e João Ferrão (1987) para o caso português. Para uma análise mais aprofundada dos processos de industrialização difusa e dos sistemas produtivos locais em países como França Itália e Alemanha, consultar os quatro ensaios publicados pela Revista Ensaio FEE (1993) 14(1).

¹⁵ Nas seções a seguir e no capítulo 4 desta dissertação mostramos como se dá, empiricamente, esta articulação.

2.2. A INDÚSTRIA CALÇADISTA NO RIO GRANDE DO SUL: a experiência da industrialização difusa (1890-1970).

2.2.1. O Período 1890-1930.

De uma maneira geral, pode-se separar o processo de industrialização do Rio Grande do Sul em dois momentos, segundo a sugestão de Lagemann (1980:117): a industrialização regionalizada e a industrialização nacional-internacionalizada¹⁶. O primeiro momento, que corresponde as feições locais e regionais, abrange o período da República Velha (1890-1930) e o segundo, no qual ocorre a unificação dos mercados regionais e a intervenção massiva do Estado na economia, vai da instauração do Estado Novo até o final da década de 60 (1930-1970).

No ano de 1888 ocorre a Abolição da Escravidão no Brasil e, logo no ano seguinte, é proclamada a República. Segundo Faoro (1969/1987) o ano de 1889 marca o fim do *agrarismo exclusivo do Império*. A partir de 1890, portanto, o país conheceria profundas mudanças na economia e na condução da política que vinham sendo gestadas ao longo da segunda metade do século XIX. No Rio Grande do Sul, durante o período da República Velha, observa-se um processo de autonomização do artesanato coureiro-calçadista, em relação às várias atividades desempenhadas pelo artesão. Entretanto, a especialização ocorrida nos ofícios de curtimento e de fabricação de calçados não resultou na superação de sua condição artesanal. Se a origem das modernas fábricas de calçados do Vale dos Sinos não está nem na substituição de produtos de couro importados, como queria Singer, nem na sua evolução orgânica do artesanato à fábrica, qual foi, então, a fórmula

¹⁶ Cruz, H.N (1976) apresentou uma periodização que relaciona a introdução de tecnologias com o processo de desenvolvimento do setor calçadista nacional. Numa primeira fase, que vai de 1890 a 1920, o autor considerou que houve ascensão e consolidação no setor calçadista. De 1920 a 1960 identifica uma estagnação e, a partir desse período, um vertiginoso progresso.

que permitiu que uma das primeiras atividades artesanais dos imigrantes alemães subsistisse por mais de um século até assumir conotações industriais?

Na nossa opinião, é preciso afastar as generalizações equivocadas sobre o assunto e partilhar da idéia de Jean Roche (1969:479) de que "nem todas as oficinas se transformaram em fábricas, como também nem todas as fábricas tiveram origem nas primitivas oficinas". O artesanato não foi um entrave à industrialização, mas sua evolução linear e gradual até a moderna indústria, também não corresponde ao processo de industrialização real. Na origem do setor coureiro-calçadista, por exemplo, encontram-se aspectos que o distinguem das demais atividades artesanais como têxteis, metalúrgicas, cervejarias e etc. Há razões para acreditar que em determinados setores, como no caso do coureiro-calçadista, o artesanato teve uma importância decisiva no processo de industrialização (Lagemann, 1980:133 e Carneiro, 1986:26)¹⁷.

No caso do artesanato do couro, como demonstramos no capítulo anterior, deve-se lembrar que ele fazia parte do modo de produção dos alemães, mesmo antes de terem chegado ao Rio Grande do Sul. Antes de serem "agricultores", os imigrantes, em sua grande maioria, eram "artesãos". Na Alemanha, especialmente no sudoeste, na região do Hunsrück e do Vale do Reno, a maioria dos camponeses possuía pequenas porções de terra que não permitiam a subsistência do núcleo familiar, levando-os a desempenhar o artesanato e outras formas de trabalho acessórias para garantir sua reprodução.

Além disso, o Rio Grande do Sul, desde a chegada dos colonos, mostrou ser uma região propícia ao desenvolvimento do artesanato do couro:

¹⁷"...não se pode negar a importância do artesanato para a industrialização: se não foi a origem de muitas indústrias, ofereceu, porém, a importante mão-de-obra semi-especializada na indústria do couro e calçados que floresceu no Vale dos Sinos. Observa-se, outrossim, na atividade coureira, nos seus primórdios, um processo que lembra as corporações medievais com seus mestres e aprendizes."(Lagemann, 1980:124)

dispunha de farta matéria-prima, por ser uma província de criadores de gado; havia demanda pelos produtos manufaturados do couro, não apenas a nível regional como também em outros Estados da Federação; e não houve, em momento histórico algum, competidores que ameaçassem sua hegemonia. Estas são algumas das principais razões que distinguem o artesanato do couro das demais formas proto-fabris. O artesanato facilitava tanto a vida doméstica quanto o trabalho agrícola, propiciando conforto e agilidade e, o que é mais importante, gerando fontes alternativas de rendimentos. Desse modo, tornou-se uma atividade economicamente sólida e profundamente enraizada no estilo de vida e na forma de produzir de colonos e gaúchos¹⁸.

Esta íntima aliança do artesanato do couro-calçados com as atividades agrícolas induziu Roche (1969:498) a fazer a seguinte observação: "(...) é, talvez, a manufatura de calçados que mais nitidamente dá a impressão de ter nascido de um artesanato anterior. Encontramo-la até nas pequenas vilas puramente rurais de outrora". Quanto mais interiorizado, mais sólida era a ligação do artesanato com a agricultura. O comércio exerceu, inegavelmente, um papel decisivo no estrangulamento de várias atividades artesanais fazendo vir de fora, a muito melhores preços e com maior qualidade, a grande maioria dos produtos que podiam ser produzidos localmente. À medida que se estabeleceram relações mais intensas com os agentes mercantis (devido à melhora nas comunicações) a autarcia das colônias esvanecia-se. As fábricas de azeite, os engenhos de açúcar, a fiação e a tecelagem foram as primeiras a desaparecer, as quinquilharias e ferramentas de trabalho passaram a ser compradas na "venda"¹⁹.

¹⁸ Analisando as formas de trabalho extra-agrícolas do campesinato francês, autores como Ronald Hubcher, Rolande Trempe, Jean-Claude Farcy, Claude Mesliand e outros (vide A.R.F., 1984) constataram que na França havia uma tradição de exercício de múltiplas atividades dentro de uma mesma propriedade agrícola camponesa.

¹⁹ (...) "A única exceção à relativa autonomia da colônia, e que se explica pela da Província, é a produção do couro. Começa com os curtumes e prossegue com a transformação do couro, quer em calçados, quer, sobretudo, em selas e arreios que se vendem em todo o Rio Grande do Sul" (Roche, 1969:482).

Segundo Costa (1978:22), antes de 1890 sequer pode-se empregar a expressão "*indústria de calçados*", em termos de uma especialização do trabalho "(...) o calçado era um subproduto da fabricação de selas e arreios, obtido com as sobras do couro que advinha da produção desses manufaturados. Numa mesma empresa deveriam coexistir esses diferentes produtos, mas a produção de selas e arreios era a atividade principal". Por essa razão que Roche (1969:482) faz questão de "salientar que não se trata de modo algum de fábricas nem de manufaturas: são pequenas oficinas, que se encontram em quase todas as povoações de São Leopoldo"²⁰.

"Algumas dessas oficinas foram o núcleo de manufaturas, e até de fábricas e usinas; mas, tendo sido muito lenta acumulação de reservas de capitais, essa transformação não se operou senão muito mais tarde(...) A implantação da indústria é, todavia, antiga. Mas depois de haver deitado algumas raízes, teve de esperar circunstâncias favoráveis para desenvolver-se e lançar ramos vigorosos" (Roche, 1969:488 e 503). As *circunstâncias favoráveis* a que se refere Roche dizem respeito "ao domínio da técnica, permitindo a passagem do modo de produção artesanal ao da manufatura e da indústria. Foi graças ao impulso dos comerciantes que os processos aprendidos pelos imigrantes, e transmitidos a seus descendentes, puderam aplicar-se em maior escala" (Roche, 1969:580).

Desse modo, pode-se dizer que a atividade coureiro-calçadista gaúcha, do período da República Velha, distingue-se qualitativamente do simples artesão rural, tradicionalmente praticado por cada colono. Ao mesmo tempo, era ainda precoce e pouco desenvolvida sua estrutura produtiva para ser classificada como uma atividade industrial. De modo geral, não passavam de pequenos ofícios localizados no centro dos povoados aglomerados, relativamente bem espalhados por todo o espaço da Colônia

²⁰ "Em 1858, de 12.500 habitantes, somente 160 estavam empregados em curtumes e oficinas de couro: essa era a atividade principal, de longe superior a todas as outras, e não ocupava senão 1,2% da população de São Leopoldo"(Roche, 1969:482). Ver também o trabalho de Lígia Carneiro (1986).

Velha. Utilizavam, exclusivamente, mão-de-obra familiar e eram despojadas de qualquer divisão interna de trabalho. Os instrumentos e ferramentas utilizadas no fabrico de botas, sapatilhas, tamancos e etc, eram rudimentares e de propriedade dos donos do empreendimento. A produção era destinada às casas de comércio ("vendas") locais e de Porto Alegre, sendo o próprio fabricante (dono do ofício) seu vendedor direto. Muitas vezes, após um certo período de produção, o fabricante punha-se na estrada e, acompanhado de uma ou duas bestas de carga, oferecia suas mercadorias de casa em casa, de Picada em Picada, aos colonos e vendeiros.

Muitos dos atuais proprietários de indústrias de calçados no Vale do Sinos e na Encosta da Serra lembram com nostalgia seus tempos de "donos de ofício". O Jornal O Exclusivo (24-07-1974:20), ao narrar a história da firma de Pedro Adams Filho, registra assim sua trajetória: "(...) Em 1901 construía um prédio de alvenaria na cidade, que mais tarde passaria por sucessivos aumentos. Seu mercado consumidor consistia no Estado do Rio Grando do Sul, onde, com sua carroça, levava os amostruários aos comerciantes." Estas pequenas *fabriquetas* nos foram descritas pelo Sr. P.F., antigo sapateiro e viajante, hoje com 85 anos de idade, residindo na cidade de Dois Irmãos:

(...) " Isto não eram fábricas, eram oficinas. Eram uma, duas pessoas trabalhando, às vezes vinha um *aprendiz* para aprender o *ofício* ... Eu, depois quando o meu pai parou, eu fiquei com aquela sapataria e aí também ensinei o ofício a outros, para fazer sapatos, botas, tamancos, chinelos, etc. A gente para aprender o ofício tinha de trabalhar, no mínimo, um ano inteiro sem ganhar um tostão, a não ser a *chepa* (alimentação). Uma vez que se aprendeu o ofício se mandava embora" (P.F. ex-artesão, Dois Irmãos).

Em outra oportunidade, entrevistamos um antigo empresário da mesma cidade, que relatou-nos como surgiram algumas das fábricas.

(...) " Bom, aqui em Dois Irmãos, o que tinha? Tinha a família Adams, do Pedro Adams Filho, que tinha aqui uma pequena selaria e sapataria. Mas aí eles queriam construir uma fábrica

maior ainda, mas aí veio o negócio do trem prá Novo Hamburgo. Aí eles já enxergaram longe por causa do trem. Aí eles montaram a fabrica deles em Novo Hamburgo né, e as outras fábricas eram tudo fábricas pequenas: se ajuntavam cinco, seis pessoas assim... começavam assim: uns eram cunhados outros amigos, irmãos da família e assim por diante" (A.W. empresário, Dois Irmãos)

Para se ter uma idéia do reduzido tamanho das atividades ligadas ao artesanato do couro que produzia calçados e afins, é preciso observar alguns números coletados por Lagemann (1986:80) e Costa (1978:24). As estatísticas são problemáticas, pois só aparecem em 1907 e, pelo menos até 1937, mantêm-se precárias e intermitentes, devendo ser utilizados com reserva, já que abrangem somente as *principais fábricas* e não especificam o que se subentende por esta definição. Segundo Costa (1978:23), tanto o inquérito estatístico de 1907 quanto o recenseamento de 1920 exigem um certa cautela dos estudiosos, porque entre as empresas não contabilizadas incluem-se as indústrias exercidas em domicílio. Talvez possa ser atribuído a estes critérios o fato de, em 1907, as estatísticas do Centro Industrial do Brasil localizarem apenas 9 fábricas de calçados no Rio Grande do Sul. Já no inquérito realizado pela Diretoria Geral de Estatística, em 1912, constava a existência de 622 estabelecimentos na fabricação de calçados no Rio Grande do Sul (para um total de 4.183 no Brasil), com capital médio por estabelecimento no valor de 7.625 contos (o que lhe dava o 3º lugar dentre os Estados), aproximadamente²¹. Em 1920 observa-se uma queda drástica no número de estabelecimentos industriais calçadistas, passando-se dos 622 de 1912 para apenas 96, que empregavam, em média, 13 operários por estabelecimento²².

²¹ "Das 14 classes de indústrias arroladas pelo inquérito, a de calçados, com uma média de 5 pessoas ocupadas por estabelecimento só era maior do que a de Especialidades Pharmaceuticas e de Vinagre. Para se ter uma idéia da pequena dimensão dos estabelecimentos de calçados basta citar que a indústria de Tecidos possuía uma média de 340 pessoas ocupadas por unidade, a de Phosphoros 149, Cartas para Jogar 73, etc".(Costa 1978:24)

²² Reduz-se também o número em termos de Brasil, passando-se dos 4.183 de 1912 para 1912. São Paulo teve a maior redução absoluta, de 1.777 para 500 estabelecimentos.

A estrutura produtiva dos ofícios de sapateiros era artesanal e familiar. O processo de produção era dominado por inteiro pelo artesão, que tinha o conhecimento e a técnica de produção. Para se tornar um *mestre* ou proprietário de um ofício era necessário ingressar ainda jovem na profissão e dispor-se a trabalhar, gratuitamente, na condição de aprendiz durante anos até que o mestre considerasse que o postulante tivesse adquirido seus ensinamentos. Geralmente, esta relação se dava de pai para filho ou entre parentes próximos como sobrinhos, primos, apadrinhados, etc. Quando este não era o caso, o aprendiz ficava na dependência da boa vontade e da sorte em encontrar um mestre que se dispusesse a ensiná-lo. É o que narrou-nos o Sr. A.W, hoje um bem sucedido empresário do setor calçadista do Vale do Sinos.

(...)” eu fui seleiro e depois aprendi a ser sapateiro. Naquela época era o seguinte: tinha de trabalhar seis meses de graça né, só para apreder o ofício. Precisava ainda alguém prá te ensinar; e eu, tinha o meu padrinho e ele era sapateiro, aí ele me ensinou. E ainda se não achasse alguém prá ensinar, então não tinha vez” (A.W. empresário, Dois Irmãos)

Também não havia divisão técnica de tarefas no processo de produção, as máquinas eram inexistentes e a energia elétrica só se tornou disponível a partir de 1920.

(...)” o corte era geralmente (99%) feito a mão, e a chanfração e o contra-forte pro sapato de homem, era tudo a mão. A sola era costurada também a mão. Então, nós não tínhamos aquela produção. Naquela época as fábricas eram todas elas sem esteira né! Tudo eram mesinhas, um banco e alguns cavaletes onde se colocavam os sapatos em cima”(A.W. empresário, Dois Irmãos).

Estes ofícios tinham poucas condições de acumular algum tipo de recurso que pudesse resultar na modernização de sua estrutura produtiva. Contudo, desempenharam um papel fundamental como primeiro passo para a industrialização. Inicialmente autonomizaram-se em relação as outras atividades artesanais do couro quando deixaram de produzir selas, areios,

selins, lombilhos, rédeas, correias e demais acessórios de montaria. Com isso puderam aperfeiçoar certas técnicas e diversificar sua produção. Os rearranjos tributários ocorridos no início do século atual (especialmente a redução das alíquotas sobre o couro e seus manufaturadas como calçados, selins, lombilhos, etc. Lagemann, 1986:73) permitiram que, aos poucos, as exportações de calçados para o mercado nacional se incrementassem. A partir do final da I Guerra Mundial as fábricas de calçados do 2º, 3º, 4º, 5º distritos de São Leopoldo (Novo Hamburgo, Campo Bom, Ivoti, Dois Irmãos, respectivamente), que formavam a zona sujeita à jurisdição fiscal da Coletoria de Novo Hamburgo, apresentaram um aumento significativo da produção, a julgar pelos números apresentados por Leopoldo Petry (1959:34):

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE SAPATOS, BORZEGUINS PARA CRIANÇAS E ADULTOS, CHINELLOS, SANDÁLIAS, PERNEIRAS E BOTAS EM 1921 E 1929.

	1921	1929
Sapatos e Borzeguins para Crianças....	158.314	1.381.810
Sapatos e Borzeguins para Adultos.....	207.796	987.284
Chinelos e Sandálias.....	409.534	310.857
Perneiras.....	1.198	19.015
Botas.....	1.417	1.803

Fonte: Petry (1959:34)

O impulso fundamental ao setor coureiro calçadista do Vale do Sinos foi, indubitavelmente, o acesso às fontes de energia elétrica, ocorrida em 1913. Neste ano inaugura-se, a 7 de setembro, a Usina Hidrelétrica de Picada 48, localizada no 3º distrito de São Leopoldo. A Usina iniciou suas atividades com capacidade de gerar 200 HPs, sendo a pioneira no interior do Estado do Rio Grande do Sul. A utilização da energia elétrica como força motriz na indústria de calçados difundiu-se apenas ao longo da década de 1920. O alto preço, a falta de máquinas movidas a eletricidade, a reduzida capacidade de investimentos dos pequenos ofícios e, principalmente, a escassez de energia, já que no início buscou-se atender à demanda pública por luz elétrica, fizeram com que fosse

restrita a utilização da eletricidade nos ofícios. Tanto isso é verdade que Leopoldo Petry (1944:53) afirma que, já em 1922, "Novo Hamburgo se ressentia da falta de energia elétrica a sua *próspera indústria*". O problema, todavia, foi contornado com a construção de uma outra usina junto à Cascata do Herval, igualmente localizada no distrito de Dois Irmãos, onde foi fundada, no ano de 1927, a Energia Elétrica Hamburguesa Ltda²³.

2.2.2. O Período 1930-1970.

O período que vai de 1930 até 1970 compreende uma época histórica de transformações sociais e econômicas muito significativas para o Brasil²⁴. Segundo Mello (1982:110), o período pós-Depressão (1929) caracteriza-se pelos pesados investimentos dos Estado-Nacionais na centralização e acumulação de capital nos setores básicos. De acordo com este autor, este é o período da "industrialização restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial". *Grosso modo*, podemos falar em duas fases na industrialização brasileira pós-1930: a primeira que vai 1940 até 1955, de caráter *extensivo*, e a segunda de 1955 a 1961 (basicamente o período Kubitschek) de caráter *intensivo*. Ambas situam-

²³ Em 1930 é fundada a Usina da Toca na localidade de São Francisco, junto ao rio Santa Cruz, com potencial inicial de 1.000 HPs. Além de abastecer a cidade de Taquara e seus distritos na Encosta da Serra ela fornecia energia para todas as cidades do Vale dos Sinos, tendo afastado temporariamente o problema da escassez. Ver Barcelos (1987).

²⁴ A Revolução de 1930, que resultou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, caracteriza-se pelo início de uma nova fase no processo de transição capitalista da economia brasileira. A passagem do modelo agrário-exportador para a uma economia de base urbano-industrial estendeu-se até meados dos anos 50, quando pela primeira vez a renda do setor industrial supera a da agricultura. Esta parte do trabalho beneficia-se das idéias desenvolvidas por Francisco de Oliveira (1988) e Sônia Draibe (1985).

se no marco de um tipo particular de industrialização que na literatura econômica tornou-se conhecida como *substituição das importações*.

A industrialização brasileira, no período extensivo, caracteriza-se pelos pesados investimentos do Estado no setor de bens de capital²⁵. A institucionalização do salário mínimo, como salário de subsistência, e a regulamentação dos direitos sociais trabalhistas foram fundamentais para a formação de um mercado de trabalho urbano, uma vez que a maioria da população residia nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, não menos importantes foram as medidas econômicas visando ampliar as bases da acumulação capitalista industrial, concedidas através de subsídios às importações de máquinas e equipamentos, na forma de expansão do crédito a taxas de juros reais negativas e, principalmente, mediante investimentos diretos no setor produtivo de bens de capital (Draibe, 1985 Cap. 1 e 2). Um último aspecto, que não pode ser esquecido, refere-se ao papel desempenhado pela agricultura que, apesar de não chegar a se constituir num mercado pleno para todos os ramos da indústria, foi o fiel da balança, pois soube corresponder ao fornecimento de bens alimentares de consumo e de matérias-primas, indispensáveis à industrialização²⁶.

Contudo, será no governo Kubitscheck, com seu programa de avançar *cinquenta anos em cinco*, o período de intensificação da acumulação capitalista, da industrialização do setor de bens de capital (implementação dos ramos automobilístico, construção naval, mecânica pesada, papel e celulose, siderurgia, etc) e do aprofundamento da atuação do Estado no fornecimento de infraestruturas básicas (construção de rodovias, energia elétrica, armazenagem, portos e etc). A execução de tal programa

²⁵ Segundo M.C. Tavares (1985:116)"...o Estado é quem aparece como substituto da "máquina de crescimento privada", na medida em que opera crescentemente nos setores pesados da indústria de bens de produção e nas operações de financiamento interno e externo da indústria..."

²⁶ Como se vê "a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente na dialética interna das forças produtivas em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo" (Oliveira, 1988:39).

viabilizou-se através da intervenção em duas frentes: de um lado, a associação ao capital estrangeiro e, de outro, através do aumento da taxa de exploração da força de trabalho. A fórmula para este tipo de desenvolvimento foi esboçada no "*Plano de Metas*" que, segundo Lessa (1981:27), "constitui a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história do país"²⁷.

A intensificação da industrialização por substituição de importações se dá com a entrada de empresas estrangeiras²⁸ que, mediante a transferência de tecnologia *não paga*, "trabalho morto externo" como diz Oliveira (1988:50), e com a exploração da força de trabalho ao nível interno, corroboram o processo de acumulação capitalista. Neste sentido, são duplamente significativas as consequências da deterioração sofrida pelo salário mínimo, posterior a sua implementação: em primeiro lugar incrementa-se a exploração da mais-valia e estimula-se a acumulação e, em segundo lugar, cria-se uma seletividade expúria entre os consumidores, permitindo o acesso restrito das classes abastadas à certos bens de consumo, privando a grande maioria da massa dos assalariados de consumir tudo aquilo que ia além do estritamente necessário à sua sobrevivência²⁹.

No Rio Grande do Sul, seguindo uma tendência nacional, o Estado também passa a ter uma participação mais agressiva no planejamento e na

²⁷ O Plano de Metas constituiu-se num programa de política econômica de desenvolvimento industrial e, também, numa forma de consolidar a hegemonia da burguesia sobre o Estado. Ver Draibe (1985:241).

²⁸ A preparação do terreno para a entrada do capital externo inicia com a desvalorização cambial do cruzeiro em 1953 e segue com a adequação de uma legislação que o tornaria bem-vindo em múltiplos aspectos. Primeiro foi a Lei 2.145 de 1954 e depois a famosa Instrução 113 da SUMOC de 1955, ambas estabelecendo privilégios para a remessa de lucros ao exterior e a amortização do capital. Para maiores detalhes consultar Mantega (1984/1987:74); Lessa (1981:27/92) e Draibe (1985:Cap.4).

²⁹ Segundo Oliveira (1988:52) é possível identificar três fases no comportamento do salário-mínimo real: "a primeira, entre os anos de 1944 e 1951, **reduz pela metade** o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos de 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo governo Vargas, que se prolonga até o primeiro ano do governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano de 1958, é **marcada pela deterioração do salário-mínimo real** numa tendência que se agrava pós-anos 1964."

estruturação da economia³⁰. De um modo geral, a economia industrial gaúcha, até meados da década de 50, caracterizava-se pela elaboração de matérias-primas de origem primária e pelo fornecimento de algum equipamento ou insumos voltados a agropecuária. Segundo Müller (1979:364) as características arcaicas da economia agrária gaúcha e a pouca representatividade desta para a indústria como um mercado consumidor gerou o que ele chamou de "*tipo de industrialização gaúcha*". Ou seja, uma indústria altamente dependente em relação ao centro do país, que a colocava numa situação periférica. Na opinião de Targa (1989:148) a integração dos mercados regionais à dinâmica da economia nacional eliminou o tipo de acumulação específica de capital que ocorria no Rio Grande do Sul. À medida que cessa o processo de expropriação dos colonos, devido ao fim da apropriação de seus excedentes pelos comerciantes que haviam perdido seus mercados consumidores, eliminam-se as bases da particular forma de acumulação capitalista existente no Rio Grande do Sul.

Neste contexto insere-se o setor coureiro-calçadista que, até o final dos anos 60, teve como principais características o aumento no número de unidades de reduzidas dimensões produtivas, geograficamente bem concentradas³¹. Não obstante seu crescimento em termos de uma especialização produtiva ao longo da década de 1920, as três décadas subsequentes (1930-1960) não apresentaram inovações técnicas e tampouco mudanças na estrutura produtiva. Raras são as unidades produtivas que

³⁰ Antes de 1930, o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) preocupado com a falta de competitividade da economia do charque pautou a ação do Estado por uma política econômica que estimulava a diversificação de culturas agrícolas reforçando, com isso, a dispersão de capitais. Para maiores detalhes ver Love (1975:132); Fonseca (1983); Pesavento (1988 e 1991) e, mais recentemente, Dalmazo (1992).

³¹ A indústria calçadista gaúcha, em 1975, concentrava-se quase exclusivamente na região da Encosta da Serra do Nordeste ou "Colônia Velha" como também é conhecida. Pode-se subdividi-la em duas outras: região do Vale dos Sinos, onde concentra-se, aproximadamente, 94% da capacidade instalada e 86,2% das empresas. Só em Novo Hamburgo localizam-se 37% das unidades produtivas e 45% da capacidade instalada. A outra é a região da Encosta Superior da Serra onde estão apenas 8,5% das empresas e 2,7% da capacidade instalada; sendo que apenas o município de Farroupilha possui 7,5% do total das empresas e 2,6% da capacidade instalada.

aumentaram substancialmente sua produtividade, sendo que na maioria dos casos não houve senão um crescimento horizontal marcado pela forte pulverização de pequenos ofícios.

A observação de Roche (1969:498) é ilustrativa neste sentido ao revelar que o número de ofícios aumentou "de 44, em 1923, para 191, em 1950; mais precisamente, fundaram-se 64% delas entre 1940 e 1950, 7% apenas antes de 1920". Considerando-se que o artesanato do couro teve uma série de privilégios como a não concorrência de produtos estrangeiros, a facilidade na obtenção de matérias-primas e a disposição de um mercado consumidor relativamente bem desenvolvido, esses dados vem a corroborar a fragilidade das atividades proto-fabris que haviam se desenvolvido ao longo da República Velha. Ao contrário do que se poderia esperar, neste período, não houve concentração econômica que pudesse ter conduzido à formação de indústrias de maior porte. A régra, portanto, sempre foi a dispersão e as dimensões reduzidas, de caráter familiar, dos empreendimentos fabris.

Embora a primeira fusão de empresas de que se tem notícia seja de 1929, quando quatro oficinas de calçados de Novo Hamburgo uniram-se para formar a empresa Haas S.A., nenhuma das empresas existentes no ano de 1974, no referido município, havia sido fundada antes de 1930. Como mostra Costa (1978:26/55), o Censo do IBGE, em 1940, ilustra bem esta extrema pulverização das *fabriquetas* de calçados no Rio Grande do Sul. Na classe "Indústrias do Vestuário, Calçado e Toucador" existiam 300 empresas e 329 estabelecimentos sendo que destes, somente 219 eram produtores de calçados, com uma média de 19 pessoas ocupadas por estabelecimento³². Considerando-se que a atividade coureiro-calçadista demanda o uso intensivo de mão-de-obra,

³² A classe dos calçados era superada pelo ramo têxtil que tinha 103 operários por indústria, pela indústria extrativa de produtos vegetais com 39, pela indústria de papel e papelão com 39 e pelo indústria da construção com 32. A média nacional de pessoal ocupado por estabelecimento era de 12 pessoas. O setor gaúcho era superado pelo Distrito Federal que tinha 23 operários por estabelecimento, ficando um pouco acima de São Paulo que tinha 15 operários por estabelecimento.

os dados acima permitem concluir que dificilmente se poderia classificar como indústrias empreendimentos deste porte.

A tendência à dispersão, que se observa nos anos 40, intensifica-se ainda mais na década seguinte. Em 1950, enquanto o número de estabelecimentos de calçados no Rio Grande do Sul duplicou (de 219 para 471) ocorreu uma redução no número médio de operários por unidade da ordem de 19 para 15, o que indica que houve a criação de novos estabelecimentos de pequeno porte, sem que se processasse um crescimento considerável nas atividades já existentes. Os dados apresentados por Costa (1978:27) mostram que além dessa extrema pulverização, de 1920 a 1950, houve também uma redução no valor médio de produção por estabelecimento das unidades gaúchas em relação a São Paulo e ao Distrito Federal, e uma diminuição nos índices do valor da produção média por operário.

A partir de 1960 observa-se que além do setor coureiro calçadista do Rio Grande do Sul continuar se expandindo numericamente, ele passa a diferenciar-se em relação à dinâmica nacional deste setor. O Censo de 1960 acusava a existência de 570 estabelecimentos de calçados no Rio Grande do Sul³³ para um total nacional de 4.555. Já em 1970, segundo os dados para aquele ano, o Rio Grande do Sul amplia para 756 o número de estabelecimentos calçadistas enquanto que o total do Brasil reduz-se de 4.555 para 3.912³⁴. Portanto, enquanto a trajetória gaúcha continua ascendente, a nacional decresce.

A transformação mais importante, todavia, observa-se na ocupação de pessoal por estabelecimento. Segundo Costa (1978:28), "até 1970, em termos de números de estabelecimentos a tendência foi de aumento destes; em

³³ Segundo Leopoldo Petry (op cit:149/153) destes 570, 207 podem ser listadas somente em Novo Hamburgo. Ver também BRDE (1977:20/23).

³⁴ Em 1970, 19,3% dos estabelecimentos de calçados do Brasil estavam no Rio Grande do Sul, representando 38,6% do pessoal ocupado no setor, 34,1% do valor da produção e 35,1% da transformação industrial. No mesmo ano este segmento industrial representava 4,2% dos estabelecimentos industriais do Estado, 12,3% do pessoal ocupado, 5,3% e 6,8% no tocante ao valor da produção e da transformação industrial, respectivamente (BRDE, 1977:20).

termos de dimensões médias o crescimento foi lento, isto é, *não se pode dizer que o incremento na dimensão dos estabelecimentos tenha sido significativo*, pois em meio século (1920-1970) o número médio de pessoas passou de 13 para 34 operários, enquanto que em apenas 5 anos (1970-1974) passou de 34 para 93 pessoas"³⁵.

Esses dados estão em consonância com a paulatina conquista do mercado nacional, para o qual o setor coureiro-calçadista passou a se voltar a partir de 1930. As vendas aumentam, sucessivamente a partir desta data, não obstante as dificuldades de localização geográfica e da tributação à exportação. Segundo Lagemann (1986:75), a conquista dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro tem seu *boom* a partir do final da II Guerra Mundial. Não se deve esquecer que, a partir dos anos 50, com a instauração da indústria automobilística no país, as atividades ligadas ao fabrico de artigos para as montarias entrariam em declínio até desaparecer. Este fato também impulsionou a reconversão de certas atividades e levou ao aumento do número de estabelecimentos que passaram a se dedicar à produção de calçados. Logo, a oferta da matéria-prima do couro também cresce, tanto pela exclusividade de seu destino como pelo aumento da oferta, dada a modernização da pecuária e da frigorificação dos abatedouros.

Além de marcar a fase de maior efervescência política e de, praticamente, consolidar o processo de industrialização do Brasil, o período de 1930 a 1970 constitui-se numa época de profundas mudanças sociais e econômicas no modo de vida da Colônia Velha de São Leopoldo. Em primeiro lugar, como se verá no próximo capítulo, as atividades agrícolas policultoras foram substituídas pela criação de suínos destinados à produção comercial da banha (sobretudo, nas primeiras décadas do século

³⁵ Segundo Achyles Costa (1978:28), 267 estabelecimentos, 35% do total de 756 em 1970, tinham menos de 5 pessoas ocupadas e/ou valor da produção média de Cr\$ 9.675,00 (640 vezes inferior ao salário mínimo vigente Cr\$ 187,20 por mês) ao ano. Os restantes 65%, 489 estabelecimentos, tinham um valor da produção média por operário 172% superior aos anteriores e uma média de 51 pessoas ocupadas por ano. Ver também BRDE (1977:21).

XIX). Em segundo lugar, porque nesta fase ocorre a especialização do artesanato ligado à produção de calçados e aparecem várias outras atividades econômicas no meio urbano.

São Leopoldo, a partir do final da década de 1950, havia perdido sua característica de "povoado aglomerado" essencialmente agrícola. Com isso, houve uma diversificação de todas as atividades econômicas e uma ampliação divisão social do trabalho, o que provocou uma rápida diferenciação social. A partir daí alteram-se os códigos sociais de relacionamento como o parentesco, a religião e a etnia passaram a existir relações sociais mediadas pelas diferenças de poder econômico: diferenças de classes. Os comerciantes ficaram cada vez mais ricos e os colonos e pequenos artesãos lutando pela sobrevivência. Surge, assim um mercado de trabalho urbano e a relação salarial, como contrato de trabalho (formal ou não), passa a regular as relações sociais de produção. Inaugura-se uma época em que o dinheiro e a propriedade privada impõem-se como normas sociais, substituindo as relações étnicas, a religião e o interconhecimento, que cimentavam a sociabilidade da sociedade colonial teuta.

Não demorou muito e várias Picadas e Linhas requereram sua autonomia política. A primeira a emancipar-se de São Leopoldo foi Novo Hamburgo em 05 de abril de 1927. A partir de meados da década de 1950 ocorre a maioria das emancipações que hoje formam as principais cidades do Vale do Sinos e algumas da Encosta da Serra. Em 1954 emancipam-se Sapiranga e Esteio, em 1959 Campo Bom, Estância Velha e Dois Irmãos, em 1961 Sapucaia e Ivoti (antiga Bom Jardim), que havia se emancipado junto com Estância Velha vindo a formar um município independente em 1964 (Müller, 1978:40).

As transformações sociais e econômicas, ocorridas em função do crescimento das atividades fabris urbanas acabaram por diferenciar São Leopoldo e Novo Hamburgo das demais pequenas cidades que mantiveram, pelo menos por uma década, os traços de seu *modo de vida colonial*. Essas mudanças, no entanto, não se restringem ao Vale do Sinos, pois a economia

gaúcha como um todo entrou num processo de transformações estruturais a partir de 1970. Na década de 1950 a *fronteira agrícola* do Rio Grande do Sul já estava *fechada*. Com a ocupação das terras da região noroeste do Estado esgotara-se, definitivamente, o sistema de reprodução dos colonos via expansão da *"zona pioneira"*. A partir de então a soja surge como a principal cultura comercial agrícola, dando início à significativas mudanças na estrutura produtiva e no modo de reprodução dos colonos dessas regiões. A escassez da terra e a exaustão do sistema produtivo tradicional fizeram com que muitos pequenos proprietários tivessem de procurar seu lote de terra fora das fronteiras rio-grandenses (Tavares dos Santos, 1993). É desse processo que trataremos no próximo capítulo.

2.3. ACUMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: "a fordização pelo alto e forçada" (1970-1988).

2.3.1. Industrialização e Desenvolvimento Capitalista

Nesta parte do trabalho tentamos resolver o problema que nos foi colocado quando da opção de explicar a industrialização do setor coureiro-calçadista a partir da noção de industrialização difusa³⁶. Ou seja, como dar conta das características específicas de uma industrialização regionalizada, de feições até locais, sem perder de vista sua ligação com a estrutura macro-econômica numa sociedade capitalista internacionalizada? Ou, numa só expressão, qual é e como se dá sua vinculação ao regime de acumulação em vigor? Como se verá nos próximos parágrafos, recorreremos as teses de Francisco de Oliveira e dos autores da Escola da Regulação Francesa para não perder o "fio da meada" e mostrar como se dá a ligação do

³⁶ O título foi tomado de empréstimo do artigo de Sabóia & Coriat (1989).

processo de industrialização do setor coureiro-calçadista gaúcho com o processo global de acumulação capitalista.

O processo de industrialização do setor coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul se inicia, de fato, somente a partir de 1970. Como se viu nas seções anteriores, o crescimento horizontal de pequenas dimensões foi a principal característica deste setor, antes de 1968. A partir deste período se ampliam as condições estruturais favoráveis ao crescimento industrial concentrado. Isto quer dizer que ao invés das empresas do setor continuarem crescendo em número elas passam a ampliar o seu parque produtivo, seu nível tecnológico e a concentração de capital. Cabe lembrar, contudo, que estas características não fogem aos atributos do processo de industrialização difusa. De um lado, porque nesta fase a própria consolidação do "setor industrial" coureiro-calçadista enquanto tal dependia deste salto qualitativo e, de outro, porque dessa evolução dependia a própria continuidade do processo de difusão do crescimento industrial. Ambos os fatores eram vitais, tanto no que se refere a sua articulação com o ambiente sócio-econômico local como em relação a sua inserção nos mercados consumidores (sobretudo estrangeiros).

Numa breve digressão, deve-se lembrar que foi a partir do golpe político-militar de 1964 que se aceleraram as transformações estruturais da sociedade brasileira. A partir de 1970 consolida-se o processo de industrialização por substituição das importações da economia nacional e observam-se significativas mudanças nos padrões tradicionais de acumulação de capital. *Grosso modo*, registram-se três fases distintas que caracterizam a economia brasileira pós-1950: a primeira vai de 1955 a 1962 quando ocorrem investimentos estatais no setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis; a segunda vai de 1967 a 1973, mais conhecida como a fase do "milagre econômico", quando se registram índices de crescimento nunca antes assinalados; e a terceira vai 1974 a 1976, onde através do II Plano

Nacional de Desenvolvimento tentou-se dar uma sobrevida ao modelo econômico do período do milagre³⁷.

O modelo econômico brasileiro do período do milagre entrou em declínio devido aos sucessivos aumentos das taxas inflacionárias, do crescimento da dívida externa e, por fim, devido ao segundo choque do petróleo, em 1978. Uma vez sepultadas as perspectivas desenvolvimentistas do "milagre econômico" o Brasil assumiria uma nova posição na divisão internacional do trabalho o que leva à transformações significativas nos padrões de acumulação industrial³⁸. Segundo Castro & Souza (1985:76), "dalí por diante, *em marcha forçada*, a economia subiria a rampa das indústrias capital-intensivas e tecnológico-intensivas".

É neste cenário que a indústria coureiro-calçadista encontra condições propícias à consolidação de seu desenvolvimento industrial. As razões que explicam o crescimento fulminante deste setor são de dupla ordem. Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que o apoio estatal dado à internalização da indústria de bens de consumo duráveis (tido como o motor da acumulação capitalista) gerou problemas econômicos estruturais de solvibilidade da demanda e inelasticidade do mercado interno para o setor de bens manufaturados (calçados, têxteis, etc). Havia mercado consumidor, no entanto, faltavam as condições objetivas para consumir, pois o poder de compra praticamente inexistia, dado o achatamento salarial vigente. Em segundo lugar, nota-se que o surto industrializante, verificado a partir do início da década de 70 na indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul, atribui-se a sua entrada no comércio internacional. As exportações tiveram um papel fundamental não só como um mercado consumidor para toda

³⁷ Sobre este assunto ver os artigos da coletânea organizada por Belluzzo & Coutinho (1983). Embora muito relembrada, a euforia do "*milagre econômico*" durou pouco tempo e foi profundamente abalada pelo primeiro "choque do petróleo" de 1973, pela drástica ampliação do déficit da balança comercial (decorrente dos rearranjos financeiros e monetários internacionais causados pelo fim das paridades de Bretton-Woods) e pelo esgotamento do modelo econômico baseado nas políticas keynesianas de intervenção estatal.

³⁸ Sobre este assunto ver os excelentes trabalhos de Lessa (1978) e de Sabóia e Coriat (1989:07).

indústria nacional de bens manufaturados mas, também, como forma de amenizar os problemas estruturais da economia brasileira (endividamento externo, déficit da balança comercial, etc).

Na nossa opinião, a ligação do processo de industrialização do setor coureiro-calçadista com o processo global de acumulação capitalista brasileiro se dá através da crise do modelo nacional de desenvolvimento industrial, que nitidamente estimulava certos setores da economia em detrimento de outros. E foi isso que aconteceu, sobretudo com o setor de bens manufaturados no qual estão inseridas as exportações de calçados (Coutinho & Belluzzo, 1983). Como lembra Oliveira (1988:73/85), os setores industriais que dependiam da capacidade de consumo das classes trabalhadoras, como têxteis, calçados, vestuário e alimentação, sofriam uma aguda *crise de realização*³⁹. Ou seja, não havia demanda nem mercado consumidor que cumprissem o último estágio do processo de produção de mercadorias: o consumo. O fraco crescimento destes setores, anterior aos anos 70, não pode ser creditado ao seu *caráter pouco dinâmico ou tradicional* mas sim à dificuldade de encontrar mercados consumidores domésticos. No pós-1964, a economia brasileira foi marcada pela inexistência de uma política de redistribuição de renda o que provocou uma "superacumulação de capital" e "tornou a exclusão um elemento vital de seu dinamismo"⁴⁰. (Grifos do Autor)

Esta situação impediu a internalização do setor de bens de consumo não-duráveis (calçados, vestuário, alimentação, etc) na economia

³⁹"(...) Esses setores têm, portanto, tendência constante a apresentarem **problemas de realização**, e não é por mero acaso que sobre eles, tem-se concentrado a atenção do Governo, subsidiando a exportação de calçados, tecidos, vestuário, conseguindo aumentos das cotas de exportação para o mercado norte-americano, etc (...) a ampliação do mercado externo, que tem sido conseguida, até agora, à custa de fortes subsídios, é uma forma disfarçada de **esterilização do excedente**..."(Oliveira, 1988:82)

⁴⁰ Segundo Oliveira "... de todos os estudos realizados, dois dos quais citados neste trabalho - os de Hoffmann e de Duarte - concluem que a desigualdade cresceu entre 1960 e 1970 e que a base do crescimento da desigualdade é dada pelo quase nulo crescimento das rendas dos estratos mais baixos em contraposição ao extraordinário crescimento das rendas dos estratos mais altos..."(Oliveira, 1988:51 e 79)

nacional resultando, como último recurso, o caminho às exportações. É nesse contexto que o Estado assume um papel imprescindível com o "objetivo central de não deixar cair a taxa de lucro" dos setores industriais que dependiam da expansão da demanda do mercado interno (Oliveira, 1988:73). A criação de um conjunto de subsídios estatais permitiu que o setor de bens manufaturados passasse a exportar determinado tipo de produtos para parcelas específicas de mercado, disponíveis nos países desenvolvidos, sem concorrer com a produção doméstica destas nações. A partir daí, o Brasil passa a integrar o grupo dos países do "*fordismo periférico*", que conseguiram ocupar certos "*nichos de mercado*" na divisão internacional do trabalho graças à crise de produtividade e da rentabilidade do padrão fordista de acumulação vigente nos países centrais (Lipietz, 1988:91)⁴¹. Esta situação permitiu que o Brasil se tornasse um NIC (Newly Industrializing Countries)⁴².

Segundo Lipietz (1988:76) houve experiências de industrialização na periferia, sobretudo, através dos processos de substituição das importações, que levaram à transformações sociais e econômicas reais. A estes processos o autor se refere como "*fordismo periférico*" ou "(...)

⁴¹ Segundo Lipietz (1984:77) a divisão internacional do trabalho "(...) é uma alocação desigual do trabalho social e de seu produto segundo os diferentes países". A integração dos países periféricos no sistema comercial mundial, na opinião de Lipietz (1984 e 1988), tem duas fases: a "*taylorização primitiva (ou sanguinária)*" que nada mais é do que uma estratégia de descentralização industrial ou "deslocalização" para países com baixo custo de mão-de-obra (em resumo é a expansão das "zonas francas" onde são desempenhadas certas partes do processo produtivo) tal como a Coreia do Sul e Taiwan; e o "*fordismo periférico*" que é a industrialização de um conjunto de nações (entre eles Brasil, México, Espanha, etc), financiadas pelos empréstimos dos organismos financeiros mundiais (FMI, etc) aos estados nacionais, onde o atendimento da demanda social local é deprimida em função de sua articulação a nichos de mercado no setor externo.

⁴² Além dos calçados femininos, a soja é outro bom exemplo de como determinadas mercadorias brasileiras se tornaram competitivas em "fatias" restritas do mercado mundial. "No apogeu do fordismo central, em meados dos anos 60, a importância da periferia no comércio mundial de produtos manufaturados estava quase que reduzida a nada (os países periféricos exportavam 2% para a CEE e 0,8% para os USA)"(Lipietz, 1984:85). Por isso que os países do fordismo periférico só conseguem ingressar no sistema comercial mundial quando ocorre uma queda nos índices de produtividade e de rentabilidade do padrão fordiano central.

subfordismo, uma caricatura do fordismo, uma tentativa de industrialização de acordo com a tecnologia e o padrão de consumo fordiano, mas *sem* as condições sociais, nem do lado do processo do trabalho, nem do lado do padrão de consumo das massas" (Lipietz, 1988:78).

Na opinião de Lipietz (1988:79), o fracasso dessas experiências de fordização dos países periféricos (Brasil), com uma industrialização via substituição das importações, deve-se muito menos à dependência das relações centro e periferia do que, numa nítida semelhança com a interpretação de Francisco de Oliveira, "(...) a estrutura interna, consolidada pela manutenção de uma redistribuição de renda extremamente desigual no setor primo-exportador, pelo fracasso redistributivo das reformas agrárias, na incapacidade de ampliar o setor manufatureiro, em integrar o consumo popular ao regime de acumulação"⁴³. O surgimento dos NICs, a partir da década de 70, revela, plasticamente, uma das contradições fundamentais do capitalismo: a tendência à queda da taxa de lucro e a necessidade de incrementar novas formas de reprodução ampliada do capital (Lipietz, 1984, 1988).

Dessa maneira, consideramos que a dinâmica da industrialização difusa do setor coureiro-calçadista se articula com o processo mais global do desenvolvimento capitalista. Apesar de que, no início das exportações de calçados, houve um processo de concentração econômica que reduziu o número de empresas e elevou a centralização de capital não há, em nenhum momento, um corte ou ruptura na inter-relação entre indústria e sistema econômico

⁴³ Para Lipietz (1984:77) "(...) a relação centro/periferia não consiste diretamente numa relação entre estados e territórios no seio de um processo único. Consiste muito mais na relação entre processos, entre regimes de acumulação, mais ou menos autocentrados ou extravertidos." Há uma nítida semelhança entre as análises de Francisco de Oliveira (1988) e de Alan Lipietz (1988). Enquanto Oliveira analisa a *parcialidade* da industrialização brasileira a partir da importação de tecnologias e know-how estrangeiros na forma de "*trabalho morto*"; para Lipietz isto mostra que: "(...)" A tecnologia não é um recurso transferível que cresce nas florestas da América do Norte. Não basta importar máquinas. É preciso **construir as relações sociais de trabalho correspondentes**" (Lipietz, 1988:77).

local e deste com a dinâmica capitalista da economia nacional e da divisão internacional do trabalho. A industrialização dispersa, além de caracterizar-se como uma estrutura de produção pulverizada de unidades de pequeno porte e pelas ligações com o ambiente social e econômico local, estabelece relações mercantis muito particulares, verdadeiros "nichos", no mercado internacional. Assim, o que parecem ser as características localizadas, territorializadas, que identificam o setor coureiro-calçadista gaúcho, encontram seu ponto de contato com o desenvolvimento global do capitalismo.

Disto resulta que, embora se deva partir da análise das formas concretas de regulação das relações de trabalho para compreender o desenvolvimento capitalista no setor coureiro-calçadista, é preciso reconhecer que há uma "*integração diferenciadora*" entre os distintos espaços (sociais e territoriais) nos quais tais relações operam. "(...) A idéia é que está em curso, neste momento, nos países capitalistas centrais uma transição entre modos de regulação da economia que produz uma transformação importante do modo de integração dos países e das regiões periféricas e semi-periféricas. A característica mais importante desta transformação é que, em vez de desprezar ou pretender destruir as especificidades sócio-político-econômicas de cada um desses países ou de cada região, alimenta-se delas e tende, por isso, a vincá-las. Um processo que se designa por *integração diferenciadora* (Reis, 1988:131)."

Para analisar o significado desta *integração diferenciadora* no âmbito de um setor industrial (indústria de calçados) e suas consequências sobre a configuração espacial das relações sociais de trabalho e de produção no escopo de uma região, precisamos verificar como este setor articula-se com o modelo global de desenvolvimento do capitalismo. Seguindo as idéias inicialmente desenvolvidas pelos autores da *Escola da Regulação* como Aglietta (1979), Lipietz (1988, 1991), Boyer (1990), Coriat (1978) e outros, estudaremos as ligações que o setor coureiro-calçadista do Vale do

Sinos estabeleceu com o regime de acumulação fordiano a partir do modo específico de organização do processo de trabalho e da forma de regulação das relações de assalariamento. Trata-se de ver como o processo de industrialização difusa articula as relações sociais de trabalho adequando-as ao regime de acumulação⁴⁴.

Do mesmo modo como os *regulacionistas*, cremos que ao desvendar a natureza das relações de produção, que se estabelecem entre os agentes econômicos e não econômicos, bem como suas formas de reprodução, estaremos descobrindo como o capitalismo regula as formas sociais do trabalho, transforma-as e nutre-se do seu domínio. Portanto, estudar as formas de regulação significa compreender como as relações sociais se reproduzem e se transformam sob o capitalismo em espaços sociais e econômicos que vão do local ao supra-regional⁴⁵. Neste sentido, o estudo da relação salarial, como forma concreta da relação entre capital e trabalho no processo de produção, impõe-se como primordial. Ela nos revela o "modo de regulação" vigente numa determinada época em uma determinada sociedade⁴⁶.

No processo de industrialização do setor coureiro-calçadista podem ser identificados dois regimes de acumulação. Um *extensivo*, que também chamaremos *taylorismo*, "quando a acumulação se opera através de uma simples ampliação dos processos de produção, com as mesmas técnicas". Nesta

⁴⁴ Para Lipietz (1988a:105), o regime de acumulação compreende "um modo de repartição e de realocação sistemática do produto social que realiza, num período prolongado, uma certa adequação entre a transformação das condições de produção (volume de capital investido, distribuição entre os ramos, normas de produção) e as transformações das condições de consumo final (normas de consumo dos assalariados e das outras classes sociais, despesas coletivas, etc.)" No capítulo quarto deste dissertação analisamos concretamente as relações de trabalho que se estabelecem no bojo do processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista.

⁴⁵ A idéia de criação de *espaços do capital* encontra ressonância nos trabalhos dos geógrafos de inspiração marxista (Marsden, 1989 e 1992). No Capítulo V voltaremos a estas questões.

⁴⁶ Existem várias definições para a categoria *regulação*, podendo, conforme o autor expressar coisas diversas. Entretanto, o *modo de regulação* é o "sistema das régras do jogo". Ou seja, uma espécie de contrato entre os agentes econômicos e o Estado que se comprometem com a vigência de determinada estrutura de produção, distribuição e acumulação (Aglietta, 1979:08 e Lipietz 1986:92).

fase recorre-se à sistematização e à normatização da produção através dos métodos da "Organização Científica do Trabalho". Já o regime *intensivo*, também designado *fordismo*, aparece "quando as normas de produção (isto é, as técnicas dominantes que se impõem a todos por sua produtividade superior) são constantemente perturbadas, à medida que se dá a acumulação"⁴⁷.

2.3.2. O Taylorismo: 1970 - 1980

O desenvolvimento da indústria calçadista no final dos anos 60 encontrava-se estagnado. Apesar de aumentarem, sucessivamente, o número de fábricas, a capacidade de absorção do produto no mercado interno permanecia estável. Entre 1968 e 1969 houve um decréscimo de 3% na produção gaúcha de calçados. Além disso, a evolução do valor do dólar fiscal e dos custos internos de produção era desiguais, tornando instáveis as condições para exportação. As dificuldades de acesso ao mercado externo, anteriores a 1968, eram variadas, abrangendo, desde as exigências do mercado externo e disputas com outros produtores (Itália e Espanha) até entraves domésticos com a burocracia, barreiras fiscais, problemas de transporte e etc⁴⁸. Segundo um empresário do Vale dos Sinos que vivenciou esta situação:

"... Nós aqui começamos as exportações em 1972. Então, de início houve uma procura de mercado para poder exportar e deixar essas indústrias do Vale aumentarem sua produção... Antes da exportação,

⁴⁷ Segundo Lipietz & Leborgne (1988) há uma diferença entre fordismo e taylorismo. Na verdade o fordismo é a corroboração e ampliação da revolução taylorista nos processos de produção industrial. O taylorismo implica numa padronização rigorosa dos gestos e movimentos do operador e uma separação entre concepção e a execução manual das tarefas. O fordismo generaliza a racionalização taylorista para fora das portas da fábrica difundindo um modo de viver (o "American Way of Life"); fazendo crer que consumo deve ampliar-se em igual proporção à produção e vive-versa.

⁴⁸ Para se ter uma idéia das dificuldades à exportação basta lembrar que o próprio BRDE havia criado a "Agência Exportadora de Calçados Vale dos Sinos Ltda." que não vingou. Até 1968, somente duas empresas privadas fizeram experiências bem sucedidas na exportação.

eu me lembro, aqui sempre acontecia de ter períodos do ano em que as fábricas ficavam ociosas. O mercado era limitado e então muitos partiram para novos mercados..."(R.W. empresário, Dois Irmãos)

Entretanto, este quadro de dificuldades se alteraria a partir do ano de 1969, quando o Estado inicia um programa de estímulos fiscais e creditícios ao setor coureiro-calçadista e patrocina, diretamente, a vinda de importadores de calçados e de couro à FENAC (Feira Nacional do Calçado) daquele ano. A partir daí a industrialização do couro-calçados mudaria radicalmente de rumo. Rapidamente, ampliam-se os contatos com compradores externos, visitas a Feiras internacionais e surgem os "agentes de exportação" ou Companhias de Exportação, como também são conhecidas as empresas que fazem a interface entre o mercado externo e os produtores locais. O mercado norte-americano mostrou desde o início, ser o pólo privilegiado das exportações⁴⁹. As vendas para o exterior se concentravam nos calçados femininos de poucas modelos e cores, vendidos em grandes lotes de produção com baixos preços. As indústrias calçadistas do Rio Grande do Sul conquistavam, assim, uma expressiva faixa de mercado na qual tornaram-se competitivas e cativas.

"...acho que o que deu o impulso mais forte nesta evolução da indústria, que passou a acelerar mais o processo, foi a partir do momento das exportações. Acho que há um divisor de águas entre o período antes das exportações e após as exportações"(R.W. empresário, Dois Irmãos).

"...então vieram os agentes de exportação, eles se estabeleceram aqui com escritórios e faziam exportações e contatos com firmas americanas. Bom, eles tomaram uma parte daquilo que as transações ofereciam, isso é normal que aconteça em qualquer comércio. Naquele tempo haviam pedidos bastante volumosos. Eles chegavam a pedir 100,

⁴⁹ Segundo estudo do BRDE (1970), as importações norte-americanas de sapatos, sobretudo femininos, no mercado mundial vinham crescendo desde o final dos anos 50. No período 1972/1975 as vendas no mercado interno cresceram 6,9% a.a. enquanto que as exportações cresceram 30,4% a.a. No mesmo período, enquanto no mercado interno os preços tiveram um acréscimo real de 29,1% houve uma redução de 3% no preço dos produtos exportados. Cerca de 82% das vendas ao mercado externo foram absorvidas pelos E.U.A.(BRDE, 1977:102/103).

150 mil pares de um modelo, e aí a gente ia prá fábrica produzir e depois eles chegavam, antes de acabar aquele pedido, e já vinham com outro maior ainda. Então, naturalmente a gente viu que havia mais lucro em exportar; a gente acabou ampliando as exportações e diminuindo o mercado interno... Prá gente é indiferente prá quem se produz, o que importa é se alguém pode comprar e pagar aquilo que é preciso pelo sapato" (R.W. empresário, Dois Irmãos).

Sem dúvida o papel do Estado, através dos incentivos creditícios e fiscais, foi fundamental para que o setor pudesse se desenvolver. A ação do Governo foi institucionalizada através do Decreto-lei 1.189 no ano de 1971, que regulamenta os incentivos à exportação⁵⁰. Depois desse, viriam muitos outros tipos de subsídios e estímulos às exportações de calçados. Para se ter uma idéia dos valores que representam apenas os incentivos fiscais estaduais ao setor coureiro-calçadista, relativos ao crédito prêmio de ICM vigente de 1973 a 1985, basta citar que nos treze anos de vigência desse benefício o Estado deixou de arrecadar, aproximadamente, US\$ 692,8 milhões de dólares, dos quais 85% (588,6 milhões de dólares) absorvidos só pela indústria de calçados (Lagemann, 1986:81). A agressividade dos incentivos oficiais foi de tal ordem que obrigou países como os U.S.A. a adotar medidas restritivas ao produto brasileiro no ano de 1976⁵¹. A importância dos subsídios é reconhecida pelos próprios empresários em depoimentos recentes:

⁵⁰ O artigo 1º do Decreto Lei 1.189 (24 de setembro de 1971) diz que: "(...) As empresas fabricantes de produtos manufaturados poderão importar, até 1974, inclusive, com isenção de tributos, máquinas, equipamentos e aparelhos industriais e de pesquisa..." Maiores informações sobre o início das exportações podem ser encontradas em Blos (1977) e Moelecke (1978). Sobre os incentivos fiscais concedidos às empresas de calçados consultar Tecnicouro (1984, 6(4):30-38) e Breda Cedeño (?).

⁵¹ Em 1976 os governos do Brasil e dos U.S.A. firmam um novo acordo para normalizar as exportações. Segundo notícia do Jornal O Estado de São Paulo (15-05-1976 p.28) "até o último trimestre de 1977 o governo dos EUA cancelará as sobretaxas de 4,8% (para as empresas que exportem mais de 40% de sua produção) e de 12% (para as demais). Em troca, os 24% de incentivos fiscais concedidos pelo governo (12% de IPI e 12% de ICM) serão eliminados com a seguinte graduação: em 1º de julho cai para 16% (redução do crédito-prêmio de ICM de 12% para 4%); em 1º de janeiro de 1977 para 8%; em 1º de julho de 1977 para 4% e em 1º de janeiro de 1978 o incentivo será totalmente eliminado. O governo americano reestruturará a aplicação das sobretaxas a partir de janeiro de 1977, objetivando reduzi-las gradativamente. O governo brasileiro compensará os produtores de calçados mediante incentivos creditícios".

"...Então quando nós começamos a ter sucesso com a exportação então as entidades aqui se mobilizaram para conseguir algumas facilidades: vantagens, isenções de impostos e outros benefícios. Criou-se os subsídios no tempo em que o governo achou interessante incentivar as exportações, naquele tempo o Ministro da Indústria e Comércio era o Ermírio de Moraes, isso foi assim o que deu mais força governamental ao setor calçadista. Até o próprio Delfim Neto, como Ministro da Fazenda, teve muita simpatia pela exportação..." (R.W. empresário, Dois Irmãos)

Com a entrada no mercado internacional, as indústrias de couro-calçados do Vale do Sinos e da Encosta da Serra no Rio Grande do Sul alteram seus padrões tradicionais de crescimento. Se até o final da década de 1960 sua característica básica era a pulverização, com o crescimento horizontal de fábricas de pequeno porte, a partir de 1970 esta tendência se inverte. Em primeiro lugar, reduz-se o crescimento horizontal do setor. Segundo dados fornecidos por Costa (1978:30 e BRDE, 1977:35), em 1970 havia 756 fábricas de calçados no Estado. No Vale do Sinos, em 1971, registravam-se 455 fábricas, 407 em 1972, 356 em 1973 e apenas 340 em 1974, portanto, uma redução de 115 empresas em apenas quatro anos no Vale do Sinos. Uma outra característica que a indústria de calçados assume a partir de sua entrada no mercado internacional é uma tendência à concentração de capital. Segundo Achyles Costa (1978:41), a redução do número de empresas no quadriênio 1971/1974 deu-se em função do tamanho das empresas, tendo desaparecido as de pequeno porte e, inclusive, aumentado as de tamanho grande.

O desaparecimento de várias pequenas empresas e o relativo fortalecimento das de maior porte também pode ser percebido nos índices de produção: de 1970 a 1971 verifica-se um aumento de 12% na produção industrial, um acréscimo de 49% entre 1971 e 1972 e um aumento de 4% em 1973, mantendo-se nestes níveis a partir de então. Na opinião de Costa (1978:31) "se a produção da indústria cresceu e o número de firmas se reduziu, isso determina um aumento da produção média por empresa, que passa

de 87.668 pares em 1971 para 151.866 em 1974, ou seja, um crescimento de 73,2% na produção média por empresa durante o período". O que este autor busca demonstrar é que no período de 1971/74 ocorre um processo de concentração econômica na indústria calçadista do Vale do Sinos (de 29,9% em 1971 para 39,9% em 1974) que a coloca numa situação de "transição para uma estrutura oligopolística de mercado"(loc.cit. p.39).

Apesar de um dos efeitos do acesso da indústria coureiro-calçadista às exportações apontar no sentido de uma concentração de capital, com crescimento verticalizado de algumas empresas, esta característica parece indicar mais a consolidação de um processo de industrialização do que uma situação de oligopólio. Os dados apresentados por Costa (1978:41) mostram que, não obstante o crescimento de algumas empresas (12 empresas com mais de 500 empregados), a grande maioria das fábricas manteve-se de pequeno porte (242 empresas tinham menos de 100 empregados)⁵². A moda foi um dos principais fatores que favoreceu a continuidade das pequenas e médias empresas. Mesmo que as grandes empresas padronizem a produção de alguns modelos sempre restará espaço à inovação e a colocação de calçados com características artesanais, altamente demandantes de mão-de-obra e com preços mais elevados.

As exportações alteraram, significativamente, a estrutura produtiva do setor couro-calçados. As principais transformações ocorreram ao nível dos processos de produção com a introdução das transportadoras de calçados (Cruz, 1977 e Moreira, 1986). Uma pesquisa do BRDE, em 1970, tomando como amostra 51 fábricas de calçados de todos os tipos, constatou que apenas um pequeno número tinha uma capacidade produtiva mensal superior a 5.000 pares (BRDE, 1970:34). O trabalho de Neto (1982:107) mostra que 82%

⁵² A concentração dava-se, basicamente, pela incorporação de empresas pequenas pelas de maior porte. Entre as razões que explicam o encerramento das atividades das empresas estão: a) o baixo poder aquisitivo da população brasileira que torna delicada a situação das indústrias que trabalham com o mercado interno; b) problemas com matérias-primas; c) problemas de crédito oriundos da falta de capital de giro nas pequenas empresas (Costa, 1978:52/59)

das principais indústrias calçadistas do país "efetuaram mudanças na tecnologia para conseguirem exportar". Os próprios empresários reconheceram esta necessidade;

"...Sim ocorreu uma reformulação, um reordenamento interno da empresa. Mas não aconteceu só prá entrar no mercado externo. Nossa empresa começou com a produção de sapato muito mais simples, foi uma evolução própria que aconteceu aos poucos, se fazia as coisas mais primitivas... Começamos a exportar fazendo uma sandalhinha de salto de madeira, um tamanco, que girava a um preço de 1 dólar mais ou menos. Praticamente começou com os EUA, era um tipo de manufatura que hoje o Brasil não consegue mais produzir, já surgiram outros países com preços bem menores que os nossos..."(R.W. empresário, Dois Irmãos)

A demanda externa por calçados femininos padronizados, em termos de modelagem e cores, permitiu uma rápida mecanização das indústrias. O trabalho de Bredemeier (1966) mostra que a introdução do *sistema de trilhos de transporte* em substituição aos cavaletes, na indústria calçadista, gera "um aumento de 66% no rendimento" em apenas um dia de funcionamento do novo sistema. O Quadro 1, abaixo, reproduz os dados apresentados pelo autor⁵³:

QUADRO 1 - O SISTEMA DE TRILHOS NA INDUSTRIA DE CALÇADOS REICHERT S.A

	Cavaletes	Sistema de Trilhos
Tipos de Sapato em Produção	chispa, salto alto	idem
Area Útil de Produção	1.250m ²	1.875m ²
Produção total Média	1.100 pares/dia	1.800 pares/dia
Empregados diret. Ocupados	300	283
Produção Média per capita	3,6 par/pes./dia	6,4 par/pessoa/dia

Fonte: Bredemeier (1966)

⁵³ Dentre as vantagens que o autor destaca estão: a) diminuição do tempo de espera entre operações; b) economia de espaço; c) maior facilidade no controle da produção entre outras.

A mecanização dos processos produtivos inaugura um novo padrão de produção no setor coureiro-calçadista⁵⁴. A introdução dos princípios tayloristas⁵⁵ de produção de massa foi responsável pela atração de um grande contingente de trabalhadores às cidades da região do Vale do Sinos. O sistema de trilhos de transporte revolucionou o processo produtivo da indústria calçadista, aperfeiçoando a gestão e o controle da força de trabalho. No seu conjunto, a mecanização das plantas industriais buscou a padronização e a normatização dos processos produtivos, o que possibilitou as empresas maiores alcançar a standardização e o aumento no rendimento do trabalho. Contudo, como demonstra o trabalho de Ruas (1985:147/148) "a máquina permanece um instrumento de trabalho intermediário entre a ação do trabalhador e o objeto de trabalho, o que a faz dependente do primeiro.(...) Mesmo que a maior parte desse fluxo seja composto por postos de trabalho mecanizados, a cadência da produção será determinada pelo ritmo dos trabalhadores manuais, sendo ele, com certeza, menor do que o das máquinas.(...)Tendo em vista as formas de produção vigentes, ainda é o trabalho que medeia o ritmo das operações."

Entretanto, não obstante a parcialidade desse domínio, a partir daí as indústrias puderam empregar, de forma crescente, um número maior de trabalhadores e acelerar a intensidade do trabalho. A otimização de tempo e espaço permitiu a diminuição do "tempo morto" da jornada de trabalho

⁵⁴ Apesar de destacarmos a importância da mecanização das plantas produtivas no setor coureiro-calçadista durante a década de 70, é imperioso reconhecer a parcialidade e a precariedade desta modernização. Segundo Ruas (1985:143/150) "a maquinaria incorporada nesta indústria resulta, em sua quase totalidade, da adaptação de processos ou de maquinaria desenvolvidos em outros setores da produção (caso da esteria mecânica que foi introduzida na indústria automobilística nos anos 1920).(...) a inovação tecnológica, na forma do desenvolvimento do maquinismo, é relativamente retardatário e de lenta absorção para a indústria de calçados".

⁵⁵ É necessário ressaltar que o conceito de taylorismo, aqui utilizado, aproxima-se muito mais das "práticas de rotinização", que padronizam e normatizam as operações de um processo de produção, do que da idéia dos princípios de seleção da "melhor maneira e do melhor tempo" para executar uma tarefa, segundo a concepção de Frederick Taylor.

("porosidade") e possibilitou um maior controle do capital sobre o processo de trabalho. Nas palavras de um empresário:

"...hoje temos inúmeras funções dentro da fábrica que são extremamente simples. O pessoal que trabalha numa fábrica não precisa entender mais quase nada de sapato, é só operar aquelas máquinas, é só pegar o jeito, é coisa quase automática (...) hoje, mais da metade das operações de uma fábrica são extremamente simples, simplificadas. O pessoal vem lá da colônia e entra diretamente na produção, a moçada já sai trabalhando..."(R.W. empresário, Dois Irmãos).

Em 1979 o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, desenvolveu uma pesquisa sobre "Evolução da Mão-de-obra, Condições de Trabalho, Prevenção de Acidentes e os Efeitos do Desenvolvimento Tecnológico na Indústria Coureiro-Calçadista" onde destacam-se alguns dados referentes ao crescimento do número de empregados. A amostra envolveu 97 empresas⁵⁶ da região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, e abrangeu o período de uma década. Os dados dessa pesquisa, divulgados pela Revista Tecnicouro (1980, 5(1):12-17), indicam que há um crescimento no emprego do setor de cerca de 118 trabalhadores por empresa no período de 10 anos, passando-se destes para 264, o que totaliza um crescimento de 123,7% no período. Cabe lembrar, que este crescimento se verifica quase exclusivamente na categoria dos operários de linha de produção (138,8% de crescimento no período) inexistindo nas categorias de pessoal de diretoria e funcionários administrativos. O ano de 1973 é o ano de maior absorção de mão-de-obra, o que se explica pela entrada das empresas no mercado internacional e pelas mudanças mecânicas introduzidos nos processos produtivos como o sistema de trilhos de transporte (esteiras).

A expressão mais notável desta "revolução" no processo de produção pode ser percebida na rápida elevação dos índices de produtividade

⁵⁶ Das 97 empresas da amostra 26 ainda não haviam sido fundadas em 1969, 13 destas 26 ainda não funcionavam em 1973. Somente a partir de 1977 a totalidade das 97 encontravam-se em pleno funcionamento.

da mão-de-obra, que só no período de 1972 a 1975 aumentou 11,9% (BRDE, 1977:61). Anualmente elevam-se as taxas de emprego e intensificam-se as relações de assalariamento; o que leva à crescente atração de força de trabalho. Além dos filhos dos colonos das regiões do Vale dos Sinos e Encosta da Serra, a partir de meados dos anos 70, a indústria calçadista passa a ser um pólo de absorção da força de trabalho oriunda das regiões do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Aliás, a "pré-existência de um saber social industrial a nível da administração e uma cultura da disciplina industrial dos operadores" (Lipietz, 1991:113) é um dos requisitos fundamentais à introdução dos princípios tayloristas de organização do trabalho. Neste sentido, a tradição artesanal e a capacidade de gestão dos empresários somada à um ambiente quase familiar de trabalho permitiu que este "savoir faire" fosse transferido para o sistema mecanizado de produção. É a partir daí que deve-se entender a capacidade de absorção de mão-de-obra dos processos produtivos taylorizados, recém implantados nas indústrias de calçados neste período. Isto possibilitou o ingresso de um imenso "exército social de reserva", constituído pelos camponeses e pequenos produtores rurais, migrantes das regiões de expansão da sojicultura, na condição de "novos assalariados" sem qualificação, no mercado de trabalho.

Durante o período taylorista percebe-se, também, um processo de diferenciação geo-econômico entre as principais cidades (ainda que não todas) que compõem a região do Vale do Sinos, como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga, com as cidades localizadas na Encosta da Serra como Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Nova Petrópolis, Taquara, Igreginha e Três Coroas. Por ter uma estrutura industrial e urbana mais desenvolvidas, o primeiro grupo de cidades foi quem absorveu com maior intensidade o fluxo migratório oriundo do noroeste do Estado (Missões e Alto Uruguai, principais regiões de modernização da agricultura). As demais cidades da Encosta da Serra, por ainda manter uma agricultura familiar e

com indústrias de menor porte, tornar-se-ia o alvo das migrações durante a primeira metade dos anos 80⁵⁷.

A produção em massa de produtos altamente padronizados (cores, forma e modelo), o vertiginoso apoio estatal e a particular forma de inserção no mercado internacional constituem a base da industrialização do setor fabril que na década de 1980 apresentaria os melhores índices de crescimento industrial da economia gaúcha.

2.3.3. O Fordismo: 1980 - 1988

A partir de 1980 uma série de fatores fazem com que surjam novas transformações nos processos produtivos das indústrias calçadistas, bem como comportamentos inovadores do ponto de vista de estratégias de controle e gestão e, até mesmo, de expansão das empresas. As razões que levaram a estas mudanças compõem-se de fatores externos e internos. Em primeiro lugar é preciso ressaltar que, depois de uma década atuando no mercado externo, a indústria calçadista logrou um considerável grau de desenvolvimento. Ao final da década de 70 pode-se afirmar que, em função da experiência adquirida tanto nas exportações como no mercado interno, o setor industrial coureiro-calçadista gaúcho alcança a maturidade. Além de se ampliar o volume das vendas destinadas à exportação ocorre também um gradual aumento de preços (verificar na Tabela 2.1, em anexo).

O processo de ajustamento da indústria calçadista do Vale do Sinos às demandas e exigências do mercado mundial, no início dos anos 80, induziu a significativas alterações nos padrões tradicionais de produção. Ao mesmo tempo que o setor conseguiu abocanhar uma fatia maior do mercado exterior, que passou a aceitar a elevação de preços em troca de melhor

⁵⁷ No capítulo 4 apresentam-se algumas estatísticas das migrações interregionais que confirmam esta diferenciação geo-econômica.

qualidade, houve a necessidade de adaptações internas, ao nível dos processos produtivos, a esta nova realidade. As transformações no modelo taylorista de produção passaram a ser ainda mais prementes a partir de 1985, quando alguns sindicatos de trabalhadores iniciam processos de reivindicação salarial que levariam às primeiras greves operárias organizadas no Vale do Sinos⁵⁸.

As principais mudanças no processo produtivo compõem-se de um conjunto de medidas que visam aprofundar o que acima chamamos de "padrões tayloristas de produção". Ou seja, enquanto na década de 70 buscava-se formas de normatização e padronização que visavam uma maior rigidez dos processos produtivos e uma standardização de produtos, a tendência dos anos 80 indicava que o caminho a ser percorrido seria o da diversificação e da flexibilização. Na verdade, embora estas tendências fossem visíveis na economia capitalista mundial desde o final dos anos 70, a indústria calçadista gaúcha tardou em se aperceber delas. Apenas a partir de 1985 o setor passa a mobilizar-se de forma sistemática visando adequar-se à nova conjuntura⁵⁹.

O conjunto das transformações que ocorrem na indústria coureiro-calçadista durante o período de 1980 a 1988 estão relacionadas com o estabelecimento de um novo padrão de acumulação: o fordismo. O fordismo constitui-se num aprofundamento do taylorismo. Segundo Aglietta (1979:93) "o fordismo designa um conjunto de transformações no processo de trabalho intimamente ligadas às condições de existência do trabalho assalariado que

⁵⁸ Até 1985 o sindicalismo dos trabalhadores no Vale do Sinos não havia tido atividades reivindicatórias que o desatrelassem do modelo sindical oficial, implantado pelo Estado Novo getulista. Embora os sindicatos fossem antigos (a maioria fundada antes de 1950), somente em meados dos anos 80 as lutas operárias assumem um caráter político identificado com ideologias classistas (Saul, 1988).

⁵⁹ Historicamente as mudanças tecnológicas de ponta chegaram em atraso ao setor coureiro-calçadista; foi assim com a química para o curtimento, o sistema de trilhas de transporte nas fábricas de calçados, etc. No entanto, um outro fator que talvez tenha contribuído a este retardamento é o fato de que até 1985 a indústria coureiro-calçadista tinha como manto protetor a concessão de crédito-prêmio do ICM e IPI e créditos subsidiados de toda ordem.

originam a formação de uma norma social de consumo e tende a institucionalizar a luta econômica das classes na negociação". Trata-se de um regime de acumulação intensivo onde o capitalismo busca regular e gestionar a reprodução global da força de trabalho assalariada "articulando o processo de produção e o modo de consumo".

Como mostramos no início desta secção, no Brasil o processo de industrialização e de desenvolvimento econômico "tornou a exclusão social um elemento vital de seu dinamismo"; ou seja, no Brasil não ocorre a articulação entre padrão de produção e norma social de consumo, apresentado pelos autores regulacionistas como uma das principais características do regime fordiano nos países centrais. Como podemos, então, falar em fordismo? Em primeiro lugar é preciso chamar atenção para o fato de que no Brasil nunca houve "fordismo", *latu sensu*, da maneira como ocorreu na maior parte dos países capitalistas avançados. Em segundo, cabe reiterar que estamos falando de uma situação que colocou o país no conjunto das nações do "fordismo periférico". Tal situação pode ser caracterizada pela feliz expressão de Sabóia e Coriat (1989:3/45) como "*um processo de fordização forçada e contrariada*", para explicar a dinâmica de desenvolvimento de um país cujo motor da acumulação de capital está na extrema seletividade do seu mercado consumidor interno e nas exportações de produtos (em geral bens não-duráveis) de consumo para as classes populares dos países desenvolvidos.

A indústria de calçados do Rio Grande do Sul é o exemplo mais cabal desta realidade. Enquanto crescem as exportações de sapatos para os Estados Unidos de forma geométrica, no Brasil a exclusão social avança em patamares similares através da corrosão salarial e do alijamento das classes trabalhadoras ao seu consumo. Em 1970 as vendas de calçados do Vale do Sinos para o mercado interno brasileiro cresceram 3,87% enquanto as vendas para o mercado externo aumentaram 983,41% (em relação ao ano de 1969). Mesmo assim, as vendas para o mercado interno representavam 91,70%

contra 8,30% ao mercado externo (em relação ao total de vendas). Já em 1975 a situação era bem diferente: as vendas de calçados para o mercado interno representavam 58,15% e para o mercado externo destinavam-se 41,85%. Em 1985, a correlação havia se invertido: 55,94% das vendas totais de calçados eram destinadas ao comércio exterior enquanto que o mercado interno consumia apenas 49,30%. Entre os anos de 1980 e 1989, a taxa de crescimento média anual da produção total de calçados no Brasil foi de 4,14%. Entretanto, o crescimento médio anual da produção de calçados para o mercado interno foi de apenas 1,74%, ao passo que a produção para a exportação cresceu a uma média anual de 15,91%, no período de 1980-89 (Reis, 1991:317).

A necessidade de buscar novos mercados consumidores para o calçado gaúcho está estreitamente ligada à deterioração do poder de compra do mercado interno em razão da corrosão do salário mínimo. Tomando o salário mínimo de 1940 como base para 100, chega-se a um valor 50,36% inferior a este em 1986, em 1989 esta diferença aumenta para 40,70% e, em 1990, equivale a apenas 19,09% de seu valor inicial. O mesmo ocorre com a participação da massa salarial na formação do PIB: de 56,6% em 1949 ela desce para 50% em 1980 e para 38% em 1988, chegando, finalmente, a minguados 35% em 1989⁶⁰.

As transformações internas e externas, acima referidas, que compõem o cenário dos setor coureiro-calçadista a partir dos anos 80, tem duas conotações diferentes que possuem, cada qual, desdobramentos específicos. De um lado, percebem-se mudanças ao nível do processo de produção, da forma de gestão da força de trabalho e das estratégias de reprodução ampliada do capital. De outro lado, estão as mudanças no mercado

⁶⁰ Para maiores detalhes ver Santos (1992) e Ruas & Antunes Jr. (1992). Algo muito semelhante ocorre com as exportações de soja, que se destinaram, na sua maioria, a alimentar os rebanhos de gado de corte e de leite da França e demais países europeus. Ver capítulo 3.

consumidor internacional, que começa a pautar suas demandas não mais pelo preço e pela quantidade, mas pelo binômio qualidade/produtividade.

As primeiras mudanças, referentes ao processo produtivo, se caracterizam pela ampliação do controle do capital sobre o trabalho com o estabelecimento da cadeia de produção semi-automática, principal característica do fordismo. Aumenta a circulação dos produtos na linha de montagem e a divisão do trabalho passa a obedecer, cada vez mais, à divisão técnica do trabalho. É a forma de disposição das máquinas que dita a organização do processo de produção. A preocupação com a "automatização" de partes ou fases do processo produtivo torna-se uma constante durante os anos 80, como mostram as "mesas redondas" promovidas pelo Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins - CTCCA - de Novo Hamburgo, publicadas pela Revista TECNICOURO (1985, 7(3); 1985, 7(4); 1985, 7(5); 1988, 10(7) entre outros números)⁶¹.

Uma outra dimensão destas transformações é a disseminação das funções de cronometragem e programação da produção indicando uma preocupação crescente com a separação entre concepção e execução das tarefas, bem ao estilo da "organização científica do trabalho". Não se pode esquecer o papel fundamental desempenhado pelos centros privados de pesquisa como o Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins (CTCCA) e pelas escolas de profissionalização da mão-de-obra como a Escola Técnica do Calçado de Novo Hamburgo, a Escola de Curtimento de Estância Velha e o Centro Tecnológico de Mecânica de Precisão de São Leopoldo, todas mantidas e administradas pelo SENAI (SENAI, 1987).

As transformações internas mais significativas deste conjunto de mudanças verificam-se nas formas de regulação da força de trabalho e nas estratégias de reprodução do capital. Essas alterações estão intimamente ligadas com o padrão de acumulação e a forma de regulação das relações de

⁶¹ Basicamente, estes debates tratavam da situação do setor de máquinas e equipamentos para calçados, das questões da automação industrial, da introdução e melhoria das tecnologias, etc.

trabalho que caracterizam o período imediatamente anterior ao fordismo: o período de 1970 a 1980, anteriormente descrito como acumulação extensiva ou taylorismo. A relação que estabelecemos fundamenta-se no argumento de que foi durante este período que ocorreu um *boom* na acumulação de capital, duplamente privilegiada por uma situação histórica ímpar que fez convergir o auge do financiamento público às exportações de calçados, através de subsídios e isenções de toda ordem, com o ápice das migrações populacionais interregionais rural-urbanas, resultantes do caráter excludente e perverso da modernização da agricultura gaúcha (ou "fenômeno soja", como também é chamado). Neste período, verificam-se índices extraordinários de crescimento industrial no Vale do Sinos e na Encosta da Serra, onde fábricas tornam-se indústrias quase que da noite para o dia.

A superacumulação, verificada nesta fase, consolida o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista e estabelece as bases de sua reprodução durante os anos 80. O epicentro desta superacumulação foi a disseminação da acumulação extensiva de capital através do emprego de milhares de migrantes, oriundos das áreas de expulsão da agricultura. Isto porque, como ensina Lipietz (1991:113):

"...A acumulação extensiva não necessita de uma grande flexibilidade, fazendo aumentar a produtividade média da economia à medida que formas industrializadas e mecanizadas de produção substituem as formas pré-industriais."

As novas formas de regulação da força de trabalho, verificadas a partir de então, são formas de obtenção da mais-valia e estratégias de acumulação industrial. O surgimento da categoria social dos *colonos-operários* personifica esta metamorfose do capital. Além de atrair os filhos dos colonos que residiam próximos aos centros urbanos do Vale do Sinos e Encosta da Serra e os migrantes vindos da região noroeste do Estado, nos

primórdios dos anos 70, as indústrias calçadistas, a partir de 1980, irão buscar os habitantes das áreas rurais próximas às sedes das empresas⁶².

No caso dos colonos-operários não se trata, de modo algum, de um processo de êxodo rural. Ao contrário, as empresas trazem cotidianamente os trabalhadores para as unidades produtivas e após a jornada de trabalho proporcionam-lhes o regresso ao seu local de moradia. Além disso, há também o caminho inverso, o caminho que faz com que a própria indústria de calçados leve partes ou fases do processo produtivo como a costura ou o pré-fabricamento (fabrico de solados, saltos, palmilhas, etc) para pequenas comunidades rurais, onde até então inexistia qualquer tipo de atividade industrial. Essa descentralização ou interiorização constitui-se numa estratégia de reprodução do capital ao mesmo tempo que é uma ampliação das formas de regulação da força trabalho. As fábricas que se instalam nas comunidades rurais estabelecem novas relações de trabalho com as populações ali residentes. Promove-se o assalariamento de populações que, de um lado, tornam-se operários de uma indústria e, de outro, permanecem colonos: residindo na colônia, cultivando a terra e fazendo daquele espaço seu ambiente de produção e reprodução⁶³.

Um último aspecto destas transformações nas relações de trabalho, que ocorreram na década de 80, refere-se a um segundo tipo de descentralização industrial que não implica na presença física da indústria fora de sua planta industrial⁶⁴. Trata-se do surgimento do *atelier de calçados*, que constitui-se numa forma de subcontratação ou prestação de serviços de pequenas e micro empresas, em geral atuando de maneira

⁶² Para uma análise mais detalhada destas formas de trabalho ver o capítulo 4 desta dissertação.

⁶³ A partir de meados da década de 80, o processo de interiorização das fábricas se amplia significativamente, em razão do surgimento de movimentos sindicais reivindicatórios nas cidades-pólo como Novo Hamburgo, Sapiranga e outras.

⁶⁴ O atelier de calçados constitui-se também, neste período, como uma estratégia que as empresas calçadistas desenvolveram para flexibilizar o processo produtivo. Sua utilização difundiu-se sobremaneira em operações altamente demandantes de mão-de-obra como enfiados, tranças, enfeites e etc, que visavam aprimorar as características artesanais do produto.

informal, à empresas grandes. O atelier surge no início dos anos 80 visando atender a uma demanda de serviços que, por ser intensivos em mão-de-obra, faz com que as empresas maiores busquem a subcontratação. Relativamente pouco difundido antes de 1985, o atelier logrou uma rápida difusão a partir desta data alcançando tanto as áreas peri-urbanas e urbanas dos grandes centros da região metropolitana de Porto Alegre como as zonas rurais próximas à região produtora de calçados, num raio de 200 Km em torno da cidade de Novo Hamburgo (principal pólo deste tipo de indústria).

O segundo conjunto de mudanças refere-se às transformações no mercado consumidor internacional. Basicamente, trata-se de um alargamento do espaço comercial que a indústria calçadista gaúcha vinha dispondo na última década e meia. As transformações na divisão internacional do trabalho, as mudanças no comportamento social e na economia dos países desenvolvidos alteram, significativamente, os padrões de consumo. Consequentemente, altera-se a demanda por modelos, "design", moda, qualidade e preços que, de uma maneira geral, definem a nova situação das empresas sul-riograndenses no mercado mundial de sapatos.

Em razão destas transformações endógenas e exógenas ao setor coureiro-calçadista aparecem novas formas de organização dos processos produtivos e altera-se o modo de regulação das relações de trabalho. Como pôde-se perceber, o desenvolvimento da indústria de calçados ao longo da década de 80 mostrou-se, organicamente, ligado à estrutura produtiva local: seja relacionando-se dinamicamente com as formas de trabalho na agricultura familiar, através do assalariamento dos colonos; seja pela externalização de partes do processo produtivo para ser confeccionadas fora da fábrica. O ambiente social e econômico das regiões do Vale dos Sinos e da Encosta da Serra, que antes caracterizava-se pelo modo de vida colonial, é perpassado pelas formas capitalistas de produção que, mesmo alterando-o e subordinando-o a sua dinâmica, não eliminam sua forma social. A pequena propriedade, o colono e as formas de sua sociabilidade continuam existindo,

embora seu conteúdo seja transformado pelas novas relações de trabalho que passam a caracterizar sua forma de produção.

Esta particular forma de desenvolvimento industrial, calcada na interação entre ambiente econômico local e formas capitalistas de produção industrial, explica o vertiginoso sucesso do setor coureiro-calçadista nas duas últimas décadas. Tanto as formas peculiares de regulação das relações de trabalho como a inserção das exportações em "nichos de mercado" compõem o cenário que caracteriza a especificidade do desenvolvimento capitalista de caráter regional, para não dizer local, e de suas ligações com a divisão internacional do trabalho. À medida que as exportações gaúchas de calçados se consolidam nestes "nichos" aumentando, inclusive, sua participação no consumo de uma determinada faixa de mercado, estabelecem-se formas distintas de produção e reprodução das relações de trabalho.

As transformações ocorridas no setor coureiro-calçadista gaúcho ao longo dos anos 80, como se viu, demonstram um insuspeitado dinamismo. Não foram apenas as empresas de calçados e os curtumes (441 e 61 estabelecimentos no ano de 1988, respectivamente) que se desenvolveram mas todo um *complexo* de atividades que gira em torno destes setores e lhes agrega valores⁶⁵. São indústrias de máquinas para calçados (47), agentes de exportação (70), indústrias de adesivos e borracha (21), indústrias de componentes (234) prestadores de serviços para couro e calçados (950) e indústrias de artigos de couro (62) que em seu conjunto geravam, no ano de 1988, 198.492 empregos diretos dos quais 109.000 só nas indústrias de calçados (ver ABAEX, 1991:11)⁶⁶.

⁶⁵ Segundo Júlio Almeida Gomes (1993:44), pode-se até falar de uma "filière" do setor coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul entendendo-se esta como "um conjunto de atividades estruturadas de organizações e de mercados (...) Considerando-se a filière calçados de couro tem-se desde a pecuária, passando pelos curtumes e fábricas de calçados, até chegar a venda do calçado de couro ao consumidor."

⁶⁶ Em 1993, os calçados representavam 33% do conjunto total das exportações gaúchas (seguido do fumo 16%, soja 13% e petroquímica 9%). Fonte FEE e IBGE.

2.4. AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES: rumo à acumulação flexível (1988 - 1994)

2.4.1. Descentralização e Novos Espaços Industriais

A partir do final da década de 1980 os padrões tayloristas-fordistas de acumulação capitalista no Brasil passam a sofrer as consequências da crise internacional deste regime de acumulação. Segundo os autores da Escola da Regulação (Aglietta, 1979, Lipietz, 1988; 1986; Boyer, 1986 e mais recentemente Harvey, 1993) a crise deste regime de acumulação surge nos EUA na metade dos anos 60 e a partir de 1973 nos países da Europa, disseminando-se nos países do Terceiro Mundo a partir de meados da década de 80. Em que consiste esta crise? Para Robert Boyer (1990:120), a crise é "o resultado da maturação do fordismo e do aumento de novas contradições: dinamismo da demanda sustentado por diversas formas institucionais e acompanhado por problemas estruturais de rentabilidade"⁶⁷. Além de ser uma crise de lucratividade do capital, a ação do Estado de Bem-Estar Social (ou Estado-Previdência como chama Lipietz), através das políticas keynesianas, também mostra-se incapaz de conter as contradições internas do capitalismo com instrumentos distributivistas e assistenciais, devido à grave crise fiscal na qual está imerso.

Os efeitos da crise dos padrões fordistas de acumulação dos países centrais são percebidos no Brasil de forma retardatária nos anos 80, sob a chancela da "década perdida". Embora o "fordismo periférico" ou "subfordismo" (Lipietz, 1988) não sofra os problemas diretos do esgotamento do padrão fordiano de acumulação (pelo fato de nunca ter sido plenamente desenvolvido nestes países), ele necessita se readaptar à nova ordem

⁶⁷ Para Lipietz (1988:57 e 58) "... o fator mais claro da crise do regime de acumulação consiste na desaceleração geral dos ganhos de produtividade". A dificuldade de manter uma vinculação estreita entre padrões de produção e consumo (ampliação dos índices de produção de acordo com a capacidade de consumo de mercado interno - auto-realização da mercadoria) resulta numa "crise de rentabilidade" (*profit squeeze*) do regime de acumulação ocasionada pela "desaceleração geral dos ganhos de produtividade".

mundial. Como estamos menos interessados em descrever a natureza dessa crise e mais ávidos em discutir suas conseqüências numa região e num setor industrial específicos, não nos aprofundaremos nestes aspectos. O principal a reter é que os modelos tayloristas/fordistas passaram a representar um verdadeiro entrave à expansão do capital devido a sua extrema rigidez. Como lembra Harvey (1993), a rigidez dos sistemas de produção em massa e os limites que estes impunham aos mercados consumidores (rigidez dos mercados de trabalho) reduziram o leque de opções à ação estatal e geraram uma série de outros problemas: ao mesmo tempo que inviabilizavam a expansão da lucratividade do capital favoreciam a ação sindical da classe trabalhadora.

Estas transformações parecem indicar a gestação de uma nova forma de regulação das relações de trabalho e um novo regime de acumulação, em substituição aos princípios rígidos do modelo taylorista/fordista. Chamar-se-á este novo regime de "*acumulação flexível*". Segundo Harvey (1993:140) a acumulação flexível "(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve mudanças rápidas e desiguais dos padrões do desenvolvimento, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado *setor serviços*, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas"⁶⁸.

Entretanto, a acumulação flexível não abarca todas as estratégias de desenvolvimento. Indubitavelmente, a superação da rigidez dos processos

⁶⁸ Algumas das principais características deste novo regime de acumulação são: a descentralização industrial; o surgimento de "novos espaços industriais"; a informalização das relações de trabalho; a segmentação do mercado de trabalho entre outros. Não há consenso entre os especialistas sobre a própria conformação deste modelo. Para maiores detalhes consultar Piore & Sabel (1984); Lovering (1990); Pahl (1988); Scott (1988 e 1991); Lipietz (1991) e Lipietz & Leborgne (1988).

de produção passa pela flexibilização. Mas, a questão é: qual flexibilização? Aqui opõem-se dois "paradigmas reais" como potenciais substitutos do fordismo: o "neo-fordismo" e o "kalmariano"⁶⁹. Estudando as transformações recente que ocorreram no setor coureiro-calçadista verificamos que a busca da flexibilidade pode se dar através de múltiplos caminhos. A tendência à reformulação dos processos de produção e gestão do trabalho, visando flexibilizar as relações de produção mediante a introdução de novos métodos de organização industrial, parecem estar no horizonte das mudanças. Ao mesmo tempo, a flexibilização também poderá ser alcançada através do surgimento de novas estratégias empresariais de regulação das relações de trabalho, como é o caso da descentralização e da terceirização industrial.

Neste sentido, acreditamos que a descentralização e a interiorização das fábricas de calçados está em consonância com as novas tendências de organização do trabalho e da produção industrial, em curso em algumas regiões de determinados países. Segundo Scott (1988:178), os "novos espaços industriais", como as regiões de industrialização difusa do sul da Itália, o Vale do Silício nos Estados Unidos e outras regiões, "...são o resultado de um duplo processo envolvendo uma tendência do moderno sistema de produção flexível de fugir dos velhos centros de acumulação, combinado com a dinâmica da implosão locacional resultante do crescimento dos níveis de externalização"⁷⁰.

⁶⁹ No neo-fordismo a flexibilidade externa associa-se a um controle direto hierárquico. No kalmariano a rigidez externa do contrato de trabalho é associada ao envolvimento negociado com os produtores (Lipietz, 1991:111). Não cabe aqui aprofundar o debate acerca destas questões, ao que remeto à bibliografia específica sobre o assunto: Lipietz (1991) e Lipietz & Leborgne (1988).

⁷⁰ "These spaces are the outcome of twofold process involving a tendency for modern flexible production systems to avoid older centers of accumulation, combined with a dynamic of locational implosion resulting from increasing levels of externalization." Além de Scott poderíamos incluir nesta perspectiva de análise dos "novos espaços de industrialização" as contribuições de Lipietz & Leborgne (1988); Scott & Storper (1988); Piore & Sabel (1984); Coulert, (1993) e Garofoli (1993) entre outros.

Segundo alguns autores (Coulert, 1993 e Bagnasco, 1977), o "ressurgimento de economias regionais", de características localizadas e fortemente integradas ao esquema global de acumulação capitalista (divisão internacional do trabalho) é uma das consequências da crise do fordismo e representa uma possibilidade de flexibilização das relações de produção no escopo de um novo modelo de acumulação capitalista. Aparentemente, os principais motivos que levam as empresas à buscar novos espaços para estabelecer suas unidades produtivas são sempre semelhantes: busca do rebaixamento dos custos de mão-de-obra, maior flexibilização, fuga das organizações sindicais e da rigidez dos contratos de trabalho, etc.

Por esta razão, acreditamos que a emergência do "novos espaços industriais" (entre eles o processo de industrialização difusa do setor calçadista gaúcho) expressa uma das características que deverá ser assumida pelo sucessor do modelo fordista de acumulação⁷¹. Pois, se a industrialização difusa e a inserção do calçado gaúcho no mercado internacional, durante a década de 70, se devem a um tipo específico de "fordismo de periferia" (Lipietz, 1988), como vimos anteriormente, as transformações recentes nas estratégias de produção desta indústria (descentralização, terceirização, etc) podem estar relacionadas com as mudanças em curso no regime geral de acumulação capitalista.

De qualquer modo, parece difícil delinear um possível cenário o que, no momento, está fora dos objetivos deste trabalho. O que interessa, por hora, é saber em que medida estas tendências da organização futura da produção industrial afetam as relações de trabalho, sobretudo daqueles trabalhadores que ainda permanecem ligados à terra e à agricultura. A

⁷¹ Segundo Scott (1988:182) "...Modern capitalist production systems have evidently involving over the last couple of decades away from relatively rigid Fordist industrial structures towards more flexible forms of production organization. *This evolutionary tendency is enmeshed within concomitant changes in the regime of accumulation and mode of social regulation. The geographical corollary has been a partial but pronounced displacement of the locational foundations of modern capitalism.* (Grifos nossos).

seguir discutiremos os efeitos do aparecimento dos novos espaços industriais e da descentralização industrial. A título de ilustração fizemos uma breve digressão internacional para, em seguida, analisar o processo de descentralização das indústrias de calçados do Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, bem como sua influência sobre as transformações nas formas de reprodução da agricultura familiar.

2.4.2. Alguns Exemplos Internacionais

A descentralização industrial, enquanto estratégia de desenvolvimento, vem se acentuando em algumas regiões de determinados países nas duas últimas décadas. A crise pós-fordista, da qual este processo decorre, nos coloca perante duas questões centrais: porque razão (quais fatores) as indústrias buscam novos espaços para estabelecer suas plantas industriais? E, que tipo de indústrias adotam esta estratégia?

Segundo Menéndez (1985 e Summers et. alii.. 1976) há várias razões que contribuem para que as empresas busquem novos espaços para estabelecer suas plantas industriais. Tanto nos USA como na Europa, é possível encontrar um conjunto de fatores que ajudam a explicar as razões da descentralização das empresas: a) as políticas públicas de desenvolvimento e apoio à difusão industrial; b) o apoio das comunidades locais à industrialização; c) a preferência das indústrias por certos atributos como baixos custos de infra-estrutura, menos impostos, etc; d) existência de excedentes de mão-de-obra nas zonas rurais; e) os avanços nos sistemas de transporte. Na maior parte dos casos, há uma nítida predominância das indústrias intensivas em mão-de-obra (têxteis, confecções, calçados, etc) que se inclinam a este tipo de estratégia.

Na opinião de um empresário e analista gaúcho da dinâmica do setor coureiro-calçadista em âmbito internacional, hoje:

"... Há esse desejo das fábricas de realmente se espalharem por uma área geográfica maior, a fim de que não continue, nessas pequenas localidades, a concorrência que existe aqui, onde muitas vezes uma rouba funcionário da outra, etc. *Essa tendência de interiorização deve se acentuar.* Sabemos que a indústria do calçado, chamada *labor intensiva*, quer dizer, de emprego intensivo de mão-de-obra, em todos lugares do mundo, mesmo em países desenvolvidos como a França e a própria Itália, está bem espalhada pelo interior. Não se encontram grandes indústrias de calçados em grandes cidades francesas, e, mesmo na Itália, elas tendem a se alastrar para o interior."(Técnicouro, 1990, 12(4):9)⁷²

A literatura disponível sobre este assunto é relativamente farta⁷³, o que nos poupa de prolongar a revisão acerca do tema. Talvez os trabalhos dos autores europeus (Courlet, 1993; Garofoli, 1993; Bagnasco, 1981; etc) sejam os mais relevantes por analisar uma realidade empírica (principalmente os países da Europa Mediterrânea) a partir de um novo esquema interpretativo. No que diz respeito às experiências de descentralização industrial ocorridas no setor calçadista em âmbito internacional, tem-se o exemplo de alguns países de sudoeste asiático como Taiwan, Coréia do Sul, Indonésia, Tailândia e outros de menor importância. A busca de maior competitividade no mercado levou as empresas de sapatos destes países a optar pela descentralização das fábricas para regiões e países onde o valor da força de trabalho pesa menos nos custos de produção⁷⁴.

"... em muitos casos, em resposta à transferência das fontes de abastecimento, os fabricantes taiwaneses e coreanos exportam seu pessoal chave, seu conhecimento técnico e até equipamento (os taiwaneses para a Tailândia e os coreanos para Indonésia). Assinaram

⁷² Quando o entrevistado se refere ao "aqui", trata-se do Vale do Sinos.

⁷³ Nos trabalhos de Menéndez (1985), Scott (1988), Lipietz & Leborgne (1988) há várias indicações sobre o assunto.

⁷⁴ A redução dos custos de mão-de-obra nas empresas de calçados estimulou o processo de descentralização das indústrias de calçados do Taiwan e da Coréia para países como a Tailândia e a Indonésia, onde o valor do trabalho é significativamente inferior. Segundo Mountain (1990:47) em Taiwan paga-se US\$ 19,00 por dia; em Hong Kong US\$ 17,00; na Coréia do Sul US\$ 16,00; em Singapura US\$ 15,00 o que leva muitas empresas destes países a estabelecer suas unidades produtivas em países onde o custo da força de trabalho é menor, como Tailândia US\$ 4,00; Malásia US\$ 3,00; China US\$ 2,00; Paquistão US\$ 1,50 e Indonésia US\$ 1,00. Ver Mountain (1990:46).

acordos de "joint-ventures" naqueles países como meio de proteger as conexões de fornecimento que possuíam previamente em Taiwan e na Coreia. Em seus próprios países, os taiwaneses e coreanos estão procurando melhorar suas fábricas para produzir sapatos de qualidade superior. Também na Tailândia se antevê o momento em que o fornecimento de calçados de baixo custo se *transferirá* para Indonésia, Burma e Vietnã" (Mountain, 1990:47).

Como já vimos, o processo de descentralização de unidades produtivas de determinados países para outros, onde os custos totais de produção são mais favoráveis, foi designado como "*taylorização primitiva ou sanguinária*" por Lipietz⁷⁵. Em princípio, o autor utilizou o conceito de taylorização sanguinária ou primitiva para explicar a emergência das "zonas francas" de montagem e acabamento de produtos oriundos do países centrais, durante os anos 70. Hoje, embora este processo tenha se alterado em relação a sua forma original, podemos dizer que o processo ou a estratégia da descentralização, propriamente dita, continua igual. Ou seja, é um tipo de desenvolvimento capitalista que tem como motor de sua acumulação a expropriação da mais-valia absoluta dos trabalhadores de países periféricos. Bastou que os salários e a organização dos trabalhadores das empresas calçadistas de Taiwan e da Coreia se ampliassem para que elas se deslocassem para países onde os custos com mão-de-obra são mais baixos e a mobilidade sindical é quase inexistente.

⁷⁵ Segundo Lipietz (1988:92 e 1984:87) "... trata-se do deslocamento de determinados segmentos de circuitos de ramos/setores, para Estados que gozam de uma alta taxa de exploração (salário, duração e intensidade de mão-de-obra), cujos produtos são reexportados principalmente para o centro". Países como Coreia e Taiwan se inseriam neste contexto, além daqueles que o autor chamou de "Estados-feitoria" como Singapura, Hong-Kong e outros.

2.4.3. O Caso do Setor Coureiro-Calçadista Gaúcho

No setor coureiro-calçadista a superação da rigidez dos processos produtivos fordianos constitui-se, atualmente, numa das principais estratégias de seu desenvolvimento em direção às formas de produção flexíveis.⁷⁶ Duplamente pressionadas, de um lado pelas mudanças nas características dos mercados consumidores e de outro, pela organização sindical dos trabalhadores, as indústrias calçadistas vêm implementando novas formas de gestão e organização do trabalho no interior das fábricas (tecnologia de grupo, C.C.Q, just-in-time, etc). Entretanto, embora essas alterações caminhem no sentido da "especialização flexível" da mão-de-obra, estimulando a polivalência e o controle das "perdas" no interior das fábricas, o processo de flexibilização também se direciona no sentido da descentralização (deslocalização) e da interiorização das plantas industriais.

A partir do final dos anos 80, a extrema rigidez imposta pelos padrões produtivos calcados nos modelos de acumulação intensiva pareciam obstruir a expansão do setor calçadista. Basicamente, foram dois os fatores que desencadearam a insatisfação com o padrão fordista de produção. De um lado, talvez como fator mais importante, está a crescente importância que a demanda (o tipo e o gosto do consumidor) passou a exercer sobre o produto a ser confeccionado. A reformulação dos hábitos de consumo nas sociedades dos países desenvolvidos, sobretudo na americana, passou a exercer uma influência cada vez maior sobre os processos produtivos das indústrias de calçados gaúchas. Nas palavras de um analista comercial ligado ao setor:

⁷⁶ A rigidez do modelo fordista vem trazendo problemas referentes ao paradigma tecnológico e industrial e, em certa medida, ligados à determinadas formas de regulação das relações salariais. Porém, estes problemas não estão relacionadas ao regime de acumulação, pois, os ganhos de produtividade industrial jamais refletiram sobre o aumento dos salários e das possibilidades de consumo dos operários.

"...É o consumidor quem decide o que quer e tem que ser atendido. Não é o técnico do curtume quem vai decidir se o couro que ele faz pode ou não ser lavado. (...) O consumidor quer a facilidade, o conforto, a rapidez" (Tecnicoouro, 1992, 14(2):09).

"...O objetivo é atender a um novo consumidor, que busca dentro da loja avaliar a qualidade do calçado (...) O consumidor hoje está mais preocupado em saber o que compra, qual seu tempo de uso (...) é preciso observar o conceito de qualidade que é conjugar o conforto a durabilidade..."(Tecnicoouro, 1989, 11(6):24)

Nesta perspectiva espera-se que o mercado consumidor passe a definir a natureza dos produtos que devem ser produzidos. Esta tendência é ainda mais acentuada no caso do setor calçadista do Rio Grande do Sul que exporta, quase exclusivamente, sapatos femininos. Considerando-se que o calçado é um acessório da moda e que esta encontra-se em constante mutação, é provável que "os gostos dos consumidores" influenciem de modo crescente no tipo de produto a ser fabricado.

O segundo fator, que vem acelerando a introdução de novas estratégias produtivas no setor calçadista a partir do final dos anos 80, é a crescente institucionalização (rigidez contratual) das relações capital/trabalho, motivado tanto pelo crescimento do sindicalismo nas cidades do Vale do Sinos, como pela atuação do Estado⁷⁷. Certamente, as razões que tem levado à interiorização das fábricas de calçados para as comunidades rurais e a definição de uma política ostensiva de assalariamento de trabalhadores de origem germânica, ligados à atividades agrícolas e facilmente submetidos a pressões disciplinares, explicam-se menos pelo caráter humanitário do capital do que pelo escamoteamento à compromissos sociais e direitos trabalhistas reivindicados pelos sindicatos classistas⁷⁸. Prática essa que, na nossa opinião, constitui-se numa estratégia do capital face às transformações em curso.

⁷⁷ A atuação do Estado assume um caráter fiscalizador nas relações de trabalho consideradas informais e busca coibir formas ilegais de assalariamento como o trabalho de menores, gestantes, etc.

⁷⁸ Analisando-se as pautas de reivindicações dos dissídios coletivos dos sindicatos de sapateiros de Dois Irmãos, Ivoti, Novo Hamburgo e Sapiranga os tems prioritários são: construção de creches, pagamento de

A indústria calçadista gaúcha foi contingenciada a alterar os padrões rígidos de produção que o modelo fordista lhe impunha, devido as peculiaridades que caracterizam seus produtos (sapatos femininos) e por ser fortemente voltada para as exportações. Sua inserção numa faixa determinada do mercado consumidor internacional, um nicho de mercado que absorve quase somente calçados femininos de couro, na qual a concorrência e a competitividade vem aumentando, fez com que requisitos como flexibilidade e qualidade se tornassem indispensáveis⁷⁹. Segundo um engenheiro projetista que atua no setor:

"...A tendência da produção mundial de calçados é de trabalhar com uma rotatividade de modelos cada vez maior, em lotes cada vez menores.(...) As fábricas de calçados deverão ser extremamente flexíveis, versáteis e com respostas rápidas a fim de se adaptarem aos desejos da moda. A segunda característica que os calçados do futuro deverão ter é qualidade e preços compatíveis. (...) As fábricas européias, em geral, não chegaram a velocidade de respostas desejada; aliás poucos são os produtores europeus que tem esta característica."(Tecnicouro,1988,15(2):28 apud Ruas, 1990:108)

Do ponto de vista das transformações recentes, tanto no que se refere às mudanças em processos de produção como em relação as formas de gestão e reprodução ampliada do capital, cabe notar dois aspectos distintos que são, no entanto, complementares. Podemos assinalar, por um lado, as mudanças técnicas nos processos de trabalho e, por outro, as novas estratégias de regulação das relações de trabalho. No primeiro aspecto deve-se ressaltar que são inúmeros os trabalhos que procuram analisar os efeitos das novas tecnologias (automação micro-eletrônica, computação, robótica, etc) e das novas formas de gestão dos processos produtivos industriais (CCQ, kanban, modelo japonês, "just-in-time", etc). No setor

insalubridade, pagamento de atestados médicos obtidos fora da empresa, direito a "hora da merenda", entre outras.

⁷⁹ Há que se ressaltar que a disseminação das novas formas de regulação da força de trabalho que são introduzidas pelo padrão de acumulação flexível no setor calçadista dá-se de forma parcial e específica. Aliás, não haveria como ser diferente, uma vez que os padrões anteriores também foram apenas parcialmente empregados.

coureiro-calçadista, segundo Laís Abramo (1990:39), "a difusão das novas tecnologias é incipiente, restrita a algumas fases do processo produtivo, sem perspectivas de ter seu ritmo intensificado em curto prazo, e sem impactos significativos sobre a mão-de-obra"⁸⁰.

Esta opinião é endossada por Ruas (1990:109 e 1992:211), que percebeu que não obstante a presença das formas de produção flexíveis, perseguidas pelos empresários calçadistas, há obstáculos como a falta de homogeneidade da matéria-prima (couro) e as dificuldades de seu ajustamento as operações automatizadas, que retardam a flexibilização dos processos produtivos. A difusão da automação microeletrônica vem sendo feita de forma "lenta e parcial" e restrita a algumas fases do processo produtivo. Como exemplo, pode-se citar a adaptação dos comandos de controle numérico nas máquinas de pesponto (costura) e a utilização dos sistemas CAD/CAM (Computer Aided Design e Computer Aided Manufacturing) no corte e na modelagem⁸¹.

Uma apreciação mais detalhada sobre a defasagem da automação e da modernização tecnológica no setor coureiro-calçadista gaúcho foi feita por Piccinini (1990). Segundo esta autora, embora a flexibilização da produção esteja no horizonte organizativo das empresas ela ainda é limitada à certas fases do processo produtivo, mormente, a costura e a montagem.

Em relação às novas formas de gestão dos processos produtivos a situação é, significativamente, distinta da diagnosticada por Abramo (1990:39). As mudanças nas formas de organização do trabalho tem sido um elemento importante para elevar a intensidade do trabalho e ampliar a flexibilidade. A alteração mais importante neste sentido tem sido o surgimento da *tecnologia de grupo* (Ruas, 1990:110). Os grupos de trabalho (GT) ou células de produção, caracterizam-se por "mudanças no *layout*

⁸⁰ Ver também o trabalho de Alves Filho (1989) no qual a autora se baseou para fazer o diagnóstico apresentado.

⁸¹ Para maiores detalhes consultar Alves Filho (1988); Bastos & Prochnik (1991); *Tecnicouro* (1993:15(2)) entre outros.

(formato U), no fluxo do trabalho ("mão-a-mão"), na aproximação dos postos de trabalho e na preparação dos trabalhadores tanto para a polivalência quanto para uma *performace* mais coletiva" (Ruas, 1992:211). Além disso, outras estratégias como o *just-in-time*, *CCQ*, *Kanban* e *TQC* vem sendo experimentadas por inúmeras empresas⁸². Todas estas alternativas vem sendo adaptadas às necessidades e especificidades que a realidade da indústria calçadista exige. O que importa salientar é que estas inovações vem permitindo a flexibilização dos processos produtivos e, em lugar da rigidez do fordismo, tem possibilitado a emergência da polivalência de máquinas e trabalhadores.

O segundo vetor, mais próximo ao paradigma neo-taylorista (Lipietz, 1991:126), indicativo de um caminho alternativo às transformações em curso nos padrões de acumulação capitalista do período recente, refere-se as novas formas de regulação das relações de trabalho. Trata-se das novas estratégias desenvolvidas pelo capital para garantir a reprodução das relações de assalariamento e de exploração da mais-valia. Relativamente pouco estudados no Brasil e, praticamente, ignorados no Rio Grande do Sul, os processos de descentralização industrial e de terceirização constituem-se em estratégias industriais que visam, ao mesmo tempo, ampliar as formas de obtenção da mais-valia, minar o poder do sindicalismo classista e dar maior flexibilidade aos processos produtivos⁸³. Na indústria de calçados do Vale do Sinos e da Encosta da Serra estas estratégias surgem nos primórdios

⁸² Para um aprofundamento sobre a utilização e o significado do grupos de trabalho consultar *Técnicouro* (1988,10(6)); Geib (1991) e Alves Filho (1988). Sobre o uso do *kanban*, *CCQ* e *just-in-time* consultar Texeira (1991); *Técnicouro* (1984:6(6) e Geib (1989). Sobre polivalência e especialização flexível da força de trabalho consultar *Técnicouro* (1989,11(5); *Técnicouro* (1991,13(5) e Schmidt (1989).

⁸³ Segundo Lipietz (1991:126) "o neotaylorismo pode ser definido como um retorno às formas pré-fordistas de flexibilidade da força de trabalho, com salários mais baixos, maior risco de perda de emprego e um controle direto, por parte da administração, sobre a utilização de tecnologias mais ou menos modernas".

dos anos 80 e, desde então, tem se intensificado apresentando-se nos dias atuais como tendências que, provavelmente, tendem a se acentuar.

A descentralização ou interiorização de fábricas do Vale do Sinos começou com o deslocamento das empresas de maior porte para as comunidades rurais. Fugindo das greves e da elevação dos salários nos centros urbanos elas buscam, preferencialmente, empregar os filhos dos colonos e proporcionar formas de obtenção de rendas extra-agrícolas aos pequenos agricultores. Num primeiro momento, as empresas buscaram estabelecer fábricas nas áreas rurais das cidades da Encosta da Serra. A partir do final dos anos 80, rumaram para o oeste em direção Vale do Rio Caí e, mais recentemente, tem-se deslocado para o Vale do Taquari e para algumas cidades do Vale do Rio Pardo, como Veranópolis por exemplo.

Os ateliers de calçados também desenvolveram-se em número, tamanho e abrangência de área físico-geográfica. As indústrias aumentaram a subcontratação de empresas e "externalizaram", para fora da planta industrial, seções inteiras como o pré-fabricado, por exemplo. A interiorização das fábricas abriu caminho para a chegada do atelier nas zonas rurais mais longínquas. Ao mesmo tempo que as empresas adotam novas formas de gestão e organização do trabalho, investem em automação microeletrônica e em novas tecnologias, elas buscam se desvinciliar dos encargos sociais trabalhistas, regulados pelo contrato formal de trabalho, optando pela subcontratação e pela informalização das relações de trabalho.

Uma das principais consequências da adoção deste padrão de acumulação flexível é a precariedade dos empregos e das condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores. De modo recorrente, esta situação manifesta-se nas diferentes formas de regulação da força de trabalho e há indícios que permitem acreditar que sua disseminação constitui-se numa das razões do insuspeitado dinamismo do setor coureiro-calçadista no período recente. No capítulo quarto desta dissertação discutiremos estas questões de forma sistemática e aprofundada.

CAPÍTULO III

DE COLONOS A OPERÁRIOS: O PROCESSO SOCIAL DE TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL.

INTRODUÇÃO

Neste capítulo analisa-se as transformações ocorridas na agricultura familiar do Rio Grande do Sul a partir de meados do século XX. Mais precisamente, estuda-se o processo de transformação da estrutura agrária do Estado, dedicando-se especial atenção a dois processos sociais de natureza distinta. De um lado, o processo de modernização da agricultura e, de outro, a crise da agricultura familiar. Ambos são processos sociais a partir dos quais se originam novas relações de trabalho e novas estratégias de reprodução da agricultura familiar. De um modo geral, busca-se uma análise comparativa destes processos, colocando ênfase na desarticulação do modo de vida colonial, analisada no capítulo primeiro, que levou ao surgimento de novas formas de trabalho e de reprodução da agricultura familiar.

Estas novas formas de reprodução dos pequenos agricultores estão estreitamente ligadas ao surgimento das relações de assalariamento estabelecidas pela indústria coureiro-calçadista do Vale do Sinos e da Encosta da Serra. Para compreender estas novas relações de trabalho estudaremos a modernização da agricultura gaúcha como um todo. Analisaremos a introdução da soja como principal cultura agrícola comercial na região noroeste do Rio grande do Sul e a crise da agricultura familiar colonial das regiões da antiga Colônia Velha. Embora se tratem de processos distintos, ambos possuem ligações com o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista e com as novas formas de reprodução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

Não é fortuito que iniciamos nossa análise pelo estudo do que na literatura especializada convencionou-se chamar "modernização da agricultura". Neste capítulo, fizemos um breve digressão sobre as origens do modelo agroindustrial de produção, e sua posterior difusão no Rio Grande do Sul através da sojicultura, para construir um parâmetro analítico entre esse processo e uma outra realidade onde, não obstante a agricultura ter sido modificada estruturalmente, não ocorreu nenhum tipo de modernização tecnológica da produção. Comparar as micro-regiões sojicultoras do noroeste do Rio Grande do Sul (Missões, Alto Uruguai, e Grande Santa Rosa) com as micro-regiões coloniais do sudeste (Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari) implica numa analogia sociológica. Ambas regiões tem origens históricas, sociais e econômicas similares e foram colonizadas por imigrantes estrangeiros através de um mesmo tipo de sistema produtivo. Contudo, a partir de 1970, ocorre um processo de diferenciação entre ambas que pode ser atribuído às transformações tecnológicas e às mudanças na forma de reprodução da agricultura familiar. Enquanto numa região a agricultura se moderniza (tecnificação e especialização), na outra a produção agrícola se estagna e lentamente o tradicional sistema produtivo colonial é desarticulado pela emergência da "part-time farming" e da "pluriatividade".

Nosso interesse em mapear a trajetória destes dois processos de transformação da agricultura familiar tem dois motivos. Em primeiro lugar buscaremos demonstrar que, não obstante o antagonismo entre os caminhos percorridos, ambos processos possuem consequências semelhantes: o assalariamento dos trabalhadores de origem rural em mercados de trabalho urbano-industriais. Enquanto a crise da agricultura colonial leva os colonos da região leste à empregar-se nas indústrias coureiro-calçadistas, a modernização da agricultura na região noroeste do Estado (Missões, Alto

Uruguai, etc) "expulsa" os filhos dos colonos de suas terras e os compele a migrar¹.

O segundo motivo que nos levou a comparar estes dois processos sociais distintos, refere-se às novas estratégias de reprodução da agricultura familiar. Nas regiões da Encosta da Serra e Vale dos Sinos surgem formas de trabalho que se articulam estreitamente com os empregos extra-agrícolas nas fábricas de calçados. São cada vez mais frequentes os casos em que algum membro da família do colono assalaria-se fora da unidade de produção agrícola familiar permanecendo residente na propriedade. Este já não é o caso dos pequenos agricultores familiares do noroeste do Rio Grande do Sul. Aqueles que não conseguiram modernizar suas atividades produtivas acabaram deixando a agricultura e foram buscar novas formas de reprodução social.

O que se busca demonstrar, enfim, é que existem diferentes processos sociais que estão na origem das novas relações de trabalho que aparecem na região do Vale dos Sinos a partir dos anos 70. Vejamos a seguir qual a importância e o conteúdo das transformações sociais e econômicas que ocorreram na estrutura agrária gaúcha nas três últimas décadas, do ponto de vista da formação de um mercado de trabalho para o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista.

¹ Na região leste do Rio Grande do Sul situam-se as micro-regiões do Vale dos Sinos (Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Taquara), Encosta da Serra (Dois Irmãos, Ivoti, Nova Petrópolis, Gramado), Vale do Caí (Feliz, Barão, Salvador do Sul) e Vale do Taquari (Lajeado, Teutônia, Paverama). Na região noroeste situam-se as micro-regiões Grande Santa Rosa (Santa Rosa, Alecrim, Três de Maio), Missões (Cerro Largo, Lorto Xavier, São Luiz Gonzaga), Alto Uruguai (Aratiba, Marcelino Ramos, Erechim) e a Zona da Produção (Frederico Westphalen, Sarandi, Palmeira das Missões).

3.1. AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: a "modernização dolorosa" e a crise da agricultura familiar.

3.1.1. A Soja e a Modernização da Agricultura no Rio Grande Do Sul.

No capítulo primeiro, buscamos explicar o processo de colonização e formação do modo de vida camponês através do tipo de estrutura fundiária implementada e do sistema produtivo adotado pelos colonos. Tentou-se formular uma interpretação do modo de vida camponês a partir da articulação de vários aspectos da formação da economia gaúcha. A ocupação da fronteira agrícola do Estado, por exemplo, foi descrita como uma consequência da forma de organização da produção e do sistema de cultivo adotado pelos colonos. Este modo de vida e esta forma de reprodução do campesinato entram em crise a partir de 1950, tanto na região das Colônias Novas como nas Antigas.

A crise do modo de vida colonial agudiza-se a partir do esgotamento da fronteira agrícola regional que permitia o desmatamento, o arroteamento e a sucessiva busca de novas áreas de terras para a colonização. A fronteira agrícola representava a possibilidade de reprodução do sistema produtivo e tradicional do modo de vida dos colonos, constituindo-se numa verdadeira "válvula de escape" para a estrutura agrária. No entanto, a partir de meados de 1950 esgotam-se as possibilidades de avanço da "zona pioneira" no Rio Grande do Sul e fora do Estado, e as estratégias de reprodução do campesinato sofrem profundas alterações. Esta reconversão tem um duplo perfil: enquanto nas Colônias Novas (região noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina) ocorre a "modernização da agricultura", substituindo-se a policultura e a criação de suínos pela introdução da soja, nas Colônias Velhas (regiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari) a agricultura familiar entra em crise e desarticula-se enquanto forma de

trabalho. Nesta última região, não houve modernização do sistema de produção de policulturas e o colono, aos poucos, foi se assalariando nas indústrias de calçados e introduzindo a acaciocultura como principal cultura agrícola. Com o esgotamento destas tradicionais formas de produção emergem novas relações de trabalho e a agricultura familiar assume novas características.

O processo de industrialização verificado no Brasil a partir do pós-guerra alterou profundamente a estrutura produtiva da economia nacional. A montagem de um parque industrial nacional, baseado no setor de bens de capital, deu início à substituição de produtos importados e, lentamente, obrigou a agricultura a modificar seu modelo histórico de desenvolvimento: a produção de bens primários para a exportação (açúcar, café, cacau, etc). Este processo, como se viu, intensifica-se durante o período desenvolvimentista do governo Juscelino Kubistchek. A partir de meados da década de 60, com o apoio explícito do Estado, o setor agrário nacional iniciou uma "revolução" nos seus tradicionais padrões produtivos. As transformações que ocorrem na agricultura brasileira a partir deste período, fazem parte de um conjunto de medidas das quais o Estado lança mão para modernizar a produção agropecuária.

Antes de analisar os determinantes internos do processo de modernização da agricultura é preciso situar o caso brasileiro no contexto das transformações ocorridas no cenário internacional. A "revolução verde", um modelo ou padrão de produção nascido nos anos 30 nos USA através da divulgação do New Deal de Franklin Roosevelt e disseminado internacionalmente a partir do final da II Guerra Mundial através do Plano Marshall para reconstrução da Europa, constitui-se na principal estratégia de difusão e desenvolvimento do modelo agroindustrial de inovação tecnológica e de intervenção na produção agrícola. A rigor, a "revolução verde" foi o principal instrumento de transformação da produção agrícola mundial no pós-guerra. Setores inteiros da produção agropecuária são

transformados e surgem "novas" culturas agrícolas e vegetais (soja, por exemplo) que, mediante processos de seleção e aplicação de conhecimentos técnicos e científicos, conseguem elevar a produtividade da produção agrícola.

As principais "novidades técnicas" deste modelo de acumulação agroindustrial repousam na convergência de tecnologias mecânicas e agro-químicas e na criação e multiplicação de inovações bio-genéticas, que se iniciam com os processos de hibridização. Muitas delas são, simplesmente, transferências de tecnologias industriais ao setor produtor de alimentos².

Na maior parte dos países capitalistas desenvolvidos a internalização do capital industrial, representada pela articulação do setor de bens de capital e bens de produção com a agricultura, foi um processo bem sucedido (Veiga, 1991). Nos USA e na Europa do após-guerra, a incorporação de tratores, colheitadeiras, trilhadeiras e demais máquinas e equipamentos agrícolas constituiu-se, por longas décadas, no principal mercado consumidor para a indústria. Além de máquinas e implementos, as políticas de crédito estatal e privado aos agricultores possibilitaram a incorporação de componentes químicos e diversos tipos insumos industriais como adubos, pesticidas, fungidas e toda ordem de agrotóxicos. As pesquisas bio-genéticas, realizadas por universidades e centros de pesquisa públicos e privados, permitiram a aplicação dos modernos métodos científicos e tecnológicos à especialização da produção agropecuária³.

² Segundo Goodmann, Sorj e Wilkinson (1990:01), isto ocorre devido ao fato de que na agricultura o desenvolvimento do capitalismo tomou um rumo diferente do da indústria. Nessa última, pôde-se criar um processo de produção artificial de mercadorias, enquanto que, na produção agrícola, o capital se defronta com o processo de produção natural (clima, solo, etc), no qual existe um fator limitante: a separação entre tempo de produção e tempo de trabalho. Há um debate sumamente interessante entre os estudiosos da questão agrária sobre estes aspectos. Para maiores detalhes ver Goodmann & Redclift (1989); Goodmann, Sorj, Wilkinson (1985), Mann & Dickinson, (1978) Mooney (1978); Friedmann, H (1980) e Wanderley, M.N.B (1979).

³ Rapidamente, a articulação da indústria com a agricultura passou a ocorrer na produção e no consumo. Se o setor agrário representava um potencial mercado consumidor para os bens de produção duráveis da indústria, a agricultura, por sua vez, ao ampliar a produtividade via progresso técnico de seus fatores de produção, teve um papel decisivo na

Grosso modo, a revolução verde constitui-se num processo de acumulação e reprodução ampliada do capitalismo na agricultura, tendo por base as formas de produção utilizadas na indústria. Este modelo de acumulação agroindustrial, baseado num determinado padrão de produção e de consumo, alcançou grande sucesso nos USA e na Europa pós Plano Marshall⁴. A partir de 1970, este modelo é difundido para alguns países do Terceiro Mundo, entre eles o Brasil⁵.

Para não nos estendermos, demasiadamente, sobre este instigante assunto faremos uma breve análise de como o Brasil integrou-se neste modelo de modernização da produção agrícola a partir da cultura da soja. Quais foram os instrumentos utilizados para consolidar este novo padrão e quais suas principais consequências? Por ser a principal cultura agrícola gaúcha, desenvolvida com sucesso nas regiões de modernização da estrutura agrária do Estado, a soja é um exemplo paradigmático de como foi possível reproduzir o modelo agroindustrial norte-americano e de como um país periférico, como o Brasil, conseguiu conquistar um lugar de destaque no comércio mundial de produtos agrícolas. O estudo dessas transformações constitui-se num preâmbulo à análise das consequências e das implicações da modernização de uma parcela da agricultura (sojicultura) para o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista.

regulação dos preços dos produtos alimentares consumidos pelas massas de trabalhadores urbanos. Essa "acumulação articulada" (d'Janvry, 1981), também chamada de "regime de acumulação fordista" (Friedmann, 1991; Kenney et alii, 1989; etc), expressa a articulação entre um determinado padrão de produção com um modo de consumo chamado "fordismo".

⁴ O sucesso da modernização da agricultura nos países desenvolvidos não ocorreu apenas na internalização da produção industrial pela agricultura mas, também, no surgimento da "dieta fordista", um conjunto de novos hábitos alimentares que se baseiam no consumo de alimentos baratos com um certo grau de beneficiamento industrial (exemplo "hoot-dog" e "o hamburger") (Friedmann, 1991:77).

⁵ Esta difusão traz uma série de problemas como a difusão das empresas transnacionais, a desarticulação do sistema comercial de "comodities" agrícolas, a perda da hegemonia americana no comércio de produtos agrícolas e a emergência do chamado "agri-food-system". Para maiores detalhes consultar Friedmann (1991); Malassis (1979); Davis & Goldberg (1957); Bertrand (1982); Graziano da Silva (1991); Friedmann & McMichael (1989) e Tubiana (1989).

De uma maneira geral, a agricultura no Rio Grande do Sul, ao longo da primeira metade do século XX, já havia realizado significativos avanços na modernização de certas atividades agro-pecuárias como o arroz, o trigo e a pecuária de corte⁶. Um dos indicadores mais significativos, neste sentido, é o número de tratores existentes no Estado. Entre 1920 e 1940, a frota de tratores no Rio Grande do Sul passa de 817 para 1.104 unidades utilizados, em geral, na produção de arroz. A orizicultura, praticada em grandes propriedades da região sul-sudoeste, proporcionou um rápido incremento na utilização de máquinas que veio acelerar a introdução de formas capitalistas de produção. Entretanto, foi a triticultura que acelerou o processo de mecanização e empresarização da agricultura no Rio Grande do Sul. O auge da lavoura de trigo verificou-se entre 1945 e 1956, quando a produtividade do cereal atingiu 0,96 t/ha e a área de plantio teve um incremento de 334%. Nesse mesmo período, a produção física aumentou 475% e o valor bruto da produção elevou-se em 823% (FEE, 1982:53)⁷.

A agricultura gaúcha durante a década de 1950 encontrava-se estagnada: a fronteira agrícola de terras havia sido totalmente ocupada levando muitos gaúchos a migrar para fora do Estado. As culturas agrícolas mais desenvolvidas, como o arroz e o trigo, sofriam sérios problemas de competitividade com os produtos estrangeiros⁸ e os incrementos de produtividade não eram compensados pelos preços de venda do produto. A suinocultura, que era o principal produto comercial dos colonos da região

⁶ Entre 1920 e 1939 a orizicultura apresenta um desempenho favorável com incremento de 147% na produção física e de 124% na área cultivada. Para maiores detalhes ver Schilling, 1959/1982; FEE, 1982 e Beskow, 1987.

⁷ O notável desenvolvimento da triticultura no Estado do Rio Grande do Sul no pós-guerra deve-se ao aumento da demanda urbana pelo produto causada pela crescente industrialização do país, à importação de máquinas e equipamentos, à introdução de novas variedades e pelo apoio estatal (a partir de 1948) dispensado à sua expansão. Segundo Schilling, (1959/1982:117) o trigo era plantado em pequenas propriedades havendo, em 1957, segundo o censo do Ministério da Agricultura, 131.000 plantadores de quais 95% eram pequenos proprietários.

⁸ O trigo gaúcho, a partir de 1956, passa a ter a concorrência da produção norte-americana, argentina e uruguaia em função dos acordos (Acordo do Trigo Norte Americano) de importação fixados pelo governo brasileiro com estes países. (Schilling, 1959/1982:121)

de colonização recente (Alto Uruguai, Missões, etc), também perdia seu dinamismo em função da substituição da banha por culturas vegetais oleaginosas, pela perda de mercados para os produtores catarinenses e mineiros e pela exigência de um novo tipo de rebanho suíno com preferência à produção de um porco tipo-carne (Presser, 1978).

Esta situação favoreceu a rápida difusão da soja em praticamente todas as regiões agrícolas da lavoura gaúcha. A crise do trigo, desencadeada pela importação do produto dos USA em 1956 (Acordo do Trigo Norte Americano) e pelo tradicional sistema de produção dos pequenos agricultores coloniais, permitiu que a sojicultura se apropriasse dos avanços técnicos desenvolvidos nessas atividades para a sua dinamização. *Grosso modo*, pode-se dizer que a introdução da soja como principal produto comercial da lavoura gaúcha marca uma nova fase de desenvolvimento da economia regional⁹.

A "frente se expansão" da soja no Rio Grande do Sul localizou-se na Zona Colonial do Noroeste do Estado, incluindo as regiões Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio. Na segunda metade da década de 50, com a crise da atividade triticultora, a soja passa a ser plantada como uma alternativa a lavoura do trigo. Neste período as micro-regiões tritícolas (Cruz Alta, Passo Fundo, etc) aumentam, proporcionalmente, a produção da soja em função da disponibilidade de máquinas utilizadas no cultivo do trigo. No entanto, é a década de 1960 que marca o início do período expansionista da soja. A partir de 1968 os aumentos de produtividade e de área plantada crescem anualmente. A difusão acelerada da monocultura da soja pode ser

⁹ Originária da Manchúria e conhecida há três milênios, a soja é uma leguminosa rica em nutritivos à alimentação humana e animal. Após a II Guerra Mundial a soja se torna internacionalmente conhecida por suas qualidades protéicas e passou a ser uma das principais culturas agrícolas mundiais. No Rio Grande do Sul, até 1950, a soja era plantada por pequenos proprietários e utilizada como forragem na alimentação de suínos. Somente no final dos anos 50 que a produção da soja ganha impulso, disseminando-se rapidamente por todos os Estados do Sul do Brasil durante a década de 1960. Para maiores informações consultar Conceição (1982); Zockun (1978); Rohde (1975); Rio Grande do Sul (1974); Rocha et alii.(1973) entre outros.

acompanhada pelos incrementos anuais de área plantada. Entre 1968 e 1981 ela apresentou um incremento de 1.075% na área cultivada e de 2.188% na quantidade produzida (Conceição, 1982:99 e Brum, 1988:186).

O Estado brasileiro exerceu um papel fundamental na mudança do modelo de produção vigente na agricultura gaúcha até os anos 60. Os mecanismos institucionais e instrumentos de política agrícola utilizados na modernização da agricultura são amplamente conhecidos¹⁰. De um modo geral, estes instrumentos materializam a proposta básica do modelo econômico desenvolvimentista para o setor agropecuário brasileiro como um todo. A concretização desta política no país se deu pela modernização da agricultura segundo os parâmetros internacionais, vigentes após a II Guerra Mundial. Neste sentido, a soja foi a cultura que revolucionou os hábitos alimentares e a forma de produção agrícola¹¹. A substituição da banha pelo consumo de gorduras e óleos de origem vegetal e a produção de derivados de soja como proteína para alimento animal (farelo) transformou, rapidamente, a agricultura. A soja permitiu o rebaixamento dos custos de produção agrícolas e ampliou, vertiginosamente, o mercado consumidor de muitas mercadorias de origem agrícola¹².

¹⁰ A primeira característica do processo de modernização da agricultura brasileira foi a transformação de sua base tecnológica. O Estado passou a estimular, abertamente, a produção de equipamentos mecânicos e auto-motrizas para a agricultura. A segunda, que também recebeu estímulos do governo, refere-se à incorporação de novas variedades de plantas com a hibridização de espécies e com o aumento do consumo de insumos químicos do complexo NPK. A terceira é a demanda existente e os preços atrantes do mercado externo, que foram altamente estimulantes à expansão da cultura da soja. A última e mais importante característica para o processo de modernização da agricultura brasileira foi a disponibilidade de crédito agrícola.

¹¹ Segundo Friedmann (1991:77) "...a soja é o centro das transformações fordistas na agricultura e, com ela, ocorrem as principais mudanças na divisão internacional do trabalho". A soja passa a ser o símbolo do novo padrão de produção na agricultura. Ver também Bertrand et.alii.(1983).

¹² Com o desenvolvimento da sojicultura toma espaço uma grande "cadeia agro-alimentar", chamada "óleo-proteaginosas"(Bertrand, 1990). Segundo os estudos do CODESUL & BRDE (1969:12 e BRDE, 1973) a produção de óleos vegetais começa "(...) na década de 1950, quando cerca de nove empresas deram início às suas atividades, sendo cinco no último quinquênio (...) e que, no curto período de 1960 a 1966, nada menos de quatorze fábricas entraram em funcionamento".

No Rio Grande do Sul a difusão da soja foi ainda mais acelerada que nos demais Estados, especialmente por dois motivos: a facilidade de sucessão ao trigo (ou seu consorciamento) e o aproveitamento de uma estrutura cooperativa montada para a triticultura. A produção da soja incrementa-se a partir da segunda metade da década de 50, quando a produção de trigo reduz-se, significativamente, devido à importação do cereal de outros países. A partir deste período a soja apresenta-se como alternativa à produção de trigo e conquista, crescentemente, as terras, a mão-de-obra e parte do capital investido nesta cultura. A partir daí a soja ocupa, rapidamente, as áreas do Planalto Médio e Missões, tradicionalmente regiões da produção tritícola. Segundo Zockun (1978:146) "(...)nessas áreas, a soja já se instalara e sua expansão recebeu aí grande vigor pelos efeitos indiretos concedidos ao trigo". O segundo fator que acelerou a difusão da soja foi a possibilidade de aproveitamento da estrutura cooperativista, montada no Rio Grande do Sul pelos produtores de trigo. Muitas dessas cooperativas passaram a incentivar, diretamente, o cultivo da soja mediante o fornecimento de suportes técnicos e ajuda à comercialização do produto. Surge daí, o binômio trigo-soja que forma a base da modernização agrícola do Rio Grande do Sul a partir dos anos 70.

Há, contudo, pelo menos quatro outros aspectos, de fundamental importância, para explicar a rápida expansão da sojicultura nos Estados do Brasil Meridional, a partir de 1960: a) a entrada das grandes empresas multinacionais fabricantes de máquinas e implementos agrícolas; b) a disseminação do uso de insumos industriais como os agrotóxicos (herbicidas, pesticidas, fungicidas, etc) e adubos químicos; c) a demanda internacional pelo produto e as condições favoráveis à exportação e, finalmente; d) a "pedra-fundamental" de todo o processo, a criação do Sistema Nacional de Crédito Agrícola (SNCR). Estes foram, indiscutivelmente, os principais instrumentos da modernização da agricultura.

Para Guilherme Delgado (1985:35), o que possibilitou a convergência destes quatro aspectos e o sucesso que obtiveram em termos de modernização da estrutura agrária deve-se, fundamentalmente, a uma articulação entre o tipo de desenvolvimento urbano-industrial e os padrões de produção vigentes na agricultura nos anos 50. Nas suas palavras "...a constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira." Ou seja, há uma interligação entre os diversos setores econômicos que faz com que a ampliação do mercado interno ao consumo de máquinas e tratores seja o motor da industrialização capitalista como um todo. Ao Estado coube o papel de ser o principal condutor dessa política de desenvolvimento "articulando", ao mesmo tempo, políticas macro-econômicas com políticas específicas para o setor rural (crédito, controle de preços, política tecnológica, etc).

O processo de modernização da agricultura do Rio Grande do Sul, através da soja, e sua inserção no comércio mundial de produtos agrícolas apresenta características muito semelhantes ao das exportações de calçados. Ou seja, trata-se de um inserção restrita (poucos países) e privilegiada que se tornou possível graças a reestruturação capitalista da divisão internacional do trabalho, ao longo dos anos 70. Tanto no caso da soja como do calçado podemos recorrer ao conceito de "fordismo periférico" ou "subfordismo" (Lipietz, 1988), que explica a inserção de determinados produtos de exportação em "nichos de mercado" do comércio mundial. Como já anotamos acima, no caso da soja, esta analogia só pode ser feita se se levar em consideração o processo de internacionalização das "cadeias agro-alimentares" (*filiérs*) e da monopolização do comércio internacional exercido pelas grandes empresas transnacionais, que compõem o que Friedmann (1991) chama de "agri-food-system".

3.1.2. A Desarticulação do Sistema Agrícola Colonial

Conhecendo-se o processo pelo qual o "fenômeno" soja modifica a estrutura produtiva e social da agricultura da região noroeste do Rio Grande do Sul, pode-se fazer uma inflexão sobre os reflexos dessas transformações as outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul. No capítulo primeiro mostramos como se deu a expansão da fronteira agrícola a partir dos condicionantes internos do sistema produtivo dos colonos-camponeses e da forma de sua reprodução familiar. Viu-se que, não obstante a articulação da forma de produzir com a forma de sociabilidade, que caracterizavam o modo de vida camponês, haviam diferenças regionais e históricas entre uma e outra "zona pioneira" (no caso das Colônias Velhas em relação às Colônias Novas).

Agora, cabe demonstrar como as sociedades camponesas, com características sociais e econômicas semelhantes, alteram suas formas tradicionais de produção e reprodução de acordo com a ação dos agentes externos sobre seu ambiente social. Enquanto os sojicultores da região noroeste tornam-se "agricultores profissionais" os colonos da região do Vale do Sinos e Encosta da Serra (Colônias Velhas), é o que se verá, são levados ao assalariamento nas indústrias de calçados. Um mesmo processo social, vivenciado por dois grupos sociais diferentes em um ambiente social e econômico distinto, conduz ambos a uma singular diferenciação. As mudanças no ambiente social e econômico do modo de vida da "antiga colônia" geraram novas estratégias de trabalho e novas formas de reprodução dos pequenos produtores familiares. Porque, segundo Abramovay (1992:117/129):

"... As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social.(...) A ampliação dos horizontes sociais, a instauração do cálculo

econômico racional como critério das relações materiais entre as pessoas não permitem que o caráter tradicional e localizado do campesinato sobreviva. *O capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de cultura parciais.*"

As regiões do Vale dos Sinos e Encosta da Serra (aqui também denominadas Colônias Velhas) percorreram uma trajetória que não passou pela modernização da estrutura produtiva da agricultura. Enquanto na fronteira noroeste do Estado gaúcho o modo de vida colonial foi substituído pela agricultura profissional e modernizada (sojicultura), na região sudoeste (Vale do Sinos e Encosta da Serra) este mesmo modo de vida foi desarticulado pela industrialização difusa do setor coureiro-calçadista e pela própria incapacidade de aprimoramento do tradicional sistema produtivo, que inviabilizou a reprodução familiar dos colonos. Nas regiões da Serra, não houve modernização da base técnica da produção e os colonos, na sua ampla maioria, permanecem até hoje praticando o tradicional sistema de rotação de terras. A constatação de que um mesmo processo leva à formações sociais distintas (alterações na estrutura fundiária, na composição da força de trabalho envolvida com a agricultura e nas formas de reprodução) nos permite a formulação da seguinte questão: qual foi então a trajetória, percorrida nestas regiões, das transformações que ocorreram nas formas de reprodução da agricultura familiar?

A resposta à formulação anterior nos conduziu ao estudo do modo de articulação da pequena agricultura familiar local com o processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista da região. No capítulo dois, descrevemos o processo de industrialização e procuramos mostrar qual sua interligação com os diferentes aspectos da economia regional do Vale do Sinos como um todo. Uma das principais constatações a que chegamos foi a de que o desenvolvimento da indústria calçadista explica-se, em parte, pelo seu modo de articulação com a agricultura familiar dos colonos e que as transformações das atividades agrícolas destes, sobretudo mudanças ocasionadas no processo de produção, podem ser atribuídas ao assalariamento

dos pequenos agricultores nas fábricas de calçados e nos curtumes. O que parece singular neste processo é o tipo de relação salarial que se estabeleceu entre estes atores. O emprego dos colonos, especialmente dos mais jovens, em atividades fabris não se caracteriza por um processo de proletarização *strictu sensu*. Os efeitos da industrialização sobre a agricultura familiar, a partir dos anos 70, não chegam a provocar o êxodo das populações rurais da região para as cidades.

As facilidades de transporte, a proximidade da moradia dos colonos com as empresas calçadistas e a existência de um amplo mercado de trabalho permitiu a combinação dos trabalhos agrícolas com o exercício de empregos extra-agrícolas por parte de alguns membros das famílias dos pequenos agricultores. O assalariamento constituiu-se, neste caso, numa alternativa estratégica às dificuldades enfrentadas pelos colonos. A inadequação do sistema produtivo tradicional, que esgotava o solo e gerava poucos ganhos de produtividade, somada aos problemas de reprodução do modo de vida colonial como um todo (vide capítulo 1), tornaram os empregos fora da propriedade uma opção com dupla vantagem: obter rendas e ganhos econômicos para garantir a subsistência familiar e ter a possibilidade de permanecer residindo na propriedade agrícola e plantando os produtos alimentares de consumo básico.

Esta articulação da pequena agricultura com a indústria é também verificada em outros países. Trata-se da combinação de processos de industrialização localizados, de feições regionais, que estabelecem vinculações estreitas com a pequena agricultura familiar. Elena Saraceno (1987:126), por exemplo, mostra que no caso italiano, em função do processo de industrialização difusa, "(...) a agricultura sofreu mudanças significativas: a pequena propriedade com uma função de subsistência perde sua importância, pois, as rendas familiares passam a depender dos postos de trabalho seguros fora da propriedade". A possibilidade da família agrícola ter múltiplas fontes de renda coloca-se para o agricultor não apenas como

uma estratégia de reprodução, mas, conforme a situação, as rendas extra-agrícolas podem também ser utilizadas como proventos temporários para a modernização da propriedade ou para a ampliação do conforto doméstico da família. A descentralização industrial, acompanhada pelos processos de industrialização de zonas periféricas, ao mesmo tempo que proporciona o desenvolvimento econômico e social regionalizado, amplia o horizonte das potenciais estratégias de reprodução e persistência da pequena agricultura.

Da ótica dos estudiosos da industrialização difusa, a inter-relação da pequena agricultura com a indústria se dá ao nível das relações de trabalho, do assalariamento direto. Estabelece-se, a partir daí, um debate acerca da influência dos empregos urbano-industriais nas estratégias de reprodução da agricultura familiar. Deve-se admitir, sim, que este é o viés analítico correto e pertinente. Contudo, é preciso não esquecer de analisar o ambiente social e econômico que faz com que o camponês, colono ou pequeno proprietário, seja compelido a buscar no assalariamento formas de garantia de sua reprodução social.

Esta hipótese requer a existência de condições estruturais para que esta realidade se configure como tal. Ou seja, se estivéssemos na presença de uma agricultura familiar modernizada, ao invés de pequenos agricultores em crise e com poucas expectativas de desenvolvimento, talvez, o assalariamento seria uma opção de segundo plano. E, mais ainda, se estivéssemos na presença de uma região de grandes proprietários de terras, será que a industrialização poderia contar com este contingente de mão-de-obra, enquanto força de trabalho? E, num último plano, pode-se indagar se a articulação agricultura/indústria seria possível em outros setores fabris como metalurgia ou automobilística, onde os processos produtivos exigem grande mobilidade da força de trabalho e plantas industriais centralizadas de grande porte? O que se quer demonstrar, afinal, é que tanto a trajetória da agricultura familiar quanto da formação de um mercado de trabalho

urbano-industrial dependem de fatores históricos, que no caso das regiões em estudo, estão ligados ao passado camponês de toda a região.

Estas e outras questões, diretamente ligadas às novas formas de reprodução dos agricultores familiares através dos empregos extra-agrícolas, serão analisadas no capítulo seguinte desta dissertação. Sem embargo, os efeitos do processo de industrialização do setor coureiro-calçadista sobre a pequena agricultura da região do Vale dos Sinos e da Encosta da Serra são notáveis. E não se deve minimizar o papel dos fatores de ordem interna que conduziram à desarticulação do modo de vida colonial. Neste sentido, cabe recuperar algumas idéias expostas anteriormente. O sistema produtivo adotado pelos colonos continha na sua própria dinâmica os limites de sua reprodução histórica. Ou seja, a forma de uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas e o sistema de herança por partilha geravam a necessidade constante e sucessiva de expansão da "zona pioneira". É claro que isso só foi possível enquanto havia terras a ser colonizadas e uma fronteira agrícola a ser ocupada (mesmo que para tanto fosse necessário expulsar os índios destas áreas).

Este processo, no Rio Grande do Sul, estendeu-se até meados do século XX. A partir da ocupação das terras da região noroeste do Estado, a principal "zona de expulsão" dos colonos, a Colônia Velha, precisou redefinir suas atividades produtivas e sua forma de produção¹³. A inadequação da região de Serra à mecanização das propriedades e as dificuldades para desenvolver uma cultura comercial nos moldes da sojicultura, impossibilitaram a modernização das pequenas propriedades dos colonos. No entanto, a partir dos anos 50, dois fatores parecem ter contribuído de maneira decisiva para a integração da agricultura familiar da região do Vale do Sinos e da Encosta da Serra ao modo capitalista de

¹³ A "zona de expulsão" constitui-se numa região onde operam *fatores de mudança e de estagnação*, no que se refere a estrutura social e produtiva. A mudança ocorre através da introdução de novas relações de produção e a estagnação se manifesta através da relação negativa do homem com o meio ambiente, impedindo ou inviabilizando sua reprodução social.

produção. De um lado, o desenvolvimento de um mercado consumidor de produtos agrícolas baseado, principalmente, nas cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo e na Capital gaúcha. E, de outro, a geração de novas demandas para os agricultores introduzidas pela eletrificação rural que, nas décadas de 60 e 70, alcançou praticamente todas as pequenas propriedades destas regiões.

Como se vê, o abastecimento dos mercados consumidores urbanos, notadamente aqueles gerados pela expansão do setor calçadista a partir da década de 60, ampliou as relações mercantis dos colonos com os compradores externos. Ao mesmo tempo, os recursos gerados pela intensificação da agricultura comercial (sobretudo a policultura de produtos alimentícios como batata, cebola, leite, feijão, etc) eram investidos pelos colonos na aquisição de bens de consumo duráveis como geladeiras, fogões, televisores e outros, que tinham seu consumo diretamente ligado à difusão do consumo de energia elétrica. Praticando uma agricultura intensiva no uso da terra e da força de trabalho, a pequena propriedade de produção familiar, após uma década (1960 a 1970), já se ressentia das transformações que a atingiam.

Embora a Colônia Velha fosse a principal fornecedora de alimentos da região metropolitana de Porto Alegre, sua situação, rapidamente, se deterioraria. Primeiro pela falta de uma política agrícola adequada aos produtores de produtos alimentares de consumo básico, em contraste com a soja, destinada quase exclusivamente às exportações, mas que recebeu privilégios significativos do Estado e pôde, com isso, açambarcar a maioria dos recursos creditícios e fiscais. Em segundo lugar, "pela sua integração parcial a mercados imperfeitos" (Abramovay, 1992:115). Apesar do camponês dispor de uma certa "flexibilidade entre consumo e venda", em função das circunstâncias ocasionais, que lhe permitia um cálculo entre as necessidades da família e a venda do produto, ele se encontrava numa situação onde a definição das "régras de mercado" (preço,

forma de pagamento, etc) eram feitas por agentes externos¹⁴. No caso dos colonos ora em questão, os "intermediários" (compradores avulsos das mercadorias agrícolas), por disporem de meio de transporte (caminhão) definiam arbitrariamente a forma das trocas mercantis. A falta de competitividade colocava o colono "na mais completa *dependência pessoal* daqueles pelos quais passava sua inserção na divisão social do trabalho" (Abramovay, 1992:116).

Esta situação, como dissemos acima, não tardou a arruinar muitos colonos. Sua fragilidade perante os agentes externos ampliava-se na proporção direta de seu maior envolvimento com os mesmos. O quadro social e econômico que se desenhou na agricultura familiar das regiões do Vale do Sinos e Encosta da Serra durante a década de 70 combinava a "asfixia e o estrangulamento" dos colonos pelos agentes externos (comerciantes e intermediários) com a emergência de um mercado de trabalho urbano-industrial, gerado pelo processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista. As dificuldades geradas pelas pressões econômicas sofridas pelos pequenos agricultores, conduziram muitos jovens, filhos de colonos, ao assalariamento nas indústrias.

Para demonstrar empiricamente os processos acima referidos, fizemos um estudo de caso na região da Encosta da Serra (enfocando principalmente as cidades de Dois Irmãos e Ivoti). Nessa pesquisa, analisamos a produção de leite nas pequenas unidades agrícolas de produção familiar. Por se constituir numa atividade difundida em toda região, e em quase todas propriedades, consideramos que através de sua análise detalhada possamos elucidar as características da agricultura familiar durante o as décadas de 1960, 1970 e 1980.

¹⁴ A essa flexibilidade Heredia (1979) e Garcia (1983) chamam de *alternatividade*, ou seja, uma estratégia de segurança e de defesa do camponês em relação aos agentes externos. E mais do que isso, uma forma de otimização, de valorização, do resultado de seu trabalho, uma vez que, sua racionalidade gira em torno, primeiro, das necessidades primárias da família (subsistência) e, depois, das outras formas de ganhos.

3.1.3. Os Resultados das Transformações da Agricultura

O debate sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura permaneceu, durante muito tempo, cercado de "aparentes paradoxos" e contradições, em especial no que se refere aos resultados que a aplicação do progresso técnico traria sobre o processo produtivo e sobre a estrutura social do trabalho na agricultura. Ofuscados pelas ideologias, os paradigmas teóricos de explicação da questão agrária percorreram caminhos tortuosos para admitir a possibilidade de existência de uma agricultura capitalista onde predomina o trabalho familiar. Recentemente publicados no Brasil, os trabalhos de Abramovay (1992) e Veiga (1990) tentam responder a estas questões e mostrar como foi possível o desenvolvimento capitalista na agricultura dos países centrais (USA, Canadá, Europa e países do sudoeste asiático), baseado na utilização do trabalho familiar. Nestes países houve uma articulação entre os processos de desenvolvimento urbano-industrial e de modernização da produção agrícola. Coube à agricultura a função de garantir o abastecimento alimentar à baixos custos e com fartura para que a sociedade como um todo pudesse se desenvolver de forma equilibrada¹⁵.

Do exposto, pode-se fazer uma breve analogia à trajetória do Brasil no processo de modernização de sua agricultura. Aqui o progresso técnico, verificado no setor agrário (mecanização, "quimificação", etc), não foi capaz de produzir um excedente comercializável de alimentos e matérias-primas, a preços acessíveis e estáveis, que pudesse suportar e estabilizar as necessidades de consumo das massas de populações urbanas que foram expulsas do campo neste processo. Uma das principais razões disso é o fato da modernização da agricultura ter se baseado em monoculturas tipo-exportação, como a soja, relegando à uma posição secundária o papel do

¹⁵ Isso para não falar de "acumulação intensiva de capital...". Alain de Janvry (1981) fala em "modelo de desenvolvimento articulado" ao se referir aos países centrais e em "modelo de desenvolvimento desarticulado" em relação aos países do Terceiro Mundo ou "em desenvolvimento".

mercado interno como potencial consumidor dos produtos agrícolas. Esta seletividade, anteriormente apontada, gerou vários "efeitos perversos" (Graziano da Silva, 1982:63) e é responsável, em grande medida, pela desarticulação social e econômica que afeta a produção rural e a reprodução das populações nela envolvidas.

A assim chamada "modernização conservadora", nas palavras de Palmeira (1989:87), "...se fez sem que a estrutura da propriedade fosse alterada e, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo"¹⁶. Apesar de ser preciso relativizar os "efeitos perversos", é indubitável que as consequências da modernização agrícola do anos 70 tiveram resultados catastróficos do ponto de vista econômico e excludentes do ponto de vista social (Martine & Garcia, 1987).

A ocupação da terra pelos capitais urbano-industriais e financeiros, incentivada pelo Estado autoritário, permitiu o acesso à propriedade do solo (principal meio de produção da agricultura), à atores sociais cujos interesses não eram a produção agrícola (Delgado, 1985). Para estes a terra serviu como um ativo financeiro, como título de capitalização; "...além de reserva de valor, a terra tem ainda constituído importante meio de acesso a outras formas de riqueza, de que são exemplos típicos o crédito rural e os incentivos fiscais" (Graziano da Silva, 1982:77). Este processo permitiu o rápido "fechamento da fronteira

¹⁶ Entende-se por modernização conservadora um processo de transformação da base tecnológica da agricultura sem alterações, significativas, da estrutura fundiária (Graziano da Silva, 1982). Lénin (1988) definiu-a como a "via junker", ao se referir a modernização da agricultura alemã.

agrícola" e a ocupação das áreas de terras indígenas do Centro-Oeste e, principalmente, do Norte do Brasil¹⁷.

Além disso, há inúmeros estudos que confirmam as constatações de que o grau de concentração da propriedade da terra ampliou-se neste período (Martine & Garcia, 1987) e de que aumentou a instabilidade do emprego na agricultura, incrementando-se a utilização do trabalho temporário que teve como consequência o crescimento das migrações rural-urbano¹⁸. Embora os índices de produtividade de certas culturas agrícolas tenham crescido, parece que estas vitórias foram "pífias", se comparadas às transformações globais que sofreu a agricultura nas duas últimas décadas e considerando-se os recursos estatais investidos no setor (Martine, 1990). Ademais, todos sabemos (e a realidade urbana cotidiana não deixa dúvidas quanto a isso) que este processo não foi capaz, nem de longe, de resolver os graves problemas alimentares e de acesso ao consumo básico, que continuam a persistir e afetam uma parcela significativa da população do país.

Entretanto, este assunto, por si só intrigante, não deve desviar nossa atenção dos processos sociais que estamos interessados. Ou seja, demonstrar qual a importância das transformações estruturais da agricultura no surgimento de novas estratégias de reprodução da pequena produção familiar. Como já anunciamos acima, no Rio Grande do Sul a modernização da estrutura agrária se dá de forma diferenciada e multidimensional. Há diferenças regionais e históricas que, ao mesmo tempo que permitem a modernização produtiva de um conjunto de agricultores familiares, relega outros tantos à proletarianização e à migração.

¹⁷ Para uma discussão sobre a fronteira agrícola no Brasil consultar Martins, J.S (1982) e Martine & Garcia (1987) e, mais recentemente, Tavares dos Santos (1993).

¹⁸ Avaliações gerais e parciais, em nível nacional ou regional, sobre os resultados da modernização agrícola podem ser encontrados em Hoffmann & Kageyama (1985); Homem de Mello, F (1990, 1985); Kageyama & Graziano da Silva (1983); Graziano da Silva (1987); Müller, G (1988); Kageyama (1986); Tambara, E (1983); Martins (1985); Wanderley (1990) entre outros.

As transformações estruturais ocorridas no setor agrícola não tiveram impactos apenas sobre a forma de produção. A seletividade do processo de modernização da agricultura e as distorções sociais daí emergentes, como a expulsão de milhares de pequenos agricultores do campo, alteraram, sobremaneira, o modo de vida das pessoas envolvidas nas atividades rurais. A região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai, Missões, Zona da Produção, etc), a partir do "fenômeno soja", foi palco de significativas mudanças na tradicional forma de produzir dos colonos. A grande maioria dos pequenos camponeses que não conseguiram incorporar o progresso técnico e adequar-se às economias de escala na produção de soja, viram-se forçados a abandonar suas atividades rurais e buscar alternativas para sua reprodução familiar.

Como mostra Grzybowski (1987), há várias "frentes de luta" que emergiram destas transformações estruturais e que tomaram diferentes trajetórias, sendo mais conhecidas aquelas que conduzem aos projetos de colonização (Tavares dos Santos, 1993), onde milhares de agricultores do sul se transferem para o Norte e para o Centro-Oeste do Brasil; as que levam ao surgimento de movimentos sociais organizados como os sem-terras, atingidos por barragens, mulheres trabalhadoras rurais, etc (Schmidt, 1992 e Navarro, 1992); as que estimulam o surgimento de novas estratégias de reprodução familiar como a parceria (Vianna de Souza, 1992) e que, finalmente, fazem com que milhares de pequenos camponeses, arrendatários, meeiros, sem-terras e outros, busquem o assalariamento em centros urbano-industriais.

O Rio Grande do Sul, talvez, seja exemplo de um verdadeiro "laboratório" que concentra as mais diversas ações e movimentos do capital, com reações e lutas dos trabalhadores, que caracterizam os processos sociais e econômicos ocorridos desde a década de 70. Se a região noroeste é, por um lado, "a zona pioneira" (Waibel, 1955) da modernização agrícola, através de uma agricultura altamente integrada ao mercado e consumidora de

produtos industriais, ela é também, de outro lado, cenário de lutas e conflitos sociais que, até certo ponto, acompanham o movimento e a ação da "modernização conservadora" da agricultura. As características capitalistas desta forma de produção permitem que alguns agricultores, que conseguem incorporar tecnologias e aperfeiçoar seus processos produtivos, ampliem suas relações com o mercado. Transformam-se no que Ricardo Abramovay (1992:126) chama de *agricultores profissionais*, ou seja:

"... Outros, ao contrário - é o que ocorreu de maneira intensa no sul do Brasil - integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de *camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho."

De uma maneira geral, a modernização tecnológica promovida pela expansão da sojicultura foi o principal fator de desarticulação do tradicional sistema produtivo e do modo de vida dos camponeses da região das Colônias Novas (noroeste do RS). Como vimos, este processo está intimamente vinculado às transformações estruturais da economia brasileira nos anos 70. Isto nos permite concluir que, no Brasil, a articulação da modernização da agricultura com o processo de industrialização urbano-industrial se dá apenas pelo lado da produção. Ou seja, a agricultura internalizou insumos e máquinas de origem industrial (tal como nos outros países), contudo, os aumentos de produtividade daí decorrentes serviram tão somente às exportações e à inserção do país em "nichos do mercado" internacional. Assim, o processo de modernização da agricultura privilegiou o desenvolvimento de monoculturas tipo-exportação, negligenciando a produção alimentar para o abastecimento do mercado interno. O fracasso da experiência fordista brasileira reside, exatamente, na incapacidade de desenvolvimento de um padrão de produção cuja reprodução ampliada estivesse intrinsecamente ligada à constante expansão do mercado consumidor interno.

A característica peculiar do processo de "fordização forçada e contrariada", implementado no Brasil pós-1964, está na sua opção pela "exclusão social" como modelo de desenvolvimento.

3.2. AGRICULTURA FAMILIAR E INDUSTRIALIZAÇÃO DIFUSA

3.2.1. A Agricultura Familiar na Região da Encosta da Serra

Como já ficou elucidado no primeiro capítulo, o sistema de produção adotado pelos colonos alemães combinava a criação animal com a agricultura. No início, o principal papel desempenhado pelos animais eram os serviços de tração de arados, carretas e etc. Conforme aumentava seu número tornava-se possível a adubação com esterco. Embora a criação de bovinos fosse comum nas pequenas propriedades, somente a partir de meados do século XX ela se intensificou. O leite, até então, servia para alimentar a família, sendo as sobras aproveitadas na produção da manteiga e do queijo, que eram permutados por outros gêneros alimentícios nas casas de comércio - as "vendas"!

Em termos de economia regional o período que vai de meados dos anos 50 até o início da década de 70 é marcado por um estancamento no desenvolvimento econômico gaúcho provocado, sobretudo, pela crise da agricultura colonial e pela estagnação do setor agropecuário (Presser, 1978:82; FEE, 1975:10). Enquanto nas Colônias Novas (região noroeste do Estado) cresciam as lavouras de soja e aumentavam as pressões sobre os pequenos camponeses (incapacitados de se modernizar e compelidos à migrar), na Colônia Velha (região sudoeste do Estado) redefiniam-se o modelo camponês tradicional e crescia a atividade leiteira. São amplamente conhecidas as estatísticas que mostram uma estagnação na produção das lavouras coloniais de milho, batata, feijão, mandioca e outros desta região (FEE, 1975).

Enquanto a lavoura comercial estava em crise, segundo dados de Presser (1978:87), "o aumento da produção de leite foi de 62% nesse período. Embora produto sujeito a constantes tabelamentos, **continuava a ser uma das únicas opções para as esgotadas terras da Colônia Velha**"¹⁹.

A produção de leite desenvolveu-se rapidamente após 1950 em substituição a suinocultura, que havia deixado de ser lucrativa devido à competição dos produtores mineiros e paranaenses e, principalmente, em função da utilização crescente dos óleos comestíveis vegetais em lugar da banha. Além disso, o processo de industrialização e de urbanização sofrido pelas cidades de Novo Hamburgo, São Leopoldo e pela Capital, ampliaram a demanda pelos produtos lácteos. Desse modo, a produção de leite constituiu-se numa alternativa de reprodução da agricultura familiar da região do Vale do Sinos e da Encosta da Serra. No interior da unidade familiar agrícola a produção de leite, rapidamente, tornou-se o produto comercial fundamental a forma de produção dos colonos. Os lucros monetários obtidos com o leite deixaram de ser aqueles oriundos dos subprodutos como o requeijão, a manteiga e o queijo. Uma outra vantagem da produção de leite é que ele era o único produto agrícola que garantia à família uma renda mensal regular. Embora os recursos obtidos com a venda do leite tivessem um caráter complementar para o colono, era dele que dependia o sustento da família nos períodos de entre-safra.

"... Para o colono o leite sempre foi de uma importância gritante, porque era um dinheiro com que ele contava certo todos os meses. Principalmente quando nós próprios começamos a pasteurizar o leite e a fazer a venda direto aos varejistas. Nós sempre fazíamos o pagamento certo no dia 20 do mês seguinte... Esse era um dinheiro certo do colono (A.K. Ivoti).

¹⁹ Segundo Presser (1978:87) entre os fatores que explicam este comportamento da agricultura colonial gaúcha estão: a) a redução do tamanho médio dos pequenos estabelecimentos que passou de 19,3 ha em 1950 para 14,5 ha em 1970, ou seja, uma diminuição de 25% o que acarretou uma elevação de 94% do número de pequenos estabelecimentos; b) incapacidade de retenção da mão-de-obra nas áreas coloniais mais antigas levando ao crescimento das taxas de urbanização: "79,7% do incremento populacional total do Rio Grande do Sul entre 1950 e 1960 e 91,1% do incremento entre 1960 e 1970, se deu nas cidades."

Por ser considerada uma atividade doméstica e ter se constituído como complemento às demais tarefas agrícolas, a produção leiteira passou a ser de responsabilidade dos elementos femininos da família e as rendas obtidas com sua venda, em geral, eram utilizadas para adquirir os produtos alimentícios que não se produziam na propriedade como café, açúcar, sal, tecidos e outros. Estas características parecem aproximar a atividade leiteira da família do colono daquilo que Eric Wolf (1966/1976:19) chamou de formação de "fundos de manutenção" em sociedades camponesas. Ou seja, são "os gastos necessários para a restauração do equipamento mínimo, tanto para a produção como para o consumo...". Para muitas famílias de colonos o leite estabelecia um equilíbrio entre as necessidades alimentares da família, que dependiam da aquisição externa, com os que eram produzidos na propriedade. As rendas obtidas com a venda da produção agrícola (feijão, batata, milho, etc) destinavam-se à investimentos mais vultuosos na propriedade (junta de bois, ferramentas agrícolas, etc) ou que permitiam ampliar o conforto da família (automóvel, eletrodomésticos, etc).

Através da atividade leiteira podemos conhecer, mais detalhadamente, a divisão interna do trabalho na propriedade do colono e o processo de tomada das decisões intra-familiares. A autoridade patriarcal e a divisão sexual das tarefas representam instâncias que delimitam e atribuem funções específicas a cada membro do núcleo familiar²⁰. O trabalho agrícola era, geralmente, exercido por todos os membros da família. A maior ou menor intensidade e capacidade produtiva de uma família dependia de uma variável que Chayanov (1974:290) chamou de "diferenciação demográfica". Ou seja, quando numa família os pais são jovens e têm muitos filhos pequenos sua capacidade de trabalho será inferior à da mesma família quando seus filhos forem sucessivamente atingindo a idade plena de trabalhar. Do mesmo

²⁰ Aqui cabe relembrar que não entendemos a família como "um grupo de produtores e consumidores" (como Chayanov) e nem como um "work-team" (Galesky). A família possui atributos tais como a organização de seu processo de trabalho e a autoridade paterna que caracterizam as ações da família, porém, não as definem.

modo, o caminho inverso também se equivale, pois após o ciclo de maior capacidade de trabalho, possivelmente, os filhos em idade de casar formarão novas famílias e se desligarão da casa paterna. Assim, a divisão interna do trabalho na família do colono será sempre mais diversificada e mais intensiva de acordo com a capacidade de trabalho dos seus membros.

Há, contudo, diferenças fundamentais entre o tipo de tarefas desempenhadas pelos homens e pelas mulheres, ou seja, no seio da unidade camponesa existe uma divisão sexual do trabalho. Para dar conta dessas diferenças, que se dão entre as tarefas da "casa" e da "roça", recorreremos à divisão de Tepicht (1973:37) entre "forças marginais" e "forças plenas". Segundo ele, "(...) na maior parte das propriedades camponesas da Europa, o essencial do trabalho dos campos é assegurado pelo chefe da família e pelos membros da família com *forças plenas*. Ao contrário, o serviço dos estábulos, dos chiqueiros e galinheiros é assegurado sobretudo pelo trabalho a meio tempo das mulheres, das crianças e velhos, mais as margens de tempo disponíveis do chefe da família, em suma, pelas *forças marginais* da propriedade. Poderíamos denominá-las também não transferíveis, já que a família, quando abandona sua exploração agrícola, não pode recorrer a estas forças para assegurar sua subsistência"²¹. A função complementar das rendas obtidas com o leite e a caracterização destas tarefas como atividades "da mulher" aparece no depoimento de dois diretores empresariais do setor de laticínios e num trecho de uma entrevista com um ex-empresário:

"...É que o leite era uma atividade adicional e era a atividade da mulher. O leite era da mulher. Homem, praticamente não ordenhava naquela época. Era a mulher que ordenhava, era a mulher que tinha direito a esse "dinheirinho" do leite (*dinheirinho* digo pró-formas). Porque muitas vezes era o único dinheiro que o produtor chegava a ver por mês. Não tinha outra atividade que trouxesse algum dinheiro para ele. Mas o leite sempre era considerado a

²¹ O caráter *não transferível* das forças marginais explica-se pelo fato de que o valor de sua produção não entra no cálculo dos custos de produção das mercadorias vendidas pelo colono. Em geral, são atividades destinadas à manutenção da propriedade e ao consumo doméstico dos membros da família. Acerca da importância do trabalho feminino no interior da família camponesa consultar Peña-Montenegro (1991).

atividade da dona-de-casa. Ela que administrava o leite, o dinheiro do leite ela podia fazer o que quizesse a não ser que faltasse prá família. A produção de leite sempre era uma atividade complementar. Hoje, ainda são consideradas assim" (A.B e A.K. Ivoti/RS)

"... O leite sempre foi um serviço da mulher, da esposa do colono. Ninguém, nenhuma propriedade se dedicava exclusivamente à produção de leite. (...) O leite é um trabalho da dona-de-casa. Com esse ganho ela comprava os produtos que não se produziam como sal, açúcar, etc. Nunca o colono investia para produzir leite. O leite era então um complemento, assim..."(N.M. Ivoti/RS)

A divisão interna do trabalho na propriedade do colono está diretamente ligada ao tipo de sistema de produção utilizado. A técnica da rotação de terras, por exemplo, demandava muito trabalho em tarefas penosas e muitas vezes impróprias para mulheres, crianças e velhos. Contudo, há fases do plantio e do cultivo como a capina (remoção com a enxada das ervas daninhas) e até na colheita que recebem o apoio das "forças marginais". Entretanto, o maior volume de trabalho das forças marginais concentra-se nas atividades de manejo e criação de pequenos animais domésticas (galinhas, patos, etc.), na preservação das pastagens dos animais (incluindo até o "potreiro") e sobretudo, nos cuidados com a casa: alimentação da família e a instrução das crianças. Na colônia alemã antiga (especialmente na região da Encosta da Serra) esta divisão sexual de trabalho era nitidamente identificável na atividade leiteira que, na maioria das vezes, era de domínio exclusivo das mulheres. Além disso, como mostra o Quadro 1 em anexo, junto à casa do colono existia também a horta, destinada ao cultivo de espécies olerícolas, e o pomar onde encontravam-se as árvores frutíferas, ambas também de responsabilidade das esposas e dos velhos. Desse modo, os cuidados com a casa (alimentação, educação filhos, etc) não impediam que a mulher tivesse uma atividade econômica "lucrativa", ainda que sob a chancela de ser um serviço "complementer ou marginal" em relação aos demais.

3.2.2. A Produção de Leite: origem e evolução

A produção de leite nas propriedades dos colonos da região da Encosta da Serra parece ter se desenvolvido de modo mais intensivo a partir de 1960. A principal razão disso foi a formação de mercados consumidores para o produto nas cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, que já nessa época eram núcleos urbanos com atividades industriais. Portanto, a proximidade e a facilidade de escoamento da produção, somado à existência de consumidores fez com que em cidades como Dois Irmãos e Ivoti, a produção leiteira logo tomasse corpo²². A primeira atividade comercial de laticínios da cidade de Dois Irmãos foi dirigida por um italiano de nome Guido Tonelli, que produzia queijos e os revendia na Capital. A Sr^a. E.D., atualmente com 71 anos, nascida na Picada 48 (atual município de Ivoti), e seu marido N.S.D. (falecido) adquiriram esta "fabriqueta" no ano de 1941 e iniciaram um Posto de Compra e Coleta de Leite na cidade²³. Seu depoimento é ilustrativo²⁴:

"... Nós compramos as coisas de um gringo, o nome dele era Guido Tonelli. Ele fazia queijo, nata e essas coisas... Ele vendia o queijo no comércio em Porto Alegre. Todo dia ele tinha uns 20 a 25 litros de leite. Aí nós nos interessamos em alugar um galpão ali do lado dele... e compramos os instrumento dele. Nós continuamos a fazer queijo no início. A mãe do gringo ajudava nós. Depois compramos essa casa ali do lado... primeiro lá era a escola do Prof. Arendt e depois, quando nós compramos, ali funcionava a Caixa Rural. Nós compramos isso por 15.000 mil réis (E.D. Dois Irmãos/RS).

²² O mesmo processo ocorreu com as cidades vizinhas a Dois Irmãos, situadas na Encosta da Serra e dedicadas, quase exclusivamente, à atividade agrícola, como Ivoti, Sapiranga, Nova Petrópolis e etc.

²³ A Sr^a E.D. era filha de uma família de colonos e tinha 11 irmãos. A família de seu marido era proprietária de uma casa de comércio na Picada 48 chegando a ter, também, uma destilaria de cachaça e uma fábrica de vinagre em Ivoti. Após casarem ambos se mudaram para Dois Irmãos, onde iniciaram a atividade de coleta de leite

²⁴ Essa entrevista, originalmente, foi feita em alemão, uma vez que a entrevistada tinha um domínio limitado do vernáculo.

Com a possibilidade do colono vender o leite *in natura*, o comércio de derivados de leite diminuiu vertiginosamente na colônia. Da mesma maneira como ocorreu com os demais produtos agrícolas, o leite passou a ser um mercadoria com valor comercial em si, não precisando mais ser beneficiado pelo colono. E nessa relação o colono saía prejudicado, pois, involuntariamente, ele acabava transferindo parte de seu valor trabalho aos "leiteiros". Essa experiência pode ser ilustrada com o depoimento da Sra E.D:

"... No primeiro dia nós conseguimos só 17 litros de leite e aí eu fiquei com medo que nós não ia ganhar mais leite dos colonos. Mas aí o Sorry, meu marido, passou nos colonos e eles disseram: Och, tu pode pegar o nosso leite porque nós não queremos mais fazer manteiga e queijo. Sabe, naquela época as pessoas faziam isso para vender nas Vendas. Faziam de tudo prá si e vendiam o que sobrava na Venda do Balduino Sander. Eu nunca mais esqueço o dia que o Pedro Sphor disse: "- Tu vê, agora vem um negócio desses para Dois Irmãos e logo se vê que é uma grande coisa pros colonos". Pelo menos, assim, todo mês os colonos tinham seu dinheiro, porque de outro jeito ele faziam a manteiga e o queijo e do mesmo não tinham nada" (E.D. Dois Irmãos/RS)

Esta também foi a experiência de antigos arteãos-comerciantes da atual cidade de Ivoti, hoje proprietários de uma indústria de laticínios:

"... Nós começamos aqui em 1942, quando três proprietários de casas de negócio se uniram e fizeram uma pequena fábrica de manteiga, a *Butter-fabrick*. Era o Arthur Fritsch de Nova Vila, o Alberto Schneider do Burraco do Diabo (Hoje bairro Feitoria Nova) e o Albino Cristiano Müller aqui de Ivoti. Tudo era manual e não tinha empregados, era só os três e o pessoal da família deles que ajudavam. Comprava-se a nata dos colonos e dos comerciantes que recolhiam dos colonos e uma vez por semana traziam a nata para Ivoti e nós fazia a manteiga. Chegamos a fazer mil kilos de manteiga por mês (para cada kilo de manteiga necessita-se de 20 litros de leite)... Nós levava a manteiga para os comerciantes maiores em Porto Alegre, para o Renner em Montenegro, para fábrica de chocolate do Neugebauer, e outros..."²⁵.(N.M. Ivoti/RS)

²⁵ Entrevistamos o Sr. A.K e o Sr. A.B, diretores da empresa Laticínios Ivoti. O Sr.A.K. trabalha a 31 anos na empresa e era filho de comerciantes-vendedores. O Sr. A.B trabalha a 23 anos na empresa e era filho de um proprietário de abatedouro. Ambos não são descendentes dos fundadores. Somente o Sr. N.M, ex-sócio da mesma empresa, é filho de um dos fundadores.

Esta pequena fábrica de manteiga manteve-se neste estilo de 1942 a 1954. A partir de meados dos anos 50 a empresa passou a coletar leite cru para o então DEAL (Departamento Estadual de Abastecimento de Leite de Porto Alegre que mais tarde tornou-se a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos - CORLAC), chegando a fornecer em 1954 em torno de 1.000 litros leite/dia e entre 1958 e 1960 em torno de 4 a 5 mil litros leite/dia. Em março de 1961 inicia-se a pasteurização e o engarrafamento do leite na Laticínios Ivoti, com um consumo diário de 4 a 5 mil litros/dia. Neste período a empresa expandiu-se por toda região da Encosta da Serra recolhendo diariamente o leite dos colonos. Além de dispor de transporte próprio para a coleta, a empresa também dispunha de toda uma rede de transportadores particulares que recolhiam o leite no interior e o entregavam na empresa²⁸. Segundo um dos fundadores da firma: "Desde o início, de 1942 até mais ou menos 1975, sempre houve crescimento, todos os anos aumentava um pouco, mas de 75 para cá, quando cresceram as fábricas de calçados, foi tudo parando" (N.M. Ivoti/RS).

A produção leiteira fortaleceu-se na região da Encosta da Serra (cidades como Ivoti, Dois Irmãos, Nova Petrópolis e outras) nos primeiros anos da década de 1970. De um modo geral, pode-se dizer que há três fases distintas na atividade leiteira desta região: surgimento, expansão e desarticulação. A primeira inicia-se por volta de 1940 e estende-se até 1961, período em que algumas empresas passam à pasteurização do leite para comercializá-lo. Esta fase caracteriza-se pela emergência da atividade leiteira como principal fonte de recursos permanentes dos colonos. Desenvolve-se uma extensa rede de transportadores particulares de leite, que diariamente trafegavam com suas carroças ou burros de carga pelas Linhas e Picadas coletando o produto. O leite coletado era comercializado

²⁸ Segundo dados fornecidos pela empresa, com o início da pasteurização a oferta do produto cresceu em torno de 20%. Na opinião do diretor da Laticínios Ivoti, no início dos anos 60 os colonos tinham, em média, de duas a três vacas leiteiras por estabelecimento.

nos centros urbanos da época (sobretudo São Leopoldo e Porto Alegre) ou beneficiado. Devido às distâncias e às dificuldades de deslocamento podia haver vários recolhedores que entregavam o produto a um único intermediário que então transportava-o até as cidades e lá o revendia²⁷.

A segunda fase, que se inicia nos primórdios dos anos 60 e estende-se até o final de 1970, caracteriza-se pela concentração e industrialização do leite na região. A grande maioria dos transportadores de leite não dispunha dos recursos necessários à industrialização e pasteurização do leite. Boa parte destes transportadores autônomos deixou de comercializar o leite diretamente com os consumidores, passando a coletá-lo para as indústrias de laticínios²⁸. Na região da Encosta da Serra, a empresa de Laticínios Ivoti foi uma das poucas que conseguiu industrializar a pasteurização do leite²⁹. Segundo um de seus atuais diretores, durante a década de 1970 a região constituía-se numa forte bacia leiteira³⁰. No ano de 1975 a Laticínios Ivoti tinha em torno de 2.500 pequenos agricultores produtores de leite, que no total forneciam entre 25 e 30 mil litros leite/dia, localizados nas cidades da Encosta da Serra³¹.

²⁷ A grande maioria dos transportadores de leite ou aqueles que tinham pequenos postos de coleta do leite no interior das Linhas e Picadas, eram também comerciantes - vendeiros. Como eles dominavam o comércio local de produtos diversos (tudo que o colono precisasse) as trocas geralmente envolviam a permuta de bens em lugar das transações monetárias.

²⁸ Esta é a trajetória do posto de coleta de leite da Sr^a E.D. e do Sr. A.S. em Dois Irmãos. Ambos faziam a coleta diretamente nas propriedades dos colonos, dispoendo também de uma rede de fornecedores que levavam o leite diretamente ao posto de coleta.

²⁹ Nesta região, além da Laticínios Ivoti, existem ainda a Laticínios Hamburguense e, mais recentemente, a Cooperativa de Leite Piá.

³⁰ Somente o posto de recolhimento de leite da Sr^a E.D., em Dois Irmãos, chegou a coletar em torno de 1.500 litros diários. Em Pinhal Alto o Sr. Franck e o Sr. Arendt traziam cada um em torno de 3.000 litros/dia, neste período. Além destes, a própria empresa de Ivoti tinha várias Linhas de coleta de leite, entre elas: Picada Café, Picada Schneider, Picada Feijão, Nova Vila, São José do Hortência, Picada 48 Alta e Picada Capivara.

³¹ Segundo A.K e A.B, diretores da Laticínios Ivoti, em 1970 houve um incremento significativo na compra de leite. A coleta total diária de leite alcançou a cifra de 90.000 litros. Contudo este acréscimo foi devido à conquista de uma outra bacia leiteira (Gravataí, Viamão e Taquara), próximo às regiões investigadas por esta pesquisa. Deste total, a região da Encosta da Serra contribuía com apenas 30%, ou seja, em torno de 27.000 litros/dia.

A terceira e última fase inicia-se em 1980 e se estende por não mais de cinco anos, quando a produção de leite na região entra em crise e desarticula-se a ponto de, praticamente, desaparecer enquanto produção comercial nas pequenas propriedades. As empresas de laticínios deixaram de fazer a coleta nas Linhas e Picadas, e os poucos colonos que ainda mantiveram vacas leiteiras, passaram a utilizar o leite para o consumo familiar e para a produção de derivados como nata, requeijão, queijo e etc. A partir de meados da década de 80, a atividade leiteira dos colonos volta a seu ponto de partida: alimentar a família rural.

Há duas razões principais para a crise da produção leiteira dos pequenos agricultores. A primeira delas está ligada a sua posição no interior do sistema produtivo adotado. A atividade leiteira era considerada um fonte de renda "secundária e suplementar" da família, sendo a maior parte dos recursos administrados pelas próprias mulheres-esposas. Por isso, para o colono ela não justificava qualquer tipo de investimento tecnológicos como a mecanização da ordenha, o melhoramento genético das matrizes e etc.

A segunda razão, de ordem mais geral, refere-se a forma "histórica" de relação entre os camponeses (no caso os colonos) e os agentes mercantis externos. Como sabemos, o próprio Marx (1894/1985) destacou a posição desfavorável dos pequenos produtores em relação aos comerciantes devido transferência de valor que ocorre do camponês para a sociedade no momento da venda de seus produtos. Isto ocorre porque:

" Embora pequeno capitalista, o único limite absoluto para ele é o *salário que paga a si mesmo* após deduzir os custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto o cobrir, cultivará a terra, e frequentes vezes submetendo-se a salário reduzido, ao mínimo vital (...) *Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade e não contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor em geral. Esse preço mais baixo, portanto, resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho*" (Marx, 1894/1985 Livro III, Cap.47, p. 924) (Grifos Nossos).

A mercantilização das relações econômicas entre os colonos e os agentes comerciais externos assumiu características *sui generis* na atividade leiteira³². Além da coleta do leite, os transportadores comercializavam diversos tipos de produtos agropecuários (rações animais, farelos, nutrientes, etc) e de consumo doméstico (açúcar, sal, café, etc) com os colonos. Nesta situação, a venda do leite, na grande maioria das vezes, não passava de uma permuta do colono com o comerciante por produtos alimentares de consumo básico. A vulnerabilidade e a dependência dos colonos em relação aos agentes externos revela-se em sua plasticidade nas seguintes declarações:

"...Nós (a empresa de Lacticínios) fazíamos os pagamentos, aqui no nosso interior, para os comerciantes (vendas), e lá os produtores iam buscar o dinheiro deles. A grande maioria já tinha comprado outros produtos.(...) O produtor levava o leite para a Casa Comercial. Lá em Picada Schneider tinha uma casa comercial, em Picada Feijão tinha outra (era o Nilo Einzweiler). Em Joaneta era o Mallman e o Kuhn, em Picada Café era o Büller... Então o colono levava o leite até a casa comercial e depois o caminhão passava e recolhia. E o pagamento era feito aos comerciantes. Claro, nós é que pagávamos aos produtores, mas o comerciante se dispunha a fazer este serviço. Tinha aí uma rede de intermediação..."(A.K. e A.B Ivoti/RS)

"... O vendeiro recebia o envelope com o dinheiro da Lacticínios. Lá tinha a listagem de quanto o produtor tinha a receber. Mas o produtor já tinha comprado por antecipação no armazém em troca desse dinheiro do leite. A relação do comerciante com o colono era tudo na base da troca... Tudo que o colono não podia produzir na propriedade ele adquiria em cima do fornecimento de leite. Nas vendas tinha de tudo para o colono. Tudo que o colono precisava tinha lá..." (A.K. e A.B Ivoti/RS)

Durante o *boom* do período de produção de leite muitos colonos se especializaram em suas propriedades e passaram a se dedicar à produção de

³² O depoimento de um vendeiro que também fazia a coleta de leite que nos revela como isso ocorria "... Nós tínhamos aí uma Venda e um depósito, e aí quando alguém encomendava algum produto então de manhã, quando íamos buscar o leite lá neste colono, nós levava também o farelo e a linhaça para o freguês. Aí era anotado tudo num caderno: tudo o que era levado para ele e todo o leite que nós comprava dele. No final do mês faziam-se as contas..."(A.S. Dois Irmãos/RS). Este tipo de relação do colono com os agentes externos também ocorre na venda dos outros produtos comerciais como mandioca, batata, feijão.

poucos produtos com fins comerciais (batata-inglesa, feijão, etc). Com isso cresceram as rendas dos agricultores, o que lhes possibilitou o acesso à energia elétrica e uma série de bens de consumo doméstico como geladeira, televisão, máquina de lavar e etc. Além do consumo domiciliar cresce também a compra de produtos e insumos de origem industrial como fertilizantes, herbicidas e fungicidas, visando a manutenção das taxas de produtividade agrícola. Esta especialização aprofundou a relação comercial do colono com os agentes econômicos externos.

A natureza das relações do colono com os comerciantes manteve-se inalterada ao longo dos anos 70, os "mercados" permaneceram "incompletos e imperfeitos"(Ellis, 1988). Contudo, o colono ao aprofundar sua relação com os agentes externos passa de uma situação de "integração parcial" para uma condição de "subordinação". Ou seja, ao substituir a policultura tradicional pelas culturas comerciais, o colono restringiu sua capacidade de estabelecer "estratégias de alternatividade" em função da situação dos preços e das condições de mercado, uma vez que boa parte das necessidades alimentares da família passaram a depender diretamente da existência de recursos monetários para comprá-los fora. Em outras palavras, o aumento da transferência de valor do colono para a sociedade conduz a sua crescente "descapitalização".

3.2.3. A Crise da Atividade Leiteira e da Agricultura Familiar

Contrariando nossas expectativas preliminares, constatamos, durante a realização do trabalho de campo, que a atividade leiteira não deve ser entendida como uma virtual estratégia do colono para garantir sua subsistência. A atividade leiteira somente se configura como uma estratégia de reprodução da família se for compreendida a partir do sistema produtivo global da unidade de produção familiar. Isto é, deve-se compreendê-la em

meio à divisão sexual do trabalho e em relação com as demais atividades produtivas existentes no interior da propriedade agrícola. É por aí que se explica o fato dela ser uma atividade desempenhada, predominantemente, pelas mulheres. E, não obstante carecesse de status e de reconhecimento no interior da unidade produtiva, dada sua condição de "marginal" em relação às outras atividades agrícolas e "complementar" em termos de geração de rendas, é a ela que a família, não raras vezes, recorria como fonte de recursos permanentes para aquisição de bens que não eram produzidos na propriedade.

O papel regulador que o leite desempenha no interior da propriedade justifica o pouco prestígio e investimento que esta atividade recebia dos colonos. A condição de "atividade complementar" da produção de leite também ajuda a explicar as dificuldades de modernização que as empresas e os técnicos encontravam junto aos produtores. Na opinião de um destes especialistas, todas as tentativas de fomento e tecnificação da produção leiteira na região fracassaram porque:

"... O colono é muito resistente à inovações. É muito difícil introduzir alguma coisa nova. Na década de 70 nós tínhamos um engenheiro agrônomo aqui que fazia a parte de fomento à produção. A dificuldade que ele encontrava prá fazer silagem com o pessoal era enorme. Simplesmente eles não aceitavam. Aí tu te imagina o que é isso..." (A.B. Ivoti/RS)

"... O leite nunca que ia receber algum investimento maior dos colonos para se desenvolver (...) O leite é um complemento para família e só ! (N.M. Ivoti/RS).S)

Entretanto, de todos os fatores que contribuíram para a desarticulação da atividade leiteira nas regiões do Vale do Sinos e Encosta da Serra (e boa parte dos municípios do Vale do Rio Caí), nenhum parece ter tido o impacto que teve o processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista. Além da falta de mão-de-obra para trabalhar nas atividades agrícolas, quase totalmente recrutada pelas indústrias e

curtumes da região, assiste-se à substituição da agricultura policultora pela acaciocultura³³. A partir de 1980, como mostramos no capítulo anterior, as indústrias de calçados desenvolvem-se nas pequenas cidades da Encosta da Serra e expandiram suas unidades produtivas junto às pequenas comunidades rurais do interior. Este processo de interiorização e de descentralização (as empresas tradicionais estabelecem filiais no interior) industrial atraiu grande parte da população rural, resultando no esfacelamento e na desarticulação do sistema produtivo e do modo de vida colonial. Em tom lacônico e nostálgico, o diagnóstico entre os atores envolvidos nesta "história" é unânime:

"(...) São muito remotas as chances de recuperação da produção leiteira... Eu acho que há uma relação direta entre a crise da produção de leite com a entrada das filiais aí no interior, diretamente. Porque os novos, os filhos dos produtores, a partir do momento que as indústrias botaram filiais aí, os novos todos foram prá fábrica. Porque o leite é de segunda a segunda. Na indústria ele trabalha de segunda à sexta-feira e tem o sábado e o domingo livre. Então eu acho que há uma relação direta entre a crise da produção leiteira com o avanço da parte industrial" (A.B. Ivoti/RS)

"... A maioria dos jovens sai porque é melhor trabalhar na fábrica. Por exemplo, se tu tem uma vaca então no domingo de tardezinha tu tem que deixa tua visita, teu namorado e ir para o curral tirar leite. Os operário de fábrica sabem quanto vão ganhar no final do mês e podem fazer prestações. O colono não, o colono tem que esperar até a hora da colheita e não dá prá fazer prestações porque o dinheiro nem sempre é certo." (M.B. esposa de colono, Dois Irmãos/RS)³⁴.

Algo semelhante ocorreu com os produtores de uma das principais bacias leiteiras do Rio Grande do Sul durante os anos 70. Na região do Vale do Paranhama (situado no interior da micro-região da Encosta da Serra), há muitos agricultores que estão substituindo a venda do leite pela fabricação de queijos caseiros e demais derivados. Segundo informações de uma reportagem publicada no Jornal Novo Hamburgo, na década de 1980 houve uma

³³ A acácia-negra é uma árvore exótico da qual se extrai o tanino utilizado como tanante e resina vegetal no curtimento do couro. Trataremos da acaciocultura na próxima seção deste capítulo.

³⁴ Traduzido do alemão pelo autor.

queda vertiginosa na produção de leite devido aos baixos preços de venda, que ficam aquém dos custos de produção. Além disso, a zona rural de Taquara parece estar perdendo mão-de-obra em razão do recrutamento de trabalhadores para as indústrias de calçados do município e arredores. Uma estatística da prefeitura de Taquara mostra que em 1985 o município produzia 25 mil litros/dia de leite enquanto que em 1989 apenas eram obtidos 15 mil litros/dia (Jornal Novo Hamburgo 25/08/1989)³⁵.

A perda da força de trabalho jovem no meio rural não ocorre apenas em função do assalariamento nas indústrias calçadistas da região. A introdução da "acácia-negra", como principal atividade comercial das propriedades rurais, permitiu uma combinação entre a produção agrícola com o assalariamento de alguns membros da família fora da propriedade.

"... a crise na produção de leite deve-se principalmente à indústria de calçados que absorve muita mão-de-obra (...) a acaciocultura também tem um efeito sobre a produção de leite. A acácia é mais cômoda do que tirar leite de manhã e de noite. A acácia se planta e se fica esperando sete anos, pode até ficar tomando chimarrão! (N.M. Ivoti/RS)

"... Isso aí foi um forte impacto contra a produção de leite. O outro menor impacto foi a acaciocultura. O produtor pega e diz: - Ah, eu planto acácia e sete anos eu esqueço aquela área. Não preciso mais fazer nada, só colher e (...) Sabe, havia a época do "ouro da casca de acácia", então isso também foi um incentivo à parada dos jovens" (A.K. Ivoti/RS)

A partir da década de 80 os processos de interiorização e de descentralização industrial aprofundaram-se e passaram a exercer uma pressão ainda maior sobre a força de trabalho jovem das colônias. A busca da flexibilização dos processos produtivos industriais e o interesse das

³⁵ "No início da década de 70 a plataforma de Taquara da CORLAC recebia aproximadamente 40 mil litros de leite/dia somente na entre-safra. Já no período da safra (primavera/verão) a plataforma recebia cerca de 100 mil litros/dia de leite" (Jornal NH, 25/08/1989). "Em 1978, a CORLAC, recebia durante o verão, aproximadamente, 100 mil litros de leite por dia. Hoje (1990), segundo Gomes, esta cota foi reduzida a 15 mil litros por dia". (Jornal NH, 05/07/1990)

empresas por uma mão-de-obra barata e cativa, com baixa mobilidade política, debil organização sindical e, portanto, mais suscetível a controles disciplinares, acelerou ainda mais estes processos. Com a chegada das indústrias ao interior, houve o alargamento do mercado local de trabalho e o estabelecimento de uma gama variada de atividades econômicas como os serviços, empregos autônomos e funções públicas³⁶. Nos anos 80, as emancipações de pequenas localidades ou distritos de municípios mais antigos ampliaram a desconcentração econômica, e abriram espaço para que pequenos "povoados aglomerados" (Waibel,1955) rurais assumissem o status de cidades. Segundo um empresário da região, nada disso teria sido possível não fosse o dinamismo da indústria coureiro-calçadista.

"...As indústrias estão absorvendo a mão-de-obra mesmo nos nossos interiores... A partir de 1980 é que começou o decréscimo maior. Aí que começou a queda no nosso interior, porque aí as indústrias de calçados começaram a se instalar no interior, começaram a botar filiais. (A.B. Ivoti/RS)

"... Com a entrada das indústrias de calçados e ainda mais com os ateliers e outros serviços industriais que foram para o interior, estão buscando toda mão-de-obra: é mulher, é gurizada, é tudo, é todo mundo" (A.K. Ivoti/RS).³⁷

Desse processo de desarticulação emergem novas relações de trabalho e novas estratégias de produção e reprodução dos pequenos

³⁶ O crescimento "urbano" das pequenas localidades ampliou o mercado consumidor local, inclusive no que se refere ao leite. Um dos empresários relatou-nos uma conversa com amigos seus e disse: " Outro dia conversei com o Metz lá da Picada Capivara (hoje município de Lindolfo Collor). Ele me disse que produz 160 litros de leite por dia e vende tudo ali na Vila Três Passos para o pessoal que mora lá. É assim como ele existem outros... A venda direta de leite aumentou muito no nosso interior..."(A.K., Ivoti/RS)

³⁷ Alguns transportadores de leite que entrevistamos são da mesma opinião, como o Sr. A.S.(Dois Irmãos/RS): " O principal motivo da queda do leite são as fábricas de calçados. Então os filhos começaram a sair da roça e a trabalhar na cidade e, assim, a agricultura foi retrocedendo(...) os jovens todos foram para a indústria e os velhos não tem mais condições de trabalhar a terra..." Segundo a Sr^a E.D.(Dois Irmãos, RS): "... As pessoas dizem: - Eu vou mandar meus filhos prá fábrica. Eu não vou botá eles no curral e tirar leite das vacas de graça.(...) Outro fator, é que nós passava na colônia de madrugada, às 4 ou 5 horas da manhã,, e os jovens não queriam trabalhar assim..."(traduzido do alemão pelo autor).

agricultores familiares³⁸. Embora a maioria das "forças plenas" da família rural (chefes de família e jovens acima de 14 anos) se assalariem nas indústrias de calçados da região, eles permanecem proprietários de suas terras e residindo no meio rural. Assumem, em muitos casos, a condição de "colonos-operários". Já não mais se dedicam à agricultura de modo integral pois substituem a policultura colonial pela "acaciocultura", cuja importância estudaremos a seguir.

3.3. A ACACIOCULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA FAMILIAR

3.3.1. Acaciocultura: origem e desenvolvimento

A acaciocultura, silvicultura da acácia-negra, desenvolveu-se como atividade comercial no Rio Grande do Sul a partir de meados da década de 1960. Utilizada como tanante (substância extraída da casca da acácia) nas indústrias curtidoras de couros, sua importância foi crescendo na região do Vale do Sinos e na Encosta da Serra à medida que se desenvolviam as atividades ligadas à indústria de calçados. A demanda pela matéria-prima couro ampliou-se drasticamente a partir das exportações de calçados iniciadas nos primórdios da década de 70. A partir daí cresce também o consumo da casca da acácia-negra para produção do tanino (tanante, produto químico extraído da casca), aproveitando-se a madeira como fonte de energia calorífica na secagem do couro e demais estabelecimentos como olarias, panificadoras e, mais recentemente, na produção de celulose³⁹.

³⁸ As novas relações de trabalho serão objeto de análise do capítulo 4.

³⁹ Calcula-se que sejam necessários de 4 a 6 Kg de casca de acácia para produzir um quilo de tanino. Uma árvore de acácia fornece, em média 7 Kg de casca e 0,33 m³ de lenha. São necessárias, em média 6 árvores para cada metro quadrado de lenha, que por sua vez, produz em torno de 100 a 105 quilos de casca.

A acácia-negra (acácia *decurrens*, wild. var. *molíssima*, ou black wattle, em inglês) é uma árvore da classe das leguminosas, originária da Austrália. Acredita-se que tenha entrado no cenário econômico mundial a partir do ano de 1868, quando a África do Sul inicia plantações de acácia com objetivo de produzir madeira. Embora se desconheça a origem das sementes da acácia e a forma pela qual chegaram ao território brasileiro, sabe-se que as primeiras plantações brasileiras da leguminosa deram-se em terras gaúchas. Em 1918 o Sr. Alexandre Bleckmann plantou aproximadamente 700 árvores em terras da extinta Cia. Geral das Indústrias, no município de São Leopoldo. Em 1921 o Sr. Leonardo Uebel teria plantado algumas árvores de acácia com as sementes obtidas da União Colonial de Estrela. Entretanto, a primeira plantação comercial só ocorreu por volta de 1928, quando o Sr. Júlio Carlos Lohmann plantou 2.000 árvores num lugar onde hoje se situa o município de Estrela. As propriedades tanantes da acácia foram adaptadas ao curtimento de couros por volta de 1931 através das experiências do Sr. Roberto Uebel e de um grupo de curtidores de Estância Velha, entre os quais o Sr. Edwino Leuck. Cabe a este último o reconhecimento pelo pioneirismo na industrialização e divulgação da acaciocultura no Brasil. Em 1941, o Sr. Edwino Leuck em companhia de outros sócios, fundou a Sociedade Extrativa de Tanino de Acácia - SETA^{4º}, primeira empresa a industrializar o tanino da casca de acácia.

O desenvolvimento da acaciocultura no Rio Grande do Sul, após 1930, parece ter seguido um ritmo acelerado. As primeiras estatísticas aparecem no ano de 1957, quando a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul estima um total de 81 milhões de árvores espalhadas nos municípios de Canoas (2 milhões), Caí (10 milhões), Montenegro (36 milhões), Novo Hamburgo (1 milhão), São Leopoldo (23 milhões) e Taquari (9

^{4º} Seria impossível no marco desta dissertação recuperar a história da acácia e dos acaciocultores no Rio Grande do Sul. Agradecemos ao Sr. L.M.L. e ao Sr. L.H. pelos esforços que fizeram no sentido de recuperar parte desta trajetória. Em termos de bibliografia o único material que encontramos sobre o assunto é o livro de Hécio Alves de Oliveira (1970).

milhões), todos pertencentes à Colônia Velha (hoje formando as micro-regiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari). Em 1959 a Associação Brasileira de Acaciocultores procede a um novo levantamento e chega a cifra de 106.739.000 pés de acácia, na mesma região. Dois anos mais tarde, em 1961, o Conselho de Desenvolvimento do Estado realiza novo levantamento sobre as plantações de acácia e chega ao total de 129.535.004 pés de acácia no Rio Grande do Sul.

Entretanto, durante toda década de 60 a acaciocultura passa por uma crise de superprodução ocasionada pelos baixos preços obtidos pela casca. Calcula-se que em 1969 o número de árvores não ultrapassava a cifra de 80 milhões de pés de acácia, portanto, inferior a de 1957. Além dos baixos preços obtidos pela casca, a falta de aproveitamento para a madeira da acácia agravava ainda mais o quadro. Nem mesmo a exportação de tanino iniciada em 1961 (1.136 toneladas) conseguiria amenizar o problema. Na verdade, a acaciocultura sofria as consequências da falta de mercados que atingia as indústrias calçadistas do Rio Grande do Sul, neste período. Como as empresas calçadistas não puderam ampliar a produção durante os anos 60, as expectativas que haviam sido geradas na década anterior em relação à expansão do consumo da casca de acácia para o curtimento de couro foram frustradas.

A acaciocultura começa a se recuperar em 1968, quando se iniciam as exportações de calçados e, novamente, aumenta o consumo de couro nas indústrias de calçados o que, conseqüentemente, amplia a demanda por tanino⁴¹. A madeira, principal ponto de estrangulamento, passou a ter grande utilidade na fabricação de celulose no início dos anos 70, quando

⁴¹ Além disso, não se pode esquecer que o aumento na oferta de couro, gerado pela modernização do sistema frigorífico gaúcho, reaquece os curtumes e o consumo de tanino. Outro fator que pesou na solução da crise foi a ampliação das exportações de tanino que em 1968 chegaram a 10.500 toneladas. Outro avanço significativo foi a passagem da produção do tanino líquido para o tanino em pó com um atomizador, introduzido na SETA de Estância Velha em 1964. Atualmente produz-se o tanino granulado.

uma grande multinacional do setor instala-se próximo à Porto Alegre (Aktieselskapet Borregaard da Noruega, atualmente Riocell).

O apoio do Estado no financiamento ao plantio e à expansão da acaciocultura foi fundamental ao desenvolvimento da atividade, após a crise dos anos 60. Os incentivos foram concedidos no âmbito estadual (Lei 5.626 de 12/07/1968) e federal (alteração da Lei Federal nº 492 em 17/07/1958) de forma a beneficiar o reflorestamento e estabelecer incentivos à plantação. Segundo um dos empresários do setor, os estímulos fiscais foram cruciais para que as empresas pudessem fomentar a acaciocultura de modo sistemático.

"... Em 1972 nós criamos a Reflorestadora Estância, criada e idealizada pelo M.L. atual diretor-presidente do Grupo. Na época a Reflorestadora Estância começou a aproveitar mais os subsídios fiscais e a plantar uma série de fazendas aí em torno de 6.000 ha em questão de dois anos. Em 1974, em setembro de 1974 já foi criada a SETAF e aí dentro do próprio Grupo começou a se desenvolver esta área de plantios e também colheitas. E aí nós fomos expandindo esta área. Chegamos a plantar uma média em torno de 3.000 ha por ano. Num ano chegamos a 5.000ha ha de plantio. Isso fazíamos em áreas próprias como em parceria, arrendamento, maiores ou menores, tudo que é tipo. (L.H. empresário, Estância Velha/RS)

Mais do que qualquer tipo de subsídio fiscal do governo, as próprias empresas de beneficiamento do tanino estimularam, fortemente, a acaciocultura através da formação de inúmeros viveiros de mudas da planta que eram vendidas aos colonos por um "preço simbólico". Na verdade, durante quase uma década, de 1972 a 1980, "o fomento era feito na doação de mudas" aos colonos, segundo informações de um empresário⁴². Assim, em meio à crise estrutural do sistema produtivo colonial, a acaciocultura surgiu como uma excelente alternativa para manutenção da propriedade pelos colonos e para a preservação da paisagem rural, estancando o êxodo dos jovens e garantindo novas formas de obtenção de renda aos agricultores.

Tivemos grandes dificuldades em obter informações estatísticas sobre a acaciocultura no Rio Grande do Sul, sobretudo no que se refere a

⁴² Hoje, enquanto o milheiro de mudas de eucalipto é vendido ao preço de 55 dólares, o milheiro de acácias sai por apenas 12 dólares, se forem mudas selecionadas, e 7 dólares para mudas comuns.

sua evolução na década de 1980 e no que tange a seu estágio atual⁴³. Mesmo assim, confrontando dados extra-oficiais, obtidos em entrevistas com empresários, com as informações divulgadas pela AGEFLOR/RS (Associação Gaúcha de Empresas Florestais) é possível dizer que a acácia-negra ocupa, atualmente, em torno de 180.000 ha de terra no Rio Grande do Sul⁴⁴. Considerando-se que em cada hectare existam em torno de 2.500 árvores de acácia, chega-se a um total aproximado de 4,5 bilhões de árvores plantadas no Estado. Desse total, segundo informações de um empresário do setor, 80% localizam-se nas regiões de pequenas propriedades, ou seja, nas regiões da Encosta da Serra, Vale do Sinos, Vale do Caí e Vale do Taquari. Os restantes 20% estão em áreas de expansão recente da acácia, como na região Centro-Sul do Estado, em municípios como Tapes, Camaquã, Encruzilhada do Sul, General Câmara entre outros. Na maioria dos casos (80%), os plantadores são pequenos proprietários. Contudo, somente duas indústrias de tanino do Rio Grande do Sul, a SETA e a TANAC, respondem, cada uma, por 10% das plantações particulares de acácia⁴⁵. Estima-se que no Rio Grande do Sul hajam em torno de 5 a 6 mil famílias diretamente envolvidas com a acaciocultura.

⁴³ Na agência regional do IBGE (Porto Alegre) scubemos que está em andamento a elaboração de um projeto censitário (convênio IBGE/AGEFLOR) sobre a silvicultura no Rio Grande do Sul. Segundo informações de um técnico, a instituição não tem condições de informar, com precisão, qual a área plantada, número de árvores e principais regiões produtores de acácia no Estado. Nas empresas privadas os diretores manifestam pouco interesse em relação aos dados estatísticos pois, na sua opinião, a desinformação ajuda a amenizar a competitividade.

⁴⁴ Embora economicamente expressiva a área física ocupada com florestas plantadas no Rio Grande do Sul chega apenas a 2% do território gaúcho (28.196.300 ha). Além da acácia plnata-se o eucalipto (também em torno de 180 mil ha.) e o pinus (200 mil ha) perfazendo um total de 560 mil ha de reflorestamento.

⁴⁵ O leitor atento perceberá que os 20% de florestas próprias que a SETA e a TANAC possuem são justamente os mesmos 20% que se localizam nas áreas de grandes propriedades da região Centro-Sul do Estado. No início dos anos 80, somente a SETA, segundo informações extra-oficiais, chegou a ter em torno de 22.000 hectares de terras plantadas com acácia. As informações sobre a quantidade de hectares próprios, arrendados e em parceria que empresas particulares ocupam com acácia são mantidas em sigilo absoluto pelos empresários.

Nos últimos dez anos o plantio da acácia-negra nas pequenas propriedades aumentou significativamente, o que indica que estão ocorrendo mudanças tanto na estrutura produtiva como na organização do trabalho destas unidades agrícolas familiares. Considerando-se que a acaciocultura tem um tempo médio de produção de cerca de sete anos, é possível que boa parte dos colonos tenha substituído a tradicional policultura colonial pelo plantio da acácia. Isto faz com que parte considerável da força de trabalho da família rural se torne excedente nas propriedades, ficando disponível ao assalariamento em empregos urbanos-industriais. Já nas regiões de expansão recente da acaciocultura (Centro-Sul do Estado), o plantio de acácias se dá predominantemente nas médias e grandes propriedades.

Há um domínio quase que completo do consumo do tanino por parte de apenas duas grandes indústrias: a SETA de Estância Velha e a TANAC de Montenegro, ficando o terceiro lugar reservado para a MIMOSA de Taquari. As duas primeiras igualam-se na capacidade produtiva instalada que gira em torno de 100 a 110 toneladas/dia de tanino em pó e 28.000 toneladas ano. Juntas, ambas consomem em torno de 30 toneladas de casca de acácia por mês. Em termos de mercado consumidor, mais de 70% da produção de ambas as empresas é destinada ao mercado externo, onde quase todos os países industrializados dos cinco continentes são compradores.

3.3.2. A Acaciocultura: uma "cultura de abandono"

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento da acaciocultura sempre esteve ligado à demanda do couro como matéria-prima para o setor coureiro-calçadista. Este fato fez com a área de expansão das plantações de acácia se intensificassem na região produtora de couros e calçados. Paradoxalmente, a acaciocultura, uma atividade silvícola com um tempo de produção relativamente longo, se pensada no âmbito da agricultura familiar,

desenvolveu-se nas regiões do Vale do Sinos e Encosta da Serra, principais pólos produtores de couros e calçados, caracterizadas por uma estrutura fundiária onde predomina a pequena propriedade. Na verdade, o principal motivo que levou à expansão da acácia nas regiões de minifúndio não se deve à proximidade geográfica com o pólo calçadista. A emergência da acaciocultura como principal atividade comercial dos colonos assumiu uma importância crescente à medida que o sistema produtivo tradicional da economia colonial entrou num processo de crise e desarticulação. O exemplo mais notável disso, como se viu anteriormente, é o da atividade leiteira.

A valorização comercial da casca de acácia e da madeira, estimuladas pelo rápido crescimento da demanda do setor coureiro-calçadista, transformaram a acaciocultura numa atividade rentável e atrativa aos pequenos agricultores das regiões produtoras de calçados. O que nas décadas anteriores aos anos 80 era uma atividade marginal (plantada nas áreas onde o solo estava esgotado ou impróprio para a agricultura) e insignificante do ponto de vista econômico (não tinha um peso importante na formação das rendas) passou a ser uma alternativa produtiva e monetária aos colonos.

"...Sempre teve acácia! Mas o jeito mudou. Antes era mais *natural*. Agora, quando tu planta, *tu racionaliza a coisa e então tu entra num esquema* ... (R.F, colono, Santa Maria do Herval/RS)

"... A acácia-negra mudou a vida dos colonos principalmente nestes últimos anos quando também a casca e a lenha aumentaram muito (...) A acácia é melhor que o leite na época, e ainda hoje é. Na acácia só é difícil entrar na atividade porque depois que tu tá dentro do negócio e pode vender todos os anos um mato ou colhe ele pessoalmente, esse dinheiro é sempre lucro. É preciso seis anos prá colhar a primeira floresta e depois disso é só plantar todos os anos um pedaço e vendê sempre. Daí tu consegue chegar lá... O dinheiro que tu lucra tu não precisa pega para pagar despesas porque *a acácia não dá despesa*. Com as outras colheita acontece o contrário: a cebola a gente mal termina de colhar e já tem que comprar todos os produtos de novo como adubo, semente... E se tu não consegue fazer isso então tu tá perdido. (V.B, colono, Dois Irmãos/RS)

Além do aspecto econômico, de geração de rendas para os colonos, a acácia-negra proporcionou significativas transformações no processo produtivo e na organização do trabalho das unidades agrícolas familiares. Por esta razão, a acaciocultura apresenta-se como uma "cultura de abandono". A idéia de abandono refere-se a dois aspectos ou características que guardam estreita relação com as particularidades bio-fisiológicas da cultura da acácia e com a forma de organização do trabalho familiar nas propriedades que se dedicam a acaciocultura. Vejamos mais de perto estas questões.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a acácia, por ser uma árvore leguminosa, possui uma capacidade fertilizadora através da concentração de nitrogênio no solo. Durante o período médio de maturação, que é de sete anos, aproximadamente, a acácia possibilita o "repouso remunerado do solo", ou seja, embora a terra esteja "desativada", ela permanece produzindo e gerando renda⁴⁶. Após o plantio, a acácia não necessita de cuidados específicos com o cultivo e o manejo. Nesta situação, durante pelo menos seis anos, a terra permanece produzindo sem que o colono esteja trabalhando diretamente sobre ela.

Além de sua capacidade fertilizadora do solo, muitos acaciocultores tem descoberto métodos alternativos de plantio da acácia, o que possibilitou reduzir o tempo em que a terra permanece "inproveitada" para outras culturas. Um destes métodos, relativamente bem difundido na região, é o chamado "consorciamento", que permite o plantio de duas, três ou mais variedades agrícolas na mesma área de plantio da acácia. O consórcio da acácia com as demais culturas só é possível no primeiro ano, quando a muda de acácia é plantada em carreiras retas e perpendiculares numa distância de dois metros entre uma árvore e outra, valendo a mesma

⁴⁶ A idéia de "repouso remunerado do solo" aproxima-se das funções desempenhadas pelo *pousio* na história da agricultura ocidental. Como mostra José Eli da Veiga (1992), a redução do tempo de *pousio* do solo constituiu-se numa verdadeira "revolução agrícola" (Ver também Boserup, 1987).

medida entre as carreiras, de modo a se formar um quadrado de 2 mt².⁴⁷ Este tipo de cultivo permite o aproveitamento dos espaços intermediários com culturas de pequena estatura como mandioca, milho, amendoim e feijão. Outro método utilizado, embora menos frequente, é a criação de gado em áreas reflorestadas com acácias de três a quatro anos de idade. Em geral, esta técnica tem sido adotada nas propriedades de tamanho médio e grande que antes de serem áreas de reflorestamento eram campos de criação pecuária.

"... Outro fator muito importante é que a acácia é uma leguminosa e ela fertiliza a terra. Então, de repente você tem uma terra pobre e plantando acácia uma ou duas vezes essa terra se torna mais fértil. A acácia valoriza a terra: porque se você não plantar nada vai ter capim e mata e ninguém vai dar valor para uma terra completamente suja. Numa plantação de acácia, no primeiro ano, você pode plantar outras coisas como milho e mandioca. Já no segundo ano não, porque ela é de crescimento muito rápido, então no segundo ano não dá. Agora no terceiro ano você pode colocar o gado no meio, porque o gado pode comer a grama que dá por baixo e manter a área limpa (...) Então veja o seguinte: no primeiro ano a acácia é plantada em carreiros. Na segunda plantação ela é plantada, exatamente, entre um e outro carreiro. Na terceira plantação não se volta a plantar onde era o primeiro carreiro mas entre uma árvore e outra (...) Se o colono tivesse 80 ha, por exemplo, ele plantaria 10 ha com qualquer outra cultura e teria cada ano 10 ha para plantar acácia, ou seja, ele fecharia um ciclo a cada ano para corta a acácia e ele poderia sobreviver só com os 10 ha mais a outra cultura ainda. Eu acho que ele poderia ter certos confortos que outras pessoas não tem. (L.M.L, empresário, Estância Velha/RS)

A segunda característica da cultura de abandono diz respeito à reorganização da divisão social do trabalho familiar a partir da introdução da acaciocultura nas propriedades. O plantio da acácia-negra passou a ser uma atividade bastante difundida entre os colonos que buscaram no assalariamento industrial fontes regulares de renda, em substituição à instabilidade vivida na agricultura. Considerando-se que o tamanho médio das pequenas propriedades rurais da região de expansão da acácia é inferior a 15 hectares e que o período médio de maturação de uma floresta de acácia

⁴⁷ Ao final de um ano cada árvore atinge uma altura em torno de dois metros, impossibilitando o consorciamento com outras plantas. A altura média atingida por uma árvore de acácia gira em torno de 8 a 10 metros

gira em torno de sete anos, logo percebe-se que o recurso à acaciocultura, ao mesmo tempo que substitui economicamente a policultura tradicional, tornou-se uma forma simbólica de "abandono" da penosidade e do pouco reconhecimento social e econômico das atividades rurais-agrícolas⁴⁸. Para o colono sobretudo os mais jovens, abandonar o trabalho da roça, nesta situação, não significa romper as relações simbólicas e subjetivas com o mundo rural. É o que percebemos num fragmento de uma entrevista com um colono que ao ser perguntado sobre a idéia da acácia como cultura de abandono retrucou:

"...Pode ser usado sim, porque eu sei de gente que tem terra aqui no interior, que encheram essas terra de acácia e foram prá fábrica. Isso é o tipo dos filho que abandonaram os pai... Essas pessoas encheram a terra o que foi possível e a terra tá lá produzindo, mas é o tipo do abandono, porque eles vieram prá cidade trabalhá como pedreiro, como pintor e na própria fábrica de calçados. Aí o termo combina, justo!

"... O que acontece no interior é que a batata dava zebra um ano e o colono ficava lá em baixo. Então o filho decepçionava né! Era um rapaz de 17, 18 ou 20 anos e sempre ficava completamente sem dinheiro, então ele não tinha mais ânimo prá fazer nada. Então o pai dava um jeitinho e pedia pro filho fica mais um ano na roça e ajudá a plantá esse ou aquele pedaço de acácia e dava a metade. Oferecia parceria pro filho e depois podia ir prá fábrica. Aí toda terra ficava produzindo, por isso entrou essa opção de plantar acácia antes e depois se mandá prá fábrica. Aí depois de seis ou sete anos o mato tá maduro. Aí o casal pode se casar, pode comprar isso ou aquilo prá casa porque tem um mato de acácia lá... Mesmo assim, sabe, sábados e domingo, sábados principalmente, eles ajudavam o pai em casa a lavrar a terra. Isso hoje o normal é ir prá fábrica, tá cheio de fábrica pro interior de Dois Irmãos. (T.K., acaciocultor e colono, Dois Irmãos/RS).

A acaciocultura, entendida como uma cultura de abandono nos termos que acima nos referimos, possibilita à família do colono adquirir uma "posição" estratégica (Bourdieu, 1984) que lhe permite a capacidade de fazer opções entre alternativas sociais e econômicas diferentes. Ou seja,

⁴⁸ Além destas características a difusão acelerada da monocultura da acácia-negra vem alterando o eco-sistema e a paisagem rural da região. A cobertura vegetal de matas nativas vem diminuindo e a acácia vem assumindo seu lugar. Em se tratando de uma árvore exótica e de uma monocultura já são notórias suas consequências sobre o meio ambiente, sobretudo para a fauna.

as estratégias de "alternatividade", conforme mostra Garcia (1983), entre a venda de uma floresta e a colheita própria, dependerão da organização interna do trabalho e da posse de maquinários adequados, entre outras variáveis. Além disso, o plantio e a colheita ou a comercialização própria da floresta de acácias estarão submetidas ao tipo de "diferenciação demográfica" que vigorar no interior da unidade produtiva no momento de sua decisão (Chayanov, 1974). O colono pode optar entre vender uma floresta a terceiros ou ele e sua família fazer a colheita.

"... a acácia para os colono é a salvação. Por exemplo: se tu tem 50 mil pés de acácia e é tudo só teu, então tu tá rico!! É fácil de plantar, só que tem que plantar todos os anos em torno de 7 a 8 mil pés e precisa de muita terra(...) a acácia mudou a vida dos colonos principalmente nestes últimos anos, quando também a casca e a lenha aumentaram muito. Eu digo francamente:(...) se tudo continuar como está no ano que vem nós não vamo vendê nossos mato. Nós temo mato grande para cortar, e daí nós vamo começa nós mesmo a colhê o mato, não vamo vendê. Isso dá dinheiro toda semana."(V.B. e família, colono, Dois Irmãos/RS)

Assim como a organização interna da família influencia no cultivo ou não da acácia e na sua quantidade, os empregos extra-agrícolas nas indústrias de calçados também exercem uma influência decisiva sobre essas opções da família. A acaciocultura torna-se uma renda complementar, de caráter temporário e intermitente, enquanto que o emprego assalariado fora da propriedade é a principal fonte de renda fixa e responsável pela manutenção da unidade familiar.

"... Vamos dizer que a acaciocultura seja talvez, a principal fonte de renda e que a agricultura no minifúndio seria mais prá questão da subsistência. Mas é a acácia que vai dar condições deles comprarem uma carro, de refazer a casa... vamos dizer, comprar aquilo que é de maior custo, que eles precisam mais dinheiro na hora. Mas no dia a dia, tu pode ver que na colônia o pessoal não compra carne. Eles mesmo carneiam, fazem a sua lingüicinha, matam um porquinho, tem seu franguinho, tem o leite, tem o ovo... Então as vezes disso sobra alguma coisinha. (L.H. Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

"... Olha, as fábricas de calçados, até certo momento foi favorável a acaciocultura... porque na plantação de mato, como a

acácia tem um ciclo relativamente curto (7 ou 8 anos) num primeiro momento deu uma maior povoação. Porque tinha muita terra que não podia ser mais plantada pela falta de mão-de-obra no interior. Porque antes, quando eram dois ou três filhos que tavam na roça junto com o pai, eles precisavam gerar recursos para manter a sustentação de dois, três filhos. E aí dois ou três filhos foram buscar recursos fora e com o passar do tempo, estes filhos por sua vez, já foram casando e também foram embora. (L.H. Diretor de empresa Estância Velha/RS)

Pudemos perceber esta característica de atividade complementar, capaz de propiciar estabilidade e segurança ao núcleo familiar, ao longo de nosso trabalho de campo. A posse de uma floresta de acácia sobre a propriedade não apenas assegura uma renda em potencial, como pode se tornar uma "moeda" de negociação nos casos em que o colono necessite de dinheiro para cobrir eventuais sinistros, enfermidades ou até mesmo adquirir bens ou fazer investimentos. Ou seja, uma espécie de moeda ou um valor de troca, inclusive com um certo grau de liquidez:

"... Tu pode fazer o seguinte: (pode ter mais de um parceiro) um camarada tem dinheiro, tem recursos, ele entra e ganha 30%, o proprietário ganha 30% e o que faz o serviço ganha mais 40% ... É uma forma de trabalho! Não deixa a terra parada, não pode deixar a terra parada de jeito nenhum. É o **mato de acácia se torna um cheque**, porque pode haver inclusive, a compra entre os três. De repente o cara que dá mão-de-obra precisa do dinheiro? Ele pode vender sua parte. Ou então o camarada dono da terra precisa de dinheiro para antecipar alguma coisa, pode ficar doente, ou quer comprar alguma coisa, aí o cara que tem recursos é que vai sustentar aquele camarada. **Não importa como faz, mas existe um produto a ser comercializado!** (L.H. Diretor de empresa Estância Velha/RS)

A floresta de acácia, muito mais do que uma segurança, é uma estratégia de alternatividade do colono em relação à situação conjuntural em que ele e sua família se encontram em determinado momento. A expressão "**cheque quente**" foi utilizada por um colono-acaciocultur para caracterizar esta situação e clarear o significado econômico de uma floresta de acácia para as famílias:

"...praticamente só ficaram os mais velhos na roça. Eles tinham bastante terra, mas eles não podiam trabalhar toda a terra sozinhos. Já que os filhos puxaram pelo mais fácil, o mais limpo, o

mais moderno e começaram nas fábricas; os velhos então começaram a plantar acácia onde a terra era fraca. Abriam outras terras, plantavam aquilo um ano e depois já enchiam com acácia também. E assim eles iam prá frente, prá plantá batatinha e milho pegavam a terra que era capoeira, que era mais fértil, o resto eles plantavam acácia. Não deixaram de plantar outros produtos, mas a acácia era uma opção, uma garantia a mais. Vamos dizer que a colheita da batata não dava nada, aí eles tinham um mato de acácia, eles se desapertavam na acácia. E a acácia sempre teve saída. Por isso eu digo: - a acácia é um cheque quente na mão do colono".⁴⁹(T.K., acaciocultor e colono, Dois Irmãos/RS)

A mesma comparação nos foi relatada, em outros termos, por um empresário, proprietário de uma indústria de beneficiamento de tanino de acácia (casca):

"...Assim como na cidade se diz que tendo um *fuquinha* tem-se um *cheque-ao-portador*, no meio rural você ter uma plantação de acácia também é um *cheque-ao-portador*. Veja o seguinte: se o colono tem uma determinada necessidade ou se aperta e tem um mato com cinco ou seis anos de idade ele busca e encontra fácil um comprador prá esse mato. Ele resolve seu problema financeiro e se achar que o valor que tão pagando é pouco aí ele pode deixar mais um ano. Você pode corta o mato no momento certo se não tem problema financeiro, e aí você ganha mais dinheiro ainda. Nos meio rural a acácia é uma complementação, ou seja, o acaciocultor não vive só da acácia, ele tem verduras e toda rotação de cultura".(L.M.L., empresário, Estancia Velha/RS)

3.3.3. Acaciocultura: as novas relações de trabalho

As transformações sociais e econômicas que o desenvolvimento da acaciocultura provocou no meio rural-agrícola do Rio Grande do Sul introduziram um elemento absolutamente inovador nas áreas da colonização alemã antiga do Estado. Ao contrário do que havia ocorrido nas regiões de modernização da agricultura, onde a mecanização da monocultura da soja

⁴⁹ O mesmo entrevistado, em outra parte de seu depoimento, enfatiza: "... dependendo da quantidade que a gente planta dá bem, dá bastante. Naquele época já foi uma estabilidade: quem tinha acácia sempre tinha um pouco de dinheiro. Porque aquilo é um cheque quente no bolso do colono até hoje".

provocou o aparecimento dos trabalhadores temporários e dos assalariados rurais, nas regiões de agricultura familiar tradicional (entenda-se Colônia Velha) e mesmo nas de pecuária não modernizada (Centro-Sul do Rio Grande do Sul) até o aparecimento da acaciocultura não haviam se desenvolvido relações de trabalho assalariadas no setor agrícola. Enquanto nas pequenas propriedades coloniais predominava o trabalho familiar, nas fazendas de pecuária extensiva a "peonagem" era dominante. Para ambas as regiões o desenvolvimento da acácia representou a ampliação do mercado de trabalho que, praticamente, nunca antes havia funcionado nos moldes capitalistas.

Além disso, um outro aspecto que chama atenção no estudo da acaciocultura é a sua facilidade de integração à estrutura produtiva do complexo coureiro-calçadista gaúcho. Esta constatação não se deve ao fato, evidente por si só, da utilização da casca da acácia como tanante no curtimento do couro. O que impressiona é a capacidade de articulação da acaciocultura com as novas relações de trabalho que se estabeleceram a partir do processo de industrialização difusa do setor calçadista. Contudo, não menos importante que essa capacidade de articulação é a adaptação da acaciocultura a diferentes padrões de produção agrícolas como a parceria e o arrendamento, seja em pequenas ou em grandes propriedades rurais. Entretanto, compreender a diversidade das estratégias de desenvolvimento da acaciocultura no Rio Grande do Sul requer, sobretudo, uma análise minuciosa das diferentes formas de trabalho vigentes nesta atividade. Estas, por sua vez, caracterizam-se pela utilização de formas precárias de exploração de mão-de-obra, incluindo-se aí desde a ausência de contratos legais de trabalho até denúncias, recorrentes, de *trabalho escravo*.

Na verdade, se a reprodução econômica da agricultura familiar nas regiões da Encosta da Serra, Vale do Taquari e Vale do Caí e da pecuária tradicional do Centro-Sul do Estado muito devem ao desenvolvimento da acaciocultura, o mesmo já não se pode afirmar das condições de trabalho vigentes nas frentes de trabalho das colheitas de florestas de acácias;

quer estejam elas localizadas em áreas de pequena propriedade ou de latifúndios. As novas formas de trabalho que aparecem com o desenvolvimento da acaciocultura como a parceria e o arrendamento são também responsáveis pela emergência de uma nova categoria social no meio rural das regiões produtoras de acácia: o "bóia-fria"⁵⁰. Trabalhador típico da região nordeste e central do Brasil, o bóia-fria tem se caracterizado como a principal força de trabalho utilizada na colheita da acácia. Migrando de mata em mata, sem moradia fixa, sua casa são os barracos de lona plástica montados em meio às florestas de acácia.

Numa região onde a maior parte da população tem descendência germânica, os "caboclos" ou "negos" como são chamados os trabalhadores volantes que trabalham na colheita da acácia (em alemão "kabock"), certamente, constituem a categoria social mais espoliada e discriminada da sociedade local⁵¹. Provavelmente, os caboclos são descendentes de escravos, pois a grande maioria jamais possuiu propriedade alguma e sua origem étnica, indicada pela cor, revela esta ligação. Nas condições em que estes trabalhadores exercem suas atividades laborativas e pelas características sociais que os identificam, este grupo aproxima-se daquilo que Marx chamou de "lumpen-proletariat". Recebem uma remuneração diária determinada pela quantidade de trabalho que executam. A precariedade das condições de

⁵⁰ O conceito de "bóia-fria" aqui utilizado segue as definições do estudo clássico de Maria Conceição D'Incao (1975). Uma das principais características do trabalho do bóia-fria é sua intermitência e a disponibilidade para "qualquer tipo de trabalho" (D'Incao, 1975:88). A designação bóia-fria advém das condições precárias de trabalho nas quais os trabalhadores temporários desempenham suas atividades. Como geralmente trabalha longe de sua casa, instalado em alojamentos provisórios e precários suas refeições acabam sendo feitas nas frentes de trabalho, daí a designação de bóia-fria.

⁵¹ Na região colonial gaúcha, caboclo é o indivíduo de pele escura, não havendo distinção entre negros e mestiços. Na região de expansão da acácia, o termo kabock é usado depreciativamente pela população local, como forma de identificar e discriminar o grupo de trabalhadores sem propriedade que trabalha na colheita da acácia. É comum atribuir-se a precariedade das condições de vida desses bóis-frias "a sua pouca vontade ao trabalho, a falta de disciplina e por serem perdulários".

trabalho e a subjugação ao domínio total dos empreiteiros caracterizam a extrema exploração e a fragilidade social deste grupo de trabalhadores.

O bóia-fria surgiu do processo de exploração empresarial da colheita da acácia, que se intensificou ao longo dos anos 80. O grupo dos trabalhadores identificados como "caboclos" ou bóias-fria sempre existiu na região e sua ligação com a acaciocultura parece ser de longa data. No entanto, o elemento novo que surgiu nos últimos dez ou quinze anos nesta atividade é a figura do empreiteiro, também conhecido na região canavieira de São Paulo e do Nordeste como "gato". Ou seja, um agenciador de mão-de-obra, um intermediário entre o proprietário da floresta de acácia e as empresas consumidoras de tanino. Os empreiteiros ou "prestadores de serviço" apenas fazem a colheita da acácia e são responsáveis pela maior parte das derrubadas de florestas de acácia da região. Os empreiteiros fazem a aquisição da floresta dos colonos ou dos fazendeiros, conforme o caso, e deslocam suas equipes de trabalhadores volantes ("bóias-fria") para dentro das matas de acácia.

Na maioria dos casos, os empreiteiros são ex-colonos que iniciaram pequenas atividades de comércio, transportando a casca e a madeira da acácia. Aos poucos passaram a adquirir matas de acácia e a empregar bóias-fria na colheita. A supervisão das colheitas é feita por um capataz (uma espécie de mestre de obras) que tem o encargo de gerenciar a derrubada e fazer o controle da colheita. Em geral, são os empreiteiros que dispõem dos instrumentos de trabalho necessários à colheita da acácia como a moto-serra, machados e facões, utilizando-se os caminhões, tratores e outros veículos no transporte da madeira, da casca e dos próprios trabalhadores. A julgar pelos sinais externos de riqueza que ostentam, a acaciocultura parece constituir-se num excelente negócio para estes "prestadores de serviço".

Entretanto, ao contrário dos empreiteiros, a situação dos bóias-fria é significativamente distinta. Transportados de mata em mata, eles

acampam nas florestas e inicia-se o corte das árvores e o descascamento da madeira. O trabalho pode durar semanas e até meses, período em que estes trabalhadores permanecem residindo na floresta, transferindo suas barracas de local, conforme avança a derrubada da mata. A precariedade das condições de trabalho salta aos olhos, uma vez que na maioria dos casos os alojamentos constituem-se de pequenas barracas de lona ou de malocas de tapume (tipo de madeira compensada). Não há banheiros nem mesmo repartições de dormitórios ou local apropriado para o preparo das refeições. A água é coletada em córregos ou vertentes, próximas ao acampamento. Raramente há cobertura sobre o solo, ficando os trabalhadores submetidos ao contato direto com a terra. A higiene, praticamente, inexistente. No inverno, quando o frio e a chuva são constantes, este quadro se agrava vertiginosamente, revelando as precaríssimas condições de vida a que estão submetidos estes bóias-fria.

Alguns dos bóias-fria possuem residência fixa nas periferias das cidades da região (geralmente nas favelas), havendo maior ou menor contato com a família conforme a distância e o tamanho da floresta. Nas regiões de minifúndio, as maiores florestas adquiridas pelos empreiteiros demandam, em geral, de três a quatro meses para ser colhidas. Entretanto, nas fazendas da região Centro-Sul do Estado, o trabalho e a moradia na floresta com frequência ultrapassam a um ano.

A remuneração do trabalho na colheita de acácia é feita pela quantidade de madeira descascada e empilhada. O valor do trabalho é definido pela quantidade de metros de lenha que o indivíduo somar ao final de cada semana. Esta *medida do trabalho* aplica-se, geralmente, ao indivíduo masculino uma vez que o processo de trabalho não se constitui, apenas, no descascamento da madeira cortada em metros. Primeiro é feita a derrubada da árvore, depois faz-se o desgalhamento do tronco seguido do corte em pedaços de um metro. Daí procede-se ao descascamento e, no final de quatro ou cinco dias de trabalho, a madeira é empilhada (metrificada) para que seja feita a

mediação pelo empreiteiro ou chefe dos cortadores, que servirá para definir a remuneração do trabalho. Como neste processo há tarefas que requerem força braçal e destreza no uso do machado para o desgalhamento, a organização do trabalho, na maioria das vezes, passa pela divisão de tarefas onde aos homens cabem as atividades mais penosas e às mulheres os serviços mais leves como o descascamento. Esta divisão do trabalho acaba por desvalorizar o trabalho feminino uma vez que a remuneração é feita por metro cortado e empilhado. Assim a remuneração semanal do trabalho da mulher acaba sendo uma remuneração pelo trabalho de toda família, inclusive, velhos e crianças.

Não há informações quanto ao número de trabalhadores envolvidos na colheita da acácia. Além dos empreiteiros, capatazes e bóias-frias existem muitos outros trabalhadores envolvidos no corte, comércio e beneficiamento da casca e da madeira da acácia. Há um grande número de proprietários de caminhões com seus motoristas e ajudantes, que percorrem diariamente o meio rural atrás de casca e madeira para fornecerem as empresas de tanino ou diretamente aos curtumes, que a utilizam como fonte de energia calorífica. Além desses, há inúmeras famílias de colonos que passaram a se dedicar, exclusivamente, à colheita de florestas de acácia. É comum encontrar famílias inteiras de pequenos proprietários que tem na acácia sua fonte de renda permanente, mantendo a agricultura como um complemento. Outros, no entanto, dedicam-se à colheita da acácia em períodos de entre-safra ou em épocas de reduzida demanda de trabalho na agricultura, como no inverno por exemplo. De todo modo, a acaciocultura tem desenvolvido um novo mercado de trabalho e um conjunto de novas estratégias de produção que envolvem tanto os colonos como os agentes externos à agricultura.

Entretanto, não obstante a complexidade das novas relações de trabalho e a diversidade das estratégias de produção introduzidas pela acaciocultura, o fato que mais chamou nossa atenção durante este estudo foi

a questão das denúncias de trabalho escravo na acaciocultura. Desmentido pelos empreiteiros e pelas indústrias de tanino, tomamos conhecimento da primeira delação da prática de trabalho escravo através de uma reportagem publicada pelo Jornal Zero Hora em 07/05/1990, sob título: "Capataz Assassinou Trabalhador". O episódio relatava um crime ocorrido no distrito de Morungava, na cidade de Gravataí, que permitiu que a polícia

"...flagrasse as condições de miserabilidade em que viviam 12 famílias de colonos que, praticamente, estavam subjugados a um *regime de semi-escravidão*. O grupo de aproximadamente 35 pessoas, onde a metade é composta por crianças, estava passando fome por falta de pagamento, tendo este fato motivado o crime.(...) As famílias foram deixadas em um descampado situado a uns 15 quilômetros da RS-020 (estrada de Taquara) pela Transmata - empreiteira de corte de mato com sede em Taquari - para trabalhar no corte e descascamento de acácia. Os colonos há quatro meses estavam no mato, mas a sete dias sem comer por falta de pagamento. Os colonos contaram que recebiam Cr\$ 100,00 pelo metro quadrado, descascado e empilhado da acácia. O pagamento da empreiteira era semanal e em vales que deveriam ser trocados em um armazém na beira da estrada. Porém a duas semanas os colonos não recebiam... Os policiais puderam constatar que dificilmente um colono recebia um salário mínimo por mês. Também ficaram chocados com as condições em que viviam as famílias, instaladas em casas de madeira aglomerada construídas no meio do mato.(Zero Hora, 07/04/1990:47)

A primeira denúncia de trabalho escravo na colheita de florestas de acácia junto à Delegacia Regional do Trabalho (D.R.T.) ocorreu em 1979, e foi feita por militares do Exército brasileiro que realizavam atividades assistenciais de saúde pública e saneamento básico na região do atual município de Cristal, ao Sul de Porto Alegre⁵². Segundo o fiscal M.G., as denúncias de trabalho escravo se "congelaram" de 1979 até o ano de 1990. A partir deste ano as delações se tornam recorrentes em muitos municípios, em geral localizados na região Centro-Sul do Estado, como Encruzilhada do Sul, Arroio dos Ratos, Camaquã, Capela de Santana, Tapes e etc⁵³.

⁵² Durante a chamada "Operação Aciso", os médicos e dentistas do Exército constataram a situação de miséria, fome e indigência em que viviam dezenas de famílias que colhiam uma floresta de acácia de, aproximadamente, 10 mil ha., de propriedade da empresa TANAC, em regime "similar ao de escravidão", segundo nos informaram os fiscais Sr. M.G. e a Sr^a I.B. da D.R.T./RS.

⁵³ Na sede gaúcha da Associação dos Inspetores do Trabalho (AGITRA), por gentiza da Sr^a I.B., tivemos acesso a um extenso e impressionante conjunto

Além das denúncias veiculadas pela imprensa e encaminhadas diretamente ao Ministério do Trabalho, as autoridades suspeitam que o fenômeno tenha uma abrangência maior do que as denúncias efetivamente comprovam. Reconhece-se que em muitos casos os fatos sequer chegam ao conhecimento das autoridades devido a fraca mobilidade política e sindical e a forte intimidação e controle repressivo a que estão submetidos os bóias-frias colhedores de acácia⁵⁴. A última delação de que tomamos conhecimento ocorreu na região de expansão recente da acaciocultura, à 80 Km ao sul de Porto Alegre. A notícia aparece da seguinte forma:

"... Doze famílias estavam em regime de trabalho escravo em uma fazenda no município de Sertão Santana a 80 quilômetros de Porto Alegre (...) A maioria dos funcionários não tinha carteira assinada e recebia alimentos como pagamento, vindos do armazém do proprietário das terras, I.D.. Os operários foram contratados para serrar, descascar, cortar e empilhar a madeira das árvores e recebem Cr\$ 95.000,00 por cada metro quadrado de lenha. Não havia equipamentos de proteção para os trabalhadores, não existia água potável, além da falta de registro em carteira, entre outras irregularidades. Espalhados em um sujo e afastado acampamento de barracões de madeira, os empregados acumulam dívidas no mercado do proprietário. O rancho mensal básico distribuído pelo armazém de D. - farinha, arroz, feijão e massa - supera todos os meses o valor do salário. As compras eram anotadas em um caderno comum e os empregados não receberam nenhum tipo de recibo ou comprovante. As condições de higiene em que viviam as 12 famílias também assustaram os fiscais da Delegacia Regional do Trabalho. Sem água potável, um poço escavado na terra é a única fonte de abastecimento. (Zero Hora, 28/07/1993:38)

A problemática do trabalho escravo simboliza, plasticamente, o significado do processo de externalização ou de *terceirização* de fases dos processo produtivo em um país subdesenvolvido (DIEESE, 1993). Ao que

de dados e informações (entrevistas, vídeo, fotos, processos, notícias de jornal, etc) sobre as denúncias de escravidão e a situação dos trabalhadores da acácia. Pelo que se viu, certamente este material está ao aguardo de uma análise mais aprofundada, que não faremos nesta dissertação.

⁵⁴ Além dessa denúncia de maio de 1990, localizamos outras em janeiro de 1992 (Correio do Povo, 18/01/1992 e Jornal NH, 20/01/1992) ocorrida na cidade de Arroio dos Ratos; uma em fevereiro de 1993 (Jornal NH, 12/02/1993) em Campo Bom e outra em julho de 1993 (Zero Hora, 28/07/1993) ocorrida em Sertão de Santana. Cabe lembrar que durante o período letivo de 1991, 1992 e parte de 1993 o autor residia em Campinas, não tendo acompanhado as notícias da imprensa acerca do assunto neste período.

parece, no caso da acaciocultura, as prestadoras de serviço tornaram-se agenciadoras de um tipo de *lumpem-proletariado*. Apesar de incorporá-los no mercado de trabalho, o fazem de forma ilegal e absolutamente precária. Segundo os fiscais da D.R.T., a contratação dos prestadores de serviço segue uma "estratégia" de barateamento dos custos de colheita da acácia para os proprietários de florestas e para as empresas de tanino. Segundo um destes fiscais, "terceirizar estes serviços é uma das formas de escapar das penalidades e das obrigações legais..."(Zero Hora, 28/07/93:38).

No entanto, para os empresários da indústria de tanino de acácia é legítimo que a empresa terceirize os serviços que ela não se dispõe a executar. Numa refutação contundente às acusações de trabalho escravo, o empresário afirma:

"... Nós tivemos problemas com o "dito" trabalho escravo! Coisa que de fato nunca existiu. Mas o Ministério do Trabalho com a idéia de facilidade (isto é uma opinião própria), com a idéia de chegar e ter mais fácil controle sobre o trabalho preferia dizer que a terceirização não era permitida a empresa porque a empresa usava esta matéria-prima. Então não aceitaram a tercerização no meio para a colheita da acácia. Porque nós tínhamos como empreiteiras empresas comerciais prestadoras de serviço devidamente registradas; e estas, por sua vez, registravam os seus funcionários e a produção era medida através do metro cúbico, tudo bem especificado. O pessoal ganhava os seus salários, décimo terceiro, férias, tudo era pago direitinho. A empresa construía casa de madeira para este pessoal nas frentes de trabalho. Água potável tinha, tinha provadas individuais, tinham condições de fazer sua higiene. Mas sempre no meio deste pessoal existem aqueles que são os bons funcionários e os que são os maus funcionários.(L.H., empresário, Estância Velha/RS)

Não obstante a precariedade das condições de trabalho destes bóias-fria, sua situação parece não sensibilizar os sindicatos de trabalhadores rurais do Estado. Há uma completa indiferença destas entidades para com esta categoria motivada, talvez, pelo mais completo desconhecimento das transformações recentes da estrutura agrária do Rio Grande do Sul e da própria existência deste tipo de força de trabalho. Outro fator que joga contra a organização deste grupo é sua extrema

pulverização por uma região extensa onde o local de trabalho situa-se em áreas rurais que variam periodicamente conforme o tamanho da floresta. No entanto, se do lado das entidades de classe há uma apatia quase que completa, do lado dos empresários as intervenções dos organismos legais já se fez sentir. Uma das empresas autuadas pela fiscalização optou por eliminar esta forma de trabalho em uma de suas unidades subsidiárias encarregada do fomento e da colheita da acácia, introduzindo em larga escala a mecanização da colheita.

"... Sim, sim, sim. Há uma relação entre este problema do trabalho escravo com a introdução da máquina. Esta parte das denúncias com empreiteiras, trabalho escravo foi totalmente extinta porque o Ministério do Trabalho começou a nos dar multa diária: sim, multa administrativa. Ou seja, isso é uma coisa que nós conseguimos trancar tudo. Num dia nós dispensamos todos os empreiteiros e os seus quinhentos funcionários que nós ainda tínhamos. Isso faz um ano e pouco por aí; nós tínhamos nove empreiteiras e uns 486 ou 487 funcionários. Todos eles foram indenizados. Fizemos todo serviço em conjunto com as empreiteiras e em dez dias nós pagamos todos eles até o último centavo. (L.H. Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

"... Agora nós estamos entrando na colheita mecanizada. A colheita hoje está quase totalmente mecanizada. Ainda existe na derrubada e na limpeza da árvore a mão-de-obra: tem a moto-serra que derruba, depois tem os desganhadores com uma machadinha menor. Depois vem o operador novamente e secciona a árvore em dois metros, dois metros e quarenta. Aí vem a máquina de descasque. Primeiro tem os puxadores que pegam e puxam a lenha para fora e ela é descascada na beira da estrada. A máquina funciona como no eucalipto: a lenha entre lá, ela gira, tem diversas navalhas que raspam a madeira e sai a casca. Ela sai toda picada." (L.H. Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

A curto prazo, no entanto, a mecanização generalizada da acaciocultura parece ser uma quimera tendo em vista o alto investimento que representa a aquisição do maquinário adequado. O conjunto de máquinas necessárias à mecanização da colheita da acácia, segundo o empresário que entrevistamos, gira em torno de US\$ 300 mil dólares. E, na sua opinião, "isso é totalmente impossível para o minifúndio"⁵⁵. Ainda mais se se pensar

⁵⁵ Além da inconveniência do preço, a introdução de um maquinário dessa natureza requer a existência de grandes florestas e condições de abastecer

que a acácia representa para o pequeno agricultor colono uma "cultura de abandono", conforme salientamos acima.

3.4. A PLURIATIVIDADE E AS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NA AGRICULTURA

3.4.1. A Acaciocultura e as Novas Formas de Trabalho na Agricultura

A partir de meados da década de 1980 inicia-se um processo de transformação da estrutura produtiva das regiões onde se localiza o pólo coureiro-calçadista gaúcho. Estas mudanças podem ser percebidas no processo produtivo das indústrias calçadistas bem como na alteração do tradicional sistema agrícola colonial. As indústrias se descentralizam e se interiorizam com o objetivo de estabelecer suas unidades produtivas nas Picadas e nas Linhas e assalariar os jovens colonos descendentes de alemães. A agricultura familiar altera completamente seu perfil colonial: introduz-se a acaciocultura como atividade econômica e os empregos assalariados nas fábricas de calçados tornam-se a principal fonte de renda dos agricultores.

Existem, basicamente, duas estratégias diferentes: de um lado, através das novas relações de trabalho, ocorre o assalariamento de alguns membros das famílias rurais nas fábricas de sapatos e, de outro, através das estratégias empresariais de descentralização e terceirização surgem novas formas de produção e de trabalho. Estas estratégias consolidam a articulação da indústria coureiro-calçadista com a pequena agricultura de produção familiar. Nesta seção analisaremos qual o impacto destas

ininterruptamente o funcionamento da descascadeira. Outro problema, relatado pelo empresário, é que a máquina requer uma derrubada uniforme de árvores sem que o sol esquente as partes seccionadas da árvore.

transformações sobre a agricultura familiar e quais as novas formas de trabalho que emergem desta articulação.

Na década de 1980, com a interiorização e a descentralização industrial, cresceu o assalariamento de colonos nas empresas de calçados. A atração exercida pelos trabalhos assalariados extra-agrícolas, com remuneração mensal e direitos trabalhistas e previdenciários oferecidos pelas indústrias, levaram muitos colonos a "abandonar" a agricultura⁵⁶. Nesta situação é que a acaciocultura encontrou uma conjuntura favorável ao seu desenvolvimento nas pequenas propriedades da região da Encosta da Serra, Vale do Cai e Vale do Taquari (região da Colônia Velha). Surge, assim, um novo tipo de colono e uma nova forma de trabalho.

A emergência da acaciocultura como principal atividade comercial dos pequenos agricultores familiares e a crescente importância dos empregos assalariados extra-agrícolas na definição do orçamento familiar levou ao surgimento da "*part-time farming*". A agricultura de tempo-parcial ocorre nas situações em que pelo menos a metade da força de trabalho ativa da família não tem na propriedade rural seu principal local de trabalho. Tal situação também é denominada de "*pluriactivité*" pelos franceses, porque implica na existência de uma diversidade de tarefas (agrícolas e não-agrícolas) sendo desempenhadas pelos membros de uma mesma unidade familiar de produção. Neste estudo chamaremos de pluriativos os agricultores ou os componentes da família rural que além estarem ligados às atividades agrícolas desempenham outro tipo de trabalho remunerado fora da propriedade. A expressão "*part-time farming*" fica resguardada as características que assume esta forma de trabalho. Ambas as noções procuram caracterizar uma situação em que as atividades agrícolas deixaram de ser as

⁵⁶ Inclui-se aí todas as formas de trabalho remunerado que as empresas estabelecem com as populações do "meio rural" que vão desde as atividades assalariadas com registro legal até as atividades temporárias, informais ou precárias.

únicas e exclusivas tarefas desempenhadas pelos membros da família rural residentes numa propriedade agrícola.

A desarticulação do tradicional sistema agrícola colonial e a emergência da acaciocultura como uma "cultura de abandono" levou a agricultura das regiões do Vale do Sinos, da Encosta da Serra, do Vale do Cai e do Vale do Taquari a assumir as características de uma "*part-time farming*" e os filhos de colonos tornaram-se *pluriativos*. Impossibilitado de modernizar-se tecnicamente como agricultor "profissional", o colono e sua família passaram a ter nos trabalhos assalariados fora da propriedade formas alternativas, porém estáveis, de garantia da reprodução do núcleo familiar.

A acaciocultura tem uma relação estreita com as transformações ocorridas no ambiente social e econômico dos pequenos agricultores. Ao mesmo tempo em que a industrialização difusa do setor coureiro-calçadista alterou as relações sociais de trabalho historicamente vigentes numa região caracterizada pelo seu modo de vida camponês, assalariando os colonos nas fábricas de sapatos, a agricultura familiar redefiniu seu tradicional sistema produtivo e, em lugar da policultura colonial, a acaciocultura emergiu como principal atividade comercial dos pequenos agricultores. Vê-se, portanto, que não apenas surgem novas relações de trabalho e novos atores sociais mas, também, transformam-se e metamorfoseiam-se as formas de trabalho e as relações de produção existentes no meio rural⁵⁷.

O desenvolvimento econômico, ocorrido no meio rural das regiões acima citadas, levou ao aparecimento de uma série de novas atividades. Com a interiorização das indústrias de calçados, outros serviços como bancos, comércio e transporte passaram a ampliar o mercado local e regional de

⁵⁷ Há um debate contemporâneo, sobretudo na sociologia rural norte americana e européia, sobre a persistência da diferenciação conceitual entre "rural" e "urbano" no contexto de um espaço rural-agrícola cada vez mais caracterizado pelo desenvolvimento dos serviços e toda variedade de atividades urbanas. Analisaremos estas questões no último capítulo desta dissertação.

trabalho. Com isso elevam-se, rapidamente, os preços da terra e das pequenas propriedades passam a ser reguladas pelo emergente mercado de terras organizado por imobiliárias e especuladores diversos. A proximidade com a região metropolitana de Porto Alegre (cerca de 60 Km) e as características de zona turística (Serra Gaúcha) são os principais fatores responsáveis pela rápida valorização fundiária, ocorrida na última década. Ao longo dos anos 80, os "sítios de lazer" difundiram-se maciçamente na região serrana gaúcha. A elevação do preço da terra tornou proibitivo o acesso dos filhos de colonos à propriedade. Com isso, novas formas de trabalho e de produção, como a parceria, a meia e o arrendamento passaram a ter lugar no meio rural⁵⁸. Em muitos casos, essas novas formas de utilização da terra combinaram-se com o exercício de atividades assalariadas permanentes nas indústrias de calçados, o que se tornou possível graças às características agronômicas da acaciocultura.

"... o minifúndio perdeu muita terra para o pessoal da cidade que tem dinheiro para botar chácara. E estas chácaras são um peso. Para quem elas servem? Porque o município não pode tributar de forma diferente a não ser a forma agrária. Se eles plantam acácia é ruim porque eles não combatem o cascudo e não combatem a formiga⁵⁹. (...) Também houve uma significativa redução da área rural pela pulverização dos municípios. As zonas urbanas cresceram tomando assim uma boa parte da área. Eu me lembro que quando eu era guri, que praticamente não se via matos na terras aráveis ou mesmo na subida de morros. Era tudo plantação. Hoje se não existe acácia, existe um pouco de mata nativa ou macegões. As culturas da batata, do feijão, da cebola, da cana-de-açúcar, da mandioca tá muito reduzido. Aí por Dois Irmãos, Ivoti, Estância Velha existe muito mato de acácia; praticamente aí pelos morros tudo é mato de acácia, um ou outro é mata nativa, pouquíssima coisa." (L.H. Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

Para os proprietários de sítios de lazer há um interesse direto no cultivo da acácia. Na maior parte dos casos o proprietário de um sítio

⁵⁸ No capítulo quatro mostramos quais são e como atuam as novas formas de trabalho e de produção através da articulação da pequena agricultura familiar com o processo de industrialização difusa.

⁵⁹ Na opinião deste empresário, mesmo que os sítios de lazer permitam o plantio de acácia em suas terras, eles acabam por prejudicar a atividade, uma vez que não combatem o *cascudo-serrador* e a *formiga-cortadeira*, inimigos naturais da acácia na região.

escolhe um inquilino para residir em sua gleba de terra e como forma de pagamento utiliza a parceria no plantio da acácia e, eventualmente, uma remuneração salarial complementar. O proprietário cede a terra para que o inquilino (chacreiro, como são conhecidos na região) possa fazer o plantio das árvores. Para o inquilino há um atrativo econômico evidente neste tipo de negócio, porque além de poder plantar a acácia a meia ou em parceria com o proprietário, ele pode cultivar, em consorciamento com a acácia, os demais produtos alimentares básicos e, ainda, assalariar parte da mão-de-obra de sua família nas fábricas das cidades. Desse modo, satisfazem-se ambos interesses: do proprietário por poder usufruir de um local de lazer e consumir produtos produzidos sem agrotóxicos, e do inquilino por ter moradia garantida, renda mensal familiar fixa com as atividades assalariadas fora da propriedade, produtos alimentares de consumo à baixo custo e renda temporária com a floresta de acácia que, eventualmente, lhe permitirá o acesso à um bem de consumo ou um imóvel.

"... Aqui acontece muito esse negócio dos chacreiro. O chacreiro em si, tá lá na terra prá trata um ou dois porquinho, criá uma vaca leiteira e assim por diante... Se o dono da terra vêm, principiamente se ele é da cidade, então no fim de semana ele vêm e ele leva seu leite, a nata que o chacreiro coleciona que é uma coisa mais pura e vem direto da fonte, as veiz carneia um porquinho e eles levam a carne, uma rês inclusive, né. E daí o dono da terra aluga a terra prá planta acácia então. O chacreiro é quase um assalariado né, ele tá lá e cuida né, ele é pago. Prá ele sempre tem um ou outro serviço na casa... mas prá ele vivê e se virá ele tem que planta acácia e viver de acácia. Esse é o setor. Iniciou uma vez, depois de sete ano, plantando cada ano um pouquinho tu sempre tem prá colher, sempre, sempre..."(T.K. empreiteiro e acaciocultor, Dois Irmãos/RS).

Desse modo, as mudanças na forma social da terra (Ianni, 1983:182) combinaram-se com novas formas de trabalho na agricultura⁶⁰. Porém, antes de desenvolver algumas idéias sobre as características do

⁶⁰ Segundo Ianni (1983:182) "...Cada forma social da terra compreende um modo de intercâmbio do homem com a terra, da sociedade com a natureza"(...) conforme se desenvolve o intercâmbio entre o homem e a terra, ocorrem distintas metamorfoses da terra."(idem ibidem p.183)

recrudescimento da parceria e do arrendamento na agricultura gaúcha, se faz mister uma breve reflexão teórica acerca da natureza destes processos. As novas formas de trabalho e de produção, que a expansão da acaciocultura vem difundindo no Rio Grande do Sul, parecem guardar alguma semelhança com as transformações recentes no processo de produção e nas relações de trabalho da agricultura dos países do capitalismo desenvolvido. Em países como França, Itália e Espanha, por exemplo, o desenvolvimento capitalista na agricultura aprofundou a divisão social do trabalho na agricultura. Os estudos mais recentes indicam uma tendência notável no sentido de que os agricultores estão aprimorando a divisão técnica do trabalho na propriedade e "externalizando" determinadas atividades, que passam então a ser desempenhadas por prestadores de serviços⁶¹.

Para Alegre (1989:109), "a externalização constitui um mecanismo alternativo de adaptação da estrutura agrária ao modelo clássico de evolução estrutural, quer dizer, do desaparecimento das pequenas propriedades e o crescimento do tamanho das que mantêm suas atividades produtivas". Segundo este autor, a externalização ocorre "naquelas propriedades nas quais alguma fase ou todo ciclo produtivo agrícola é realizado por empresas de serviços externos" (Alegre, 1989:103)⁶². Na Itália este processo também tem sido designado como "*disattivazione*" ou "*destrutturazione*" das propriedades agrárias (Pugliese, 1985 e 1991).

Estes processos estão estreitamente ligados com o crescimento do setor terciário na agricultura, em especial com a difusão dos serviços (como exemplos tem-se: motoristas, fornecedores de embalagens e outros), e com as mudanças estruturais ocorridas no espaço rural. Na França, Bourgeois

⁶¹ Para maiores informações sobre a problemática da externalização, consultar: Van Der Ploeg, J.D. (1985) Naredo, J.M. (1988) e Alegre, E.A. et. alii.(1986) e Muller (1991).

⁶² Segundo Alegre (1989:103) a descentralização pode se dar em pelo menos três situações: a-) com máquinas, equipamentos e outros meios de produção que não pertencem a propriedade; b-) através do emprego de mão-de-obra paga por empresas externas à propriedade e; c-) a partir das decisões tomadas fora da propriedade por cooperativas, indústrias ou empresas comerciais acerca do tipo de cultivo, do tipo de manejo e etc.

(1987:12) chega a falar em "terciário agrícola" e Muller (1991) refere-se "a uma agricultura de serviços" para caracterizar a segmentação das atividades produtivas no meio rural em inúmeras fases de produção que podem ser desempenhadas por mais de um produtor. Além da externalização e das mudanças nos processos produtivos agrícolas, provocadas pela contratação de agentes externos para a execução de determinadas tarefas na propriedade, percebem-se mudanças nas relações de trabalho. É cada vez mais frequente que os membros de uma mesma família agrícola desempenhem, além da atividade agrícola, outras que lhe servem como fontes de rendas complementares.

Em muitos casos, a externalização de determinadas atividades agrícolas para ser executadas por terceiros é combinada com o trabalho extra-agrícola de alguns membros da família em empregos assalariados fora da propriedade. Esta forma de organização do trabalho e da produção vem permitindo que os pequenos agricultores ampliem suas condições de garantir a reprodução social. Esta nova forma de produção tem várias implicações significativas das quais, segundo Alegre (1989:111), destacam-se: i) a difusão das formas de desativação, associadas às novas tecnologias, alterará os esquemas tradicionais de análise da difusão do progresso técnico; ii) altera-se a forma de distribuição das rendas no interior da propriedade; iii) altera-se a divisão social do trabalho na propriedade; iv) as análises dualistas da dicotomia entre capitalistas e camponeses perdem seu significado uma vez que se alteram as formas sociais do trabalho e; v) aparecem novos elementos no debate acerca do futuro da agricultura familiar nas economias capitalistas. Dentre as várias consequências que a "terceirização" poderá trazer à agricultura uma delas se ante-põem: cada vez menos poder-se-á compreender as transformações no mundo rural-agrícola tomando-se como única unidade de análise a propriedade. Ao contrário, é a unidade agrícola familiar, entendida como uma economia familiar, que se prestará a ser a principal unidade de análise (Delord e Lacombe, 1984).

No Rio Grande do Sul, a exemplo do que acontece nos países desenvolvidos, ocorre algo semelhante com a agricultura familiar e a acaciocultura das regiões da Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari. A acácia-negra, entendida como uma cultura de abandono, possibilita remunerar a terra do proprietário enquanto este se dedica a outro tipo de atividade econômica como sua principal fonte de renda permanente. Assim, numa situação onde a maioria da força de trabalho ativa da família encontra-se empregada fora da propriedade, o aparecimento dos "prestadores de serviços", como no caso da colheita de acácia, torna-se funcional. Embora, como no caso da acaciocultura, esta "terceirização" esteja restrita à uma determinada fase do processo produtivo, que é a colheita, e seja executada através da parceria, da meia e outras formas de trabalho que atuam neste sistema de externalização. Segundo um empresário, na região de pequenas propriedades a contratação de prestadores de serviços na colheita da acácia é muito frequente:

"... No minifúndio também existe parceria. O próprio micro ou pequeno produtor, precisa de braços para trabalhar, então ele vai admitir terceiros nas terras dele. É o que tem que fazer, tem que fazer! Se eu tivesse condições de fazer ou tivesse gente eu iria tomar conta da terra plantando tudo em parceria.(L.H.Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

"... Hoje, o pessoal, o colono que tem um mato, ele não colhe ele mesmo. Ele pega e faz uma parceria com quem colhe. Ele tem esse direito. Faz pela casca, parte da lenha... Então o cara chega e colhe o mato do colono lá e deixa tudo ajeitadinho para ele plantar de novo. O colono cede o talão de nota fiscal de produtor rural e a comercialização da casca e da lenha fica tudo registrado. Isso é uma forma que se pode considerar como parceria... Porque a casca, ela é um cheque. O camarada trouxe o caminhão de casca aqui na empresa: pesa ali embaixo, passa aqui em cima e pega o dinheiro.(L.H.Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

Nas pequenas propriedades, geralmente, a acácia é plantada nas áreas mais empobrecidas ou de difícil manejo. Uma vez feito o plantio, as "forças plenas" da família, sobretudo os mais jovens, e dentre estes de modo predominante as mulheres, buscam empregos assalariados fora da

propriedade, nas fábricas de sapatos da região (Tepicht, 1973). Essa combinação de trabalhos extra-agrícolas com a manutenção do domicílio no meio rural permite que os membros das famílias obtenham rendas complementares com a cultura da acácia-negra. Quando alguma área de terras deixa de ser cultivada em função do desinteresse dos filhos mais jovens ou das limitações físicas dos mais idosos, ou mesmo nos casos em que os sítios de lazer não são administrados por inquilinos, surge a parceria entre os proprietários destas áreas com colonos/acaciocultores. Os motivos que levam estes arrendadores ou parceiros a buscar novas áreas de plantio são dois: ou porque eles próprios tem pouca terra ou porque já reflorestaram inteiramente suas propriedades com a acácia. Esta parece ser uma prática difundida entre os acaciocultores da região de pequenas propriedades, sejam eles colonos, empresários ou empreiteiros. É o que nos revelam os seguintes depoimentos:

"... eu plantei também na terra dos parentes. Na terra dos Holler eu plantei e agora comecei na terra do falecido Germano Hoppen. No Evaldo Müller já comecei no ano passado... Eu tô plantando assim: pego a terra e todo o serviço desde o primeiro dia é comigo. O que eu planto no meio (consorciamento) tudo é meu: é milho, mandioca e essas coisas. A acácia é 50% prá cada um. Metade é do dono da terra e a outra metade é de quem planta..." (T.K., empreiteiro e acaciocultor, Dois Irmãos/RS)

"... Nós fizemo assim, 60% para nós e 40% para o dono da terra. Nós plantamo na terra do Ary que nunca trabalhou na roça, ele era caminhoneiro. E o Carlos Berlitz ele era sozinho na roça, só ele e a mulher, eles não tinha filhos, então as partes que ele não conseguia plantar nós negociava com acácia" (V.B. e família, colono, Dois Irmãos/RS)

"... Também tem outra; tu não precisa tu mesmo fazer porque existe a forma da parceria, o trabalho em parceria. Serve até o teu vizinho que daí tu dá um pedaço de terra prá ele e ele planta, ou o arrendamento. Existem formas de arrendamento mensal, semestral, anual, tanto faz. Estas terras todas deveriam estar produzindo. É como eu disse: os nossos pais não deveriam ter abandonado um hectare sequer utilizado pelos nossos avós e bisavós que a duras penas desmataram essas áreas. (L.H. Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

Além disso, a acácia-negra reestabeleceu a valorização diferencial do solo e das condições de sua exploração. Ou seja, a idéia da renda diferencial I e II, discutidas por Marx (Capítulo 38 a 44 do Livro III) n'º Capital, passa a ter na acaciocultura sua aplicação direta. Se considerarmos as condições naturais diferenciadas do solo e da qualidade da floresta daí resultante (espessura da árvore, altura, número de árvores "ardidas", necessidade de roçadas preliminares, etc) teremos o que Marx chama de renda diferencial I. Já se considerarmos a localização da floresta (distância da indústria), as possibilidades de acesso de caminhão e trator e o prazo concedido pelo proprietário para a colheita; ou seja, condições econômicas externas que variam de floresta em floresta de acordo com a avaliação do comprador, teremos um segundo tipo de renda diferencial advinda das condições de exploração ou renda diferencial II.

Com isso, a parceria tem se desenvolvido com maior intensidade nas regiões de pequenos proprietários, tanto no plantio como na colheita da acácia. Há também casos em que a própria colheita é realizada no sistema de meeiagem. Ou seja, uma parcela da colheita pertence ao proprietário da floresta e o restante àquele que faz a colheita. Tanto a parceria como a meia tem se difundido com maior frequência nas regiões da Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari, consideradas as "zonas antigas" de plantio da acaciocultura.

"... Dos 180 mil ha plantados com acácia no Rio Grande do Sul em torno de 75 a 80% estão nas áreas de minifúndio. É uma cultura totalmente *terceirizada* em relação às indústrias. Este é que é o grande negócio que as indústrias conseguiram fazer, porque as indústrias foram honestas... Isso foi o que fez com que o pessoal realmente plantasse acácia.(...) A acácia se desenvolveu exatamente na área de minifúndio da Serra, na região da soja, trigo, ela não entra... Isso é só o minifúndio que tem se mantido com a acácia. No latifúndio isso não acontece. (L.H.Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

Já na região Centro-Sul do Estado, onde predominam propriedades de tamanho médio e grande, percebe-se um incremento no sistema de

arrendamento. Nas "zonas de expansão recente" (sobretudo na década de 1980), caracterizadas pela pecuária extensiva tradicional, a acaciocultura tem se constituído em fator de recrudescimento do arrendamento mercantil do solo através da cobrança da renda da terra.

"... o fazendeiro dificilmente investe em mato. Normalmente são as próprias empresas que fazem a colheita e que também plantam na base da parceria. O fazendeiro, ele arrenda a terra ou faz uma parceria com as empresas que vão colher.(...) o que se verifica hoje, é que os pais do fazendeiro já morreram e são os filhos que detêm a terra em **condomínio**. A grande parte das áreas no Rio Grande do Sul estão em condomínio. Pela falta dos pais, e os filhos a maior parte deles estão na cidade, ou morram lá como fazendeiros, coitados que não conseguem explorar a terra, não tem força para explorar porque o filho deste, ou seja, o neto já não está mais lá por perto. Então são terras assim com bastante pedra, totalmente inçadas, com macegões em cima, bastante degradadas e muito sujas. Então eles não tem mais forças nem de criar gado. Não tem mais capital para criar gado em cima tampouco condições de trabalho ou conhecimentos de como se mantém o trabalho. Então tem terras aí, muitas vezes abandonadas. Normalmente, para as empresas tornar essas terras arrendáveis precisam regularizar a propriedade. Um trabalho, assim, insano, e a gente tem feito isto.(L.H.Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

Além do arrendamento, as indústrias de tanino também tem optado pela aquisição de grandes extensões de terras nas áreas de expansão recente da acaciocultura. Apesar da terra ser menos valorizada na região Centro-Sul do Estado, em relação à zona de pequenas propriedades da colônia, a principal razão do incremento da acaciocultura nestas áreas parece ter outro tipo de explicação que não o preço. Conforme nos foi revelado numa entrevista com um empresário do setor de reflorestamento:

"... Existe até um negócio: o pessoal anda preocupado com uma *eventual desapropriação* e por isso passaram a usar a terra na formação de mato. Existe esse negócio. E também, digamos, pelo fato de não poderem usar, de realmente não terem condições de usar. É por causa disso. Olha tem muita gente que nunca viu todo o seu pedaço de terra, depois que nós preparamos o solo então o cara vinha ver quanta terra ele tinha. (L.H.Diretor de empresa, Estância Velha/RS)

A expansão recente da acaciocultura no sul do Brasil estabeleceu novas formas de trabalho na agricultura através da combinação de atividades

assalariadas urbano-industriais com o trabalho na agricultura. Entretanto, ao mesmo tempo que ela possibilitou a emergência destas novas formas de trabalho e de produção como a externalização de fases do processo produtivo agrícola e o exercício de atividades remuneradas fora da propriedade por membros da família rural, ela também foi responsável pelo recrudescimento de velhas formas de exploração capitalista no campo como o arrendamento, a parceria e a renda da terra⁶³.

3.4.2. A Pluriatividade e a "Part-Time Farming": o colono-operário

Alem destas novas formas de produção, que surgiram no cenário rural-agrícola gaúcho no último decênio, ocorrem também transformações significativas na estrutura do trabalho. Como mencionamos acima, a partir do momento que a agricultura familiar das regiões da Encosta da Serra, Vale do Caí, Vale do Taquari e do Vale do Sinos assume as características de uma "part-time farming" a força de trabalho de origem rural passa a ter na pluriatividade um de seus principais atributos. Com a saída dos filhos da propriedade o colono reestrutura a organização interna do trabalho familiar de modo a definir a posição de cada membro da família de acordo com sua ocupação principal. É por isso que a pluriatividade e os empregos extra-agrícolas vem influenciando decisivamente as transformações na agricultura familiar.

A partir de meados da década de 1980 o tradicional sistema produtivo colonial transforma-se e configura-se uma nova forma de produção e de trabalho na agricultura que se identifica com a "*part-time farming*". A

⁶³ Ao deste deste estudo percebemos que este é um processo que exigirá análises mais aprofundadas e comparativas no que diz respeito às formas de trabalho vigentes nas regiões de grandes propriedades, onde o plantio e a colheita de acácia é predominantemente efetuado por empreiteiras ou empresas reflorestadoras, ao contrário do que ocorre nos minifúndios, onde a acaciocultura desempenha o papel de uma cultura de abandono.

agricultura de tempo-parcial sintetiza as mudanças estruturais ocorridas no setor agrícola das regiões da ex-Colônia Velha. A "part-time farming" surge nestas regiões como uma consequência do "*bloqueio fundiário*" (Vianna de Souza, 1992:113) e da introdução da acaciocultura como principal cultura agrícola (ou melhor, como uma "*cultura de abandono*"). O bloqueio fundiário é resultado do sistema de herança por partilha, vigente nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, e da forma de expansão da "*zona pioneira*" como modelo de colonização. Já o desenvolvimento da acaciocultura, como se viu, é uma consequência das alterações nos processos produtivos agrícolas das regiões da Serra Gaúcha, onde não houve modernização tecnológica da agricultura⁶⁴.

Não obstante a importância destas transformações no cenário rural-agrícola, há que se considerar o papel fundamental exercido pelo processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista da região, no estímulo ao desenvolvimento dos empregos extra-agrícolas e à formação de um mercado local de trabalho. Isto se torna ainda mais evidente a partir do delineamento da estratégia da descentralização e da interiorização das plantas industriais calçadistas. Do problema crucial da inelasticidade da estrutura fundiária local emerge um vasto mercado de trabalho no meio rural destas regiões, composto pelos filhos dos colonos em idade plena para trabalhar. Esta articulação da força de trabalho de origem rural-agrícola com o sistema produtivo industrial permitiu que surgisse a categoria social dos *colonos-operários*.

Na literatura sociológica o tema do trabalho extra-agrícola dos agricultores tem sido abordado de diversas maneiras. Em alguns casos, ele foi estudado a partir da categoria de "*worker-peasant*" ou "*colono-operário*". Na verdade, o exercício de atividades extra-agrícolas nunca foi estranho ao campesinato⁶⁵. De uma maneira geral, pode-se dizer que os

⁶⁴ Descrevemos detalhadamente as consequências destes processos no capítulo um e três desta dissertação. Vide também Waibel (1955) e Seyferth (1985)

⁶⁵ Há vários estudos sobre o exercício de atividades acessórias, através de formas de trabalho complementares e não tipicamente capitalistas, que são

principais estudos sobre o tema do trabalho extra-agrícola resumem-se à três correntes distintas: a) aquela que analisa o papel dos trabalhos extra-agrícolas no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura; b) aquela que situa os trabalhos extra-agrícolas em meio ao debate sobre a reestruturação da economia agrária e o desenvolvimento rural nos países capitalistas avançados e; c) a vertente antropológica que analisa a identidade e a diferenciação camponesa a partir do estudo das formas de trabalho extra-agrícolas, que no Brasil é representada por Giralda Seyfertyh.

Na primeira corrente situam-se os trabalhos de Kaustky (1980) e Franklin (1969). Karl Kautsky foi o primeiro autor a atribuir um estatuto teórico-econômico aos pequenos agricultores com pouca terra, que dedicavam-se à trabalhos extra-agrícolas temporários. Através dos "trabalhos acessórios" os pequenos camponeses alemães poderiam "coexistir" com os grandes proprietários rurais, a quem, na sua opinião, pertencia o futuro da agricultura. Como os camponeses não tinham propriedades adequadas nem mesmo "escala de produção", conseqüentemente, ficariam a margem do processo de modernização tecnológica da agricultura cabendo-lhes desempenhar tarefas extra-agrícolas e trabalhos acessórios como forma de complementar os poucos ganhos obtidos com a produção agrícola. Partindo desta concepção, Franklin (1969) aprofunda a idéia da transitoriedade dos "*worker-peasants*" (ou "*arbeiter-bauer*") numa estrutura agrária capitalista consolidada⁶⁶. Na sua opinião os "*worker-peasants*" representavam uma situação "transitória" que os levaria à condição de assalariados puros no decorrer do processo de desenvolvimento capitalista⁶⁷.

combinadas com o emprego principal. Ver a introdução de Leite Lopes, J.S (1987); Carneiro (1993); Martín (1993) e Hubcher (1984).

⁶⁶ Da literatura que estudamos sobre o assunto, o texto de Franklin parece ser o primeiro a se referir aos trabalhadores que residem no meio rural e desempenham tarefas assalariadas fixas ou temporárias fora da propriedade como "*worker-peasants*", ou colonos-operários.

⁶⁷ Para Franklin (1969:56), os camponeses-operários são parte integrante do "*village-community*" e representam, "(...) um estágio intermediário, facilitando a transição do sistema econômico camponês para o capitalista

A segunda corrente, bem mais complexa e multifacetada que a anterior, é a que trata do papel do trabalho extra-agrícola dos agricultores dos países desenvolvidos no contexto da reestruturação capitalista da economia agrária contemporânea. A partir de meados da década de 70, a produção agrícola dos USA e da maior parte dos países europeus torna-se "excedentária e superprodutiva", em razão do sucesso do modelo de produção agroindustrial e das políticas agrícolas protecionistas implementadas a partir do final da II Guerra. Em consequência disso, assiste-se à uma redução significativa do número de propriedades agrícolas, à crescente especialização da produção e à integração da agricultura aos outros setores da economia através da "agribusiness". Estas mudanças não ocorreram somente no processo de produção agrícola mas também podem ser percebidas no mercado de trabalho rural como um todo, através do fenômeno da "pluriactivité" e da "part-time farming". Estas expressões referem-se à uma situação, cada vez mais frequente na estrutura agrária destes países, qual seja, a de que numa mesma família de agricultores, além das tarefas agrícolas, desempenham-se outras fora da propriedade que servem como fontes de renda complementar.

A principal característica destas novas formas de trabalho é a dissociação de alguns membros da família rural do trabalho agrícola no interior da propriedade. A busca de empregos extra-agrícolas não apenas se constitui numa maneira de ampliar as rendas dos pequenos agricultores cujas propriedades estejam localizadas em áreas *marginais* (montanhosas) ou *desfavorecidas* (baixa escala de produção) mas, também, vem sendo utilizada como uma estratégia de trabalho pelas mulheres, jovens e membros de famílias de agricultores bem sucedidos e tecnicamente modernizados como forma de satisfação de interesses pessoais, busca de status ou,

(...) A comunidade de camponeses-operários não pode persistir por causa das transformações sociológicas que o desenvolvimento capitalista produz na comunidade.(...) A industrialização colocou um fim à economia camponesa" (Franklin, 1969:21 e 62). Essa idéia de transitoriedade não guarda nenhuma relação com os conceitos de "decomposição e diferenciação" de Lênin (1988).

simplesmente, para manter ligações com a cidade e com o estilo de vida urbano⁸⁸.

Finalmente, a terceira corrente que analisa o papel das atividades extra-agrícolas na reprodução do campesinato adota uma perspectiva antropológica e se ocupa de uma maneira mais sistemática da análise da identidade social e étnica dos agricultores. Giralda Seyferth (1984; 1987; 1992;), a principal expoente desta corrente no Brasil, vem demonstrando através de estudos das comunidades camponesas teuto-brasileiras do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, que a origem dos colonos-operários está ligada a um processo de diferenciação social. Esta diferenciação provoca o surgimento de diversas formas de representação étnica e simbólica do grupo social de trabalhadores que são camponeses e operários, ao mesmo tempo⁸⁹.

Em seu primeiro trabalho sobre os colonos-operários, Seyferth (1984) aprofunda algumas questões levantadas no seu estudo sobre o processo de industrialização do setor têxtil do Vale do Itajaí (Seyferth, 1974). Em outro artigo, publicado em 1987, Giralda Seyferth (1987) compara a categoria dos colonos-operários aos demais trabalhadores da indústria têxtil que são totalmente proletarizados. Nesta comparação fica evidente a acentuada diferenciação ideológica existente entre colonos-operários e demais trabalhadores no que se refere à "etnicidade do trabalho". Os colonos-operários se auto-atribuem uma distinção que, ao mesmo tempo, os diferencia dos outros operários e reforça sua condição de colonos. Esta

⁸⁸ Nos países desenvolvidos a pluriatividade tem revelado soluções à vários tipos de problemas: a) como um modo de "des-intensificar" a produção agrícola e reduzir a superprodutividade; b) como uma maneira de manter em patamares aceitáveis os níveis de renda dos agricultores; c) como um forma de atenuar a pressão da agricultura sobre os recursos naturais; d) como um maneira de estimular a desconcentração industrial e populacional dos grandes centros urbanos e; e) como uma maneira de viabilizar o surgimento de novas atividades econômicas no meio rural (turismo, artesanato, etc) não ligadas à produção agrícola. As revistas *Rural Sociology* e *Sociologia Ruralis* tem publicado vários artigos sobre este tema.

⁸⁹ Na literatura internacional, há trabalhos semelhantes aos de Seyferth. De modo geral, embora se utilizem de métodos analíticos distintos permanecem ligados ao campo da antropologia.

distinção está baseada no elemento étnico, na ligação com a terra e com a tradição camponesa. O mesmo conjunto de questões levantadas neste artigo foram retomadas no trabalho mais recente de Seyferth (1992). Neste último trabalho a autora corrobora sua perspectiva de

"(...) análise das representações acerca da identidade camponesa, num universo heterogêneo, onde diversas categorias de identificação são possíveis, relacionadas as condições objetivas de reprodução social do campesinato, e onde critérios de ordem étnica, embora não circunscritos ao meio rural, são usado para distinguir grupos de colonos pela origem nacional, opondo-se, coletivamente, aos brasileiros, rotulados de *caboclos*."

No Brasil há diversos estudos que analisam a importância das atividades extra-agrícolas nas formas de reprodução social do campesinato⁷⁰. No entanto, não é do nosso conhecimento que algum autor, à exceção de Seyferth, recentemente tenha se utilizado das noções de "*pluriactivité*" e "*part-time farming*" ou colonos-operários para descrever o fenômeno da utilização dos trabalhos extra-agrícolas como complemento ou como principal estratégia de reprodução da família rural⁷¹. O que importa destacar neste estudo, é que o colono-operário das regiões da ex-Colônia Velha representa muito mais do que uma simples relação de trabalho assalariada, que se estabelece entre os filhos dos colonos e as indústrias de calçados que se interiorizaram ou que buscam diariamente estes operários em seus domicílios. Trata-se, isto sim, de uma nova forma de trabalho, que chamamos de pluriatividade, e de uma nova forma organização do processo de produção agrícola, que denominamos de "*part-time farming*".

⁷⁰ São inúmeros os trabalhos publicados que se ocupam deste tema, basta apenas citar o de Tavares dos Santos (1978) e Garcia Jr. (1983 e 1989).

⁷¹ Em 1962, J.V. Freitas Marcondes publicou na Revista de Sociologia, um artigo referente à agricultura de tempo-parcial em São Paulo. Seu objetivo era o de estudar até onde a industrialização estaria influenciando a agricultura. Uma das principais conclusões foi de que a industrialização e a urbanização dos antigos bairros rurais levou ao aparecimento dos proprietários "*absenteístas*", que são os agricultores que unem às atividades agrícolas outras formas de obtenção de renda fora da propriedade.

3.4.3. A Pluriatividade e a Agricultura Familiar

Estudando o processo colonizatório e a expansão da zona pioneira, logo percebemos que o sistema produtivo, implementado pelos colonos teuto-brasileiros nas pequenas propriedades coloniais combinava o trabalho da terra com outras atividades como o artesanato rural, a produção domiciliar manufatureira e diversos tipos de trabalhos extra-agrícolas temporários como a manutenção e construção de estradas, o desmatamento de florestas e etc. Das características deste sistema produtivo colonial e deste modo de vida emerge o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista. Mesmo que as oficinas artesanais não tenham se transformado em promissoras indústrias, numa evolução linear sem rupturas, deve-se reconhecer seu papel fundamental para a história industrial do setor coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul, pelo menos até meados de 1950.

Somente com a entrada do calçado gaúcho no mercado internacional, em 1970, é que tem início uma fase de profundas alterações na estrutura produtiva das indústrias de sapatos. Modernizam-se os processos produtivos através da introdução de tecnologias e eleva-se, drasticamente, a demanda por força de trabalho. Neste período, em razão de peculiaridades históricas, a agricultura familiar da região da ex-Colônia Velha chega ao auge de sua crise de regressão econômica e começa a se desagregar o tradicional sistema de produção colonial. A crescente divisão das propriedades, as técnicas arcaicas de cultivo, o esgotamento dos solos e a competição imprimida por outras áreas de produção agrícola, que haviam se modernizado, estão entre as principais razões da *desarticulação* desta forma de produção colonial. No entanto, como se viu, a desarticulação do sistema produtivo colonial permitiu que emergissem novas formas de trabalho (arrendamento, parceria, meia e etc) e novas formas de produção (acaciocultura) que vem se articulando com o processo de industrialização

difusa do setor coureiro-calçadista através da pluriatividade da mão-de-obra de origem rural.

A atual estrutura social e econômica das regiões que estudamos nesta pesquisa é o resultado das transformações empreendidas por estes processos. Na nossa opinião, não há como compreender e explicar as novas relações de trabalho, as estratégias de reprodução dos agricultores familiares e as estratégias de acumulação de capital das indústrias coureiro-calçadistas, sem entender as transformações estruturais da economia gaúcha, a partir dos anos 70. Chegamos a esta constatação a partir de uma indagação que nos fizemos acerca das condições de possibilidades de reprodução dos agricultores familiares em duas regiões de realidades distintas.

Partindo do pressuposto geral de que a agricultura se transformou em todo Estado do Rio Grande do Sul nos dois últimos decênios, percebemos que, não obstante a semelhança histórica e econômico-social entre as regiões onde ocorreu o chamado "fenômeno soja" e as regiões da agricultura colonial⁷², em ambas se desenvolveram formas peculiares de reprodução social da força de trabalho rural. Enquanto na primeira região desenvolveu-se uma bifurcação entre os agricultores "*profissionais*", tecnificados e modernizados, e os "*excluídos*", marginalizados e compelidos à deixar a agricultura (sobretudo através das migrantes); na segunda desenvolveram-se as atividades extra-agrícolas assalariadas como forma de obtenção de rendas para a reprodução das famílias de agricultores (entenda-se colonos-operários).

Essa comparação nos conduziu a um questionamento importante: qual a natureza dessa diferenciação? A que ela pode ser atribuída: aos elementos endógenos de cada região e de cada sistema produtivo ou a algum outro

⁷² A primeira refere-se às micro-regiões do noroeste do Rio Grande do Sul, englobando a região da Grande Santa Rosa, Alto Uruguai e Missões. A segunda refere-se às micro-regiões do sudeste onde se situam o Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Cai e Vale do Taquari.

fator? Vimos que nos países desenvolvidos o surgimento da "part-time farming" e da pluriatividade se atribuiu, em grande medida, aos efeitos externos à estrutura agrária, mormente, devido às políticas agrícolas protecionistas do governo e à queda dos rendimentos agrícolas dos agricultores. Para o caso aqui em estudo, sabemos que esta transposição se revela inverídica e inaplicável. Assim, fomos buscar uma resposta a estas perguntas fora do campo dos processos sociais agrários, aos quais elas se ligam e das quais elas decorrem. O surgimento da agricultura de tempo-parcial e das relações de trabalho pluriativas, numa determinada região do Sul do Brasil, está diretamente ligado ao processo de industrialização difusa que lá ocorreu (a formação da indústria coureiro-calçadista). A articulação das indústrias de calçados do Vale do Sinos e das regiões próximas com a pequena agricultura familiar se operou através de formas de trabalho e de produção específicas, estabelecidas por cada um desses dois agentes: industriais e colonos.

A articulação da industrialização difusa com o ambiente social e econômico onde predomina a pequena agricultura familiar faz parte de uma trajetória recheada de peculiaridades históricas, sociais, econômicas e culturais. Embora a pluriatividade, entendida como o exercício de mais de uma atividade remunerada, seja intrínseca ao modo de vida camponês, ela manifesta-se através de uma multiplicidade de formas, em situações de tempo e espaço distintas e de acordo com os agentes e a estrutura sócio-econômica em que transcorre. Por isso, não obstante utilizarmos uma noção conceitual desenvolvida para dar conta de uma outra realidade e de outros fenômenos, temos convicção de que o tipo de agricultura (a forma de produção) e as relações de trabalho que erigiram sobre o tradicional modo de vida colonial identificam-se com a "part-time farming" e a "pluractivité", tal como estas ocorrem nos países desenvolvidos.

A pluriatividade, como se viu, é ao mesmo tempo uma causa e uma consequência da agricultura de tempo-parcial. A disponibilidade de empregos

fora da propriedade (sobretudo nas fábricas de sapatos) permitiu ao colono reestruturar a divisão interna do trabalho familiar e adequar a unidade agrícola ao mercado de trabalho extra-agrícola. Surgiram daí não apenas a figura do "colono-operário", como personificação desta realidade, mas também os processos de descentralização e interiorização das indústrias de calçados e de terceirização e informalização que estimulam a pluriatividade das relações de trabalho. A pluriatividade redefine o processo de produção das pequenas propriedades rurais e altera as estratégias de reprodução das famílias rurais, mediante a crescente participação das fontes de rendas não-agrícolas na economia familiar.

Ao longo da fase de pesquisa de campo e mesmo em observações posteriores constatamos que, pelo menos numa das regiões investigadas neste trabalho (Encosta da Serra), é possível construir uma tipologia dos novos tipos de propriedades e das distintas formas de trabalho e de exploração da terra que surgiram no período recente. Utilizando critérios como a forma social da terra (seu significado para o proprietário), o modo de organização da produção (divisão técnica do processo produtivo) e a divisão familiar de trabalho (atribuições laborativas de cada membro na hierarquia familiar) chegamos a cinco tipos diferentes de propriedades⁷³, que são:

1-) **Propriedade Agrícola para Consumo Doméstico:** Neste tipo de propriedade a terra serve como uma segurança para a família. A dedicação ao trabalho agrícola se dá em tempo-parcial permanecendo, geralmente, a esposa e as "forças marginais não-transferíveis" trabalhando na agricultura destinada somente a subsistência da família. As rendas extra-agrícolas são sempre maiores que as rendas agrícolas, tendo-se a acaciocultura como uma poupança. Em geral estas propriedades arrendam parte de suas terras a

⁷³ Pretendíamos fazer uma enquete em quatro comunidades distintas com aplicação de questionário a partir de uma amostra estratificada. Este empreendimento não se concretizou devido aos escassos recursos disponíveis. Esperamos que numa outra oportunidade ele se viabilize.

terceiros ou as fornecem em parceria para o plantio de acácias. São propriedades de famílias que optaram por viver no meio rural mas não sobreviver através do trabalho na agricultura. A atividade agrícola é uma dimensão complementar.

2-) Propriedade Agrícola de Colonos Tradicionais: Neste tipo de propriedade a terra também serve como uma segurança à família. A dedicação ao trabalho agrícola se dá em tempo-parcial permanecendo, geralmente, o chefe e as "forças marginais não-transferíveis" trabalhando na agricultura, que é destinada somente à subsistência da família. As rendas extra-agrícolas se equilibram com as rendas agrícolas, e a acaciocultura é a principal fonte de renda. Estas propriedades também arrendam parte de suas terras a terceiros ou as fornecem em parceria para o plantio de acácias. A principal característica dessas propriedades é o fato dos patriarcas (em geral com idades acima de 50 anos) permanecerem na terra, mantendo junto a si a família. Trata-se do maior grupo de pequenos agricultores

3-) Propriedade Agrícola Modernizada sem Pluriatividade: Neste tipo de propriedade a terra constitui-se no principal fator de produção. A dedicação ao trabalho agrícola se dá em regime "full-time", sendo que toda família permanece envolvida nas atividades produtivas com destino exclusivo da produção para o comércio. As rendas advêm somente da agricultura, e a acaciocultura é uma atividade temporária pouco requerida pela família. Em geral estas propriedades arrendam terras de terceiros ou fazem parceria para obter maiores áreas de plantio. Este é o caso de alguns produtores de laticínios (leite e derivados) ou dedicados intensivamente a horticultura (irrigada e altamente tecnificada). Este grupo constitui a minoria dos agricultores.

4-) **Propriedade Agrícola Modernizada com Pluriatividade:** Neste tipo de propriedade, a terra é um fator de produção. A dedicação ao trabalho agrícola se dá em tempo-integral havendo alguns membros (como a esposa) que trabalham em atividades extra-agrícolas. A produção destina-se à subsistência da família e à comercialização. As rendas agrícolas são sempre maiores que as rendas extra-agrícolas, tendo-se na acaciocultura uma fonte temporária de renda. Estas propriedades arrendam terras de terceiros e fazem parceria no intuito de ampliar suas escalas de produção. É o caso de pequenos proprietários com pouca terra, que se dedicam a atividades agrícolas que não envolvem todo o conjunto da família nas tarefas. Trata-se de agricultores "integrados" com agro-indústrias de avicultura e suinocultura (sobretudo na região do Vale do Caí) ou produtores intensivos de hortifrutigrangeiros (como é o caso da Colônia Japonesa de Ivoti e Dois Irmãos), floricultores e outros.

5-) **Propriedade para Lazer (sítios de lazer):** Neste tipo de propriedade, a terra representa um patrimônio, um ativo financeiro. A dedicação ao trabalho agrícola se dá em tempo-parcial ou não ocorre. Somente o chacreiro ou inquilino trabalha na agricultura, cuja produção é destinada exclusivamente à subsistência. As rendas agrícolas praticamente não existem, tendo-se a acaciocultura como um investimento. Em geral estas propriedades arrendam parte de suas terras a terceiros ou as fornecem em parceria para o plantio de acácias, de onde auferem alguma renda agrícola. Trata-se da categoria que mais tem crescido na última década e que é responsável pela reativação do mercado de terras na região.

CAPÍTULO IV

OS COLONOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA: EXPANSÃO INDUSTRIAL E
NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

INTRODUÇÃO

Neste capítulo estudaremos as novas relações de trabalho e as estratégias acumulação capitalista decorrentes de dois processos sociais distintos: a industrialização difusa do setor coureiro calçadista e as transformações na agricultura familiar. Como recurso analítico, elaboramos uma "tipologia" a partir das distintas *formas de trabalho* e das *formas de produção* que caracterizam o tecido produtivo da região onde elas ocorrem. No modo de ser de cada uma delas é possível encontrar elementos que identificam sua trajetória com a da industrialização difusa do setor coureiro-calçadista e com as transformações na agricultura familiar. Estas formas de trabalho e de produção não são apenas categorias analíticas abstratas, e também não tem por exclusiva função identificar determinado grupo de sujeitos sociais como "trabalhadores assalariados deste ou daquele segmento". As novas formas de trabalho e de produção devem ser entendidas como estratégias de produção e reprodução, sejam elas destinadas à sobrevivência física de indivíduos e famílias ou utilizadas como meios de ampliar a acumulação capitalista das indústrias, através da exploração da mais-valia dos trabalhadores.

Neste sentido, tanto os trabalhadores como os empresários são entendidos como *sujeitos sociais ativos*; isto é, cada qual estabelece suas estratégias de acordo com as condições e os recursos disponíveis. Ambos tem nas relações diretas de assalariamento e de mercado diferentes tipos de interesses, cuja satisfação depende das estratégias das quais lançam mão para garantir sua sobrevivência e sua reprodução¹. Os primeiros como

¹ Para o trabalhador o assalariamento no mercado de trabalho urbano-industrial pode significar uma estratégia de sobrevivência ou de obtenção

trabalhadores, e os outros como capitalistas, como personificação do modo capitalista de produção. Neste sentido, percebemos o tecido social e produtivo do setor coureiro-calçadista como "um conjunto de formas de produção, cujo dinamismo provém justamente da singularidade de sua organização" (Azevedo, 1993:98).

O estudo das formas de trabalho pretende caracterizar as diferentes estratégias utilizadas pelos trabalhadores para garantir sua reprodução social e, a análise das formas de produção busca entender o modo pelo qual o capitalismo, personificado pelos empresários calçadistas e seus agentes, serve-se destas relações de trabalho para refinar a exploração do trabalho e consolidar sua hegemonia. Nossa tipologia compõem-se de cinco "situações-tipo" distintas. Há três "tipos" de relações de trabalho que analisamos através do conceito de *formas de trabalho*: os "operários antigos", os "migrantes proletários" e os "colonos-operários". Há também duas *formas de produção* que são, ao mesmo tempo, estratégias de reprodução dos trabalhadores e estratégias de ampliação da acumulação de capital: a "descentralização industrial" e os "ateliers de calçados". A rigor, sabemos que ao nível empírico, na realidade cotidiana, esta distinção não existe; pois os indivíduos e os agentes sociais e econômicos não agem apenas como "tipos" mas também como pessoas.

O primeiro tipo de trabalhadores da indústria calçadista compõe o grupo dos "operários antigos". Na maioria das vezes, estes trabalhadores foram colegas de trabalho dos seus atuais patrões a quem, por tradição e laços pessoais devem consideração, respeito e uma espécie de "fidelidade moral". Neste sentido, sua relevância não é dada pela sua quantidade numérica mas pelo que representam nos cargos que exercem. Geralmente são chefes de seção ou contra-mestres e ocupam cargos de confiança, o que lhes confere status e reconhecimento social. Sua influência sobre os demais

de salário. Para o capital o assalariamento constitui a principal fonte da acumulação de valor.

trabalhadores é notória, por exemplo, no que se refere aos padrões disciplinares vigentes no interior da fábrica.

O segundo tipo são os *migrantes proletarizados*. Este grupo compõem-se de indivíduos egressos do meio rural das regiões de modernização agrícola do Rio Grande do Sul como o Alto Uruguai, Grande Santa Rosa e Missões. São indivíduos cujas condições de sobrevivência enquanto agricultores foram eliminadas pelo processo de modernização agrícola, através do "fenômeno soja". Em geral são indivíduos que possuem trajetórias pessoais e coletivas (famílias ou grupos sociais) com um traço comum a todos: a migração. Migram em várias direções: ora para áreas de fronteira agrícola do Norte do país, ora reivindicando a terra e ocupando áreas na condição de "sem-terras" e, na maior parte das vezes, dirigindo-se à periferia dos centros industriais-urbanos como "proletários", como é o caso do Vale do Sinos.

O terceiro tipo são os "*colonos-operários*" das regiões da Encosta da Serra, Vale do Taquari e Vale do Caí. Em sua grande maioria são jovens, sobretudo mulheres, filhos e filhas de colonos que se assalariam nas fábricas de calçados. Mantém suas residências no meio rural e deslocam-se diariamente aos empregos nas cidades num movimento pendular de ida e volta.

A partir do início dos anos 80, além de abarcar esta diversidade de formas de trabalho através do assalariamento direto, a indústria calçadista estabelece duas outras formas de produção: a descentralização e os ateliers de calçados. No contexto brasileiro, ambas parecem ser peculiares ao ramo industrial coureiro-calçadista e são aqui entendidas como estratégias ampliação da acumulação da capital.

A primeira delas é a "*descentralização*" de partes ou fases do processo produtivo, como a costura, o pré-fabricado, a forração de saltos e outras partes, para fora da planta industrial. A descentralização é um processo de deslocamento, de interiorização, das empresas de calçados em direção às áreas peri-urbanas onde estão as pequenas comunidades rurais

(também chamadas de Picadas ou Linhas). Estas unidades de produção secundárias ou filiais, como comumente são conhecidas, atraem a força de trabalho dos jovens colonos (principalmente mulheres) residente nos pequenos lugarejos rurais. Entre os principais motivos que levam as empresas a se deslocar para novas áreas está o baixo valor da mão-de-obra dos colonos e a reduzida mobilidade político-sindical, o que permite maior flexibilidade e maiores lucros às empresas.

A segunda nova estratégia das empresas de calçados é a "informalização" das relações de trabalho através da sub-contratação de terceiros para prestação de serviços como a produção de peças ou partes dos sapatos que são altamente demandantes de mão-de-obra. Estas atividades são executadas pelos *ateliers de calçados*. Os ateliers são empreendimentos utilizados como prestadores de serviço e sub-contratados pelas fábricas de calçados para executar, fora da planta industrial, as tarefas de produção "labor intensive". No atelier são produzidas as peças ou partes do sapato que demandam grande quantidade de mão-de-obra. Após a confecção das peças elas retornam às indústrias para conclusão do processo produtivo. As fábricas repassam a terceiros a confecção de peças dos calçados visando o barateamento dos custos de produção e a diminuição dos encargos sociais e dos compromissos contratuais exigidos pelo assalariamento formal dentro da empresa. Esta estratégia atinge tanto as pessoas residentes no meio rural quanto aquelas que moram na periferia das cidades, inclusive, aquelas localizadas fora da região-pólo. Em geral, as atividades são desempenhadas nos domicílios e utilizam uma força de trabalho que está fora do mercado formal de trabalho. O trabalho de mulheres, crianças e idosos que desempenham tarefas produtivas em tempo não integral, como forma de ampliar as rendas do núcleo familiar nos domicílios, pode ser denominado de "forças marginais não transferíveis da família", para usar uma expressão de Jerzy Tepicht (1973).

Além de permitir que se estude a natureza das novas relações de trabalho que emergem da articulação da industrialização difusa com a pequena agricultura familiar local, estas diferentes *formas de trabalho* e de *produção* criam uma visível segmentação no mercado do trabalho ligado ao setor coureiro-calçadista. Mesmo que não seja um dos objetivos desta dissertação, é mister que no estudo das relações de trabalho se evidenciem os fenômenos ligados às transformações estruturais na divisão social do trabalho e no mercado de trabalho. E esta é uma constatação que poderá ser averiguada ao longo deste capítulo. A descentralização industrial e a informalização de um conjunto de atividades produtivas faz com que as relações de trabalho nem sempre sejam reguladas pela relação de assalariamento. Pode-se até, como se verá no decorrer deste capítulo, dividir o mercado de trabalho do setor coureiro-calçadista entre os trabalhadores que são assalariados diretos das fábricas e aqueles que desempenham tarefas e prestam serviços para as indústrias.

Analisaremos cada uma destas cinco categorias sociais a partir de suas características peculiares e avaliaremos em que medida elas representam uma forma de regulação das relações de trabalho ou estratégias de acumulação do capital e de reprodução do trabalho. É sabido que o capitalismo desenvolve diversas formas de regulação da força de trabalho que vão da simples proletarização até a sub-contratação, sendo que em alguns casos até mesmo o assalariamento direto é dispensado. Neste capítulo, portanto, estudaremos como se dá a articulação do processo de industrialização difusa com a pequena agricultura familiar, a partir da análise destas relações de trabalho.

4.1. OPERARIOS ANTIGOS

A indústria de calçados desenvolveu uma dinâmica industrial, propriamente dita, somente a partir de 1960. No início, na fase de crescimento, os primeiros trabalhadores assalariados eram, em sua maioria, filhos de colonos. O grande número de filhos impedia que as famílias de colonos absorvessem toda força de trabalho na propriedade agrícola. Por isso, cedo muitos jovens procuraram empregar-se nas fábricas de calçados, embora permanecessem residindo com os pais. Com o desenvolvimento das indústrias, muitos destes jovens operários passaram a residir definitivamente nos centros urbanos após o matrimônio ou a aquisição de alguma moradia. Do início dos anos 60 até meados da década de 70, a industrialização toma corpo e vai se incrementando a urbanização das pequenas cidades das regiões do Vale do Sinos e da Encosta da Serra.

Estes trabalhadores caracterizam-se por ser a primeira geração de filhos dos colonos que trocaram a economia agrícola camponesa pelo trabalho assalariado. Conforme demonstramos no capítulo anterior, o fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul e a atração exercida pela indústria sobre a força de trabalho rural estão entre as principais causas da crise do tradicional sistema produtivo dos colonos. A capacidade ociosa da força de trabalho nas propriedades agrícolas havia aumentado a partir de 1960 na região da antiga Colônia Velha. Neste mesmo período, a demanda da indústria calçadista por mão-de-obra ampliou-se significativamente em função de sua entrada nas exportações, em 1968.

Nesta situação, mais do que atraídos pelos empregos assalariados, os filhos dos colonos viam na fábrica uma alternativa para o trabalho agrícola. De uma certa maneira, pode-se afirmar que a possibilidade de assalariamento destes jovens nas indústrias de calçados representou um período de sobrevida ao já decadente sistema agrícola colonial. Pois, mediante a absorção da força de trabalho excedente das propriedades rurais

pelas indústrias foi possível postergar, por mais um período, as mudanças estruturais imprescindíveis à agricultura familiar desta região. Um exemplo desta situação é a trajetória do Sr.E.F.. Filho de colonos, começou a trabalhar na indústria de calçados em 1956. Quando o entrevistamos já faziam já 33 anos que trabalhava no ramo calçadista, sempre na mesma empresa. Ele narrou-nos sua trajetória de colono a operário de fábrica:

"... Meus pais eram de Picada Hartz. Lá nós trabalhava na roça. Meus pais eram colonos e eles cultivavam tudo que é produto colonial. Dai eu fui prá São Leopoldo, passei por Montenegro (lá na zona da laranja) e depois eu vim para Dois Irmãos. Daquela época prá cá a agricultura ficou mais fraca, muito mais fraca. Porque ficaram só os velhos, os pais, como disse antes: os velhos trabalham na roça prá poder sustentar a família e os filhos foram na fábrica para ganhar mais fácil o dinheiro na hora, e assim os pais podem viver uma vida digna. Porque a safra era uma ou duas vezes ao ano, então prá podê vendê aquilo... demorava muito tempo prá dar dinheiro neste intermeio. Então na fábrica isso dava dinheiro mais rápido, porque os filhos entregavam o dinheiro em casa e uma parte eles ficavam prá eles.(E.F. operário a 33 anos, Dois Irmãos)

O assalariamento dos filhos dos colonos nas indústrias calçadistas representou um avanço importante para os centros urbanos das pequenas cidades das regiões do Vale do Sinos e da Encosta da Serra. Esse desenvolvimento urbano foi seletivo: cidades como Novo Hamburgo, Sapiranga e Campo Bom, situadas no Vale do Sinos, evoluíram mais rapidamente a partir de 1970; enquanto que na região da Encosta da Serra, cidades como Dois Irmãos, Igrejinha, Ivoti e Nova Petrópolis aumentaram significativamente suas populações urbanas somente a partir do início dos anos 80, como mostra a Tabela 1, em anexo.

Contudo, a urbanização e o crescimento populacional das cidades não se explica apenas pelo assalariamento dos filhos dos colonos nas fábricas de calçados. Na verdade, a precária situação de muitas famílias de pequenos agricultores fez com que várias delas vendessem seu lote de terras e passassem a residir nas cidades. Em geral, esta era a alternativa dos colonos que residiam em propriedades afastadas, com solos desgastados pela

erosão e com um número grande de filhos. Não raro, como vimos anteriormente, estas áreas transformaram-se em sítios de lazer e locais de repouso aos membros das classes mais privilegiadas dos centros urbanos da região metropolitana de Porto Alegre.

4.1.1. A Dimensão Étnica do Trabalho Alemão

O grupo social de trabalhadores composto por ex-colonos que se assalariaram nas indústrias de calçados assume relevância nesta dissertação por dois motivos. Em primeiro lugar por ter sido o grupo de trabalhadores sobre o qual a indústria coureiro-calçadista consolida as relações capitalistas de produção. Em segundo, por este grupo se constituir numa espécie de "protótipo" do trabalhador assalariado das empresas calçadistas. Ao se consolidar como uma estrutura capitalista de produção, as indústrias de calçados não se apropriam apenas do saber industrial técnico dos operários. Elas passam a dominar e a administrar, também, o saber social existente no espaço da fábrica e a introjetar e controlar uma cultura da disciplina no processo produtivo. No caso dos operários aqui em discussão, este processo se deu através da transferência dos valores étnicos e sociais da sociabilidade camponesa pré-industrial para dentro das fábricas de calçados.

É a partir destes dois elementos que podemos compreender a importância desta categoria social no universo da classe trabalhadora do setor coureiro-calçadista. Como estamos na presença de um tipo de industrialização relativamente recente, numa região onde as relações sociais da população de origem germânica são profundamente perpassadas pelos valores étnicos, pelo parentesco, pela religião e pela observação de régras e normas sociais remanescentes das formas de sociabilidade características da cultura camponesa, deve-se interpor às relações de

assalariamento outras formas de poder, disciplina e de dominação que escapam à idéia de que o controle capitalista da força de trabalho se dá somente através da exploração da mais-valia.

Compreender a natureza das ligações históricas que se estabelecem entre os operários-antigos e os demais assalariados nos permitirá situar não só a posição e o grau de influência deste tipo de trabalhador no processo produtivo mas, sobretudo, no universo da estrutura social como um todo (no tecido social). O elemento diferenciador do operário-antigo em relação à classe trabalhadora, e que marca sua trajetória como assalariado, é a "*etnicidade do trabalho*". A etnicidade do trabalho refere-se a formas específicas de incorporação da disciplina e da obediência destes trabalhadores no processo de produção industrial a partir da observação de preceitos étnicos e morais característicos da cultura "*germânica*", que são definidores de suas práticas laborais. Um operário de origem alemã se considera "*mais*" trabalhador do que outro, a partir de uma concepção genética de trabalho que o torna "*melhor*".

O que diferencia o grupo de operários-antigos dos demais trabalhadores assalariados não é o fato de que ocupam posições distintas na hierarquia do trabalho na indústria. Há que se buscar o conteúdo desta diferença na forma de concepção do trabalho e na simbologia do que significa ser um "*bom empregado*". Para isso é preciso recorrer a valores subjetivos que, no interior do processo de trabalho e mesmo fora dele, definem a individualidade do sujeito pela forma específica como ele exerce sua atividade laborativa. Adjetivos como disciplina, organização, ordem, zelo e capricho tornam-se critérios de diferenciação. É o que percebemos neste depoimento de um operário-antigo ao avaliar os diferentes "*tipos*" de trabalhadores da fábrica:

"...Tem diferenças entre os empregados da firma. Ich, isso se vê logo! Os que vem *de fora*, normalmente, eles não sabem trabalhar nada, tem que aprender tudo. Tem os que são de origem brasileira, aqueles são violentos e não querem aceitar nada. Pisou no pé uma

vez, na segunda já não pisa mais porque eles já pedem as contas e vão embora. Até ficam fazendo muito rodizio de firma em firma, esses caras.(...) Ou fazem o serviço errado só prá receber as contas e prá ganhar o fundo de garantia. Esta é a diferença. Um empregado de origem alemã não faiz isso, isso é difícil de acontecê, ele não sai, a meenos que aconteça alguma coisa muito grave. O pessoal daqui, normalmente, fica 5,6,10,15 anos numa fábrica. Pessoal que é daqui mesmo não troca muito. Os alemão são mais tratáveis, aceitam melhor as coisas, reconhecem que tem que ser assim. *Isso já vem de berço, dos próprios pais. O pai diz pro filho: - Ah, meu filho isso tem que ser assim. E ele aceita então.* (E.F. operário antigo, Dois Irmãos).

Perguntado sobre a existência de diferenças na assiduidade ao trabalho entre diferentes "tipos" de operários, a resposta foi convincente e enfática:

"... esses colonos eram fantásticos para trabalhar. É o que se diz: - o **pessoal daqui trabalha mais e reclama menos né, é menos enxedor de saco.** E eles todos, depois de algum tempo, pegam algum cargo na fábrica. (E.F. operário antigo, Dois Irmãos)

Logo após ter feito esta empolgada afirmação, indagamos ao entrevistado acerca dos reais efeitos destas diferenças no processo produtivo. Sabíamos, antecipadamente, que num processo produtivo cadenciado pelo ritmo taylorista de organização do trabalho, a diferenciação entre o tempo de trabalho quase inexistente. Após um breve raciocínio, a resposta contrariou a afirmação anterior, confirmando nossa suspeita de que a diferença entre os trabalhadores se dá muito mais a nível simbólico e étnico do que na realidade.

"...Agora isso não pode dar muita diferença na produção, apenas no modo de dizer. Eles, os daqui, são mais calmos, mais tratáveis, aceitam mais a ordem superior. Porque na produção mesmo não pode haver diferença, porque cada um tem o seu espaço, o seu serviço. Porque conforme a esteira anda tu tem que dá conta do teu serviço. Porque se tu não dá conta o contra-mestre tá em cima né. Isso é ordem da chefia.(E.F. operário antigo, Dois Irmãos)

Para o grupo dos primeiros trabalhadores nas indústrias de calçados, definidos aqui como operários antigos, o ascetismo e a poupança são a fonte *par excellence* da riqueza. Estas características parecem estar

em consonância com o que Max Weber (1987:12) chamou de "ética racional do protestantismo ascético"². Esta legitimação do trabalho e do lucro pela "ética" racial também ocorre na relação dos operários-antigos com seus patrões.

4.1.2. Trabalho Assalariado e Modo de Vida Local: a transição

O fato da industrialização ainda estar numa fase precoce e não haver relações capitalistas de produção definidas fez com que as relações de trabalho destes operários com os empregadores estivessem perpassadas pelas relações de interconhecimento e de sociabilidade da sociedade camponesa em transição. Assim, as relações patrão/empregado não podem ser concebidas como relações capitalistas "puras" de trabalho. O parentesco, a religião e, sobretudo, a etnia estabelecem laços que antecedem e/ou superam a relação capital/trabalho presente nas indústrias. É nisso a origem artesanal de muitas fábricas de calçado tem um papel fundamental. Em muitas empresas a produção era desempenhada pelos proprietários do empreendimento, seus sócios e, na maior parte dos casos, pelos parentes próximos (esposa e filhos). Os assalariados conviviam diretamente com os proprietários dos meios de produção.

Este ambiente de trabalho, apesar de ser característico de um processo de produção capitalista com uma racionalidade voltada para o cálculo e para o lucro, não deixava de ser um espaço onde as relações de sociabilidade remanescentes da "cultura camponesa" exerciam um papel fundamental. É o que se depreende da seguinte afirmação:

² Weber buscou compreender o "impulso para o *ganho*", a "ânsia do lucro" e a "*ação racionalmente calculada em termos de capital*", através do "racionalismo específico e peculiar da cultura ocidental". A ética protestante é comparável ao "*ethos do sistema econômico capitalista*".

"... Quando a industrialização começou a ir prá frente aqui em Dois Irmãos, a indústria, o emprego nas fábrica, aquilo era super disputado. O cara que pegava o serviço na fábrica de jeito nenhum queria perder aquilo. Trabalhava prá qualqué salário só prá poder manter o emprego né. Naquela época, tu saindo uma vez da empresa em outra firma tu não pegava mais. Aquilo era um mal elemento. Naquela época era considerado um mal elemento e dizia-se or aí: - é, não prestô ali não vai prestá aqui..."(E.F. operário-antigo, Dois Irmãos)

Neste sentido, são igualmente ilustrativos os depoimentos que permitem uma comparação deste período com a época atual, seja no que se refere ao processo de produção em si quanto à forma pela qual era exercida a autoridade e o poder dentro da fábrica.

"... Naquela época 90% era manual, as máquinas eram simples. Só a lixação era uma máquina mas, depois a montagem era 90% a mão. Depois, quando cresceu, eles começaram a comprar as máquinas, mas eram máquinas que pregavam com tachas, preguinhos sabe! A máquina de biqueira era tachada na frente, naquela inclusive eu trabalhei dois anos, né. Depois a calceira era manual, em vez dela fechar com pressão, automática, nós tinha de puxar uma alavanca e ela fechava; fechava no mesmo sistema que nem agora só que não era automático. Hoje em dia, botou o sapato lá dentro, ela por si fecha. Naquela época se retirava o sapato da máquina e se colocava num cavalete, não tinha a esteira não, tinha que botá nos cavalete. Dava prá botá uns 30 par em cima e pregá em redor atrás né. E nos lado nós pregava com as máquina... Agora as máquinas fazem praticamente tudo, elas são moderníssimas. A única coisa que ainda é feita manual é a cola, passar cola. Mas as máquinas ainda não são perfeitas, elas não fazem um ou outro serviço certo como de precisaria, né! (E.F. operário antigo, Dois Irmãos).

"...Naquela época já tinha contramestre, mas eles eram muito mais aceitáveis, mais tratáveis com os seus empregados. Tinham mais conhecimentos de relações humanas. Eles eram, todos praticamente, na maior parte filhos de colonos, de famílias bem estabelecidas e que tinham conhecimento da vida. Hoje em dia muitos deles não tem conhecimento da vida: chegam ali, sabem falar um pouquinho grosso, as vezes são até crianças e já tão mandando, isso muitas vezes não dá certo. Naquele tempo, 1970, 1975, não havia isso. Ali eles tavam contentes quando viam a cor do empregado para vir pedir emprego. Quando eles empregavam alguém ficavam contentes: - Agora nós temos mais um prá trabalhar com nós prá dar mais rendimento, diziam eles.(E.F. operário antigo, Dois Irmãos)

As transformações econômicas da estrutura produtiva, decorrentes do aprofundamento da divisão social do trabalho nestas sociedades, alteraram também o conjunto de normas e códigos sociais, manifestações

culturais e religiosas que caracterizavam a cultura e a sociabilidade do modo de vida camponês pré-industrial³. A ampliação do mercado de trabalho e a monetarização das relações econômicas baseada, sobretudo, no trabalho assalariado dos jovens operários da indústria de calçados foi fundamental para a ampliação da quase inexistente diferenciação social. Com isso, um novo conjunto de valores e preceitos, lentamente, passa a tomar corpo e a substituir os padrões sociais e culturais do modo de vida colonial. Na opinião de um operário antigo, "o *modernismo*" chegara às pequenas cidades através do aumento do poder aquisitivo desta nova classe de empregados: os sapateiros.

"... E, também, com isso começou a entrar o *modernismo* em Dois Irmãos como, por exemplo a Boate (discoteca), né. Antes não tinha esse negócio porque o povinho antes não tinha dinheiro para essas coisas. Começou a ter mais festas: festas de chopp, porque tinha mais dinheiro e a juventude se alegrava mais e fazia mais festança né. Boates, antes não tinha essas boates, foi bem ali que começou as boates. Existia boate já em Novo Hamburgo e São Leopoldo e lá prá baixo, mas muito pouco nas cidades menores. Quando a cidade cresceu, quando os colonos começaram a vir prá cidade, esse negócio de Padre dizer quantos bailes se podia ir ou quando podia fazer... isso se foi. Eles não obedeceram mais o Padre. Não tinha mais esse negócio do Padre mandar. (E.F. operário a 33 anos, Dois Irmãos)

Entretanto, os operários antigos não patrocinaram, como poderia-se pensar, uma ruptura completa com os padrões sociais e culturais da sociedade colonial. E aqui caberia voltar à idéia da *etnicidade do trabalho* para vislumbrar mais nitidamente as relações destes operários antigos com os demais "tipos" de trabalhadores do setor coureiro-calçadista. As diferenças entre os operários-antigos, de origem teuta e filhos de colonos da região, os outros tipos de trabalhadores se acentuaram de forma notável a partir do momento em que a indústria calçadista passou a ter uma dinâmica

³ No capítulo primeiro, mostramos como a sociabilidade dos colonos estava estreitamente ligada ao modo de vida da sociedade colonial. As manifestações lúdico-religiosas eram uma forma de celebrar o sucesso dos trabalhos empreendidos na terra e uma forma de gratidão ao divino pelas benesses alcançadas. O Kerb constitui-se num exemplo impar de como as manifestações culturais e lúdicas se confundiam ou se davam em função do modo de vida.

capitalista mais bem definida, especialmente no que se refere às relações de trabalho e de produção⁴. O fato destes trabalhadores terem uma trajetória individual ligada ao processo de desenvolvimento da empresa e da industrialização do setor como um todo, faz com se apropriem "utopicamente" (ideologicamente também) de um tipo de propriedade (a "nossa fábrica") que sequer lhes pertence de fato. Esta relação subjetiva com a empresa também ocorre nas relações com o empregador.

A convivência por longos anos num mesmo ambiente de trabalho, a confraternização nos mesmos espaços sociais como o salão de bailes, o clube de futebol, o clube social (sociedades), a Igreja e outros, são fatores que geram uma espécie de "cumplicidade" moral e ética com seu patrão. Estas relações são ainda mais sólidas no caso de um desses operários mais antigos ocupar algum cargo de confiança ou de chefia na hierarquia das empresas. Nesta situação, a capitulação torna-se uma submissão que é reiterada e reafirmada pela memória dos tempos em que todo mundo era operário e não havia distinção entre patrão e empregado (Seyferth, 1982). O espaço de trabalho dentro da fábrica, mais que um local de labuta, torna-se um ambiente onde o prestígio e o status tornam-se uma forma de poder. O depoimento de um sapateiro e sindicalista é ilustrativo neste sentido:

"... A maior resistência que a gente encontra para se associarem ao sindicato é do **peçoal natural da própria cidade**. Por uma série de motivos que eu digo que são até fatores culturais. Eles são mais submissos ao poder da burguesia, da classe média e do patronato da cidade, até porque a relação de parentesco pesa prá eles, ou seja eles dizem: - *Eu não vou botar o meu patrão na justiça porque ele é parente do meu pai*, ou *mas ele tem terras do lado do meu avô?*...até essas coisas se escuta por aqui. E também assim: - *Eu não quero reclamar para não me suja, o que vão falar de mim na cidade?* E até quando é prá cobrar insalubridade, que é a reivindicação mais comum na cidade. E **isso é decorrência da cultura alemã**. Como a maioria dos trabalhadores vem da roça, o imigrante alemão, tanto quanto o italiano, se orgulham de ser um trabalhador braçal e **ser um bom**

⁴ A rigor, a definição de uma dinâmica capitalista pura não existe. A idéia de mercados e de concorrência perfeita bem como o princípio da iniciativa privada dos pensadores liberais e neo-clássicos e mesmo a noção de agente empreendedor de Schumpeter não passam de "tipos-ideais", no melhor sentido weberiano da definição. Por isso, preferimos a idéia do próprio Weber, que define como capitalista o cálculo e ação racional com fins lucrativos.

trabalhador. Por que eles consideram a atividade na roça, a agricultura, uma atividade de bastante sacrifício. E na realidade isso é uma verdade. Imagina você desmatar, desbravar, isso era uma atividade pesada. Então eles, na sua condição de alemães e alemães aqui de Ivoti, eles são os melhores, eles não são vagabundos, eles são a melhor gente, não são que nem os outros." (L.L. sindicalista, Ivoti)

4.2. OS MIGRANTES: o proletariado chega às indústrias de calçados

O grupo dos trabalhadores que doravante denominaremos de migrantes são indivíduos oriundos das regiões de modernização da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul. Como já foi dito, as regiões do Alto Uruguai (também chamada de Zona da Produção), Grande Santa Rosa e região Celeiro do Rio Grande formam as principais zonas de expansão da sojicultura e da moderna agricultura mecanizada, a partir dos anos 70. Nestas mesmas regiões, a tecnificação da produção agrícola levou à profundas transformações na estrutura agrária que alteraram não só o cenário econômico mas, sobretudo, a condição social dos pequenos agricultores familiares. O caráter "perverso" e excludente da modernização agrícola evidencia-se na expulsão de milhares de colonos, meeiros, trabalhadores temporários e assalariados que foram compelidos a deixar suas regiões de origem pela absoluta falta de condições de sobrevivência⁵

Não obstante o êxodo rural e a migração campo-cidade já terem sido muito pesquisadas, parece-nos que o deslocamento dos trabalhadores rurais da região noroeste para a região leste do Rio Grande do Sul permanece ainda sem uma explicação adequada. A esse respeito, acreditamos que o desenvolvimento do setor coureiro-calçadista pode ter se constituído

⁵ Na literatura sociológica são por demais conhecidos os caminhos das migrações decorrentes do processo de expulsão do campesinato destas regiões. Dentro os vários autores que estudaram a ocupação da fronteira agrícola brasileira através das migrações inter-regionais pós-1950 estão os trabalhos de George Martine (1982 e 1986), Tavares dos Santos (1993).

num fator de atração desta força de trabalho expulsa do meio rural⁶. Esta é a ligação que se pretende estabelecer nesta parte do estudo. Até que ponto poderíamos afirmar que o vertiginoso crescimento demográfico, observado em quase todos os municípios das regiões do Vale do Sinos e da Encosta da Serra nas duas últimas décadas, está diretamente relacionado à migração dos filhos dos colonos que em 1930 e 1940 foram para as Colônias Novas e, recentemente, estariam "retornando" ao local de origem de seus antepassados, ou seja, à Colônia Velha?

Para compreender o fluxo migratório rural-urbano da região noroeste do Rio Grande do Sul para a zona leste do Estado, recorreremos aos conceitos de "*fatores de expulsão e de fatores atração*" (Singer, 1985:38). Os fatores de expulsão são de dupla ordem: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas num determinado espaço social e econômico e *fatores de estagnação*, que se manifestam na forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização e concentração da maior parte dos meios de produção. Já os *fatores de atração* são os que determinam a orientação destes fluxos migratórios e as áreas às quais se destinam. O depoimento a seguir exemplifica estes conceitos ao relatar a trajetória de um migrante, oriundo das áreas de expulsão, que se viu atraído pelos empregos urbano-industriais do pólo calçadista:

"... Um dos motivo maior que eu vim prá Dois Irmãos foi o seguinte: 7 anos a colônia não deu nada. O ano que a seca não matava, a chuva fazia a safra apodrecé. Porque quando a colheita tá ali, tá madura, então tu não tem domingo, tu não tem folga, tu não tem dia nem noite, tudo tem que sê colhido na hora ou se perde. Meu pai tinha 24 hectares de terra e nós era de 11 irmão, então não tinha cabimento se cada um fosse querê casá e fica lá na terra. É prá comprá terra? Hoje em

⁶ O que importa salientar nesta seção é que as migrações decorrentes da modernização da agricultura do Rio Grande do Sul tiveram variadas dimensões e direções: para o Norte do Brasil, para o Paraguai, para o Movimento dos Sem Terras e etc. Enfocaremos apenas uma das direções, que é a dos migrantes que "perderam o trem da modernização": os que se assalariaram nas indústrias de calçados do Vale dos Sinos.

dia já não dá mais. Naquela época também não dava mais, porque a safra não cobria mais. O seguinte né: prá tu fazer um plantio, tem que fazer um custeio na cooperativa. Tá, a cooperativa te fornecia dinheiro prá lavrá, fazê o plantio e fazê a colheita. Mas muitas vezes a safra não dava nem prá pagá o custeio. Existia o tal do Proagro, então o Proagro ajudava, *mas aí o cara trabalhava o ano todo prá paga a despesa do custeio*. Tu trabalhava praticamente o ano todo só pro banco e prá ti não sobrava nada. Pode vê, nós era um dos colono mais forte de Santo Cristo: tinha trator, tinha maquinário, nós tinha 21 vaca de leite e não dava..."(D.S. migrante, Santo Cristo/RS).

4.2.1. A Formação do "Exército Social de Reserva"

Na maioria dos casos, os migrantes que buscaram trabalho nas indústrias de calçados do Vale do Sinos eram jovens (até 30 anos de idade), filhos de colonos com pouca ou nenhuma terra ou filhos de meeiros, agregados ou posseiros que perderam suas terras. Em termos de uma diferenciação pode-se dizer que muitos destes migrantes faziam parte do que Marx (1890/1982:828) chamou de "lumpem-proletariat", devido a condição extremamente precária no para garantia elementar da sobrevivência. Em geral, foram poucos os que migraram diretamente do meio rural para as cidades maiores ou pólos industriais regionais. A grande maioria cumpriu um longo itinerário que vai desde o deslocamento da moradia no meio rural, local de origem, ao núcleo urbano mais próximo e deste para as cidades menores localizadas nas intermediações dos centros industriais e urbanos mais desenvolvidos como a região metropolitana de Porto Alegre, as cidades no entorno de Novo Hamburgo (principal pólo calçadista) e de Caxias do Sul (pólo industrial metalúrgico). E dessa maneira formou-se um imenso "exército social de migrantes" que, ao aportarem nos centros urbanos das cidades do pólo calçadista, passaram a ser o que Marx designou de "exercito social de reserva de força de trabalho". Este parece ter sido o caso do município de Campo Bom:

"... A população de Campo Bom dobra a cada 10 anos. A população que em 1982 era de 44 mil habitantes passou para 60 mil em 1986. E os

eleitores que eram 18 mil em 1982 agora são 27 mil. A cifra mais curiosa fornecida pelo Secretário de Planejamento, Wilson Conceição, é que de cada três habitantes do município de Campo Bom dois nasceram em outros municípios. O que significa que os campo-bonenses são 20 mil contra 40 mil não campo-bonenses. A atual corrente migratória nasce principalmente em Três Passos, Frederico Wesphalen, Nonoai e "da zona do solo vermelho", como resume o secretário Conceição.(...) A cidade não para de industrializar-se: hoje funcionam em Campo Bom 371 indústria e ateliers. Outro dado curioso é o da preferência pelas mulheres como mão-de-obra operária. Segundo o secretário, as mulheres que chegam encontram emprego mais rápido que os homens. (Zero Hora, 19/10/1986:06)

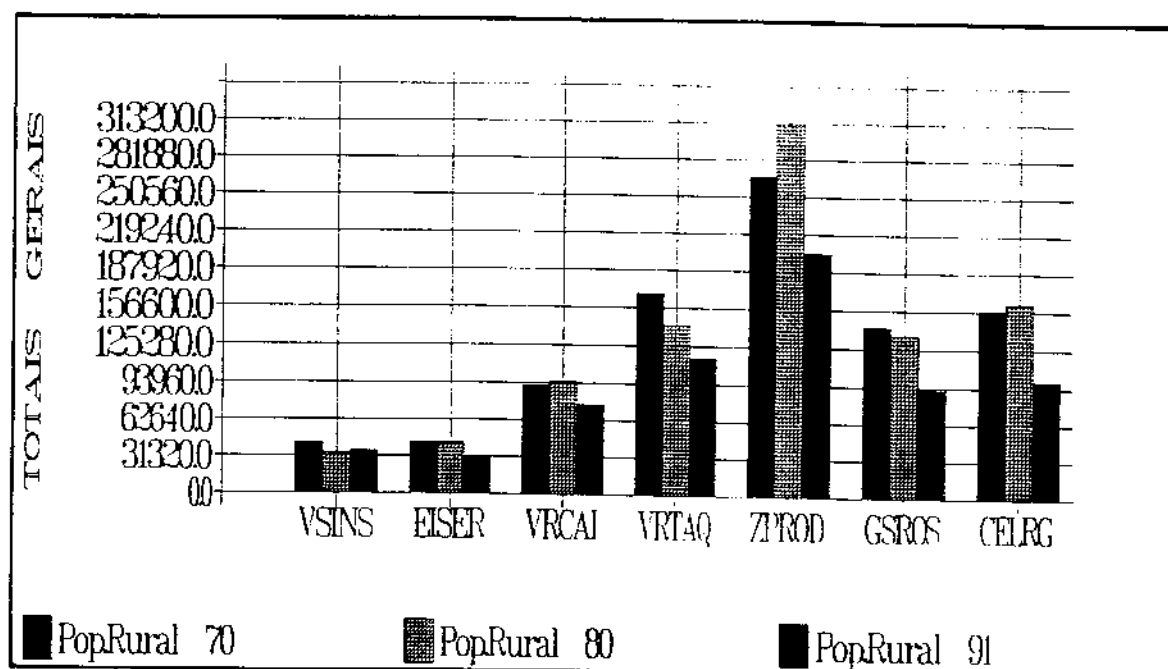
O afluxo de migrantes da região noroeste do Estado para o Vale do Sinos foi documentado com ênfase pelo Jornal Zero Hora no ano de 1986. Para caracterizar a volta dos filhos dos colonos que migraram para as Colônias Novas nas décadas de 1930 e 1940 a manchete da reportagem dizia: "Indústrias Trazem ao Vale do Sinos os Filhos dos Povoadores". Com base no recadastramento eleitoral daquele ano, a reportagem explorava o forte impacto das migrações inter-regionais sobre as pequenas cidades localizadas perto de Novo Hamburgo, principal pólo da produção coureiro-calçadista da região.

"... Alguns desses municípios simplesmente dobraram o número de eleitores e, em consequência, a população. Esse é o caso de Parobé, que tinha 5.450 eleitores em fins de 1982 e, agora, chegou a 12.250 com o recadastramento. O cálculo é que Parobé tenha passado de 10.200 para cerca de 20.000 habitantes nesses quatro anos. Dois Irmãos não chegou a dobrar, mas passou de 8.500 eleitores para 12.950. Já Estância Velha, mais do que duplicou: passou de pouco menos de 6.00 eleitores em 1982 para 14.200 agora. E ainda há o exemplo de Campo Bom, onde os 18.000 eleitores de 1982 se transformaram em 27.00 em 1986. Tal *avalanche* de migrantes causa problemas gigantescos para os pequenos municípios do Vale do Sinos. São filhos e netos de agricultores da chamada Colônia Velha, exatamente a região de colonização alemã, que subiram rumo ao Planalto Médio e ao Alto Uruguai quando as terras começaram a ficar escassas e as grandes famílias que tinham mais de 10 filhos não conseguiram mais tirar o sustento e a alimentação para todos. Agora voltam. As terras ficaram escassas também na Colônia Nova e os atraentes salários que variam de Cz\$ 1.200 a Cz\$ 1.800 significam uma renda familiar ao redor de Cz\$ 5.000 a Cz\$ 6.000 são uma atrativo suficiente. Vendem tudo o que tinham e passam a construir vida nova, exatamente no local de onde vieram seus antepassados. (Zero Hora, 19/10/1986:06)⁷.

⁷ Em 17/10/1986 o dólar oficial estava cotado em Cz\$ 14,09 o que significa dizer que as rendas dos migrantes nas fábricas de sapatos giravam em torno de US\$ 85,00 a US\$ 127,00 dólares ao mês.

Durante pelo menos três décadas seguidas o Rio Grande do Sul registrou altíssimas taxas de crescimento populacional urbano e uma queda vertiginosa no crescimento populacional rural. Isso vem a afirmar a preponderância das migrações rural-urbanas sobre os demais tipos de deslocamento populacional. Apesar de se poder considerar o Rio Grande do Sul como um todo uma área de expulsão (Oliveira, 1990 et alii), são as regiões localizadas no norte e noroeste do Estado que mais nitidamente apresentam esta configuração. Nos dois quadros abaixo, comparamos a evolução populacional das quatro principais regiões do leste-sudeste as três principais regiões do norte-noroeste.

**QUADRO 1 - QUADRO COMPARATIVO DAS MICRO-REGIÕES.
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL - 1970/1991.**



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

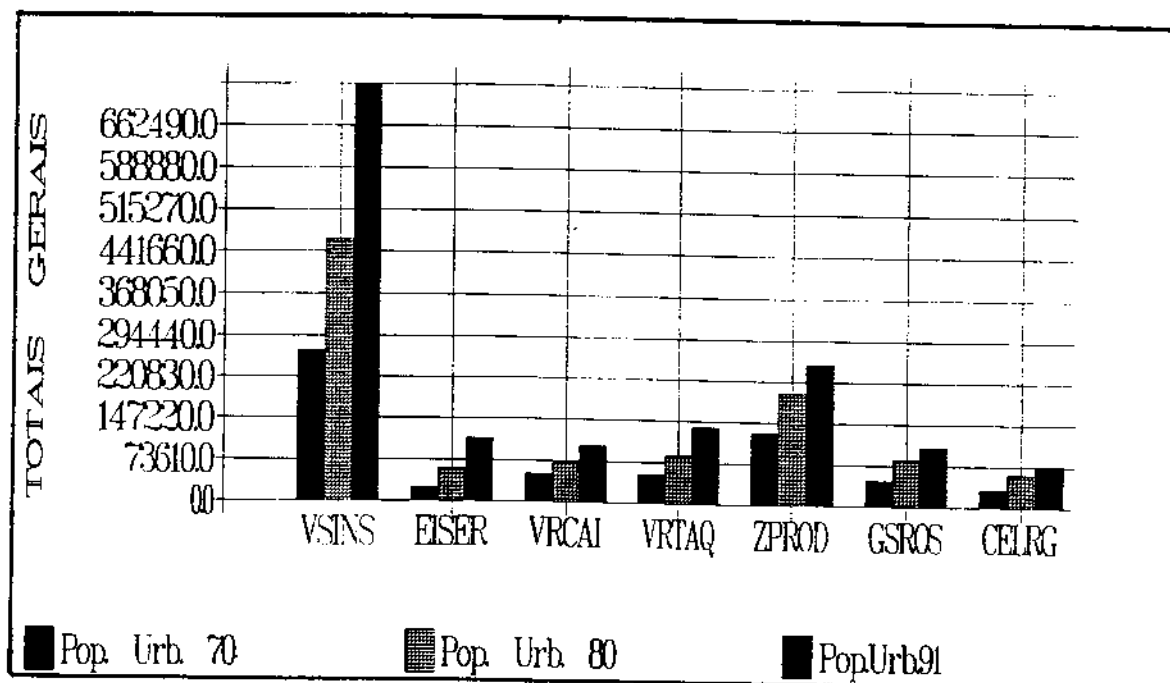
Micro-Regiões da Zona Leste-Sudeste (ex-Colônia Velha):

- VSINS = Vale do Sinos
- EISER = Encosta Inferior da Serra
- VRCAI = Vale do Rio Cai
- VRTAQ = Vale do Rio Taquari

Micro-Regiões da Zona Norte-Noroeste (ex-Colônias Novas):

- ZPROD = Zona da Produção (também chamada de Missões)
- GSROS = Grande Santa Rosa
- CELRG = Celeiro do Rio Grande (também chamada de Alto Uruguai)

QUADRO 2 - QUADRO COMPARATIVO DAS MICRO-REGIÕES.
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA - 1970/1991.



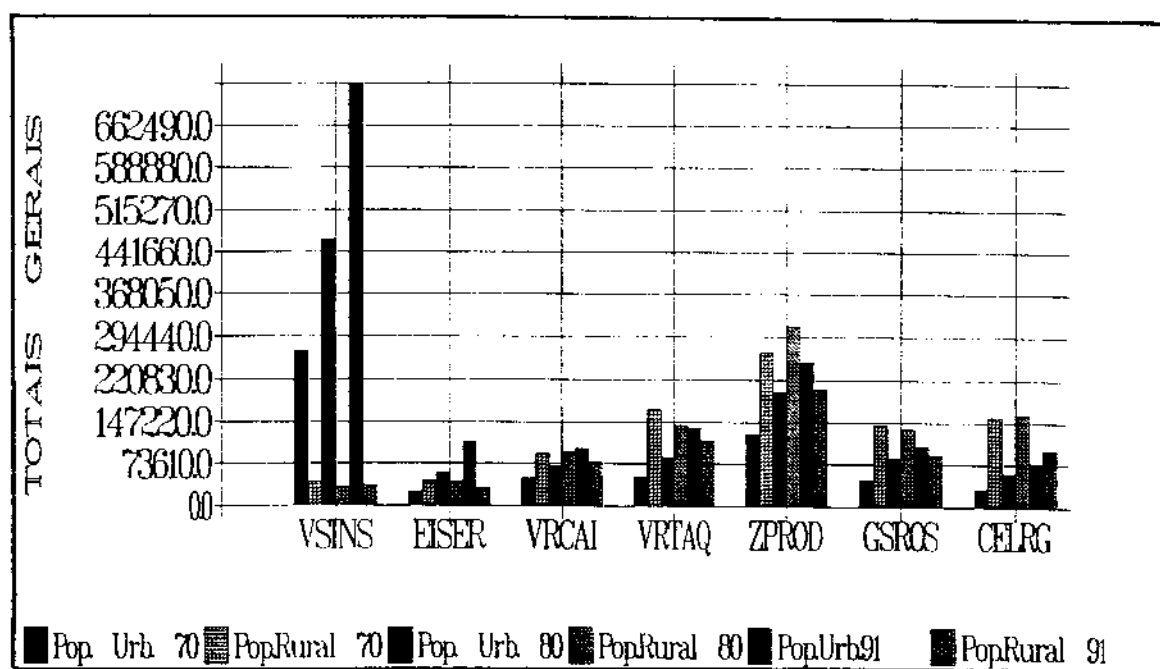
Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991.

Os quadros acima demonstram que enquanto a população rural das regiões do leste-sudeste se mantém estáveis (apresentando um ligeiro decréscimo na micro-região do Vale do Taquari ao longo dos anos 80), a população urbana cresce rapidamente, especialmente ao longo da década de 80 nas micro-regiões do Vale do Sinos e da Encosta da Serra⁸. A pequena queda diminuição da população rural da região leste pode ser explicada pelo

⁸ De 1950 para 1960 o Rio Grande do Sul apresentou uma taxa de crescimento populacional urbano de 5,29% a.a.. Em 1970 este número caiu para 4,08% a.a. e em 1980 para 3,98% a.a.. E contrapartida, a área rural apresentou uma taxa de crescimento populacional de 0,85% a.a. em 1960, 0,41% a.a. em 1970 e - 2,08% a.a. em 1980. Se olharmos o grau de urbanização (população urbana sobre a população total) e o índice de urbanização (população nas cidades com mais de 20 mil habitantes sobre o total) veremos que estes dados são ainda mais evidentes. Em 1950 havia uma proporção de 34,1% de grau de urbanização para 17,1% de índice de urbanização; em 1960 esta relação foi de 44,8% para 28%; em 1970 de 53,3% para 37,6% e em 1980 de 67,5% para 50%, respectivamente. Fonte dos dados: CENSOS DO IBGE.

elevado número de emancipações que ocorreram nestas regiões⁹. Se considerado este detalhe, ver-se-á que, na verdade, não houve diminuição da população rural mas sim uma "transformação" desta em população urbana. No que se refere à região norte-noroeste percebe-se, igualmente, que a população urbana cresce, embora em menor grau do que nas regiões anteriores. Entretanto, o dado mais importante observa-se no significativo decréscimo da população rural ao longo dos anos 80. A seguir apresentamos um quadro que compara a evolução da população rural e urbana nas diferentes áreas.

QUADRO 3 - QUADRO COMPARATIVO DAS MICRO-REGIÕES.
EVOLUÇÃO DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL - 1970/1991.



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

⁹ No ano de 1987 ocorreram 29 emancipações no Rio Grande do Sul; em 1988 foram 60; e em 1992, 94 novos municípios se formaram. A grande maioria destes novos municípios situa-se na região leste (cerca de 50%), na região centro-nordeste e na região norte do Estado. Há que se considerar, também, que os critérios utilizados pelo IBGE para definir a população como urbana ou rural não levam em conta a natureza das atividades sociais e econômicas da população. O fato de um povoado qualquer transformar-se em município, no Brasil, caracteriza uma cidade.

Este quadro revela que a diminuição da população rural nem sempre implica num aumento de igual proporção da população urbana. Esta constatação leva em consideração o fato de que as áreas de atração podem variar. O deslocamento das migrações pode se dar em ciclos passando pelos centros urbanos da região noroeste do Estado, para outros Estados da Federação e, finalmente, para as áreas industrializadas. Entretanto, o dado mais importante deste quadro refere-se ao movimento da população rural na década de 80, especialmente nas regiões norte-noroeste do Estado. A micro-região do Vale do Sinos também merece destaque, pois parece ter se constituído efetivamente na principal zona de atração de mão-de-obra, ao longo do último decênio^{1º}.

4.2.2. As Migrações e a Super-Acumulação de Capital

O conjunto destas informações nos permite atribuir uma acentuada correlação entre a expulsão de milhares de camponeses e trabalhadores rurais da região noroeste do Rio Grande do Sul e a atração que exerceram as áreas de destino como os centros urbano-industriais do Vale do Sinos e da região Metropolitana de Porto Alegre. Ao mesmo tempo que a indústria de calçados demandava uma grande quantidade de força de trabalho, a sojicultura e a modernização da agricultura produziam um excedente de mão-de-obra que foi compelida a deixar o meio rural. Este processo não deve ser entendido como uma "feliz coincidência" ou um processo de "*migração administrada*" por políticas agrícolas e industriais de caráter macro-

^{1º} Para uma análise do processo geral de urbanização do Rio Grande do Sul consultar Oliveira et.alii.(1990). Este trabalho mostra que há uma "queda sistemática" da participação de Porto Alegre no crescimento urbano. De 1970 para 1980 a Capital (28,18%) perdeu posições para algumas cidades do complexo coureiro-calçadista como Novo Hamburgo (63,96%), Campo Bom (117,79%), Sapiranga (171,50%), Estância Velha (68,27%) e outras, o que indica um possível reordenamento dos deslocamentos populacionais do Estado; que pelo menos no primeiro quinquênio da década de 1980 devem ter se ampliado.

estrutural¹¹. Na verdade, o responsável por estas transformações foi o padrão de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil e a forma peculiar de sua articulação e inserção na divisão internacional do trabalho. Tanto a soja como o calçado conquistam espaços em "nichos de mercado" no comércio internacional e provocam uma reorganização da estrutura produtiva da economia do Rio Grande do Sul. As novas relações de trabalho, que emergem destes distintos processos, acabam tornando-se complementares entre si.

Enquanto a modernização da agricultura expurgava os agricultores que não possuíam escalas adequadas de produção, o desenvolvimento da indústria de calçados dependia da existência de força de trabalho disponível para aprofundar a industrialização. E foi justamente através do assalariamento desta mão-de-obra barata, que migrou destas regiões rurais às cidades, que as indústrias de sapatos lograram uma *superacumulação* de capital no final dos anos 70 e início dos 80. A média salarial destes migrantes, em outubro de 1986, ficava entre US\$ 80,00 e US\$ 120,00 dólares mensais. A oferta abundante e de baixo custo da mão-de-obra permitiu a consolidação do processo de industrialização. Seguramente, a proletarianização da força de trabalho dos migrantes foi o oxigênio vital para que as indústrias de calçados pudessem conquistar uma significativa fatia do mercado mundial de calçados e consolidar sua estrutura fabril. Alguns exemplos desta realidade são ilustrativos:

"...A corrente migratória que chega para Dois Irmãos é oriunda principalmente de Alecrim Campinas das Missões, Miraguaí, Frederico Wespahlen e até do Oeste de Santa Catarina (municípios de Itapiranga, São Miguel do Oeste e outros) e Paraná. É a volta dos primeiros ocupantes da Encosta da Serra cujos avós subiram para o oeste em busca de melhores oportunidades de terras e trabalho. Agora, o "pessoal do barro vermelho" está de volta. Não mais vão cuidar da agricultura, mas da expansão da indústria. Faltam terras no oeste e não há empregos urbanos." (Jornal Zero Hora, 19/10/1986).

¹¹ Ainda que, até hoje, os ex-ministros de Planejamento do período militar, como Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen, sustentem esta versão dos fatos

"...Em Parobé, quatro grandes indústrias - Azaléia, Starsax, Bibi e Simpatia - são as maiores responsáveis por essa expansão, mas existem ainda outras 36 fábricas que servem de atrativo para os migrantes que chegam principalmente de Palmeira das Missões, Sarandi, Tenente Portela, Miraguaí e Vicente Dutra."(Jornal Zero Hora, 19/10/1986).

"...Estância Velha só não cresceu mais porque não há como acomodar os migrantes. A população passou de 14.200 em 1982 para 30 mil em 1986 e as indústrias ainda buscam diariamente cerca de três mil operários em Novo Hamburgo e São Leopoldo e à noite os devolvem às suas casas, diz o Secretário de Administração.(...) Vindos de Alecrim, Porto Lucena, Três Passos e até de Caçador, em Santa Catarina, os novos trabalhadores de Estância começam a trabalhar por salários que variam de Cz\$ 1.800 a Cz\$ 2.000, relativamente altos para iniciantes..."(Jornal Zero Hora, 19/10/1986).

Embora fossem trabalhadores "desqualificados" e sem conhecimentos prévios de atividades fabris, os migrantes constituíram-se na força de trabalho adequada para o tipo de processo produtivo que havia se implementado nas empresas de calçados. A simplificação das operações de produção dos sapatos, promovida pela organização taylorista do trabalho, possibilitou a inserção direta do colono-migrante no processo de produção industrial. A demanda das empresas por força de trabalho nos foi descrita por um antigo operário, ao recordar o período das migrações:

"... Naquele tempo havia muita falta de gente né. Então em todas as fábricas tinha: Há Vagas, Procura-se, Precisa-se, essas coisas escrito nas placas. Hoje em dia isto existe muito pouco. Hoje em dia se seleciona os empregados né. Antigamente não tinha que fazer tempo de experiência: se tu vinha pedi tu tava empregado. Depois em 1978, por ali, quando a agricultura começou a piorá lá em cima, deu as secas então ... começou a vir gente que nem *chuva* prá cá. Principalmente, vinham de Santa Rosa e toda aquela região: Alecrim, Santa Rosa, Santo Cristo, Porto Lucena, Tenente Portela e toda aquela região por lá..." (E.F. operário antigo, Dois Irmãos.)

Certamente, um dos principais fatores de atração dos migrantes foram as possibilidades imediatas de emprego e obtenção de salários fixos nas fábricas de sapatos. A situação de penúria e crise em que viviam os colonos-migrantes, rapidamente foi contrastada pelo "oásis" que havia se formado na região coureiro-calçadista. Os jovens, sentindo-se atraídos por

esta situação, migravam para o Vale do Sinos e, ao retornar, convenciam os demais familiares e parentes a tomar semelhante decisão.

"...No nosso caso, a nossa família teve a idéia de vim prá cá quando meu irmão mais velho saiu do quartel. Então ele sentindo o drama da colônia e ele fora, recebendo aquele salarinho do quartel né, acostumô! Aí quando voltou não queria mais trabalhar na roça, não queria se adaptar mais. Então ele e outro cunhado meu vieram prá fábricas aqui. Ele trabalhando sozinho sobrava mais no final do ano do que toda nossa família junto. E chegava lá fora: pô tava com o dinheiro no bolso. Então chegamo a conclusão que seria melhor nós trabalhá na fábrica e aí viemo todo mundo prá cá !"(D.S. migrante de Santo Cristo)

As migrações para as regiões do Vale do Sinos e da Encosta da Serra, onde se concentram as principais indústrias de calçados do Rio Grande do Sul, tiveram sua maior intensidade no período de 1978 até 1985. Numa primeira fase, que vai de meados dos anos 70 até o início dos anos 80, a corrente migratória vinda sobretudo do noroeste do Rio Grande do Sul deslocou-se para as cidades de Novo Hamburgo, Campo Bom, São Leopoldo e Sapiranga. Posteriormente, é possível verificar uma mudança de rumo nos deslocamentos populacionais em direção às cidades de menor porte situadas na região da Encosta Inferior da Serra como Dois Irmãos, Taquara, Parobé, Igrejinha, Ivoti, Estância Velha e Nova Petrópolis. De todos estes municípios, Novo Hamburgo foi, sem dúvida, a cidade que atraiu o maior número de migrantes. Por ser o primeiro e principal município produtor de calçados, Novo Hamburgo viu desenvolverem-se, como da noite para o dia, empresas de couro, calçados, componentes e acessórios.

Não obstante a forte demanda das indústrias por mão-de-obra, nenhuma das cidades de atração de migrantes foi capaz de fornecer infraestrutura habitacional, sanitária e urbana para esta **avalanche** de pessoas que acabaram se estabelecendo em favelas e sub-habitações¹². A

¹² Os problemas sociais e culturais decorrentes da urbanização caótica por si só sugerem um estudo a parte e não poderiam ser satisfatoriamente investigados no âmbito desta pesquisa. Recolhemos inúmeras informações em jornais e periódicos da região do Vale do Sinos sobre os problemas gerados pelas migrações. Nas manchetes sempre encontram-se notícias sobre

urbanização descontrolada gerou graves problemas de habitação e infraestrutura para as pequenas cidades. Na tentativa de solucionar estes problemas, as administrações de praticamente todos os municípios do Vale do Sinos criaram suas Secretarias Municipais de Habitação, algo que antes do evento das migrações era absolutamente dispensável. Alguns números mostram a dimensão do problema de maneira desnudada:

"...O preço mais alto que Novo Hamburgo paga por sua prosperidade é o processo de favelização do município. Dos 250 mil habitantes, pelo menos 40 mil, segundo cálculos da Secretaria Municipal da Habitação, vivem em malocas espalhadas por 40 vilas. *De 1983 para cá, três núcleos de sub-habitações surgiram a cada ano, num ritmo comandado pelas notícias de que em Novo Hamburgo há empregos a vontade.* Em 1987, 34.200 pessoas, divididas em 6.864 famílias, viviam nos 41 núcleos de subhabitação. Isto porque Novo Hamburgo tem uma oferta de emprego muito grande. Assim, 60% dos migrantes vem do campo direto para Novo Hamburgo, em busca de um emprego e de melhores condições de vida. "Quem vem para cá tem história recente de êxodo rural", afirma a socióloga F.A.¹³.

Uma outra consequência das migrações é o aparecimento de relações estigmatizadas entre os habitantes "nativos", nascidos na região, e os migrantes, "os de fora". Essas relações se baseiam nas diferenças culturais e étnicas que se evidenciam nas precárias condições de vida e na forma de trabalhar que distinguem os migrantes dos nativos.

Nas pequenas cidades da região coureiro-calçadista aparecem paisagens contrastantes que opõem a pobreza das favelas e sub-habitações com as moradias dos operários de origem local. A precariedade das condições em que habita e vive a maioria destes migrantes revela uma situação extrema de pobreza de inúmeras famílias. O *lumpem-proletariado* rural, transformado em proletariado industrial, reproduz no meio urbano a fragilidade de sua

subhabitações, favelas, ocupação de propriedades urbanas, valorização imobiliária e o aumento da criminalidade.

¹³ Informações obtidas no Jornal Zero Hora, 06 de novembro de 1989 p.26 e 47 e Jornal Novo Hamburgo, 22 de dezembro de 1989 p. 16. Em outra entrevista a socióloga F.A. afirma: "...Aqui, como em qualquer lugar do país, é grande o número de áreas municipais ocupadas com as vilas de subhabitação, a partir de 1980. Em 1987 foram registrados 37 núcleos, com cerca de 30 mil pessoas vivendo em 90% das áreas públicas ..." (Jornal Novo Hamburgo, 26 de maio de 1989 p.08)

situação social e a precariedade das condições de vida que antes haviam-no forçado a deixar a agricultura e o espaço rural.

As diferenças entre os nativos e os migrantes não se restringem aos aspectos econômicos. Observando-se os traços culturais e étnicos que caracterizam ambos os grupos, elas também se evidenciam. Os habitantes nativos cultivam o Kerb, a religiosidade, o parentesco e um sentimento de germanidade que os une através do dialeto comum. Já os migrantes, mesmo que sejam filhos ou descendentes de emigrantes, desprezam ou desconhecem estes valores. Não praticam o idioma de modo corrente, manifestam pouco interesse pela religião e ignoram o parentesco genealógico. Entretanto, nenhum desses aspectos diferencia mais os nativos dos migrantes do que o sentimento de fracasso, atribuído aos que foram compelidos a migrar e a retornar das ex-Colônias Novas para a região de seus antepassados a Colônia Velha, que hoje compõem o Vale do Sinos e região. Os migrantes são estigmatizados como sujeitos que não souberam garantir o futuro da família e dos filhos porque faltou-lhes trabalho e persistência¹⁴. Nas palavras dos alemães nativos, faltou aos migrantes o **pioneirismo** e o **espírito de luta** e de trabalho, do qual estavam imbuidos os colonizadores. A diferenciação social entre nativos e migrantes é manifestada publicamente, para identificar e separar os "alemães" ou a "gente daqui", dos "pelo-duro", os "de fora" ou "os do barro vermelho". O depoimento de um empresário do setor calçadista representa um exemplo deste estigma social que se criou na região:

¹⁴ Os nativos não podem ser identificados completamente com o modo de vida colonial pelas razões que já expusemos nos capítulos anteriores. O sentimento de germanidade, de que falamos, não pode ser comparado ao nazismo. Ele se manifesta na observância de valores e de uma conduta social que identifica o elemento alemão com sua etnia, com sua família-tronco e com a história da sociedade local. A história do retorno dos migrantes às regiões de origem de seus antepassados, entendida depreciativamente pelos que ficaram, também foi observada no trabalho de Tavares dos Santos (1993), em relação aos colonos que retornaram dos projetos de colonização do norte do Brasil.

"...Existe o funcionário local, que é mais estável, tem raízes no lugar. É de descendência européia e tem uma necessidade maior de ter seu pedacinho de chão, sua casa. E ele briga por isso, pois valoriza muito a família. A gente logo identifica quem é natural daqui: é mais conservador, mais responsável, mais controlado. Ele sabe administrar sua renda familiar, tem poupança. São gente de trato fácil em termos de aceitação. Gente que trabalha, que não pensa só no dia de hoje. (...) O pessoal de fora, a gente identifica eles depois do pagamento, só passando pelos bares. Não são seguros nos seus gastos. Não tem poupança, são desligados. Tem muito pessoal que vem de fora que lutam para ter sua casa, seu pedacinho de chão, mas eles já vem em desvantagem porque mesmo quando ele vende seu terreno, é muito pouco para adquirir alguma coisa por aqui. Tem muito problema cultural aí, de educação, de origem, de berço, de meio de vida, são gente que tem problemas em casa, problema de aluguel, falta cultura... Então, o pessoal que é daqui tem sua casa, seu caminho. Depois do expediente, tem outra atividade lucrativa. Esse não é o caso dos que vivem só com o salário da fábrica. Ele não consegue se sustentar. É duro ter que admitir isso. Falta iniciativa de alguns de ver uma forma alternativa de ocupar seu tempo com *trabalho*. Gastam bebendo em butecos. O pessoal daqui é mais difícil de acontecer isso. São diferentes dos de fora. O nosso medo é que a CUT possa estragar esse tipo de mentalidade"¹⁵.

O preconceito dos nativos em relação aos "de fora" é reiterado no interior das fábricas de calçados, onde se estimula a produtividade do trabalho e realça-se a disciplina como valor e como norma social. Considerando-se que a maioria dos migrantes que se assalariam em indústrias de calçados são jovens, semi-alfabetizados e sem experiência de trabalho industrial, pode-se compreender as dificuldades de sua adaptação ao novo ambiente de trabalho. No entanto, é neste momento que o estigma de perdulário, indisciplinado e pouco eficiente torna-se um juízo de valor dos nativos em relação ao operário-migrante. Residindo em sub-habitações e em favelas, e dispondo de uma remuneração mensal que mal permite a sua subsistência, o migrante passa a ser discriminado e marginalizado pela sociedade. Esta situação espelha um duplo fracasso, tanto para a população de origem local como para o próprio migrante, que vê frustradas as expectativas de "vencer na vida". Emergem daí conflitos étnicos e sociais dos quais os altos índices de suicídio e criminalidade são as consequências

¹⁵ Depoimento retirado de um documento de diagnóstico do SESEI (1990:31). Agradeço à Luíza Bazan a cedência deste material.

mais notáveis. O preconceito dos alemães contra os "de fora" pode ser observado, também, na rotulação social que recebem. Indivíduos de pele escura ou morena são simplesmente "negros". A mestiçagem entre alemães e italianos, e de alemães e descendentes de espanhóis ou portugueses, que ocorreu nas regiões de expansão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50, é a mais condenada de todas, pois dela resulta o "amarelo", sujeito tido como "perigoso e sem vontade para o trabalho".

No período recente, há indícios de que as migrações tenham diminuído. A redução do fluxo migratório para o Vale do Sinos, desde 1988, estaria relacionada a dois fatores. O primeiro refere-se a uma nova estratégia de desenvolvimento adotada pelas indústrias de calçados: o processo de descentralização industrial e de implementação de novas formas de gestão e organização dos processos produtivos. O outro deve-se ao "enxugamento" que as áreas de expulsão populacional teriam sofrido com as migrações. Acredita-se que ao longo dos anos 90 haja uma redução significativa do fluxo migratório das regiões de modernização agrícola do Rio Grande do Sul para as cidades do pólo coureiro-calçadista devido à diminuição da oferta de mão-de-obra rural excedente ou em condições de migrar.

Além disso, o processo de descentralização ou *interiorização* da indústria coureiro-calçadista para as áreas peri-urbanas e rurais e a adoção de novas formas de produção como os *grupos de trabalho*, o *CCQ* e o *just-in-time*, em andamento no setor coureiro calçadista a partir do final dos anos 80, provavelmente, alterarão as tradicionais formas de regulação das relações de trabalho. Para além dessas mudanças tecnológicas, que buscam a flexibilização dos processos produtivos, encontra-se um outro elemento, de cunho político e social, que poderá estimular cada vez mais a descentralização e a informalização das relações de trabalho no setor coureiro-calçadista.

Trata-se do crescimento da organização política e social e do aumento da mobilidade sindical da classe trabalhadora. Nas cidades do pólo coureiro-calçadista (Vale do Sinos e Encosta da Serra sobretudo) a "avalanche" das migrações produziu graves problemas sociais como o aumento da violência, da criminalidade e das sub-habitações, que impulsionaram a organização de movimentos comunitários, associativos e sindicais. Assim, a partir de 1985, quase todos os sindicatos de sapateiros do Vale do Sinos assumem novas características ideológicas, incorporando práticas políticas reivindicatórias e contestatórias da exclusão social, cujas vítimas eram sobretudo os migrantes. Utilizando a greve como principal instrumento de luta, os sindicatos lograram conquistas econômicas que, paulatinamente, elevaram o valor da força de trabalho em toda região.

O aumento do grau de organização e da mobilidade política dos trabalhadores e as mudanças ocorridas nos mercados consumidores internacionais de calçados levaram as empresas à adotar novas formas de organização dos processos produtivos. Uma das principais alternativas adotadas neste sentido é o deslocamento de unidades de produção (filiais) para as zonas rurais de regiões próximas ao Vale do Sinos, como o Vale do Caí e o Vale do Taquari. Juntamente com a descentralização industrial, cresce a tendência à terceirização de fases do processo produtivo e a confecção de peças de sapatos por sub-contratados e prestadores de serviços, mais conhecidos como ateliers. São estas mudanças que estudaremos nas seções seguintes.

4.3. "AS FABRICAS À CAMINHO DA ROÇA": a estratégia da descentralização

4.3.1. A Descentralização Industrial no Setor Calçadista

Como já demonstramos no capítulo dois, o processo de descentralização industrial, doravante também chamado de interiorização, tende a se aprofundar na década de 1990. A acumulação flexível de capital, como modelo de produção, pressupõe um elevado grau de flexibilidade das relações de produção. Embora as novas formas de gestão dos processos produtivos permitam a flexibilização através do recurso à novas estratégias de produção como os grupos de trabalho, o "just-in-time" e outras formas de trabalho, a descentralização das grandes empresas de calçados do Vale do Sinos, seu pólo dinâmico, para as áreas peri-urbanas e "neo-rurais" parece constituir-se numa notável tendência para as próximas décadas¹⁶.

Mais do que uma estratégia consciente e deliberada dos empresários para buscar novos espaços a fim de expandir suas atividades, a descentralização industrial deve ser entendida como forma de acumulação capitalista¹⁷. No caso da indústria de calçados, o deslocamento de partes dos processos produtivos ou unidades fabris inteiras para as zonas mais afastadas das cidades constitui-se numa estratégia de ampliação da acumulação extensiva de capital, mediante o assalariamento dos indivíduos residentes no meio rural. Invertendo uma tendência que era esperada no desenvolvimento do capitalismo, a descentralização demonstra que a inexorável queda da taxa de lucro não conduz, necessariamente, ao aprofundamento do progresso técnico no processo de produção industrial. As

¹⁶ O título deste sub-capítulo foi apropriado de uma reportagem sobre o processo de descentralização das indústrias de calçados do Vale do Sinos. Revista *Técnicouro*, 1989, 11(2):09

¹⁷ Esta afirmação também é válida para explicar as estratégias de terceirização utilizadas na indústria de calçados, que serão analisadas na próxima seção deste capítulo.

recentes experiências de interiorização das fábricas de calçados comprovam este fato. Entretanto, esta constatação não implica em dizer que estas empresas permanecem alijadas da modernização tecnológica. Dentro de uma mesma empresa podem coexistir diferentes estratégias de produção que vão da descentralização à adoção de novos métodos internos de organização dos processos produtivos.

No que se refere ao processo de descentralização industrial do setor coureiro-calçadista do Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, dificilmente poderia se afirmar que antes da metade da década de 1980 existiram estratégias de interiorização das fábricas de sapatos. De fato, houve empresas que já no início da década de 1980 estabeleceram filiais em Linhas e Picadas onde havia uma determinada oferta de mão-de-obra. Também é verdade que, em muitos casos, as empresas nasceram nos pequenos municípios do interior, como no caso das indústrias da região da Encosta da Serra. Embora não fossem mais pequenos "povoados aglomerados", conforme mostramos no primeiro capítulo, as pequenas comunidades rurais das Linhas e Picadas do interior das regiões da Encosta da Serra, do Vale do Cai e do Vale do Taquari mantiveram-se dedicadas à pequena agricultura familiar policultora até o momento da chegada das indústria de calçados.

Efetivamente, apenas a partir de 1985 a descentralização industrial torna-se uma estratégia de desenvolvimento das empresas de calçados. Neste momento, alguns pré-requisitos como a consolidação do processo de industrialização e a superacumulação de capital, proporcionada pela exploração da força de trabalho dos migrantes, já haviam se consolidado. Entretanto, as principais razões que levaram as fábricas a optar por este recurso são duas: o interesse por uma força de trabalho de baixo custo, mais disciplinada e mais cativa, representada pelos jovens colonos de origem alemã residentes nas áreas rurais; e a "fuga" da crescente institucionalização das relações de trabalho nos centros urbanos.

estimulada pela sindicalização crescente dos operários, que resultou em movimentos grevistas e no aumento dos salários nominais.

Uma das principais razões que explicam o sucesso da estratégia de descentralização industrial das indústrias de calçados do Vale do Sinos é o fato de que muitas empresas deslocaram apenas partes ou fases do seu processo de produção. Com isso, as empresas puderam selecionar os trabalhadores dos centros urbanos, ampliando a pressão dos "excluídos" (exército social de reserva) sobre os "incluídos", e mantendo em patamares favoráveis o custo da mão-de-obra, quer seja ela da cidade ou do meio rural. E não foi apenas em função da força de trabalho que as indústrias adotaram estas estratégias, pois a descentralização de fases do processo de produção também mostrou-se altamente funcional à flexibilização das relações de produção. Com a interiorização de partes do processo de produção, as empresas reduzem os custos de modernização tecnológica das plantas industriais centrais e mantêm uma elevada capacidade de atendimento as demandas do mercado mundial.

Na cidade de Dois Irmãos encontramos um exemplo paradigmático desta realidade. As cinco grandes empresas que ali exercem seu domínio são também as únicas empresas de sapatos das cidades vizinhas de Santa Maria do Herval e de Morro Reuter, onde estabeleceram suas filiais. Tendo se emancipado de Dois Irmãos, a primeira em 1988 e a segunda em 1992, estas cidades são sedes de unidades de produção que fabricam apenas uma parte do processo produtivo do sapato, em geral o chamado "pré-fabricado"¹⁸. Somente em 1990 uma das empresas de calçados, com filial estabelecida em Santa Maria do Herval, decidiu autonomizar sua unidade de produção e produzir um sapato do "início ao fim". Segundo o depoimento de seu proprietário a um semanário, essa atitude faz parte de uma estratégia da empresa:

¹⁸ A exceção de uma fábrica de Santa Maria do Herval e duas do Morro Reuter, as demais filiais são todas "prestadoras de serviço" para a matriz.

"...nós estamos descentralizando a produção. Não queremos, por diversos motivos, entre eles a segurança e o desenvolvimento regionalizado, produzir numa única empresa. Nossa estratégia é a de termos, em cada filial, uma empresa autônoma, que faça o sapato do início ao fim."(Jornal Dois Irmãos, 22 setembro de 1990)

4.3.2. A Descentralização Industrial: trabalho e acumulação de capital

Recentemente, as empresas vem ampliando a capacidade de produção de suas filiais, permitindo que cada unidade produtiva execute por inteiro o conjunto das diferentes fases de fabricação do sapato. Geralmente, a autonomização de uma filial em relação à matriz implica na expansão de outra unidade de produção que mantém as características da anterior¹⁹. Entretanto, percebe-se uma tendência à manutenção de certas funções na sede das empresas como os setores de programação e planejamento, administração e departamento de pessoal, modelagem e, com certa frequência, os setores de corte e costura, pelo fato destas fases exigirem mão-de-obra altamente qualificada e envolverem cuidados específicos com a matéria-prima (couro).

A visível expansão das empresas de calçados para o interior ganhou, inclusive, destaque na imprensa escrita, reforçando nossas suspeitas de que as empresas vem requerendo um *novo tipo de trabalhador*.

"... O Vale do Sinos já não exporta apenas calçados. A ocupação desenfreada do solo e a busca de uma mão-de-obra mais barata e dócil está fazendo com que as empresas exportem filiais para o interior do Rio Grande do Sul. A desconcentração já começou e toma o rumo da Encosta da Serra. Atualmente, a produção de calçados se estende por mais de 50 municípios gaúchos fora do Vale do Sinos, oferecendo emprego a cerca de 60 mil pessoas que potencialmente, poderiam estar deixando o campo em direção às cidades do Vale"²⁰.

¹⁹ Parece que o processo de terceirização (vide a próxima seção) poderá ocupar um espaço importante neste novo contexto, uma vez que muitas das atividades que eram realizadas dentro das empresas passarão a ser desempenhadas por prestadores de serviços ou sub-contratados.

²⁰ Jornal Zero Hora, "Indústria de Calçados se Expande e Ganha Novo Rumo", 06/11/1989, p.27

Além disso, há outros fatores, menos importantes que os anteriormente arrolados, que explicam a crescente interiorização das empresas de calçados. As facilidades e incentivos oferecidos pelo poder público (prefeituras) e pela comunidade local, a melhoria nas comunicações e no transporte e a rápida expansão da acaciocultura no meio rural de toda zona de expansão das fábricas estão entre os mais importantes. Este conjunto de facilidades permite que as empresas optem pela descentralização de suas plantas industriais enquanto uma estratégia de desenvolvimento. As entidades de classe como a Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo (ACI-NH) passaram, inclusive, a recomendar tal política de expansão, como se vê no discurso de um de seus representantes:

"...É de nossa responsabilidade, hoje, a interiorização da indústria calçadista, assim como a pulverização para outros Estados. Novo Hamburgo é exemplo de progresso nacional e internacional..."²¹.

Além das vantagens da descentralização diretamente ligadas à política de expansão das empresas, a interiorização vem se constituindo em fator de desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais. É o caso, por exemplo, dos pequenos municípios, recentemente emancipados, situados nas regiões da Encosta da Serra, Vale do Cai e em menor número no Vale do Taquari²². Estas regiões constituem a "frente pioneira" de expansão das indústrias de calçados do Vale do Sinos nos anos recentes²³. O

²¹ Jornal Novo Hamburgo, "ACI Lança um Alerta aos Calçadistas", 08/12/1989, p.03

²² Como exemplos tem-se os municípios de Santa Maria do Herval, Picada Café e Presidente Lucena na Encosta da Serra; Tupandi, Bom Princípio e São Vendelino no Vale do Cai e Imigrante e Paverama no Vale do Taquari.

²³ Segundo um articulista do Jornal Novo Hamburgo "(...) O Vale do Sinos recebe um prefeito por semana, que vai ali reclamar sua fábrica. E os calçadistas não se fazem de rogados. Eles estão indo com vontade para o interior. E Novo Hamburgo vai um dia transformar-se apenas num Centro de Excelência Calçadista - sem fábricas. "A informação do articulista é correta e pode ser comprovada num anúncio publicitário de uma prefeitura do Vale do Taquari (Roca Sales) que oferece: isenção de impostos por 10 anos; área de terras para instalação; serviços de terraplenagem; enfim "*infraestrutura completa e farta mão-de-obra*". Jornal NH, 08/07/1989 e Jornal ZH, 06/08/1991, respectivamente.

assalariamento dos colonos do "meio rural" permitiu o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores e a monetarização das relações econômicas. Isso fez com que vários núcleos rurais, estagnados economicamente a várias décadas, recuperassem seu dinamismo e sua capacidade de desenvolvimento. Apesar de não podermos precisar o volume de circulação de bens e dinheiro, os sinais de progresso destas localidades evidenciam-se no crescimento do comércio, dos serviços e, principalmente, da construção civil²⁴.

Indubitavelmente, porém, as maiores vantagens auferidas com a "marcha das fábricas à caminho da roça" recaem em favor dos empresários. Para se ter uma idéia da importância deste processo e de sua representação para os empresários, analisaremos os depoimentos de um grupo de industriais que, sob a coordenação do Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins (CTCCA-NH), reuniu-se para discutir e abordar o tema. Em primeiro lugar atemo-nos à extensão e ao estágio de consolidação deste processo. O depoimento inicial do debate, transcrito pela revista *Tecnicouro* (1989, 11(2):8-14), não deixa dúvidas:

"...A nossa intenção é óbvia: fugir cada vez mais dos grandes centros à procura de uma mão-de-obra, não diria mais barata, mas sim mais qualificada, que nos traga um retorno de produtividade maior. A intensidade com que está ocorrendo este fato é tão grande que, num raio de 200 Km de Novo Hamburgo, não existe mais uma única localidade que não tenha uma fábrica de calçados. E as informações extra oficiais que se tem é de que grandes empresas estão pensando cada vez mais em sair dos grandes centros, em busca de uma mão-de-obra mais qualificada, de uma taxa de absenteísmo menor, de menos greves, enfim, o contrário do que se tem nas grandes cidades."

Dentre as principais razões que estimulam a descentralização industrial estão duas anteriormente citadas: a busca de mão-de-obra e a fuga dos sindicatos. Aprecieemos a opinião dos empresários sobre seus motivos e sua estratégia de desenvolvimento, no que diz respeito a busca de um novo tipo de operário:

²⁴ O crescimento do Setor Terciário das economias capitalistas parece ser um fenômeno uniforme. A terciarização ocorre tanto nos países desenvolvidos como naqueles em fase de desenvolvimento.

"... Nós temos várias indústrias de calçados no interior, há já alguns anos, e o que nos levou à isso foi a falta de mão-de-obra. Era mais fácil a gente deslocar duas ou três pessoas e montar uma filial no interior, do que ir lá buscar 50, 100 ou 200 operários. A principal vantagem disso é de pegar uma mão-de-obra não "poluída" e poder treiná-la." (Técnicouro, 1989, 11(2):9)

"...Para mim é a busca de uma *qualidade humana* muitas vezes perdida nas grandes cidades. Aquele espírito comunitário de que já se falou aqui é trazido para dentro da fábrica. As pessoas que ali trabalham e que ali convivem, naquela pequena região, ao contrário do que acontece numa grande cidade, se conhecem e se respeitam. Jogam bolão e futebol juntos, se divertem e vão à missa juntos, etc. *É esse espírito comunitário, esse espírito de cooperação é trazido para dentro da fábrica.* Em Novo Hamburgo, com essa imigração toda que ocorreu, perdemos muito em qualificação de mão-de-obra. Então, hoje, eu diria que o interior está, em termos de habilidade, melhor até do que aqui. E isso até porque a qualidade de vida no interior é hoje mil vezes melhor que aqui. *Sem falar naquele espírito de luta, naquela vontade de trabalhar que caracteriza o pessoal do interior.*" (Técnicouro, 1989, 11(2):9)

E, também, no que se refere à fuga dos sindicatos e dos problemas sociais e econômicos dos centros urbano-industriais:

"...Este problema também vem muito da própria organização dos sindicatos, porque, até então, eles atuavam mais na parte burocrática e hoje estão muito mais ativos." (Técnicouro, 1989, 11(2):9)

"...O pessoal, por exemplo, já começa a aderir às greves. Se antes éramos vistos com simpatia por mudar a vida da localidade, hoje nós somos vistos como exploradores." (Técnicouro, 1989, 11(2):9)

Os resultados dessa política de desenvolvimento, segundo os próprios empresários, podem ser resumidos numa palavra: **produtividade**. Embora os salários das unidades produtivas interiorizadas permaneçam iguais ou, como ocorre na maioria das vezes, inferiores aos da planta central (matriz), as baixas taxas de absenteísmo, o maior afinco e assiduidade dos trabalhadores na execução das tarefas bem como a redução de gastos com as concessões de "benefícios assistenciais e sociais" (farmácia, alimentação,

prêmios, etc) compensam os investimentos e resultam numa maior taxa de lucro. Vide as declarações:

"... Entre Novo Hamburgo e Joaneta, lá no interior de Nova Petrópolis onde temos uma fábrica, a diferença em relação ao absenteísmo é enorme. Aqui é de 6% e em Joaneta é de 1,5%." É isso sem contar o problema da rotatividade, coisa que no interior praticamente não existe, mas que aqui está em torno de 4,5%. Realmente não é fácil tirar uma produtividade onde se tem um alto índice de absenteísmo e um alto índice de rotatividade" (Técnicouro, 1989, 11(2):9).

"...Acho que o problema é social. Por exemplo, no interior, o rapaz que trabalha na fábrica de calçado mora na casa do pai e da mãe, com a família. Aqui em Novo Hamburgo, tem muita gente que mora em sub-locações, sem ninguém para chamá-lo de manhã, ou para cuidar de sua roupa, de sua alimentação, depende de ônibus, enfim, *com a estrutura familiar esfacelada. No interior a coisa é diferente: atrás do empregado há uma estrutura familiar sólida que o sustenta e lhe dá ânimo.*" (Técnicouro, 1989, 11(2):10)

"...O menor absenteísmo no interior também está em função de o operário saber que, se for demitido lá daquela fábrica, na sua localidade não haverá outra aonde se dirigir, daí então, o maior zelo. Além disso, em geral, são pessoas que já vinham de uma atividade muito dura, no campo, na lavoura, em que tinham que levantar muito cedo e estão acostumadas á uma longa jornada de trabalho". (Técnicouro, 1989, 11(2):10)

Esses depoimentos são ilustrativos de como para o capital o ambiente social e econômico em que vive a o trabalhador é importante. Num povoado aglomerado de origem teuto-brasileira a vida comunitária, a observância a valores e a normas sociais rígidas e a coersão moral pública são as dimensões características das relações sociais. É este tipo de espaço que as indústrias de calçados buscam para estabelecer uma unidade produtiva: onde a rotatividade e o absenteísmo dos operários sejam baixos e as taxas de lucro sejam elevadas. Outro elemento a ser destacado nos depoimentos, acima transcritos, é a extrema importância que os empresários atribuem ao papel da família do operário. A família exerce um poder fiscalizador e coercitivo e, é responsável pela educação e pela inclinação dos jovens ao trabalho.

É aqui podemos voltar ao tema da *etnicidade do trabalho* que, no caso dos colonos alemães, emerge de uma "*concepção de trabalho etnicamente fundamentada*", como também mostrou Seyferth (1992:89). A concepção específica do trabalho alemão advém da distinção e da comparação do trabalho dos "de origem alemã" em relação aos "de fora", "os caboclos". "(...) A vocação para o trabalho é claramente atribuída a uma origem étnica concebida geneticamente" (Seyferth, 1992:90). Trata-se de uma auto-diferenciação de ordem simbólica que faz com que este tipo de trabalhador (o colono-operário) se considere mais assíduo e melhor qualificado dos que os demais trabalhadores²⁵. As declarações acima demonstram o reconhecimento dos empresários à idéia de que os operários do interior *faltam menos e trabalham mais e melhor* em relação aos trabalhadores dos centros urbanos. Ou seja, são as origens sociais (ser descendente de alemães) e o ambiente local em que vivem os fatores que os diferenciam os trabalhadores.

A inter-relação e a articulação da indústria com a pequena agricultura familiar de subsistência é uma das principais características dos processos de industrialização difusa. É ela nos fornece a chave explicativa do interesse dos industriais calçadistas pela mão-de-obra residente no meio rural. Pois, como diz o depoimento, "transferir o espírito comunitário" da sociedade local para o interior da fábrica significa interligar as relações de sociabilidade vigentes em determinada comunidade com o processo de produção capitalista da indústria. Com isso a legitimação das relações de poder e de dominação, imposta pela hierarquia estabelecida pela divisão técnica do trabalho no interior da fábrica, solidifica-se sobre a base de preceitos disciplinares e normativos oriundos da ordem social vigente. Ou seja, a obediência e o respeito às normas de trabalho no processo de produção são perpassadas e legitimadas por valores étnicos, por laços de parentesco e por valores religiosos.

²⁵ Discutiremos essas diferenças de ordem ideológica e simbólica na última seção deste capítulo.

Desse modo pode-se compreender o sucesso da descentralização enquanto uma estratégia de desenvolvimento industrial. As vantagens desse processo não se restringem somente ao incremento na produtividade do trabalho mas, também, ao próprio valor pago pela força de trabalho dos operários de origem rural. Na grande maioria dos casos estes trabalhadores mantêm uma ligação qualquer com a atividade primária, seja como filhos de agricultores, como proprietários de pequenos lotes de terra ou outra. Essa ligação com a pequena agricultura permite-lhes a disponibilidade de gêneros alimentícios de consumo básico e o acesso à moradia. E dessas vantagens também se beneficiam as indústrias de calçados, uma vez que a redução dos custos com alimentação e alojamento implicam no rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho.

"...Pegamos algumas pessoas, normalmente duas de cada família. Foi feito um cadastramento e vimos que aquele emprego na fábrica de calçados era complemento da renda familiar. Normalmente o pessoal é safrista, uns criam gado, outros plantam soja, mas a receita deles é de meio em meio ano ou de cinco em cinco meses, então, se um membro da família ganha um salário regular mensalmente, isso ajuda muito"

"...Ao mesmo tempo é importante que o operário consiga se realizar como ser humano, já que a fábrica de calçados não permite grandes avanços em termos profissionais. Isso é difícil em grandes cidades. Mas no interior, ele, cidadão, pessoa física, encontra fora do ambiente da fábrica, plantando um milho, uma mandioca, cultivando seu feijão ou criando um porco, uma galinha, participando de um jogo de bocha ou de seu clube de tiro, *possibilidades de realização como pessoa humana. Por isso a importância de se deslocar as fábricas para o interior e também para evitar o êxodo rural do campo para as cidades*, responsável por estes círculos de miséria e marginalidade ao redor das cidades mais importantes aqui do Vale."(Técnicouro, 1989, 11(2):89)

Os empresários não consideram significativos os custos econômicos da estratégia da descentralização. Os gastos com transporte e deslocamento parecem não influenciar na decisão das empresas de maior porte de aprofundar o processo de interiorização das fábricas de sapatos. Além de levar partes ou plantas fabris inteiras para o interior, muitas indústrias

fazem também o transporte diário de operários para suas empresas. É o que se depreende das seguintes afirmações:

"...Hoje, não existe expansão no Vale. As fábricas estão indo bastante distante, tem gente aí a 300, 400 Km longe, colocando filiais. Isso em anos passados não acontecia por causa da distância, mas hoje já tá sendo possível, o pessoal já tá estruturado para conseguir fazer isto. O Reichert, o Schmith, a Paquetá onde houver uma oferta de 500 pessoas a 400 Km daqui, eles vão lá colocando uma filial, eles tem essa estrutura. A própria mão-de-obra, que antes não podia ser empregada, hoje tem máquinas e tudo isso se torna possível" (R.W. empresário, Dois Irmãos).

"...Quando optamos por colocar um filial fora, fomos para uma cidade a 300 Km de Novo Hamburgo, Caçapava do Sul. A distância de uma filial, se ela está a 40 Km de Novo Hamburgo ou a 300 Km, não importa muito, porque sempre tem que se carregar um caminhão ou uma caminhoneta e mandar as mercadorias para lá. Se o motorista está dirigindo meia hora ou duas horas e meia, não faz diferença. Só que lá nós somos a única fábrica de calçados do município, não temos concorrência de ninguém, procuramos nos integrar dentro das características daquela comunidade e está funcionando maravilhosamente bem.(Técnicouro, 1989, 11(2):09)²⁶

Analisando a posição do setor coureiro-calçadista gaúcho em relação à economia nacional e sua inserção no mercado externo, bem como a busca crescente pelo incremento das taxas de acumulação de capital, é possível concluir que, ao longo da década de 1990, o processo de interiorização vá se aprofundar²⁷. A descentralização parece privilegiar as regiões que possuem uma estrutura social e fundiária parecida com a do Vale do Sinos e regiões próximas: predomínio da pequena propriedade de produção familiar e uma população formada, basicamente, por descendentes de colonos

²⁶ Perguntados se suas fábricas de calçados estariam também se transformando em empresas de ônibus, dois empresários responderam: "... Quase! Nós estamos com 12 ônibus"; e o outro "...Nós temos 9 ônibus próprios e 5 Kombis alugadas"(Técnicouro, 1989, 11(2):09)

²⁷ Outro cenário que a expansão do processo de descentralização permite antever é a desconcentração urbana e a queda das taxas de migração para as cidades do Vale do Sinos. É o que nos indica o depoimento de um empresário: "...Se colocarmos mais fábricas em outras cidades, o pessoal vai começar a retornar. Para nossa filial lá em Caçapava do Sul começou a retornar gente que trabalhava em Campo Bom e em Sapiranga, e que agora tem perspectiva de emprego no município da origem. **Esse fenômeno social, esse cinturão de pobreza que há aqui (Vale do Sinos), nós podemos facilmente inverter.**" (Técnicouro 1989, 11(2):10).

de origem alemã. Neste processo, caberá às atuais cidades-pólo da produção de calçados uma nova função, conforme sentenciava um empresário:

"...E se olharmos Novo Hamburgo, veremos que a cada ano que passa ela se torna uma cidade muito mais comercial do que propriamente industrial. Há vantagens de a matriz estar aqui em função da comercialização do produto e da facilidade de abastecimento de matérias-primas, produtos auxiliares, máquinas, etc.(Técnicouro, 1989, 11(2):14)

4.4. OS COLONOS-OPERÁRIOS

O terceiro "tipo" de relação de trabalho refere-se aos "colonos-operários". O colono-operário é, antes de mais nada, uma categoria de análise, um instrumento heurístico do qual lançamos mão para explicar as relações de trabalho que se estabelecem entre os agricultores familiares e as indústrias de calçados. Colono-operário é todo aquele assalariado em empregos não-agrícolas (portanto, industriais ou no setor de serviços) que mantém alguma relação com as atividades rurais ou agrícolas. Estas podem implicar em trabalhos temporários ou permanentes, próprios ou de terceiros desde que o indivíduo, denominado de colono-operário, usufrua delas de alguma maneira: seja para subsistência ou como fonte de ganhos financeiros.

"... Indivíduos nem bem camponeses, nem bem operários, que se identificam como colonos mas são trabalhadores da indústria - eis a realidade. Seu status não é propriamente o de operários, e nem eles se consideram membros da classe operária, embora sua condição de industriário tenha reduzido bastante sua atividade agrícola. O que os distingue dos outros operários é o fato de que possuem outra ocupação - a lavoura, mesmo que a nível de subsistência -, pertencem a famílias que tem a propriedade das terras que cultivam - mesmo em pequena quantidade - e não residem na área urbana. Paradoxalmente, são ao mesmo tempo assalariados por um lado e proprietários dos meios de produção de outro" (Seyferth, 1987:107)

A principal característica do colono-operário é sua ligação com o que anteriormente chamamos de ambiente social e econômico "rural". Sua ligação com o modo de ser e de viver de um determinado local, habitado por parentes e conhecidos, cria uma espécie de *cumplicidade* deste indivíduo com o espaço social e econômico no qual transcorre sua vida. Entretanto o elemento diferenciador entre o colono-operário e os outros tipos de trabalhadores é sua ligação com a terra. É a propriedade da terra que garante o vínculo do operário com o modo de viver do colono. Ser dono da terra tem um duplo significado: o de ser proprietário de um meio de produção e, portanto, de uma segurança ou garantia à sobrevivência da família e, como forma de estabelecer um vínculo, mesmo que seja no plano simbólico ou ideológico, entre o trabalho assalariado na indústria com a colônia. São estes dois elementos que diferenciam e legitimam a condição de colono-operário em relação às outras categorias de trabalhadores.

O colono-operário é, na verdade, um assalariado das empresas de calçados estabelecidas nas regiões da Encosta da Serra, Vale do Cai e no Vale do Taquari. Geralmente, as indústrias de calçados e os curtumes dispõem de meios de transporte (ônibus e Kombis) para locomover, diariamente, estes empregados²⁵. Quando este não é o caso, são as próprias empresas que levam partes ou fases do processo de produção industrial para o meio rural (descentralização) buscando atrair este tipo de mão-de-obra. Entretanto, para ser um colono-operário não basta ser assalariado, é preciso estar ligado às atividades rurais-agrícolas de algum modo: residindo na propriedade e/ou desempenhando algumas tarefas produtivas.

A definição da condição de colono-operário não se alicerça apenas no tipo de relação que o indivíduo residente no meio rural estabelece com a

²⁵ Este é o depoimento de um empresário que estabeleceu uma unidade de produção de calçados em Caçapava do Sul, uma cidade fora do perímetro tradicional de localização das fábricas de calçados. Como esta cidade se situa numa região de grandes propriedades (Centro-Sul do Estado), muitos assalariados de sua fábrica são também trabalhadores temporários na agricultura, em épocas de safra de soja e arroz, ou peões de estâncias de pecuária. (Técnicourc, 1989, 11(2):10)

indústria e com a atividade agrícola. A condição de colono-operário tem a ver com o ambiente social e econômico rural e a ligação do indivíduo a este espaço. Ser colono não significa apenas ser camponês ou agricultor mas comportar-se de acordo com um conjunto de valores simbólicos e práticas culturais identificadas com o modo de vida colonial. Embora este indivíduo seja um empregado assalariado, ele se reproduz enquanto força de trabalho num ambiente social e econômico que é mais do que um espaço de reprodução das relações capitalistas de produção. No ambiente rural, onde transcorre sua vida, este trabalhador pode extrapolar sua condição de assalariado e de vendedor de força-de-trabalho. Como colono ele tem a possibilidade de utilizar seus meios de trabalho em benefício próprio: plantando os produtos básicos para o consumo ou auxiliando nas tarefas agrícolas dos demais membros de sua família rural.

O fato do colono-operário permanecer ligado ao ambiente social e econômico rural permite-lhe reduzir os custos com alimentação, moradia, e etc. Este ambiente não é apenas o espaço da propriedade da terra, onde se exercem as atividades produtivas da família, nem mesmo apenas o espaço da casa paterna, onde sob os auspícios do poder patriarcal consolidam-se relações entre pessoas ligadas entre si por laços de família e de parentesco. O ambiente rural exerce sobre o indivíduo colono-operário uma atração enquanto espaço social: o espaço das relações sociais comunitárias, o espaço das relações de sociabilidade.

Neste espaço social se mantém e se revigoram as relações de interconhecimento (Mendras, 1978), típicas da sociedade colonial camponesa. Embora a forma de produzir e mesmo o modo de vida desta sociedade tenham sido desarticulados pelos processo sociais de industrialização difusa e de transformação das relações de produção na agricultura, ainda subsistem determinadas relações sociais que não cederam à estas mudanças. Este é o caso das relações de parentesco, de vizinhança e de religiosidade que, não obstante tenham se metamorfoseado, ainda regulam a conduta, a solidariedade

e os laços de pertencimento dos indivíduos àquela localidade. Não é difícil imaginar a atração que um tal ambiente exerce sobre os jovens de uma mesma Picada ou Linha, no interior dos municípios das regiões deste estudo. A disponibilidade de rendas obtidas com o assalariamento nas fábricas permite que estes jovens tenham acesso a bens de consumo e às mais variadas formas de lazer e entretenimento. Se antigamente o que havia de "vida social" não passava de duas ou três festas anuais (Kerb, quermesses da Igreja, baile) hoje os esportes, bailes e festas mantêm sua regularidade e exercem grande atração sobre a juventude. Além disso, a perspectiva de trabalho no futuro parece ser um dos principais fatores que conduz os jovens a se assalariarem nas indústrias:

"... Eu comecei aqui (fábrica) porque na roça não dava dinheiro assim, e como eu ia me sustentar depois? Assim, olhando pro futuro, lá era difícil tu conseguir alguma coisa né... O problema é que os colonos viam que depois, futuramente, prá se assentá os filhos deles na agricultura é muito difícil. Porque os preços iam caindo sempre, todo ano era pior... Aqui na fábrica facilita mais porque o serviço é leve e nós era acostumado com o serviço pesado. Agora voltá prá colônia seria difícil porque já desacostumou tudo. Assim uns já tem terreno e já tão construindo casa. E até pelo próprio gosto, seria muito difícil alguém querer começar onde o colono tá hoje em dia. Ninguém mais quer ir na colônia. Todo mundo quer facilitar as coisas. Na firma é mais fácil que na roça. (R.K. colono-operário, Morro Reuter/RS)

Indubitavelmente, a origem dos colonos-operários está ligada às transformações ocorridas na agricultura familiar através da industrialização difusa do setor coureiro-calçadista. Já vimos anteriormente (capítulo três) como se reestruturou a agricultura familiar e como o processo produtivo agrícola se adaptou à esta nova realidade. Entretanto, o principal responsável pelo rápido crescimento da categoria dos colono-operários foi o processo de descentralização e de interiorização das fábricas de calçados. O colono-operário parece sintetizar e "materializar" os resultados destes dois processos sociais.

4.4.1. Os Colonos-Operários e a Industrialização Difusa

A análise das características e das especificidades da categoria dos colonos-operários das regiões da Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari no Rio Grande do Sul revela-nos que não estamos tratando de uma situação inteiramente nova nestas regiões. De certo modo, a categoria dos "operários antigos", que compõem o primeiro tipo do universo das relações de trabalho estudadas neste capítulo, antecedeu aos colonos-operários. A diferença fundamental, contudo, reside no fato de que no período em que estes últimos trabalhadores, filhos de colonos, se assalariavam nas indústrias de calçados, as transformações na estrutura agrária da região ainda não haviam se configurado enquanto uma "part-time farming".

O trabalho extra-agrícola ainda não fazia parte de uma estratégia familiar de reprodução. A busca do assalariamento nas indústrias era muito mais uma alternativa individual dos jovens para a falta de opção na agricultura, uma vez que não haviam terras suficientes na região e a fronteira agrícola também já havia sido ocupada. O grande número de filhos das famílias rurais obrigava boa parte da prole a sair da propriedade sob pena de reduzir-se demasiadamente as rendas de todo coletivo ou, até mesmo, inviabilizar a escala de produção. Esta situação perdurou durante quase duas décadas, ao longo das quais a região passou da produção comercial de leite como principal produto à monocultura da acácia-negra, como demonstramos no capítulo três.

Para os colonos, tornados operários das fábricas de calçados através do assalariamento, os empregos extra-agrícolas constituem-se em estratégias de sobrevivência e representam a principal fonte de rendas da família. O assalariamento é uma alternativa à crescente minifundização das propriedades, agravada pela adoção do sistema de herança por partilha, e uma forma de manter suas rendas monetárias em patamares aceitáveis. Entretanto, não se deve esquecer que este processo somente ocorre num

contexto onde há disponibilidade de empregos, que viabilizam o assalariamento. E isto se deve, em grande medida, à especificidade do processo de desenvolvimento industrial da região.

Para as indústrias de calçados existem várias vantagens em recrutar este tipo de mão-de-obra (colonos-operários) e a priorizar a descentralização das indústrias como uma estratégia de desenvolvimento empresarial. Entre as mais importantes poderíamos citar: a-) a necessidade de flexibilização dos processos de produção industriais; b-) a busca de um tipo de trabalhador mais qualificado e disciplinado que não onera, sobremaneira, os custos dispensados com a força de trabalho; c-) a intenção de "fugir" dos movimentos sindicais organizados bem como da institucionalização e da rigidez dos contratos de trabalho; d-) as vantagens obtidas junto à comunidade local (infraestrutura, estradas, etc) e; e-) a necessidade estratégica de redução dos índices de absenteísmo e rotatividade da mão-de-obra.

Como já demonstramos no capítulo dois, o processo de difusão da industrialização do setor coureiro-calçadista, atualmente, ocorre através da interiorização e da descentralização industrial. Contudo, nas regiões aqui estudadas percebemos que embora as empresas tenham se deslocado dos centros urbanos "para o interior" (que por hora também poderíamos chamar "meio rural") isto não implicou, necessariamente, que elas passassem a se localizar próximas às residências dos colonos. E é em função desses deslocamentos físico-geográficos (da casa à parada de ônibus e dali para fábrica) que pode-se conhecer mais uma importante característica dos colonos-operários: a condição de "auspendler". Este termo foi utilizado por Franklin (1969) para caracterizar o deslocamento pendular diário dos camponeses-operários alemães de suas casas, situadas no interior, até as fábricas²⁹. Nesta condição além de trabalhar as horas normais estabelecidas

²⁹ Não há uma tradução precisa de "auspendler" para o idioma português. Como aproximação poderíamos usar o "vai-e-vem", o movimento pendular de

por lei e de acordo com o contrato de trabalho, o colono-operário precisa computar na sua jornada de trabalho o tempo de deslocamento entre a casa e a fábrica. Há casos em que os trabalhadores viajam de duas a quatro horas diárias, percorrendo longas distâncias entre a moradia e o local de trabalho. Isto quando não há a necessidade de tomar uma dupla condução: caso em que o ônibus não pode passar próximo à casa devido a precariedade das estradas, sendo necessário fretar kombis ou caminhonetes ou mesmo optar por um trajeto de bicicleta ou a pé.

Como vimos nos depoimentos dos empresários sobre o processo de descentralização industrial, a articulação das indústrias de calçados com o ambiente econômico e social local do espaço rural-agrícola constitui-se numa tendência de desenvolvimento para as próximas décadas. Se, de fato isto ocorrer, o processo de industrialização difusa do setor calçadista gaúcho poderá se assemelhar, ainda mais, aos fenômenos verificados em alguns países desenvolvidos, onde é cada vez maior o número de agricultores que combinam à sua condição de proprietários rurais, trabalhos assalariados extra-agrícolas.

4.4.2. Os Colonos-Operários e a Agricultura Familiar

No início da década de 1980, a agricultura familiar das regiões do Vale do Sinos e Encosta da Serra encontrava-se numa situação de crise e de desarticulação. Neste contexto, não foi difícil para os empresários convencer a maioria dos colonos jovens a se assalariar nas fábricas de sapatos. As vantagens de trabalhar na indústria eram atrativas e amplamente favoráveis, se comparadas à situação vivida na agricultura. Em lugar do rendimento instável e periódico da safra agrícola do colono, contrapunha-se

"ida-e-volta" similar ao do relógio. Vide também Seyferth (1987:109), sobre o deslocamento dos colonos-operários das indústrias têxteis de Itajaí.

o salário mensal, regular e seguro da fábrica. A falta de assistência médica e dentária, dispõem-se o atendimento privado garantido pela empresa. A inexistência de descanso remunerado na agricultura oferecia-se nas fábricas as férias e o pagamento de domingos e feriados, bem como do 13º salário. As dificuldades encontradas na agricultura em oposição aos estímulos que os salários das indústrias ofereciam, foram relatadas no depoimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igrejinha:

"... Está muito difícil competir com as indústrias locais que concentram um grande poder econômico e são um bom atrativo para o homem do campo, principalmente, porque a lavoura não dá segurança de lucros e se apresenta como algo muito instável, podendo até ser comparada a uma loteria. O Sindicato realizou uma pesquisa no interior do município em fevereiro, e constatou que lá haviam apenas 50 jovens, entre 15 e 20 anos. Este dado reflete as grandes dificuldades enfrentadas pelo homem do interior em toda a região onde os industriais, que sofrem a carência da mão-de-obra, acabam indo até lá para buscá-la e, visando obtê-la, oferecem alguns benefícios como, por exemplo: levar o trabalhador de casa ao local da fábrica, além das vantagens inerentes ao próprio trabalho nas empresas tais como o pagamento de salário mensal, INPS, PIS, férias, 13º salário, o que praticamente não existe na colônia. Afora estas dificuldades há ainda o agravamento de muitos industriais estarem comprando as áreas rurais e transformando-as em *sítios de lazer*". (Jornal NH, 31/05/1989, p.07)

A emergência da categoria social dos colonos-operários tem duas importantes consequências para agricultura familiar: a transformação do processo de produção agrícola e a reorganização do trabalho no interior da unidade familiar. A primeira delas, decorrente do assalariamento de uma parcela dos membros da família em empregos fora da propriedade, modifica a estrutura produtiva das pequenas unidades agrícolas familiares e faz com que, em lugar da policultura tradicional, elas passem a cultivar a acaciocultura como uma "*cultura de abandono*".

A segunda consequência, decorrente da anterior, é a reorganização da divisão social do trabalho no interior da família rural. O assalariamento de alguns membros da família rural em trabalhos extra-

agrícolas, na condição de colonos-operários, altera significativamente a organização do trabalho no processo de produção agrícola. Em geral, os indivíduos que buscam o assalariamento fora da propriedade agrícola são - recordando Tepicht (1973) - as "forças plenas" ou ativas da família: os jovens acima de 14 anos, as esposas e os maridos com idade inferior a 40 anos³⁰. Permanecem na propriedade somente as "forças marginais não transferíveis" e os patriarcas (chefe da família), que acabam sendo encarregadas dos serviços domésticos, dos cuidados com a horta e do pomar; são responsáveis diretos pelo plantio dos produtos agrícolas de consumo doméstico. É o que nos revela o depoimento de um sindicalista rural:

"...Tem algumas localidades que ainda tem alguma gente nova trabalhando na roça, mas também tem algumas famílias que não tem mais nenhum filho em casa: todos eles estão trabalhando na fábrica. Só o casal de velhos trabalha na roça. Então eles entram, praticamente, no seguinte esquema, viu: os filhos trabalham na fábrica e ganham dinheiro no fim dos mês. Então com esse dinheiro eles compram o que for necessário para casa. O que puder ser plantado e colhido, isso os velhos se encarregam de fazer, prá arrumar o alimento prá mesa.(S.S. sindicalista, Santa Maria do Herval/RS).

O fato de serem as forças marginais que permanecem na propriedade para executar os trabalhos de conservação do estabelecimento e produção dos produtos de consumo alimentar, permite-nos recuperar a idéia da "diferenciação demográfica", apresentada por Chayanov (1974), para explicar a lógica da divisão interna do trabalho familiar. Tal como na família camponesa, na família do colono-operário parece persistir uma íntima relação entre a composição demográfica (número de membros e faixa etária) da família com o tipo de organização de trabalho vigente na propriedade. Nestas famílias, a divisão do trabalho entre os membros que permanecem na propriedade e aqueles que estiverem em idade plena de trabalhar como

³⁰ A opção por estas faixas etárias justifica-se pela demanda das indústrias de calçados, que procuram não empregar os trabalhadores mais velhos em função de sua menor destreza para as tarefas fabris e em razão dos compromissos contratuais.

assalariados, está diretamente ligada ao tamanho da família e à variável etária de sua diferenciação. Neste caso, as tarefas agrícolas acabam sendo desempenhadas pelos membros não assalariados da unidade familiar³¹.

Embora a diferenciação demográfica tenha um papel fundamental na divisão do trabalho nas pequenas propriedades familiares, não se deve esquecer que, mesmo sendo assalariados na maior parte do tempo, muitos colonos-operários também auxiliam nas tarefas agrícolas. Nos finais de semana, feriados ou mesmo no encerramento do expediente diário, é comum ver os membros assalariados das famílias rurais ajudarem nas tarefas agrícolas. Este fenômeno, também ocorre na cidade de Guabiruba, no Vale do Itajaí em Santa Catarina, segundo a entrevista publicada na Revista Globo Rural:

"...O Sr. Fischer exemplifica bem esse quadro por ter seu cotidiano compartilhado pelas duas pontas do processo produtivo. Das 22 horas ao meio-dia é *patrão*, dono de seu próprio sítio de 25 hectare - curiosamente instalado em zona urbana, no bairro São Pedro, em Guabiruba, município de 7.689 habitantes. Das 13:30 às 22 horas é operário na indústria têxtil Buettner, de Brusque, cidade vizinha à sua. Ao tomar lugar no ônibus, já lotado por outros agricultores/operários, ele leva consigo a filha Liana (...) São homens e mulheres descendentes de imigrantes, que invariavelmente passaram a manhã lidando no campo. Todos enfrentarão agora o turno das 13:30 às 22 horas - preferido maciçamente pelos empregados de dupla jornada, exatamente por libera-lhes as manhãs em uma das indústrias têxteis espalhadas em torno de Brusque. Todos eles acharam no emprego fora de casa uma forma até de preservar suas propriedades."(Revista Globo Rural, janeiro de 1990, p. 54 e 55)

A partir do momento em que as rendas extra-agrícolas se tornam a principal fonte de renda permanente da família, além de se alterar a divisão do trabalho, redefinem-se uma série de relações intra-familiares como o poder patriarcal, a divisão sexual do trabalho e a própria sistemática de reprodução do grupo familiar. Tomemos o exemplo das mudanças

³¹ Na Europa e em outros países desenvolvidos a generalização da agricultura de tempo-parcial e o exercício de atividades extra-agrícolas tem levado muitos pesquisadores a afirmar que esta situação contribui à *feminização do trabalho agrícola*. Como os maridos e os demais membros em idade plena de trabalhar acabam se assalariando fora da propriedade, o trabalho agrícola recai com maior intensidade sobre as mulheres e esposas. Ver Pfeffer (1989), Buttell & Gillespe (1984) e Inhetveen (1988 e 1982 apud Pfeffer, 1989).

na hierarquia familiar e no poder patriarcal na análise das remunerações dos membros da família que trabalham (fora e dentro da propriedade). Há casos, como mostram os estudos de Seyferth (1984:87 e 1987:112) sobre os colonos-operários catarinenses, em que a família aparece como uma empresa e o pai é o empresário, responsável supremo pela condução e decisão quanto ao destino dos recursos. Aí, a família mantém as características de um "work-team" (Galesky, 1977) e o resultado da produção constitui um "rendimento indivisível" que pertence a todos os membros da família, embora administrado pelo chefe (Chayanov, 1974). O mesmo já não ocorre com os colonos-operários do Rio Grande do Sul, que se opõem à coletivização e à indivisibilidade dos rendimentos da família³²:

"...Sim, lá em casa nós pagamo uma certa quantia prá morá. A comida que precisa ser comprada nós compartilhamo tudo, cada um paga sua parte né. Nós compramo tudo aquilo que precisamos e no fim do mês repartimo, tudo igual."(R.K., colono-operário, Morro Reuter/RS)

"...ocorre uma ilusão aí no meio rural que muitas vezes a gente ouve comentar em turmas de Senhoras: - Ah, olha a filha da outra; comprou uma televisão colorida e tu vê se ela tivesse trabalhando na roça, ela não poderia tá comprando essas coisas. Mas essas senhoras não se dão conta que esse dinheiro que essa moça ganha ela tá botando só nisso: ela não paga pensão, não paga alimento nenhum, é tudo por conta em casa. Então, quando os velhos não tiverem mais condições de trabalhar prá garantir o alimento ou depois que eles resolverem casar ou coisa assim; aí eles vão ter de manter sua família, sua casa e mais alimentação. Será que estes jovens vão dar conta daí? Assim, como os jovens tem alimentação e tudo garantido em casa, os próprios pai acham que aquele dinheiro que o filho está ganhando é muito, mas na verdade é um ~~uma~~ michária."(S.S. sindicalista, Santa Maria do Herval/RS).

As transformações das relações intra-familiares, ocasionadas pela obtenção de rendas com empregos extra-agricolas, também são percebidas nas relações de poder e de gênero, bem como através da divisão sexual do trabalho. Na família camponesa a autoridade paterna está baseada numa

³² Certamente esta variável mereceria uma análise mais aprofundada. Esperamos que numa próxima oportunidade possamos avaliar melhor as características e a forma da divisão intra-familiar das rendas em famílias rurais de colonos-operários, já que este não é, precisamente, o objetivo central desta dissertação.

tradição em que o chefe do lar detém o poder em função de sua posição privilegiada na divisão sexual do trabalho (patriarcado). A legitimação desse poder se dá pela capacidade do patriarca de manter a família e garantir sua reprodução³³. Numa situação em que as rendas obtidas com os empregos fora da propriedade tornam-se a principal fonte de recursos permanentes da família rural dos colonos-operários, esvanecem-se as bases econômicas do poder paterno do chefe da família. Isso ocorre porque, em muitos casos, o chefe da família permanece trabalhando na propriedade, incumbido de garantir a obtenção de gêneros alimentícios para o grupo doméstico. Não são raros os conflitos familiares de disputa pelo poder que emergem dessa situação. O poder paterno é neutralizado na hierarquia familiar pela falta de legitimidade e status, em função da baixa remuneração e da falta de prestígio que representa o trabalho na agricultura:

"...O pessoal recebia, o primeiro salário que os caras ganhavam, e vinha prá casa um guri que fumava, a guria que nunca fumava vinha com sei lá "Minister", "Chanceler", "Hollywood" no bolso. E ninguém queria mais ajudá a lavar a louça em casa... Então deu uma mudança no tratamento e no relacionamento de pai para filho em cima do pagamento, que é essa ilusão do filho de que ter 100 não ou 200 mil no bolso é muito dinheiro, e que por isso não precisa mais obedecê! (R.F. sindicalista, Santa Maria do Herval/RS).

A redefinição do poder patriarcal e a crescente intervenção da mulher nas decisões da hierarquia doméstica revelam que a obtenção de rendas fora da propriedade rural é fundamental para a estratégia de reprodução familiar. Além de atender, de modo imediato, às necessidades econômicas da família (reprodução da força de trabalho) e satisfazer os interesses dos empresários calçadistas (obtenção da mais-valia), os empregos extra-agrícolas impulsionaram decisivamente as transformações na organização do trabalho e no processo de produção dos pequenos

³³ Para mais detalhes sobre a metamorfose do poder patriarcal num grupo social em transição ver Alvim, R. B. (1987:139) e Alvim, R.B. & Leite Lopes, J.S (1990:10)

agricultores. Na prática, inverte-se uma função histórica das atividades extra-agrícolas em sociedades camponesas: o seu caráter eminentemente complementar. O que antes eram atividades complementares e temporárias, exercidas em períodos de pouca demanda de força de trabalho na unidade produtiva camponesa, assume agora um caráter estável e decisivo à manutenção da família e da propriedade.

Vale dizer, como também mostrou Seyferth (1992:88), que embora as atividades extra-agrícolas tenham um significado (simbólico e subjetivo) "complementar" para o colono, na prática, esta complementariedade está invertida, uma vez que as rendas extra-agrícolas tornam-se a principal fonte de recursos para a reprodução do núcleo familiar. E esta alteração do sentido e do significado da terra e do trabalho se percebe na mudança da "forma social da terra" (Ianni, 1979:174). A propriedade que antes era, acima de tudo, um fator de produção, atualmente tornou-se um bem de valor subjetivo, de caráter familiar e patrimonial. Na maior parte dos casos, investir em um "sítio de lazer" ou numa propriedade significa retomar o sonho de ter "um pé na cidade e outro na roça".

Como o processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista se expandiu para as áreas rurais, muitas pequenas propriedades acabaram se transformando em residências de gerentes, técnicos e operários das indústrias. Para isso, contribuiu o fato de muitas propriedades terem sido inviabilizadas em termos de escala de produção devido ao seu reduzido tamanho e à sucessiva divisão entre os herdeiros. Nestes casos, os filhos colonos-operários acabam administrando as propriedades em condomínio³⁴. Atualmente, é comum encontrar propriedades destinadas exclusivamente à moradia ou utilizadas como *sítios de lazer*, na região da Encosta da Serra.

³⁴ A administração da propriedade por condomínio permite a cada um dos herdeiros o acesso a um pedaço de terra, uma moradia, e a possibilidade de permanecer vivendo em meio a um ambiente social e econômico de caracterizado pelo "espírito comunitário".

4.5. OS ATELIERS DE CALÇADOS: a terceirização

A última forma de trabalho que busca caracterizar as novas relações de trabalho que se estabeleceram nas regiões de expansão da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul refere-se aos "*ateliers de calçados*". O atelier é um espaço produtivo onde se realiza a confecção de partes ou peças de sapatos. O atelier é um pequeno empreendimento, fabril ou manufatureiro, geralmente administrado e comandado por ex-funcionários das indústrias de calçados, que prestam serviços de produção de peças de sapatos. Estas peças ou partes do sapato são produzidas fora da planta industrial das empresas calçadistas e, após a confecção elas voltam à fábrica para ser concluído o processo de produção. Há vários tipos de atelier, sendo os mais comuns os de costura, o de pré-fabricado, de preparação, de forração de saltos, de forração de palmilhas, os de enfiados e de cartonagem (caixas de sapatos).

O número de empregados, a quantidade diária de produção de sapatos e as condições de trabalho são os principais critérios de diferenciação entre os ateliers. Embora boa parte dos ateliers seja registrada como micro ou pequena empresa, a maioria da produção é, de fato, realizada através do trabalho domiciliar de pessoas sub-contratados por ateliers³⁵. A rigor, só recebe a denominação de atelier o estabelecimento que se constituir legalmente como *pessoa jurídica*. Mesmo assim, no imaginário popular da região o trabalho domiciliar de confecção de partes de sapato ou a costura de peças é entendida como sendo "*trabalho de atelier*".

Somente o proprietário de um atelier registrado consegue a concessão de peças de sapatos junto às empresas do setor coureiro-

³⁵ De uma certa maneira, o atelier guarda uma relação com o "*putting out system*", uma forma pré-capitalista de organização da produção onde determinadas partes dos produtos eram confeccionados fora da planta industrial por prestadores de serviços (ver Berg, 1987).

calçadista para, posteriormente, redistribuí-las. O registro como micro ou pequena empresa não implica na legalização completa das atividades produtivas dos ateliers. É muito frequente que o dono do estabelecimento seja meramente um *repassador de serviço* para os domicílios, reservando à si o papel de intermediário entre a empresa e os sub-contratados. Além de distribuir as peças, o proprietário do atelier também pode produzir certas peças em seu próprio domicílio, empregando mão-de-obra familiar ou contratada.

Há vários tipos de atelier e existe uma grande diversificação entre a estrutura produtiva de cada um. Grosso modo podemos classificá-los em três categorias: o atelier domiciliar, o atelier micro-empresa e o atelier pequena-empresa³⁶. O primeiro compreende um tipo de atividade que nada mais é do que trabalho a domicílio. Em geral são mulheres-esposas ou donas de casa que agregam às atividades domésticas e ao cuidado dos filhos, a confecção de peças de sapatos. Quando a atividade não é temporária, estas trabalhadoras se registram como autônomas sem, no entanto, manter qualquer tipo de vínculo empregatício com as empresas ou com os repassadores de serviço³⁷. A remuneração do trabalho se dá pela quantidade de peças produzidas e não pelo tempo de trabalho dispensado.

A segunda categoria são as micro-empresas. A principal característica do atelier micro-empresa é a intermediação que realiza entre o trabalho domiciliar e as empresas de calçados. Este tipo de atelier é, na verdade, um simples repassador de peças de sapatos, que são retiradas na empresa e levadas a sub-contratados que trabalham em seus domicílios. Os

³⁶ A mesma classificação foi utilizada por Azevedo (1993:106). De nossa parte já havíamos produzido uma divisão nestes termos em 1989 no relatório preliminar enviado ao CNPq como resultado de uma pesquisa de iniciação científica.

³⁷ São poucos os casos em que este trabalho é regular. Na maioria das vezes, há uma alternância entre a fábrica e o domicílio, motivada pela instabilidade do serviço e pela conjuntura familiar. Por isso, a maior parte dos ateliers desta categoria produzem enfiados ou fazem a costura de peças de sapatos com máquinas próprias ou cedidas pelos donos dos ateliers micro ou pequenas empresas.

proprietários destas micro-empresas são ex-funcionários, em geral bem relacionados com a chefia das empresas e nascidos na região. Esta situação lhes confere prestígio e confiança, atributos indispensáveis para obtenção de serviço junto às empresas. Tanto o proprietário do atelier micro-empresa quanto os seus sub-contratados à domicílio são remunerados pela quantidade de peças produzidas.

A terceira categoria de atelier são as pequenas empresas que se constituem na face mais avançada do processo de terceirização industrial, em fase de expansão na região do Vale do Sinos. Em geral, o atelier pequena empresa tem sua origem no atelier micro-empresa, evoluindo para esta condição a partir de mudanças profundas no processo produtivo. Estas pequenas empresas começaram a se expandir rapidamente no último quinquênio, quando as indústrias de calçados passaram a buscar a flexibilização de seus processos de produção. Uma das maneiras de flexibilizar a produção de calçados foi através da externalização de fases do processo produtivo como a preparação e o pré-fabricamento³⁸. Estas fases passaram a ser assumidas por completo por estas pequenas empresas. São fábricas autônomas que tem suas próprias linhas de produção, dispõem de maquinário apropriado e combinam a contratação permanente de força de trabalho assalariada com o trabalho a domicílio.

Não obstante a grande diferenciação entre os diversos tipos de atelier e as peculiaridades de sua estrutura produtiva, verifica-se em cada categoria uma estreita associação entre as formas de trabalho e a divisão técnica e sexual do trabalho. Vejamos como isso ocorre em cada uma das três categorias, no que se refere ao tipo de atividade, à força de trabalho utilizada e a divisão sexual de tarefas. No primeiro caso, quando se trata dos ateliers domiciliares, em geral, as tarefas desempenhas são as de costura e enfiado. Somente as mulheres-esposas e donas-de-casa são

³⁸ O pré-fabricado resume-se à parte do sapato em que o pé se apóia. Constitui-se de solado, forração de saltos e preparação das palmilhas.

costureiras, sendo raro que um elemento masculino se dedique a este tipo de trabalho. Quando se trata de enfiados, também é comum que o trabalho seja executado apenas por mulheres, pessoas idosas e crianças abaixo de 14 anos^{3º}.

Já no segundo tipo, os atelier micro-empresas dedicam-se mais comumente à forração de saltos e palmilhas e redistribuem enfiados e peças para serem costuradas por terceiros. As micro-empresas utilizam-se de uma mão-de-obra diversificada mediante a sub-contratação e a terceirização. A força de trabalho da qual eles mais se utilizam são as donas-de-casa, pessoas idosas ou deficientes e as crianças abaixo de 14 anos. Em geral, os proprietários e administradores deste tipo de empreendimento são elementos masculinos e ex-funcionários de indústrias de calçados. O terceiro e último tipo são as pequenas-empresas que dedicam-se, quase exclusivamente, ao pré-fabricamento (que também inclui a forração de saltos e palmilhas). São as únicas que utilizam mão-de-obra assalariada permanente, sem distinção de sexo.

A maior parte da produção dos ateliers (as pessoas que efetivamente fazem a confecção das peças de sapatos expedidos pelas empresas) está ligada ao trabalho a domicílio^{4º}. De um jeito ou de outro a maioria das tarefas acaba sendo realizada nos domicílios. Nesta relação tripartite há uma dupla exploração da mais-valia: da empresa sobre os ateliers intermediários, e destes em relação ao produtor direto. Por ostentar estas características, o atelier de calçados também se revela como

^{3º} O enfiado é um trabalho intermitente que pode ser realizado nas horas vagas ou nos intervalos com de outras tarefas. É comum encontrar famílias inteiras e, de modo preponderante, mulheres fazendo enfiados na "hora do *chimarrão*" ou nos finais de semana.

^{4º} Para Frei (1973 apud Abreu, 1986:73) o trabalho domiciliar envolve as seguintes características: "(...) trabalho realizado na habitação do trabalhador, com maquinaria de sua propriedade ou pelo menos de sua posse, por encomenda de empresa ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de tarefas parciais do processo produtivo, recebendo em troca um pagamento por peça". A estas podemos acrescentar o caráter familiar da força de trabalho envolvida nesta atividade. Já Azevedo (1988:126) define o "trabalho à domicílio como o trabalho remunerado exercido no âmbito doméstico, implicando ou não vínculo empregatício!"

uma atividade econômica *informal*. A informalidade advém da sua oposição em relação às atividades capitalistas *formais* de produção. Ao dispensar o aval e a salvaguarda do Estado como garantias de seu funcionamento, o atelier coloca-se à *margem* do processo geral de acumulação; o que não quer dizer que dele esteja excluído. Este tipo de informalidade configura-se como sinônimo de *invisibilidade, economia subterrânea, clandestina ou oculta*. São, em resumo, atividades econômicas que fogem regulação trabalhista, dos encargos fiscais, da tributação estatal. Mesmo que boa parte dos ateliers esteja "*formalmente*" registrada como pequena ou micro empresa, isso não significa que a execução das atividades produtivas seja realizada por trabalhadores que tenham a sua condição de operários legalizada.

Embora a principal característica do atelier seja sua ligação com a informalidade da produção, esta situação tem sofrido algumas mudanças a partir do vertiginoso crescimento da categoria dos ateliers pequenas empresas. No último quinquênio, nas cidades de Dois Irmãos e Ivoti, verificou-se o aparecimento de várias destas pequenas-empresas sob a propriedade de ex-gerentes ou pessoas de confiança ligadas às indústrias de calçados. Na maioria dos casos, a demissão de um gerente de produção industrial significa o surgimento de uma pequena-empresa prestadora de serviço para um conjunto de empresas maiores, inclusive a de sua origem. Há casos em que grandes indústrias de calçados demitiram todos os funcionários da seção de pré-fabricamento, para que os mesmos trabalhadores fossem recontratados por uma pequena empresa prestadora de serviço.

4.5.1. O Atelier como uma Estratégia de "*Mão-Dupla*"

Há várias dimensões possíveis de serem abordadas na questão do trabalho fabril a domicílio e da economia informal, representado pelos ateliers de calçados. A bibliografia existente sobre este tema é vasta,

sobretudo, no que se refere aos assuntos correlatos como o trabalho fabril domiciliar feminino, o estatuto jurídico da informalidade e outros. Aqui é preciso delimitar o campo de abrangência no qual discutiremos a informalidade e o trabalho a domicílio no setor coureiro-calçadista. analisamos o atelier de calçados como uma forma específica de trabalho resultante de um tipo de estratégia industrial (a terceirização), que se articula com relações peculiares de produção, caracterizadas pelo trabalho fabril em domicílios e em pequenos empreendimentos familiares, de caráter informal.

Desde já ficam afastadas desta perspectiva as polêmicas sobre a natureza capitalista ou não-capitalista das atividades *informais*, no caso a produção de peças de calçados em ateliers. Não entendemos as atividades econômicas informais e o trabalho fabril a domicílio como o resultado da reprodução estrutural de formas *não tipicamente* capitalistas ou *modalidades arcaicas* de produção do capitalismo moderno (Kowarick, 1977). Tampouco, consideramos os trabalhadores envolvidos nestas atividades como "*assalariados disfarçados*", "*proletários a domicílio*", "*sub-assalariados*" (Prandi, 1978) ou "*produtores simples de mercadorias*" (Jelin, 1974)⁴¹.

Ao contrário, o trabalho domiciliar parece ser o resultado da convergência de duas estratégias de origem distinta. De um lado, encontra-se o movimento do capital buscando introduzir novas formas de expropriação da mais-valia e ampliar a acumulação de valor. De outro, temos a família ou o conjunto familiar doméstico no qual se estabelece uma divisão sexual do trabalho que visa garantir à reprodução de todo o núcleo. Para as indústrias o atelier tem a função de baratear o custo de produção do calçado, através da utilização de relações informais de trabalho. Já para a

⁴¹ Para uma discussão mais ampliada destes e de outros autores consultar Azevedo (1986) e Abreu (1986).

família trabalhadora ele representa uma fonte de recursos financeiros mediante os quais é garantida sua reprodução social⁴².

O atelier de calçados é um forma de produção através da qual o capital estabelece diferentes estratégias econômicas de obtenção da mais-valia. E isto ocorre através de uma articulação estreita das indústrias com o sistema produtivo local (sobretudo as formas não assalariadas de trabalho como as atividades domiciliares, agricultura de subsistência, etc). Essas estratégias perpassam os limites econômicos geo-espaciais divididos entre espaço rural e o urbano. No campo ou na cidade, o atelier tem se constituindo numa estratégia *par excellence* para atrair a "população *não* economicamente ativa", porém *disponível* para a confecção de peças de sapatos. A ação do capital caracteriza-se por uma verdadeiro entranhamento no tecido social, visando recrutar todo e qualquer sujeito, potencialmente, apto a exercer uma atividade laborativa. Em nossa pesquisa de campo colhemos dois depoimentos que sintetizam esta ação tanto no meio rural como no urbano:

O atelier e a agricultura familiar:

"... Muitos atelier funcionam lá prá Porto Alegre, mas também tem muitos que funcionam aí pros interior nas colônias agrícola como Santa Maria do Herval, Montenegro, Harmonia (...). Lá no meio da roça tem atelier que faz 10, 12 mil par por dia de enfiado. É tudo colono que faz. O L. leva muito serviço prá lá. Até hoje ele foi prá Tupandi. Lá tem um ou dois colonos que são os chefes, porque eles entendem um pouco, e aí eles distribuem entre as vovós e as mulheres que trabalham em casa, na cozinha. **Então é assim: os homens trabalham na roça e o resto da família faz enfiado.** Tem um que recolhe os enfiado e leva prá de outro prá revisar o serviço, então se tá bom entriga prá fábrica, senão manda de volta..."(E.F. operário, Dois Irmãos).

⁴² "(...) O setor informal é um fenômeno diversificado, supõe diferentes modelos de organização que evoluem diferentemente ao longo de momentos históricos distintos e conforme realidades culturais muito diferentes(...) O setor informal deve ser percebido como uma construção social que passa por dinâmicas econômicas singulares, sua representação faz-se necessariamente no âmbito de conjunturas e histórias locais."(Azevedo, 1993:99 e 100).

O atelier nos centro urbanos:

"... Em Porto Alegre eu tenho um postinho na Restinga e no Sarandi, tenho em Cachoeirinha, na Feitoria (em São Leopoldo) e aqui no Travessão, em Dois Irmãos (...) Os maridos dessas mulheres lá, eles vão trabalhar lá na Grande Porto Alegre sabe. E prá mulher muitas vezes não tem serviço, aí eu levo esses enfiado prá lá. Em cada posto eu tenho uma mulher que é responsável lá. Ela tem lá, vamos dizer, 30 ou 40 mulheres trabalhando prá ela. Elas vão buscar o serviço na casa dela. Cada uma faz um talão por dia de repente, depende do modelo. Prá mim não adiantava abrir um posto aqui, onde eu ia competir com os outros atelier, né. Prá nossas fábricas não importa qual é o atelier que faz o serviço. Então eu pensei o seguinte: - Eu vou procurar outro chão onde ninguém entrou ainda. (J.A. pequeno-empresário, Dois Irmãos)

É através desta mobilidade espacial das atividades do atelier que as indústrias de calçados conseguem recrutar as "*forças marginais*" das famílias trabalhadoras (Tepicht, 1973)⁴³. Por intermédio do atelier de calçados, as indústrias conseguem envolver na produção fabril um tipo de força de trabalho que está fisicamente afastada das fábricas e, formalmente, indisponível para o trabalho industrial. O recurso à confecção domiciliar de peças ou partes do calçado é uma forma de superar as dificuldades espaciais e permitir a exploração, indiretamente, da mão-de-obra de esposas-mães, donas-de-casa, aposentados e jovens com idades inferiores a 14 anos, que constituem as *forças marginais* da família. E neste caso, ao contrário do que demonstrou Tepicht, as "*forças marginais*" da família, que nas unidades de produção camponesas são um tipo de força de trabalho "*não transferível*"⁴⁴, acabam repassando seu valor-trabalho ao atelier no processo de produção domiciliar das peças de sapatos. O depoimento de um empresário resume o conteúdo desta estratégia:

"... O atelier se usa muito hoje em dia para serviços mais manuais que não se fazem dentro de uma fábrica, como enfiados, trançados, ponto seleiro que vai nos mocassins, costura à mão, forração de saltinhos, essas coisas. O atelier ocupa uma fatia de

⁴³ Sobre a definição de forças marginais e não-transferíveis ver o capítulo um e três desta dissertação.

⁴⁴ Seu caráter "não-transferível" advém do fato de que as tarefas desempenhadas pelas forças marginais (cuidados com a casa, alimentação do gado, etc) não fazem parte do cálculo dos custos gerais de produção das mercadorias que o camponês vende.

mercado, uma coisa que existe, é um serviço que pode ser feito em casa. Então são serviços que o pessoal geralmente distribui nas casas, então eles vão assim, em regiões mais afastadas, na colônia ou até na cidade, onde sabem que tem uma pessoa que não pode sair de casa, então leva aquele serviço para aquela pessoa fazer, um serviço manual que ela não precisa de máquinas nem nada. Então os atelier tem seu pessoal que trabalha prá eles. Normalmente, o atelier apanha o serviço na fábrica e depois redistribui. Cada casa ele larga este serviço então. É uma maneira de proporcionar uma renda para essas pessoas que não podem sair de casa né!"⁴⁵ (R.W, empresário, Dois Irmãos).

O recrutamento das forças marginais da família não deve ser entendido apenas como uma corroboração das estratégias empresariais de exploração da mais-valia dos trabalhadores. Sem dúvida, a indústria exerce um papel ativo na terceirização de parcelas ou fases do processo de produção fabril de calçados. Entretanto, podemos compreender e explicar o vertiginoso crescimento dos ateliers e das inumeráveis formas de trabalho a domicílio no Vale do Sinos e demais regiões, também, a partir da perspectiva da *reprodução social da família trabalhadora*. Se, por analogia, é possível que uma das principais razões que levaram ao surgimento dos colonos-operários tenham sido as necessidades de obtenção de rendas extra-agrícolas para garantir a sobrevivência da família do colono, como vimos anteriormente, também é plausível que no caso do surgimento do atelier e do trabalho domiciliar, as razões sejam fortemente perpassadas por questões de ordem econômica ligadas à esfera da reprodução familiar.

Por isso, devemos entender a emergência do atelier e das formas de trabalho a domicílio no âmbito das estratégias de reprodução da família trabalhadora. E, neste caso, torna-se útil recuperar a definição conceitual de família, que elaboramos no capítulo primeiro desta dissertação. A partir das formulações de Chayanov (1974, 1981), a família pode ser entendida como a unidade básica de produção e de consumo, onde se busca um equilíbrio ou um balanço entre as necessidades sociais e econômicas com o grau de

⁴⁵ "... o atelier é bom para esta região, porque as senhoras que estão em casa, cuidando dos filhos, aproveitam para trabalhar. Quando há problemas de costura na fábrica sempre tem os atelier para *quebrar o galho*, mas também, se não houvesse o atelier, não haveria indústria de calçados no Vale dos Sinos."

dificuldades que a ela se impõem para a obtenção de tais objetivos. Neste raciocínio, a família aparece como um "work-team" (Galesky, 1977), onde cabe a cada membro desempenhar um conjunto de tarefas compatíveis com a hierarquia e a divisão sexual do trabalho, vigentes no interior da família.

Seguindo uma definição apresentada por Klaas Woortmann (1984:71), podemos dizer que a família trabalhadora, embora mantenha "(...) relações articuladas com e subordinadas ao modo de produção dominante", busca estabelecer seus próprios espaços autônomos, suas próprias estratégias de reprodução. Nas suas palavras:

"...A família existe no interior de uma situação de classe que sobredetermina o conteúdo específico dos princípios gerais do parentesco e dos papéis familiares, notadamente os de pai de família e dona-de-casa, assim como a especificidade de articulação entre a produção de valores-de-uso e de valores-de-troca através destes papéis. A família trabalhadora supõe então um grupo doméstico como unidade de consumo planejado e como organização voltada para a otimização do emprego de seus recursos de força de trabalho. Distribuir essa força de trabalho através, tanto do mercado de trabalho assalariado como do mercado de "serviços", ou alocá-los à produção doméstica de mercadorias, é um dos aspectos centrais dessas estratégias".(Grifos nossos)

Tendo em vista esta flexibilidade e esta autonomia, a família trabalhadora pode estabelecer estratégias de *alternatividade* (Garcia Jr. 1983) para promover a sua reprodução social. Há, ainda, um outro conceito da Sociologia Rural que merece ser incorporado à compreensão das estratégias de reprodução social da família trabalhadora urbana que pratica o trabalho domiciliar de confecção de peças de sapatos. Trata-se do conceito de "diferenciação demográfica" de Chayanov (1974; Woortmann, 1984:77), que se refere aos diferentes estágios do desenvolvimento etário dos membros constituintes do núcleo familiar relacionados com a capacidade de trabalho da família. No caso da família trabalhadora urbana, o trabalho a domicílio também pode estar relacionado ao processo de diferenciação interna do grupo familiar. Imagina-se, por exemplo, o caso de famílias mais jovens com filhos pequenos ou daquelas famílias mais velhas onde há pessoas

idosas. O recurso ao trabalho domiciliar será mais ou menos frequente de acordo com a capacidade de trabalho (condições físicas) e a disponibilidade de tempo dos diversos membros da família⁴⁶.

4.5.2. O Atelier: a terceirização e a precariedade do trabalho

A emergência do atelier de calçados, como uma estratégia de acumulação capitalista e de regulação das relações de trabalho, é um fenômeno recente no âmbito da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul. A flexibilização dos processos produtivos se dá através da crescente descentralização (interiorização) das plantas industriais e da "terceirização" de determinadas fases ou atividades produtivas. A terceirização implica na transferência, cada vez maior, de certas peças ou partes do calçado como a forração de saltos, os enfiados, e determinados tipo de costura, para serem confeccionadas por prestadores de serviços ou sub-contrados. A execução de determinadas tarefas produtivas por sub-contratados e/ou terceiros sempre foi uma prática difundida no setor. No final dos anos 80, o atelier já não era uma novidade para os calçadistas. Entretanto, a *terceirização* passou a ter outra conotação a partir do momento em que a sub-contratação de terceiros passou a associar-se a um conjunto de novas práticas gerenciais e administrativas que visavam a *flexibilização* dos processos de produção industrial⁴⁷. Esta estratégia,

⁴⁶ É por isso que, mesmo sendo ilegal e remunerando a baixo custo a força de trabalho, o atelier é visto como uma solução ou como uma alternativa. Tal como ensina Chayanov (1981:137) "...uma simples observação da estrutura interna do trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra." Em essência, só se pode compreender o atelier a partir da lógica de funcionamento interno de cada família, a seu modo.

⁴⁷ Segundo Coriat (1990) o atelier flexível pode ser analisado como um atelier multi-produtivo e a flexibilidade tecnológica aparece como um meio destinado a compensar a instabilidade ligada às novas características da demanda. "(...) O futuro - diz ele - não deve ser procurado na total

como vimos no capítulo dois, está ligada à emergência de um novo paradigma de produção industrial e a um novo regime de acumulação capitalista.

No escopo deste novo paradigma, as indústrias passam a recorrer a terceiros como prestadores de serviço e como sub-contratados, como uma forma de flexibilizar a gestão e a administração do processo produtivo. Todo o conjunto de tarefas que, eventualmente, esteja fora do principal "foco" de atuação das fábricas passa a ser terceirizado. No setor calçadista, a terceirização está ocorrendo em dois sentidos: na contratação de uma ou mais empresas que executam algum tipo de serviço para a empresa-cliente e; na desativação total ou parcial de setores produtivos. No primeiro grupo encontram-se os serviços de limpeza, guarda, cozinha, manutenção de equipamentos, serviços médicos, etc. No outro estão as atividades executadas por terceiros que estão ligadas ao processo produtivo como um todo, sobretudo os vários tipos de ateliers.

O recurso ao atelier tornou-se frequente nos últimos cinco anos no Vale do Sinos e nos municípios próximos, onde se localizam as maiores empresas de sapatos. Em uma pesquisa recente, Valmíria Piccininni (1991) constatou que num universo de 30 empresas, 28 utilizavam os serviços do atelier. Na opinião da autora;

"... É um pouco arriscado estabelecer o percentual de utilização do sistema pois uns, ao darem as cifras, referem-se ao percentual compreendido em toda atividade de produção, enquanto outros referiam-se à parte das operações que são feitas fora, essencialmente costura, montagem de salto, num percentual significativo. Há empresas que fazem toda a operação de costura em atelier, mas no conjunto da atividade pode representar 30 ou 50% das atividades de produção dependendo do tipo de sapato que a empresa produz (se leva muita costura, enfiado, etc)."48

automatização de tarefas e funções - por razões científicas, técnicas e financeiras. A partir de novos arranjos, as empresas procurarão sobretudo uma combinação entre inovações tecnológicas e organizacionais".

48 Vê-se nestas constatações que, não obstante as ressalvas acerca da dificuldade de cálculo dos percentuais de participação do atelier na produção industrial, no conjunto das atividades de uma empresa os trabalhos desempenhados pelo atelier (ou seja, fora da fábrica) podem chegar à 50%.

Tanto a descentralização das fábricas para o interior (interiorização) quanto a terceirização (sub-contratação), de determinadas atividades das indústrias de calçados do Vale do Sinos podem ser entendidas como "*estratégias relacionais*". Segundo Reis (1988:132) as estratégias relacionais ocorrem "nos novos espaços de produção, onde as empresas atuam segundo um cálculo voluntário de pequena dimensão e servem-se, de esquemas de integração vertical ou de sub-contratação da estrutura das pequenas e médias empresas existentes ou em evolução ou então, recorrem ao trabalho à domicílio, o qual se integra em estratégias familiares locais de gestão do tempo de trabalho e dos rendimentos, isto é, em formas intimamente relacionadas com os modelos locais de reprodução social".

A estratégia da terceirização vem sendo utilizada com sucesso em praticamente todos os setores industriais brasileiros⁴⁹. No setor coureiro-calçadista sul-riograndense a busca da flexibilização da gestão e a reorganização dos processos produtivos compõem a pauta de debates que visam ampliar a qualidade e a produtividade dos calçados gaúchos. O acirramento da competitividade internacional no mercado de calçados (sobretudo após a entrada da China na produção de sapatos, concorrentes diretos com os gaúchos) tem contribuído, sobremaneira, às mudanças tecnológicas e à definição de novas estratégias de desenvolvimento. Seguramente, o recurso aos ateliers e ao trabalho a domicílio através de terceirização se insere neste contexto. Basta lembrar que, se hoje o baixo custo da mão-de-obra, por si só, não é mais capaz de garantir padrões de competitividade, certamente, a convergência das novas tecnologias de produção com as novas formas de organização de trabalho, como o atelier, permitirão um salto em termos de qualidade e produtividade. Pois, a base deste modelo repousa na

⁴⁹ Segundo o DIEESE (1993:12) "em recente pesquisa da Price Waterhouse com as 500 maiores empresas do Brasil, registrou-se que entre as empresas que promoveram algum tipo de terceirização, 48,9% apresentaram aumento na produtividade por empregado e 38,3% obtiveram redução dos custos. Em relação à organização da empresa cerca de 51% apontaram ter obtido uma maior eficiência." Na Itália e em outros países desenvolvidos há vários estudos que apontam neste sentido.

manutenção das características artesanais do *desing* dos sapatos gaúchos, garantidas pelo uso do trabalho manual, associadas aos efeitos da modernização tecnológica e organizacional das plantas industriais.

O atelier de calçados não é apenas funcional à indústria calçadista, como uma estratégia de rebaixar os custos fixos com a remuneração do trabalho. Na verdade, sua importância cresce no sistema econômico gaúcho de uma forma global. Basta observar a rápida expansão deste tipo de atividade em áreas marginalizadas onde a maior parte da população constitui-se de uma mão-de-obra não qualificada e, em geral, desempregada. Um exemplo desta realidade é o atelier do Sr. J.A. Em 1989, quando o entrevistamos, ele transportava, diariamente, grande quantidade de peças de sapatos para os bairros periféricos de Porto Alegre, onde empregava, sem nenhum vínculo formal de trabalho (contrato, carteira assinada, etc), mais de 700 pessoas.

"...Lá no Posto da Restinga são 105 pessoas que vão na casa de uma mulher, anotado no caderno, que vem buscar o serviço ali. Cada família, no caso seria um representante de cada família, lógico que o pessoal que tá em casa não vai deixar de fazer também. Ali (outro posto) no Sarandi são 50. Na Cacheirinha tem 40. No Travessão tem 8. Ah, tem na Feitoria ainda, que são 35. Então são 238 pessoas que fazem trabalho direto pro posto, que vão lá retiram os talão e depois devolvem eles pronto. Se tu quisesse tu podia fazer um média de 3 pessoas por família que faz enfiado: então sera 238 vezes 3, seriam 714 pessoas. Se hoje eu tivesse enfiado a vontade ... meu Deus do céu, eu taria rico! São 700 pessoas mais ou menos, talvez não é muito o que eles ganham, mas eles pelo menos comem!" (J.A., pequeno empresário, Dois Irmãos)

Como se vê, há uma diversidade de formas de trabalho que caracterizam as tarefas executadas no âmbito dos ateliers de sapatos. Entretanto, é necessário resgatar um aspecto que parece acompanhar o conjunto das transformações estruturais da economia das regiões investigadas nesta pesquisa: a emergência de variados tipos de trabalho precário, sub-emprego e etc. A precariedade do exercício das atividades laborativas está presente tanto na colheita da acácia-negra, através do

trabalho do *bóia-fria*, como também se manifesta no setor urbano-industrial através do atelier e da multiplicidade de formas de trabalho informais⁵⁰.

As principais características do trabalho precário, segundo Rodgers et. alii.(1988:4) são as seguintes: trabalho irregular com pouca estabilidade; reduzida capacidade de controle sobre as condições de trabalho; desproteção, insegurança e ausência total ou parcial de benefícios; baixa remuneração e reduzido poder aquisitivo do trabalhador. De um modo geral, podemos concordar com a maior parte das observações de Rodgers no que se refere à fragilidade e à vulnerabilidade econômica e social dos trabalhadores envolvidos em empregos precários.

Na indústria de calçados, em âmbito internacional, o trabalho domiciliar e o emprego precário não parecem ser menos frequentes. Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (1985 Cap. XI), o trabalho precário é uma prática recorrente neste setor industrial, seja nos países ricos ou pobres. Não obstante os esforços de regulamentação das atividades laborativas, a forte pulverização das unidades produtivas impede que se conheçam as reais dimensões e a totalidade de formas de exercício do trabalho precário. O relatório menciona o trabalho de crianças, as condições insalubres e a falta de segurança como as denúncias mais recorrentes na confecção de calçados. Apesar dos esforços, conclui o estudo, "(...) esta prática tem sido de difícil combate devido a sua ocultação pela lei do silêncio" (OIT, 1985:115).

No caso do atelier de calçados, a precariedade passa a ser um atributo do processo de terceirização que vem sendo implementado no período

⁵⁰ Nas décadas recentes, a preocupação com o crescimento de formas precárias de exercício do trabalho parece ser uma tendência generalizada nos países que conheceram a erosão do modelo fordista de acumulação. A disseminação de inúmeras formas de trabalho precário como os empregos temporários, em tempo-parcial, a domicílio ou outras formas de trabalho, parece estar ligada às mudanças estruturais da economia capitalista. Segundo Rodgers (1988:3) pode-se definir o trabalho precário ou atípico em oposição ao trabalho padronizado e estável que a sociedade estava acostumada a ter a partir do final da II Guerra.

recente⁵¹. O controle das indústrias sobre o ritmo e a regularidade do trabalho coloca os ateliers numa situação de vulnerabilidade perante as empresas. Embora as fábricas de calçados sejam flexíveis quanto à forma de produção utilizada na confecção das peças de sapatos, elas permanecem rígidas no domínio do tempo de trabalho que concedem aos sub-contratados para realizar as tarefas. Apesar do atelier ser autônomo em relação à fábrica, ele não possui condições de dominar por inteiro seu processo produtivo e muito menos ainda de definir por si o seu tempo de trabalho. A sujeição do atelier às indústrias nos foi relatada num depoimento⁵²:

"... Eles me dão aquela quantia que eu posso fazer. Aí eles me fornecem aquilo. Eles dizem: - Nós temos desse modelo 40 mil par. Aí eles me dão um giro de cinco dias prá eu me adiantar e eles dizem quantos pares eles querem por dia. Isso tudo depende da quantidade que tem, do modelo. Quanto maior a quantidade, maior é o giro que eu preciso. Eles me adiantam uns dias o serviço, antes deles precisar na fábrica. Acontece que as vezes a própria fábrica e os fornecedores atrasam o material né. Então as vezes tem pedido que tem de sair na frente ou **então eles pedem prá dar um ligeirão. Então a gente colabora.** Antes eu ficava março, abril e junho sem nada serviço. Só em 1988 que foi o melhor ano. Mas esse ano (1989) isso deu uma recaída. Esse ano foi uma das piores épocas que teve. (...) Eu cansei de ficar de noite até as 2 horas. Até em sábados de noite eu e minha namorada, nós ficava lá até 3, 4 horas da tarde. Quando eu tinha um pouco mais de serviço que eu achava que não ia dar eu ia lá e preparava tudo adiantado. Eu chegava a ir lá domingos de noite, eu e minha guria, nós ia lá trabalhá. Nós deixava o salto tudo passado a cola. Deixava 600, 700 pares tudo passado..." (J.A., pequeno empresário, Dois Irmãos)

A intermitência do "serviço" está diretamente associada ao modelo em fabricação na indústria. O relato de um proprietário de atelier ilustra esta situação:

⁵¹ Nas conclusões do trabalho do DIEESE (1993:15), além da terceirização reduzir os postos de trabalho e provocar um sensível queda nos salários, ela é um dos fatores determinantes do crescimento do setor terciário da economia. Segundo o IBGE, entre 1980-91, enquanto o setor terciário cresceu 34%, a agricultura cresceu 30% e a indústria apenas 3%.

⁵² Ver também o estudo de Azevedo (1988:133) sobre o trabalho à domicílio das costureiras de sapatos. Nesta artigo a autora relata a sujeição do atelier ao ritmo da produção da empresa e a relação do trabalho à domicílio com as tarefas domésticas das costureiras.

"...Isso é um ramo ingrato né. Tu pode ter em um mês tudo e em outro mês nada, tudo depende do modelo que a fábrica fecha e tal. Então eu acho assim; no mês que tem, tu tem que aproveitar, tu tem que trabalhar, te mexer, produzir, fazer um bom serviço e ir sempre conhecendo mais as fábricas ou tu tem que tá pronto prá um serviço que a firma pode oferecer. Então é um ramo ingrato. Tu pode ter 15 dias de serviço e 15 dias não ter, então tu tem que tá ali..." (J.A., pequeno-empresário, Dois Irmãos)

Os vínculos pessoais e as relações de interconhecimento também são fundamentais nesta forma de trabalho. Além de ter que reunir uma infraestrutura econômica, o sucesso do pequeno empreendedor como dono de atelier depende das relações pessoais com o responsável pelo setor de ateliers da fábrica e com o próprio dono da empresa.

"... Primeira coisa: eu acho que eu ganhei muito apoio dos nossos patrão aqui em Dois Irmãos. Eu sou amigo deles né. Eu conheci eles e fiz muita amizade com eles quando trabalhava no banco (...) Nesse ramo de atelier tem muitas coisas né ! Tinha outros cara mas eles davam o sapato prá mim né! Eles confiavam na gente. Eu acho que como em qualquer coisa tu sempre preciso de um empurrãozinho de alguém. Um apoio. Se tu não tem apoio tu não consegue.(J.A., pequeno empresário, Dois Irmãos)

Esta situação torna o atelier, independente de tamanho, vulnerável e submisso ao processo de produção da indústria. O controle exercido pela fábrica sobre seus contratados estimula a precariedade das relações de produção no atelier. A submissão ao ritmo de produção da empresa e o condicionamento do trabalho ao modelo de sapato em fabricação demonstra a vulnerabilidade a que está submetido o atelier e a força de trabalho envolvida nestas atividades. Mesmo assim, pelo fato de recrutar as *forças marginais não-transferíveis* da família trabalhadora, o atelier alcança grande prestígio e legitimidade social na região calçadista. No imaginário popular, o fato de ser uma estratégia de ampliação das rendas da família trabalhadora confere ao atelier um papel filantrópico e pedagógico-profissionalizante.

A produção domiciliar de peças de sapatos por pessoas idosas e donas de casa não é vista como uma forma de trabalho precária e irregular,

extenuante e exploradora de mão-de-obra, mas como uma ocupação rentável, como uma ação de caráter filantrópico feita pelos industriais e pelos donos de ateliers.

"...O sapato é muito manual, então fazer enfiado e outro na fábrica se torna muito caro. Em casa tem muita mulher velha que trabalha nisso e aí consegue uns vintém. Tem muita vovó que ganha mais fazendo sapato do que pela aposentadoria. E prá fábrica o serviço sai mais barato. Prá elas é uma ocupação prá ganhar dinheiro e viver melhor. Isso é a finalidade do atelier. E depois para a fábrica é mais barato também. Fazer o enfiado dentro da fábrica mesmo isso sai muito caro, daí eles tem que paga empregado por hora... Na fábrica é só o serviço mais difícil. Sabe, na fábrica eles tem que pagar o cara por hora e no atelier eles pagam por peça e daí não sai tão caro. A vovó se senta de noite, não tem hora prá começar e não tem hora prá parar, então faz enfiado né. As vezes, se tem criança pequena, uns 12 ou 13 anos, então elas passam cola, fazem isso ou aquilo... Se o aposentado não pode trabalhar fora e só recebe um pouco de aposentadoria, assim ele tem uma vida melhor. Isso é praticamente o atelier. (E.F. operário, Dois Irmãos)

Algo semelhante ocorre com o trabalho de menores. O emprego a tempo parcial (meio turno) de crianças com idades inferiores a 14 anos é muito frequente na região produtora de calçados. A iniciação das crianças no trabalho de atelier é vista como uma forma de profissionalização ou como uma preparação para o trabalho:

"...Então tem serviços que tem que ter profissionais, sabe. Mas eu tenho aqui guri que estuda meio turno, tá registrado meio turno (tem que pega liberação no fórum e essas coisas). Então ele trabalha meio turno. Ele faz aquele servicinho: ele fica na ponta, ou confere, ou vê o número do sapato prá botar certinho na caixinha, põem uma borrachinha, dá uma olhada se as operações foram feitas certinho. *Futuramente, ele pegando mais idade, ele já começa na fábrica como um profissional. (...)* No meu caso eu trabalho mais com gurizada mesmo. Eu acho que a gente profissionaliza eles, eles tem uma iniciação e depois vai embora né. (J.A. pequeno empresário, Dois Irmãos)

Em ambos os casos, estamos na presença de um conjunto de valores que estabelecem os critérios de legitimação e sanção de uma determinada prática social a partir do conceito *étnico de trabalho*. O fato de que apenas a determinadas pessoas é facultado o acesso às peças de sapatos das

fábricas, bem como o caráter supostamente profissionalizante do trabalho de atelier estão impregnados por critérios étnicos de definição do trabalho e de valores morais. São poucos os proprietários de atelier (micro e pequenos) que não sejam descendentes de alemães. O sucesso de um ex-funcionário de fábrica como proprietário de atelier, como micro-empresário e "*dono de seu próprio negócio*", é mais um elemento de reificação da ética do trabalho geneticamente transmitida: uma maneira de mostrar que "*só quem trabalha vence na vida*". A vocação para o trabalho está ligada a elementos étnicos geneticamente concebidos (Seyferth, 1992:90). A etnia, a origem comum e o prestígio social selam as relações interpessoais. O mesmo ocorre no momento da contratação de um funcionário numa empresa. Não sendo descendente de alemães, o trabalho prévio em algum atelier torna-se, então, um requisito indispensável à obtenção da vaga. A capacidade de trabalho não se define somente pelo conteúdo técnico do "*savoir faire*" do indivíduo, mas pela sua origem étnica e social.

O trabalho irregular de menores tem sido coibido pela Justiça do Trabalho, através de fiscalizações e mediante denúncias concretas. Entretanto, não obstante as multas aplicadas aos proprietários dos estabelecimentos, as crianças voltam a trabalhar no mesmo atelier ou em outros. O proprietário do atelier, ao alegar que as crianças trabalham por indicação paterna, livra-se de processos judiciais e das responsabilidades legais sobre o trabalho de menores. Na maioria dos casos, a autuação se dá em função das precárias condições de segurança do trabalho e, sobretudo, devido ao uso da *cola-de-sapateiro*, adesivo químico nocivo à saúde.

Numa reportagem publicada pelo Jornal NH no dia 15/12/1992, é relatada a precariedade das condições de trabalho dos menores e são feitas algumas observações importantes relacionadas ao desempenho escolar das crianças que trabalham em tempo parcial nos ateliers.

"...Os maiores aliados do trabalho de investigação da promotora R.L. são os professores das crianças que trabalham nos ateliers de

Dois Irmãos. Os relatos dos professores sobre o comportamento destes alunos, segundo R., são *impressionantes*". De acordo com os depoimentos, as crianças que trabalham e estudam tem rendimento muito inferior às que só estudam. Eles demonstram extremo cansaço durante as aulas, muito sono, ausência, distração e alguns até se tornam arredios. Alguns parecem ter medo de um carinho. Eles estão perdendo a infância, diz uma professora que preferiu não se identificar por ter medo de sofrer represálias." (Grifos nossos).

A problemática dos trabalhos irregulares e precários também preocupa o movimento sindical da região. Os sindicatos, mesmo desconhecendo o real significado e as consequências do processo de terceirização das indústrias de calçados, tem uma capacidade reduzida de intervenção sobre os ateliers. A primeira dificuldade reside no alto grau de dispersão e pulverização das atividades do atelier. Como a maior parte do trabalho é realizada nos domicílios, torna-se difícil para os sindicatos intervir em toda região de abrangência dos ateliers. Um exemplo concreto desta dificuldade nos foi narrada por um membro do Sindicato dos Sapateiros de Dois Irmãos:

"...Nós sabemos que existe o trabalho de criança e todo esse problema. Mas nós não pode ir contra os atelier que tão querendo começar o seu próprio negócio ou ganhar um pouquinho melhor. Só prá tu ver: aqui em Dois Irmãos, no ano de 1993, nós tinha, registrado na prefeitura e nos escritório de contabilidade por aí que eu pesquisei, 144 atelier entre grande e pequeno, tudo que é tipo. E fábrica de sapato nós temos só cinco grande empresas. Então eu pergunto: a CUT quer fazer trabalho de organização por local de trabalho; nós podemos fazer uma política nestas cinco grande fábrica que tem mais de mil empregado cada uma só aqui na cidade, mas como é que nós vamo fazer organização sindical por local de trabalho em 144 atelier onde que nós nem sabemos onde todos eles ficam? Isso é o nosso pepino! (R.S. sindicalista, Dois Irmãos)

No setor coureiro-calçadista, o processo de terceirização parece ser uma tendência irrefreável (Técnicouro, 1992, 14(4):14). Há vários indícios favoráveis a seu desenvolvimento. Cotidianamente, anuncia-se nos jornais da região a contratação de "Atelier de Costura" (Para sapato de exportação com virado luva. Produção mínima 100 pares dia) "Atelier de Enfiado", "Atelier de Pré-Fabricado". Há empresas que desativaram

completamente certas secções de produção, como o pré-fabricamento, passando a trabalhar somente com os sub-contratados. Isto lhes permite a reorganização de todo o processo produtivo industrial: introduzem-se novas formas de organização do trabalho como os "grupos de trabalho, "just-in-time" e "kanban" e amplia-se a automatização de certas fases do processo produtivo com a introdução de máquinas com componentes eletrônicas e de informática. Estas mudanças, acompanhadas pelas estratégias de descentralização e terceirização, resultam na flexibilização do processo produtivo e na emergência de um novo padrão de produção, denominado de acumulação flexível.

Esta realidade poderá, virtualmente, constituir-se no futuro cenário da produção do setor coureiro-calçadista. Tanto é assim, que estas mudanças concretas já ecoaram junto ao poder Judiciário. Recentemente publicado (março de 1994), o Enunciado 331 de Tribunal Superior do Trabalho vem definir e legalizar as atividades de terceirização. Por este enunciado, a empresa contratante é eximida das responsabilidades sobre as relações de trabalho que se estabelecerem entre trabalhadores e sub-contratados, ao longo da execução dos serviços. Com isso, parece abrir-se, definitivamente, o caminho à regulamentação e à legitimação da super-exploração capitalista do trabalho.

CAPITULO V

A PERI-URBANIZAÇÃO E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: CONSIDERAÇÕES FINAIS.

INTRODUÇÃO

Sintetizar as principais idéias desenvolvidas ao longo desta dissertação e problematizar algumas questões referentes à situação atual da agricultura familiar e ao futuro da estrutura agrária das regiões abrangidas pela pesquisa são os principais objetivos deste capítulo conclusivo. As reflexões, até aqui desenvolvidas, obedecem a um único propósito, qual seja, o de demonstrar, através de um processo histórico, como se dá a desarticulação do modo de vida camponês a partir de dois processos sociais e econômicos distintos (a industrialização difusa e as transformações na agricultura familiar). Desses processos sociais surgem novas formas de produção e reprodução, baseadas em relações sociais e econômicas de caráter capitalista.

Estas relações constituem o "ser-em-si-mesmo"¹ da atual sociedade e da economia das regiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari. No capítulo quatro, vimos como através de diferentes estratégias de acumulação de capital e de reprodução da força de trabalho ocorrem, na prática, as articulações entre a agricultura familiar e o tecido produtivo industrial liderado pelo setor coureiro-calçadista. Mostramos como, em alguns casos, estas relações escapam à regulação formal do mercado de trabalho capitalista e como elas se articulam a outras formas de produção como a pequena agricultura de produção familiar e o trabalho informal à domicílio, por exemplo.

¹ Para usar uma expressão de Luckács, G (1979). A Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho.

Neste capítulo, no entanto, tentaremos articular as idéias desenvolvidas ao longo desta dissertação com os conceitos de sistema produtivo local, "part-time farming" e pluriatividade. A preocupação fundamental está em avaliar, mais detalhadamente, quais os efeitos dessas novas formas de trabalho e das estratégias de acumulação de capital para o futuro da agricultura familiar das regiões estudadas. Em nossa opinião, parece haver uma aguda correlação entre as transformações nas formas de reprodução dos agricultores familiares e o crescimento das atividades extra-agrícolas. Esta constatação se realça quando comparada às mudanças que ocorreram na composição das rendas dos agricultores dos países capitalistas desenvolvidos. E, mais do que isto, a analogia não fica apenas por conta dos aspectos da reprodução social dos agricultores. Nestes países, a reestruturação agrária teve significativos efeitos sobre o mercado de trabalho e, principalmente, sobre as mudanças sócio-espaciais urbanas e rurais.

5.1. RECONVERSAO ESPACIAL E SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS

No capítulo anterior estudamos a origem e as características de um conjunto de cinco diferentes formas de trabalho que perpassam os processos produtivos da pequena agricultura e do setor industrial coureiro-calçadista e os articulam entre si através das relações sociais de trabalho. Estas relações não são apenas o *resultado* de processos sociais e econômicos previamente constituídos e determinados (industrialização difusa ou transformações agrárias). Elas também possuem uma historicidade e uma especificidade que as diferencia em relação ao exterior e entre si, de modo endógeno.

O conjunto das relações sociais de trabalho e de produção, mediante e através das quais se dá a articulação da pequena agricultura

familiar com a indústria coureiro-calçadista, integram um complexo sistema de relações multi-dimensionais que constitui o que chamamos de *sistema produtivo local*. O sistema produtivo local "(...) consolida certos modos *regionais de organizar a reprodução social*, nomeadamente através de sua vinculação a uma atividade de natureza produtiva, como é a pequena agricultura complementar, e a sua inscrição numa determinada rede urbana, em geral uma rede de pequenos centros dotados de funções centrais e sem deseconomias de aglomeração, oferece a possibilidade de apreciar mais desenvolvidamente as estratégias que se centram ao nível familiar" (Reis, 1987:28) (grifos do autor).

Nas áreas de pequena agricultura onde recentemente ocorreram processos de industrialização (como é o caso aqui estudado) é comum que o espaço social e econômico local retenha alguns traços sociais e culturais característicos de seu passado camponês. Este ambiente exerce uma influência decisiva sobre as novas relações sociais de trabalho. Um exemplo disso ocorre através da ligação do sistema produtivo local da região coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul com processo global de acumulação capitalista, que Reis (1988:131) chamou de "*integração diferenciadora*".

No capítulo dois desta dissertação, demonstramos como os "novos espaços de produção localizados" são uma consequência da crise do padrão fordiano de produção e representam faces distintas de um novo paradigma de produção industrial designado de "*modelo de acumulação flexível*" (Scott, 1988) e Lipietz, 1988)². Acreditamos que a conformação de certas "*formações regionais*" (Bagnasco, 1981) específicas, caracterizadas como sistemas industriais localizados, não devem ser entendidas como uma via de "mão-única". As transformações nos espaços territoriais locais, a articulação

² Na opinião de Ferrão (1987:57) "... A afirmação dos "*novos países industrializados*" e da industrialização "*difusa*" ou "*espontânea*" permitiu (re)valorizar dois segmentos da realidade que pareciam encontrar-se irreversivelmente envolvidos por um processo crescente de marginalização por parte do modelo de acumulação dominante no pós-guerra: países "semi-periféricos ou claramente do Terceiro Mundo no primeiro caso; e regiões de forte componente rural e com predomínio de pequenas empresas".

dos processos de industrialização difusa com a pequena agricultura e a emergência de um conjunto de novas relações de trabalho que sintetizam e personificam estas mudanças não surgem, exclusivamente, das determinações exógenas que os agentes macro-econômicos exercem sobre um determinado espaço local ou uma região.

A descentralização industrial, a interiorização das empresas e o aparecimento de formações regionais peculiares e geograficamente localizadas são apenas "um pequeno aspecto da reconversão espacial em curso" (Reis, 1988:132). Segundo José Reis (loc.cit.) os novos espaços localizados não são somente *receptores* de estratégias de industrialização determinadas *ex ante*, por sua origem exógena ao ambiente local. Na verdade, elas tem uma "espessura" própria, isto é;

"...os fatores endógenos que permitem reconhecer uma certa capacidade de regulação local e regional: o tecido territorial, como espaço material de inter-relação entre agentes; as relações de produção de âmbito micro-social que estabelecem estratégias relativamente autônomas de índole familiar que, por sua vez, se tornam mais relevantes quando as famílias, para além de unidades de consumo, são também unidades de produção (Reis, 1988:132).

Estudar a articulação do processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista com o tecido produtivo e o ambiente social e econômico das regiões de colonização antiga do Rio Grande do Sul, caracterizadas por uma estrutura agrária onde predomina a pequena agricultura familiar, a partir do conceito de *sistema produtivo* requer: o reconhecimento de sua ligação com o processo global de acumulação capitalista e a consideração de que as estratégias familiares da população local são decisivas à reprodução dessas relações. Visto dessa forma, podemos ampliar nossa conceituação de sistema produtivo local acrescentando a seguinte formulação de Reis (1988:133) às definições anteriores:

"... o interesse pela construção de uma noção de sistema produtivo local advém principalmente de procurar um fio de análise que possibilite interpretar as situações em que a industrialização

deriva de um processo originado localmente, segundo um processo longo de formação e acumulação de uma cultura técnica industrial, e está associado a modos complexos de articulação com as componentes dos modos de reprodução social locais. O que há de mais estrutural num sistema produtivo local - o que define a sua natureza - é o fato de sua constituição e desenvolvimento resultar de processos relacionais de ordem territorial e, portanto, de mobilização de condições inscritas localmente."

Ao longo dos capítulos dois e três, buscamos demonstrar como os processos de desenvolvimento do setor coureiro-calçadista se articulam com as transformações da pequena agricultura através de "*processos relacionais*" (Reis,1988). É notório que dedicamos menor atenção à "história industrial" do setor calçadista, um dos elementos diferenciadores desta definição de sistema produtivo local dos demais fenômenos sociais e econômicos de caráter localizado. Contudo, atemo-nos, mais detalhadamente sobre "as condições sócio-econômicas" em que se dão estas relações a partir da descrição das estratégias familiares (dos colonos) e industriais (dos empresários) de reprodução da mão-de-obra e de acumulação de capital, respectivamente³.

³ Segundo Reis (1988:137) "...o ambiente sócio-econômico que enquadra o sistema de produção industrial é muito influenciado pelo fato de as economias familiares criarem estratégias de atividade multiformes, levando a que as condições de reprodução da força de trabalho e de gestão do tempo e do rendimento não estejam em relação linear unívoca com a tendência dominante de salarização da mão-de-obra."

5.2. A PERI-URBANIZAÇÃO E A PLURIATIVIDADE: as novas formas de regulação do espaço e do trabalho

5.2.1. A Peri-Urbanização e as Transformações Espaço-Sociais

Ao concordarmos que a nova estrutura social e econômica, que emerge da articulação da industrialização difusa do setor coureiro-calçadista com a pequena agricultura familiar regional, configura um sistema produtivo local, estamos admitindo a necessidade de redefinir o significado da dimensão espacial e econômico-social do ambiente em que elas transcorrem. Se é certo que a industrialização difusa do setor coureiro-calçadista potencializa o surgimento de uma série de novas formas de trabalho como a descentralização ou interiorização de fases do processo produtivo industrial ou o atelier de calçados, em contrapartida, também é verdadeiro que as estratégias familiares de busca da reprodução social, como no caso dos colonos-operários, exercem um papel ativo neste processo.

Isto conduz à transformações importantes no âmbito do espaço social e econômico onde se dá a produção. Neste espaço se configura o processo de *peri-urbanização* e surge uma nova forma de trabalho que podemos chamar de *pluriatividade*⁴. Concordamos com Gama (1987:36), quando afirma que a *peri-urbanização* expressa um⁵:

⁴ Estas "novas" formas de exercício do trabalho, entendidas como novas relações de trabalho, não implicam no desaparecimento das "velhas" formas de trabalho, se é que se pode falar assim. Concretamente, no caso aqui estudado, trata-se do surgimento dos colonos-operários em lugar dos proletários tradicionais. Estudaremos a pluriatividade com maior detalhe logo a seguir.

⁵ Nos países desenvolvidos a *peri-urbanização* não é um fato inteiramente novo. No pós-guerra o fenômeno da urbanização e da industrialização de áreas até então definidas como rurais foi estudado a partir dos conceitos de "*rurbanização*", "*counter-urbanization*". Ver, entre outros, Rambaud (1982); Bages & Nevers (1988); Mougnot (1982); Buller (1991) e Cawley (1979) e Kayser (1988 e 1990).

"...processo que cria áreas densamente povoadas que participam da vida rural (pela sua localização, pelos tipos de residência, pelas relações de propriedade) e da vida urbana (pelas deslocações entre a residência e o trabalho, entre campo e cidade; pela descocentração da urbe em relação a uma série de actividades; pela procura que as empresas fazem de uma série de economias de localização). Imperceptivelmente, cria-se um *continuum* espacial entre o urbano e o rural tradicionais. Em contraste com a separação clássica entre a cidade e o campo, a área peri-urbana apresenta-se como um espaço de transição, muitas vezes um extenso espaço, que combina ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos. Este espaço não deixa, no entanto, de ser polarizado pela cidade, na organização espacial das actividades económicas, no domínio das trocas e da gestão empresarial e financeira. Nele coexistem aspectos rurais e urbanos que se traduzem na *plurifuncionalidade do uso do solo, na pluriatividade das suas populações e na complexidade da estrutura social e das práticas culturais*. A plurifuncionalidade e a pluriatividade, como consequência dos novos modos de comunicar e de fazer, tornam-se características definidoras da peri-urbanização."(Grifos nossos)

Como se vê, a definição do espaço peri-urbano não está ligada apenas às transformações materiais que ocorrem na relação homem/natureza. A formação destas áreas é uma consequência direta da industrialização, porém, não de qualquer tipo de industrialização, mas de um processo descentralizado e articulado de desenvolvimento industrial. Há pelo menos quatro aspectos que contribuem, decisivamente, ao processo de peri-urbanização: a-) a difusão dos meios de transporte (pessoal e coletivo); b-) a difusão dos modernos meios de comunicação (televisão, antenas parabólicas, telefonia, informática); c-) a difusão de energia (sobretudo elétrica); d-) a difusão do progresso técnico (descentralização industrial e tecnologias domésticas).

Assim, podemos dizer que as mudanças no ambiente social e económico da sociedade teuto-brasileira das regiões de colonização antiga do Rio Grande do Sul devem-se, ao mesmo tempo, às alterações sofridas pelo modo de vida dos colonos e às transformações nas dimensões espaciais. É por isso que a emergência do sistema produtivo local, que articula o processo de industrialização difusa com as novas estratégias de produção e reprodução da pequena agricultura familiar, pressupõe uma nova conceituação

de espaço social e econômico, que a definição de *território* pretende abarcar.

A noção de território encerra uma relação entre o social e o espacial, podendo ser definido como "(...) um espaço produzido pelas relações sociais, mas também produtor de relações sociais. Isto tem como consequência atribuir ao espaço uma importância como condicionador de relações (distância, fatores naturais, implantações humanas) (Gama, 1987:35)". Esta definição se evidenciou, por exemplo, nos depoimentos dos empresários calçadistas sobre os motivos que os levaram a estabelecer filiais no meio rural da região da Encosta da Serra. Ao mesmo tempo que as novas formas de trabalho criam novos espaços (sociais e produtivos) no meio rural elas são influenciadas e *condicionadas* pela forma espacial das relações sociais e econômicas que lhes eram imediatamente anteriores, como no caso da indústria de calçados que se instala numa região onde predomina a pequena agricultura familiar.

Isto se evidencia quando analisam-se as novas formas de trabalho que aparecem em determinado território em função de transformações de origem exógena, como aquelas que são comumente encontradas em regiões de pequena propriedade onde ocorreram processos de industrialização difusa ou de descentralização industrial. Nestas regiões, altera-se o ambiente sócio-econômico rural através da emergência de novas relações de trabalho. É o que ocorre com os colonos-operários, os bóias-fria da acaciocultura ou mesmo com o trabalho domiciliar de confecção de peças de sapatos. São atividades desempenhadas no meio rural sem estar, necessariamente, ligadas à agricultura. É o que Gama (loc.cit) denominou de *novos modos de comunicar e de fazer*, referindo-se à plurifuncionalidade e à pluriatividade dos espaços peri-urbanos. Em última análise, o que parece estar em questão é a superação da monofuncionalidade da unidade agrícola, o que significa dizer que é cada vez mais comum que nas áreas rurais se exercem também outros tipos de tarefas, além das atividades agrícolas.

Isto nos permite, *grosso modo*, fazer uma distinção entre o espaço rural e o espaço agrícola⁶. No espaço rural coexistem atividades rurais e agrícolas: é o espaço da agricultura de subsistência e o local de moradia dos membros das famílias rurais que trabalham em atividades extra-agrícolas. Ao passo que, no espaço agrícola predominam as atividades agrárias, direta e exclusivamente ligadas ao cultivo da terra e à produção. O espaço peri-urbano, por sua vez, se distingue dos espaços urbano (sinônimo de cidades industrializadas) e rural pelo caráter das atividades sociais e econômicas que nele são desempenhadas. Na área peri-urbana há uma plurifuncionalidade no uso do solo e uma pluriatividade das relações de trabalho. Dentre os vários modos de uso do solo estão: a-) o uso da terra como fator de produção (caso dos agricultores profissionais); b-) o uso do solo como ativo financeiro e reserva de valor (caso dos sítios de lazer) e; c-) a terra como um bem de valor subjetivo e patrimonial (no caso das famílias pluriativas). A pluriatividade ocorre através das múltiplas formas de trabalho, sobretudo com a combinação das atividades agrícolas com os empregos fora da propriedade rural.

Em síntese, a emergência dos espaços peri-urbanos deve-se a uma articulação bem sucedida entre as estratégias de industrialização difusa (ou a descentralização industrial em alguns casos) com o ambiente social e econômico local, especialmente no que diz respeito à estrutura do trabalho familiar, ao uso do solo e à moradia. Dessa articulação surgem novas relações de trabalho que constituem-se, ao mesmo tempo, em estratégias familiares de reprodução social (no caso das famílias rurais) e em estratégias de acumulação de capital (no caso da expropriação da mais-valia em favor das indústrias de calçados). Assim, em razão da plurifuncionalidade da propriedade da terra (ativo financeiro e valor

⁶ Não vamos, aqui, proceder à uma divisão entre os vários tipos de espaços passíveis de definição. Entre os estudiosos da questão agrária e da sociologia rural européia é frequente encontrar a divisão tripartite do espaço entre: urbano, rural e rural profundo (ver Kayser, 1990).

patrimonial) e da pluriatividade da maioria da população, podemos caracterizar as regiões da Encosta da Serra, do Vale do Cai e do Vale do Taquari como zonas peri-urbanas⁷.

A pluriatividade potencializa essa diversidade social e espacial. A pluriatividade é um dos principais atributos dos espaços peri-urbanos porque ela cria uma estrutura social e econômica que permite ao habitante deste espaço "*manter um pé no campo e outro na cidade*". Uma das características fundamentais da agricultura nestes territórios é o seu caráter de "*part-time*". São raras as famílias que se dedicam em tempo integral ou de modo exclusivo às atividades agrícolas. Em regra, há uma combinação e uma divisão familiar do trabalho entre as tarefas executadas dentro da propriedade com outras desenvolvidas fora. Vejamos estas questões um pouco mais de perto.

5.2.2. Algumas Considerações sobre a Pluriatividade

A pluriatividade e a agricultura de tempo-parcial são fenômenos que surgiram a partir de meados dos anos 70 na estrutura agrária dos países capitalistas desenvolvidos. A pluriatividade refere-se às mudanças na mobilidade da força de trabalho rural, onde alguns membros das famílias agricultoras passam a desempenhar outras atividades geradoras de rendas fora da propriedade, além das tarefas agrícolas. O agricultor pluriativo é todo aquele que tem mais de um emprego ou mais de uma fonte de rendas. A agricultura de tempo-parcial ("*part-time farming*"), embora seja vista por muitos estudiosos como um sinônimo da pluriatividade, refere-se mais

⁷ Por suas características evidentemente urbanas, e pela quase inexistência de zonas de pequena propriedade ou parcialmente dedicadas à agricultura, a região do Vale do Sinos, embora faça parte desta pesquisa, não pode ser denominada de zona peri-urbana.

diretamente às características que a unidade agrícola assume, quando da existência de membros pluriativos no núcleo familiar rural⁸.

A pluriatividade e a agricultura de tempo-parcial sempre existiram na história da agricultura, sobretudo a de caráter familiar, como estratégias de trabalho temporário dos membros das famílias para complementação das rendas. Tornaram-se, contudo, práticas estáveis entre os agricultores a partir da modernização das estruturas agrárias dos países desenvolvidos. Com a crise de *superprodutividade* agrícola, iniciada no final dos anos 70, cientistas sociais e "*policy-makers*" voltaram seus olhos para pluriatividade e a "*part-time farming*" como possíveis alternativas à reforma e à reestruturação do modelo de produção agro-industrial produtivista⁹, vigente na agricultura desses países desde o pós-guerra¹⁰.

Antes deste período, a "*part-time farming*" era vista como uma prática negativa pelos produtores rurais "*full-time*", e caracterizada pelos políticos e estudiosos, como uma peculiaridade dos agricultores que possuíam pequenas propriedades, localizadas em áreas "*marginais*" (montanhosas) ou "*desfavorecidas*" (baixa escala de produção, distantes dos mercados, etc). Pensava-se que se tratava de um problema conjuntural e que o recurso aos empregos extra-agrícolas era apenas uma estratégia dos agricultores para ampliar a renda familiar e manter a paridade com os

⁸ A combinação de várias atividades produtivas e as diversas estratégias de obtenção de rendas extra-agrícolas não é estranha ao campesinato, até porque a unidade de trabalho camponesa se caracteriza pela imbricação da família com a unidade produtiva e das atividades domésticas com as atividades produtivas. Chayanov (1974; 1981) ensina-nos que o investimento da família na propriedade depende da disposição dos fatores internos de produção em relação à possibilidade de obtenção de rendas extra-agrícolas como o trabalho temporário, por exemplo.

⁹ O produtivismo se refere ao padrão intensivo de produção agrícola, mais conhecido como modelo agroindustrial, disseminado internacionalmente a partir do final da II Guerra Mundial pelos USA. Neste modelo a produção é especializada (cultivo de poucas variedades), é fortemente integrada à mercados consumidores e utiliza um alto padrão de tecnologias.

¹⁰ Para uma análise mais aprofundada sobre a crise agrícola ver Redclift & Goodmann (1987); Goodmann & Redclift (1990); Arkleton Research (1987); Kenney et alii (1989); Friedamn (1991). A partir de 1980 a "*part-time farming*" passa a ser reconhecida pela CEE como uma alternativa de política agrícola. Ver OECD (1978); Vries (1993) entre outros.

ganhos dos trabalhadores urbanos. Recentemente, no entanto, vários pesquisadores vem observando que não são apenas os agricultores pequenos, marginalizados ou desfavorecidos, que buscam trabalhos extra-agrícolas para manter ou ampliar suas rendas¹¹. Em muitos casos, mulheres-esposas e filhos em idade plena para trabalhar, membros de famílias de agricultores bem sucedidos e tecnicamente modernizados, também passaram a buscar empregos extra-agrícolas para satisfazer interesses pessoais, obter status ou, simplesmente, como uma forma de manter vínculos com a cidade e o estilo de vida urbano.

Em vários países, a "part-time farming" gerou polêmicas entre cientistas sociais, organizações sindicais e órgãos do governo porque, além de recolocar o debate sobre qual tipo de agricultura e agricultores (profissional "full-time" ou "part-time") deveria merecer o apoio institucional e subsidiado do Estado, ela também teve o mérito de ligar as "questões agrárias" (vida no campo, assistência previdenciária, etc) às "questões urbanas", como os problemas do desemprego estrutural, do êxodo rural, das preocupações ambientais (sobretudo da juventude e grupos organizados), do trabalho feminino, entre outros. No entanto, sobretudo na Europa e nos USA, foram os elevados custos sociais da superprodutividade agrícola, tutelada e subsidiada pelo Estado através de uma agressiva carga fiscal e tributária sobre os contribuintes, que despertaram o maior interesse político pelo assunto¹².

Na maioria dos países desenvolvidos, a prática de uma atividade econômica fora da propriedade agrícola, como uma forma de manutenção ou ampliação da renda familiar dos agricultores, tem sido criticada por alguns como um obstáculo à modernização tecnológica das propriedades rurais e

¹¹ Dentre os trabalhos mais relevantes podem ser citados: Brum (1986, 1987); Soler et.alii.(1987); Bonano (1987); Pugliese (1991); Buttel, Larson & Gillespie (1990); Buttel (1982); Gasson, 1984, 1986, 1988) e Fuller, (1990), entre outros.

¹² Para uma análise da história e da evolução da Política Agrícola Comum consultar Guedes Pinto (1992); Etxezarreta (1987); Bryden (1987); Bonano (1989) entre outros.

apontada por outros como uma solução para o problema da superprodução agrícola, da queda dos rendimentos dos pequenos agricultores com propriedades localizadas em áreas desfavorecidas (terras marginalizadas ou com pouca fertilidade) ou montanhosas e da preservação ambiental¹³. Não obstante essas divergências, a "part-time farming" e a "pluriactivité" tem se constituído em temas relevantes a partir dos quais vem se discutindo e pesquisando as novas formas de trabalho e a condição social dos trabalhadores envolvidos na agricultura. Na França, por exemplo, há um debate intenso sobre a "intensificação" ou a "extensificação" da produção agrícola¹⁴.

O fenômeno da agricultura de tempo-parcial e da pluriatividade das relações de trabalho somente se afirmou como estável a partir da metade da década de 1970. Nos USA, por exemplo, o debate sobre a transitoriedade da "part-time farming", na opinião de Buttel & Larson (1982:275), foi "interminante e fragmentado" durante várias décadas. Nos anos 50, os sociólogos rurais manifestavam algum interesse pelo tema devido aos fortes deslocamentos migratórios e às rápidas transformações tecnológicas na agricultura. Já nos anos 60, a "part-time" retorna à cena devido às pressões das organizações de agricultores para aumentar os preços dos produtos agrícolas. Finalmente, durante os anos 70, motivados pela idéia do desenvolvimento rural, vários cientistas sociais "redescobrem" a "part-time farming" e percebem nesta forma de trabalho uma alternativa de fixação do homem no meio rural, de redução das migrações, de elevação das rendas rurais e de assimilação dos impactos da modernização agrícola. São deste período alguns dos trabalhos mais relevantes sobre o tema, como os de

¹³ Boa parte dos trabalhos sobre a pluriatividade e a "part-time" farming são produzidos com o objetivo de apresentar alternativas de desenvolvimento rural e de reforma das políticas agrícolas (Mackinnon et.alii. (1991); Hetland (1986); Frank (1983); Heatherington (1983); Person (1987 e 1983) e outros).

¹⁴ Dentre os trabalhos que tivemos acesso destacamos os de Schmitt & Coujard (1985); Jullian (1989; Jollivet (1988); Jean (1986); Neeser (1986); Bourgeois (1986); Bonnieux (1986) entre outros. Ver sobretudo os debates no âmbito da revista *Économie Rurale* da França.

Fugitt (et.alii.,1977); Fuller & Mage (1976); Cavazzani (1979) entre outros. A partir destes trabalhos, a "part-time farming" assume um caráter estável e perene, como ator social efetivo da estrutura agrária.

Helena Sarraceno (1985) faz uma periodização semelhante dos estudos sobre a "part-time farming" na Itália, classificando os trabalhos em duas fases: a primeira vai de 1930 até 1975, onde o agricultor "part-time" é visto de forma negativa e transitória porque, supostamente, não investia na modernização da propriedade. Já a partir de 1975, as análises sobre a "part-time" mudam de enfoque e passam a predominar as pesquisas empíricas sobre as questões teórico-políticas, abandonando-se, definitivamente, a idéia da transitoriedade. Na França, o debate sobre o caráter transitório da pluriatividade também parece não se distinguir das periodizações acima. Com a diferença de que, até o final da década de 1970, as organizações de produtores rurais sequer atribuíam "status de agricultor" a quem não se dedicasse a agricultura em tempo integral.

Embora o debate sobre a pluriatividade seja longo e reproduzido numa vasta bibliografia¹⁵, é preciso destacar dois aspectos em meio aos quais transcorrem, atualmente, os debates sobre o tema, e que tem uma ligação com o objeto desta dissertação. O primeiro refere-se às transformações nas relações de trabalho da estrutura agrária dos países desenvolvidos e o segundo se refere às mudanças nos padrões de produção industrial, mormente, os fenômenos ligados à descentralização industrial e às formas de produção flexíveis. Reconhecidas as devidas mediações e resguardadas as proporções que se fazem necessárias na comparação de uma determinada realidade com a de outro país ou região, pode-se se dizer que há uma semelhança entre as transformações estruturais, ocorridas nos países desenvolvidos a partir dos anos 70, com os fenômenos estudados neste trabalho.

¹⁵ Ver, principalmente, A.R.F.(1984) e os relatórios do Arkleton Research (1987 e 1992), além dos inúmeros ensaios publicados pelas revistas Rural Sociology e Sociologia Ruralis.

Por razões óbvias, não analisaremos em detalhes como estes processos se originaram e se desdobraram ao longo das duas últimas décadas, nestes países. O que importa salientar é que a pluriatividade, entendida como o exercício de atividades extra-agrícolas por membros de famílias rurais, tornou-se não apenas uma forma de reprodução social e econômica dos pequenos agricultores como também passou a se constituir numa estratégia política dos Estados Nacionais (sobretudo os membros da CEE e os USA) de reforma dos seus aparelhos produtivos agrícolas. Mais que isso, a pluriatividade vem se adequando as novas tendências de produção industrial, uma vez que as diferenças locacionais entre o espaço rural e urbano não mais se constituem em empecilhos ao emprego da força de trabalho, quer esteja ela no campo ou na cidade. Os recentes processos de industrialização difusa e de descentralização industrial, bem como a externalização de fases do processo de produção agrícola parece que estão superando a divisão espacial do trabalho ao unificar os mercados de trabalho rural e urbano, através dos chamados processos de *acumulação flexível de capital*, e são uma prova inquestionável dessa realidade (Pugliese, 1991, 1988 e Mingione & Pugliese, 1987).

Tanto os membros das famílias rurais precisam dos empregos extra-agrícolas para garantir sua reprodução (ou, como dizem os cientistas europeus, manter a paridade de rendas do setor agrícola com o industrial), como as indústrias precisam buscar novos espaços para desenvolver suas atividades fabris¹⁶. Há, sem dúvida, uma multiplicidade de questões sociológicas e econômicas que emergem desta reestruturação do modelo de acumulação capitalista do final do século XX. A nós interessam

¹⁶ Além disso, o desenvolvimento da pluriatividade poderá influenciar os rearranjos internos das unidades familiares de produção através da "feminização da produção", que se refere ao aumento da carga de trabalho das mulheres agricultoras (Pfeffer, 1989; Inhetveen, 1988; Buttel & Gillespe, 1984 e Little, 1988).

especialmente as mudanças causadas por este processo sobre a agricultura e as novas formas de reprodução social da força de trabalho rural¹⁷.

Do ponto de vista das transformações ocorridas na estrutura agrária, a pluriatividade vem assumindo uma relevância cada vez maior, seja em termos analíticos ou empíricos¹⁸. É crescente o número de propriedades de agricultores onde algum membro da família exerce um determinado tipo de emprego extra-agrícola ou dedica algum tempo para atividades não agrícolas como, por exemplo, o turismo rural, o artesanato, a prestação de serviços ou outros. Segundo alguns autores (Pugliese, 1991 e 1988), este fato não conduz somente à unificação dos mercados de trabalho, como também leva ao próprio desaparecimento da dicotomia entre os espaços rural e urbano, sobretudo ao nível do acesso a bens e serviços¹⁹. O espaço rural deixa de ter como função exclusiva a produção agrícola e constitui-se num espaço policêntrico onde coexistem atividades econômicas de natureza diversa sem que haja, necessariamente, uma preponderância em termos de escala ou lucratividade.

A partir disso, um novo conjunto de atividades econômicas e de práticas sociais, denominadas de *neo-rurais*, passa a se desenvolver no espaço rural. O neo-ruralismo, segundo Font (1988:), refere-se a um "(...) movimento migratório singular, que afeta novamente o mundo rural, carregado

17 No âmbito da sociologia da agricultura e da economia agrária, o debate entre os estudiosos se dá em torno das teses da "dualidade" ou da "diversidade", como prováveis características da futura estrutura agrária. Para acompanhar este debate ver Buttel, Larson & Gillespie (1990), Buttel & Newby (1980); Jollivet (1988) entre outros.

18 Não há consenso em torno de uma única unidade de análise sobre a pluriatividade e a "part-time farming". Para alguns é a propriedade agrícola (Fuller, 1983, Gasson, 1988) para outros é a família (Barthez, 1984 e 1987) e há os que consideram que a unidade de análise pertinente seja a unidade familiar agrícola (Marini & Pieroni, 1987). Além desses existem os que não definem nenhuma unidade analítica e utilizam-se da comparação entre rendas agrícolas e extra-agrícolas (Barbic, 1983) ou de tipologias (Barlett, 1986; Cawley, 1983) como critérios para o estudo da pluriatividade. Do ponto de vista empírico, pode-se destacar o papel da pluriatividade no processo de "descoletivização" agrária dos países do ex-socialismo real (Elek, 1991; Kladzinski, 1987).

19 Há vários artigos importantes sobre este tema, merecendo ser citados o de Mingione & Pugliese (1987); de Bodiguel (1991); de Courgeau (1991) e de Klatzmann (1991).

de um conteúdo ideológico e que se produz após uma escolha e uma decisão voluntária de seus protagonistas". Este movimento situa-se no bojo de um processo social e econômico mais amplo chamado de *renascimento rural*²⁰. Segundo Kayser (1991b:267), "o renascimento rural é o resultado da difusão espacial dos efeitos do crescimento da riqueza e da modernização geral da sociedade"²¹. Do ponto de vista cultural, social e simbólico, o renascimento rural representa a outra face da peri-urbanização, que se caracteriza pela articulação das relações de trabalho e de produção dos processos de industrialização difusa com a agricultura familiar.

5.2.3. A Pluriatividade e o Renascimento Rural no Rio Grande do Sul

A emergência da agricultura de tempo-parcial em algumas regiões do Sul do Brasil geralmente ocorre em áreas que se caracterizam pelas pequenas propriedades de produção familiar²². Essa nova forma de produção vem alterando não apenas os processos produtivos agrícolas mas também a paisagem rural. Há visíveis sinais de um recrudescimento econômico nos pequenos povoados aglomerados das Linhas e Picadas que formam o cenário rural-agrícola das regiões da Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari no Estado do Rio Grande do Sul. Através da pluriatividade e dos empregos extra-agrícolas nas indústrias, a população do meio rural vem

²⁰ O conceito de renascimento rural faz parte de um aporte teórico conhecido como "a *teoria da ruralidade*", desenvolvido por cientistas sociais de vários países, com a especial contribuição de geógrafos, sociólogos e economistas. Dentre os trabalhos de maior destaque podemos citar os estudos de Kayser (1988, 1990 e 1991b); além dos trabalhos de Leger & Hervieu (1980); Mathieu (1985 e 1990); Jean (1988, 1989).

²¹ Na França, segundo Kayser (1991b:265), 60% das cidades rurais tiveram incrementos populacionais entre 1982 e 1990.

²² Os trabalhos de Giralda Seyferth (1984, 1987, 1992) sobre os colonos-operários do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, indicam claramente uma semelhança com as questões discutidas neste trabalho. Da mesma forma, as conclusões do trabalho de Freire et. alii (1992) nos levam a crer que na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul, centralizada pela cidade de Caxias do Sul, também possa existir a "part-time farming" e a pluriatividade.

elevando seu poder aquisitivo e passando a demandar uma variada gama de bens de consumo. Um dos sinais mais notáveis deste "renascimento rural" refere-se ao crescimento acelerado da construção civil de moradias. Na última década, aumentou significativamente o número de casas novas construídas em propriedades rurais. Em geral, essas casas são habitadas por famílias novas, recém constituídas através do casamento de filhos de colonos que permanecem residindo na propriedade da família e trabalhando nas indústrias de calçados.

Na década de 1980, este recrudescimento rural foi intenso na região da Encosta da Serra, em cidades como Dois Irmãos, Ivoti, Nova Petrópolis, Gramado, Três Coroas e Igrejinha, entre outras. Espera-se para a década de 1990, que este processo se estenda às regiões do Vale do Caí e do Vale do Taquari, pelo fato de ser para estas zonas que vem avançando a descentralização industrial. Em razão disso, provavelmente, deverá ocorrer a ampliação da agricultura de tempo-parcial e da pluriatividade das relações de trabalho nestas áreas. Com a interiorização das indústrias de calçados, ampliam-se as possibilidades de emprego no meio rural. E, além dos empregos assalariados, a pluriatividade tende a crescer através da ampliação do uso do trabalho domiciliar informal, que chega ao interior através dos ateliers de calçados.

Estas tendências podem ser confirmadas pela observação das mudanças que vem ocorrendo nas pequenas localidades rurais onde, no período recente, se instalaram fábricas de calçados ou curtumes. Em muitos casos, o estabelecimento de uma indústria acabou estimulando o desenvolvimento local e a "peri-urbanização", fazendo com que o que eram pequenos povoados aglomerados, denominados Linhas e Picadas, se tornassem municípios autônomos²³.

²³ No Rio Grande do Sul, no último quinquênio, ocorreram 183 processos de emancipação. Foram criados 29 novos municípios em 1987; 60 em 1988 e 94 em 1992. Somente na micro-região da Encosta da Serra, neste período, surgiram 11 novos municípios.

Neste processo, o espaço físico-geográfico torna-se característico de um espaço peri-urbano. No entanto, o ambiente social e econômico local mantém suas características rurais²⁴. Além das observações que já fizemos acerca dos interesses das indústrias sobre este tipo de espaço para expansão de suas unidades, e da plurifuncionalidade que ele representa para os atores sociais que nele vivem (colonos, trabalhadores pluriativos, sítios de lazer, etc), há que se destacar dois outros aspectos: as mudanças na concepção de vida local dos habitantes e; o domínio político sobre o poder local.

Embora se possa afirmar que as pequenas cidades, emancipadas recentemente em função dos processos de descentralização industrial, caracterizam-se por um ambiente sócio-econômico rural, isto não implica em dizer que o estilo de vida e a sociabilidade (relações sociais, culturais e religiosas) não tenham se diversificado. Mesmo que a etnia, o idioma (alemão) e determinados traços culturais (festas, bailes, jogos, etc) continuem a representar os padrões de conduta e relacionamento social por excelência, eles passam a conviver com outros valores sociais e morais, característicos das sociedades industriais modernas. Através das mudanças nos hábitos sociais, no estilo de vida (forma de comportamento, vestuário, música, etc), na alimentação e na sociabilidade como um todo, observa-se que este espaço social e econômico, embora guarde pontos de contato com o ambiente e o modo de vida camponês, é perpassado pelo conjunto dos valores e normas da sociedade moderna. Esta influência do exterior não se dá apenas através do assalariamento em fábricas modernizadas, detentoras de um código

²⁴ Poderíamos, aqui, falar de "neo-ruralismo" porque a expansão dos sítios de lazer configura uma clara expansão de propriedades que não fazem uso da terra para fins produtivos e econômicos. Ao contrário do que mostra Giuliani (1990), no Rio Grande do Sul (sobretudo na Serra), é insignificante o número de indivíduos que saem das grandes cidades (Porto Alegre e região metropolitana) para se dedicar a produção agrícola de especiarias como queijos finos, carne-de-rã, escargots, etc, como ocorre no Rio de Janeiro. Na grande maioria dos casos, a compra de propriedades é feita para fins de lazer, investimento financeiro ou até mesmo para desenvolver o turismo rural.

interno próprio de disciplina e de conduta do trabalho²⁵. Ela ocorre, sobretudo, pelo efeito dos meios de comunicação de massa que determinam e universalizam certos estilos de vida e normas sociais de comportamento²⁶. A vida local, enfim, passa a sofrer os efeitos da sociedade capitalista de consumo²⁷.

Estas transformações sociais, econômicas e culturais no ambiente local, no espaço de uma pequena cidade, de uma Linha ou de uma Picada, também são perceptíveis nas alterações do domínio político do poder local. No modo de vida colonial, o comerciante (Vendeiro), o dono do moinho ou o professor eram as figuras que definiam e simbolizavam a conduta política e eleitoral da localidades, através do prestígio e *status* que dispunham. Ao contrário desta época, nas atuais pequenas cidades peri-urbanas, o domínio do poder político não é dado pelo prestígio ou pelo status social mas sim pelo poder econômico. Nos municípios recém emancipados das regiões que estudamos, é o gerente das fábricas de calçados e sua chefia direta que exercem o poder. Mesmo que em alguns casos não sejam eles a exercer os cargos públicos (prefeitos e vereadores) de maneira direta, seu poder sobre a economia local legitima suas reivindicações políticas²⁸.

Embora no Sul do Brasil a agricultura de tempo-parcial e a pluriatividade possam ser vistas como peculiaridades de uma determinada região, onde ocorre uma articulação social e econômica através do mercado de trabalho (colonos-operários) e dos processos produtivos (acaciocultura),

²⁵ Muitas vezes, o mesmo operário que opera uma complexa máquina de corte ou de costura com dispositivos micro-eletrônicos ou componentes informatizados no interior da fábrica, é o mesmo que nos sábados e feriados ara sua terra com tração animal e cultiva sua roça como o mais tradicional dos camponeses

²⁶ Ver também Blakely & Bradshw (1985).

²⁷ Basta lembrar um trecho da definição de espaço peri-urbano fornecida por Gama (1987:36): "... Este espaço não deixa, no entanto, de ser polarizado pela cidade, na organização espacial das atividades econômicas, no domínio das trocas e da gestão empresarial e financeira".

²⁸ Sobre este assunto ver os excelentes artigos de Bages & Nevers (1988) e Chamboredon (1980) sobre a perda do poder político do agricultores franceses para outras categorias sociais que habitam o meio rural mas não dependem dele economicamente. E, também, Mendras (1984) e Friedland & Pugliese (1989).

elas representam sinais de transformações estruturais que, há mais de uma década, vem ocorrendo nos países capitalistas avançados. Portanto, não há "novidade" nos fenômenos e processos aqui apresentados mas sim, especificidades regionais e históricas que os distinguem em sua espacialidade e em sua temporalidade. É isso que nos faz acreditar que no Brasil ou no Rio Grande do Sul possam haver outras regiões com uma realidade virtualmente semelhante à descrita nesta dissertação.

Para finalizar, cabe retomar aqui o objeto central deste estudo. Nos propusemos a entender e a explicar como os colonos de uma determinada região reorganizaram os mecanismos tradicionais de sua reprodução social sem promover uma modernização tecnológica nos processos produtivos e sem abandonar os princípios "rurais" que norteiam sua vida e seu comportamento. A análise das novas formas de trabalho e de produção dos colonos-operários demonstrou como o assalariamento em empregos extra-agrícolas (nas indústrias de calçados) permite que os colonos continuem vivendo em suas propriedades e se relacionando com sua comunidade local. A terra e o trabalho na agricultura têm seu sentido originário alterado e assumem características valorativas subjetivas e simbólicas. O modo de vida camponês deixou de existir em sua plenitude, mas, no entanto, algumas características da sociabilidade camponesa são revitalizadas e se metamorfoseiam num novo ambiente social e econômico, do qual participam as indústrias de calçados e a pequena agricultura familiar. A vida no campo, antes sinônimo de atraso e privação, passa a ser vista como um privilégio quando comparado ao trabalho, à alimentação, à segurança e à qualidade de vida das sociedades urbanas contemporâneas.

Nossa pesquisa nos permitiu constatar também, que as transformações que ocorreram no cenário rural-agrícola das regiões do Vale do Sinos e Encosta da Serra e, recentemente, no Vale do Caí e no Vale do

Taquari, não são apenas consequências da industrialização. A situação de estrangulamento em que se encontrava o sistema agrícola colonial, causado pelos seus condicionantes internos, levou a uma articulação entre o processo de industrialização difusa e as transformações da agricultura familiar, através das novas formas de trabalho e de produção. Inegavelmente, como pôde se averiguar, o capital penetra e transforma as formações sociais estranhas a sua lógica de funcionamento. Entretanto, esta "des-estruturação" nem sempre elimina as relações sociais e econômicas anteriores. Esta é uma conclusão que se sustenta na constatação de que o capital (no caso as indústrias de calçados) desarticula o modo de vida, a lógica da produção familiar e a sociabilidade comunitária tradicionais, para então impor-lhes um novo sentido. Este processo ocorre, por exemplo, na descentralização e na interiorização das fábricas de calçados.

Estas peculiaridades não são apenas atributos do tipo de industrialização que se desenvolveu no setor coureiro-calçadista. Mais do que isso, essas especificidades vem reafirmar as formas clássicas de proletarianização e exploração da mais-valia, o que ocorre com a massa dos trabalhadores migrantes que vem se assalariar nas fábricas de sapatos e com a presença e a recriação de formas precárias de trabalho, como no caso dos "bóias-frias" da acaciocultura e dos menores que são empregados em ateliers, o que ocorre tanto no meio rural como na cidade.

Ao mesmo tempo que as transformações sociais e econômicas, decorrentes da industrialização e das mudanças na agricultura familiar, aprimoram as estratégias de reprodução (do capital no caso da indústria e do trabalho no caso dos trabalhadores) elas recriam a exclusão e a marginalização. Na nossa opinião, estas formas precárias de trabalho e de espoliação da força de trabalho integram o próprio *modus operandi* do modelo social e econômico de desenvolvimento adotado em nosso país.

A industrialização difusa do setor coureiro-calçadista proporciona uma interpretação distinta do processo de desenvolvimento

industrial. Ela se dá através da inter-relação da indústria com o sistema econômico local, ou melhor da pequena agricultura familiar de origem colonial. Considerando-se que o sucesso da industrialização do setor coureiro-calçadista se deu pelo caminho das exportações e, portanto, a revelia da expansão do mercado interno de consumo para os calçados, pode-se afirmar que este processo reafirma e recoloca a questão do desenvolvimento local como espaço para a reprodução capitalista. Em nossa opinião, trata-se de um processo que, desde suas origens, esteve articulado com uma multiplicidade de formas de produção locais. E foi em função desta forma específica de regulação das relações de trabalho que se estabeleceu a articulação da indústria calçadista com o sistema econômico local.

Atribuimos a esta forma específica de inter-relação entre as formas de trabalho e de produção das indústrias de calçados e dos agricultores a responsabilidade pelo vertiginoso crescimento econômico das regiões do pólo coureiro-calçadista e pelas novas estratégias de reprodução social dos colonos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABAEX (1991) Brazilian Footwear. ABAEX. Association of Brazilian Export Agents, Novo Hamburgo.
- ABRAMO, L.(1990) Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: um balanço. *Revista BIB*, Rio de Janeiro, 30(2):1-80.
- ABRAMOVAY, R (1992) Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão: de camponeses à agricultores. São Paulo, UNICAMP/ANPOCS/HUCITEC.
- ABREU, A.R.P.(1986) O Averso da Moda: trabalho a domicílio na indústria da confecção. São Paulo, Hucitec.
- AGLIETTA, M (1979) Regulación y Crisis del Capitalismo. Madrid, Siglo XXI.
- ALEGRE, A.A (1989) Estructura de las Explotaciones Agrarias y Externalización del Proceso Productivo. *Revista de Economía*, Madrid, nº 666, p.101-117.
- ALEGRE, E.A. et. alii.(1986) Mercado de la Tierra y Dinámica de la Estructura Agraria en los Países de la CEE. España, *Agricultura y Sociedad*, no 41.
- ALEGRE, E.A. et. alii.(1986) Mercado de la Tierra y Dinámica de la Estructura Agraria en los Países de la CEE. España, *Agricultura y Sociedad*, no 41.
- ALMEIDA GOMES, J. (1993) Estrategia de Produção na Indústria Calçadista de Couro do Vale do Sinos. Porto Alegre, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, mimeo.
- ALVES FILHO, A.G. (1988) Tecnologia de Grupo na Secção de Costura. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 10(1):46-50.
- ALVES FILHO, A.G. (1991) Estrategia Tecnológica, Desempenho e Mudança: estudos de caso em empresas de calçados. São Paulo, Tese de Doutorado, USP.
- ALVIM, R. B. & LEITE LOPES, J.S.(1990) Famílias Operárias, Fmílias de Operários. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, 14(5):7-18.
- ALVIM, R.B.(1987) Família e Operários de Origem Camponesa. In: LEITE LOPES, J.S.(1987) Org. Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro, Museu Nacional/Marco Zero.
- AMADO, J (1978) Conflito Social no Brasil. A Revolta dos Mucker. São Paulo, Ed. Símbolo.
- AZEVEDO, B.R.Z. de (1986) A Produção Não Capitalista: uma discussão teórica. 2ª Edição, Porto Alegre, FEE.
- A.R.F.(1984) La Pluriativité dans les familles agricoles. Paris, ARF Editions, Association des Ruralistes Français.
- ARKLETOM RESEARCH (1987) Cambio Rural en Europa. Programa de Investigación sobre las Estructuras Agrarias y la Pluriactividade. Colóquio de Montpellier.
- AZEVEDO, B.R.Z. de (1988) "Sem Lenço, Sem Documento": notas sobre o trabalho fabril a domicílio. *Revista Ensaíos FEE*, Porto Alegre, 9(1):126-135
- AZEVEDO, B.R.Z. de (1993) A Pequena Produção Manufatureira: uma interpretação à luz de uma nova problemática de desenvolvimento. *Revista Ensaíos FEE*, Porto Alegre, 14(1):94-117.
- BAGES, R. & NEVERS, J.I.(1988) Conflictos y Poder en las Coletividades Rurales Francesas en el Momento de la Descentralización. España, *Agricultura y Sociedad*, nº 49.
- BAGNASCO, A.(1981) Labour Market, Class Structure and Regional Formations in Italy. *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 5, nº 1.
- BAGNASCO, A.(1977) Tre Italie: la problematica territoriale dello sviluppo italiano, Bologna.
- BAKOS, M.M. (1982) RS: Escravidão e Abolição. Porto Alegre, Mercado Aberto, Serie Documenta, nº 13.

- BARBIC, A (1983) The Farmer Worker in Yugoslavia: a bridge between the city and the country. Netherlands, *Sociologia Ruralis*, XXIII(1).
- BARCELOS, R.F.(1987) A Usina da Toca. In: Anais do V Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS, p.265/282.
- BARLETT, P (1986) Part Time Farming: Saving the farm or Saving the life-style? *Rural Sociology*, 51(3):289-313.
- BARTHEZ, A (1984). Femmes Actives hors de l'exploitation familiale. In: A.R.F. (1984) La Pluriactivité dans les familles agricoles. Paris, ARF Editions.
- BARTHEZ, A (1987) Familia, Actividad y Pluriactividad en la Agricultura. In: Cambio Rural en Europa. Arkleton Research, Colóquio de Montpellier.
- BASTOS, C.P.M. & PROCHNIK, V. (1991) Política Tecnológica e Industrial para o Setor de Calçados. Campinas, UNICAMP, mono.
- BECKER, Itala I. B (1976) O índio Kaingáng e a Colonização Alemã. In: Anais do II Simpósio de História de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, São Leopoldo, Museo Histórico Visconde de São Leopoldo.
- BERG, M (1987) La Era de las Manufacturas: 1700-1820. Barcelona, Editorial Crítica.
- BERTRAND, J.P (1982) Complexes et Filières Agroalimentaires: un essai de presentación genealogique et critique de ces notions. Paris, Ed. INRA et Université de Paris I - Sorbonne.
- BERTRAND, Jean-Pierre (1990) A Dinâmica dos Mercados Internacionais de óleo-Proteaginosas: políticas dos estados e estratégias dos atores. *Revista Ensaio FEE*, 11(1):03-41, Porto Alegre.
- BESKOW, P.R.(1987) O Arrendamento Capitalista na Agricultura. São Paulo, Hucitec.
- BLAKELY, E.J. & BRADSHAW, T.D. (1985) América Rural: un nuevo contexto. España, *Agricultur y Sociedad*, nº36/37.
- BLOS, R. G. (1977) Campo Bom - 1825-1975. Porto Alegre, Ed. Concordia.
- BODIGUEL, Maryvone (1991) Agriculture Intruse a la Campagne? *Reveu économie Rurale*, nº 202/203, mars/juin
- BONANO, A (1989) Org. Changes, Crises and Reestructuring in Western Europe: the new dimensions of agricultura. *Agriculture and Human Values Reveu*, Flórida, 6(1/2), Winter/Spring.
- BONNIEUX, F. (1986) Approche économique de L'Intensification. *Reveu économie Rurale*, nº 171, jan/fév.
- BOSERUP, E (1972/1987) Evolução Agrária e Pressão Demográfica. São Paulo, Hucitec/Pólis.
- BOURDIEU, et.alii.(1988) El Oficio de Sociólogo. 11ª Edición, Madrid, Siglo XXI Editores.
- BOURDIEU, (1984) Espace Social et Genèse des Classes. *Actes de la Recherche*, Paris, nº 52/53:3-17
- BOURGEOIS, L.(1986) Les Nouvelles Donnes da L'Agriculture Française: sortir du cadre agricole-agricole. *Reveu économie Rurale*, nº 171, jan/fév.
- BOURGEOIS, Lucien (1987) L'Agriculture et les Services: divorce ou symbiose? *Reveu économie Rurale*, nº 177, jan/fev.
- BOYER, R (1986) La Flexibilité di Travail en Europe. Paris, éditions la Découverte.
- BOYER, R (1990) A Teoria da Regulação. Rio de Janeiro, Nobel.
- BRDE (1973) A Indústria de óleos Vegetais Comestíveis no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Estudos Econômicos, nº 4.
- BRDE, (1970) Perspectivas de Exportação da Indústria de Calçados do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, BRDE, Estudos Econômicos nº 3.
- BRDE, (1977) A Indústria de Calçados no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, BRDE, Estudos Econômicos, nº 8.
- BRDE, (1977) A Indústria de Couros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, BRDE, Estudos Econômicos nº 9.

- BREDEMEIER F., F.W. (1969) O Trilho de Transporte na Indústria de Calçados. Vale dos Sinos. São Leopoldo, Faculdade de Economia do Vale dos Sinos, nº 1, primeiro semestre.
- BRUN, A (1986) Aspects Macroéconomiques de la Pluriactivité des Familles Agricoles. *Reveu économie Rurale*, nº 171, janv/fév.
- BRUN, A (1987) Pluriatividade Agraria en Francia: medidas y concepciones. In: Cambio Rural en Europa. Arkleton Research, Colóquio de Montpellier.
- BRYDEN, J.M (1987) Las Perspectivas de Cambio en la Política de la CEE. In: Cambio Rural en Europa. Arkleton Research, Colóquio de Montpellier.
- BULLER, H. (1991) Le Processus de "Counter-Urbanisation" (Grande-Bretagne) et la "Peri-Urbanisation" (France): deux modèles de retour a la campagne. *Reveu Economie Rurale*, nº 202/203, mars/juin.
- BUTTEL, F.H & Gillespie, G.(1984) The Sexual Division of Farm Husehold Labor. *Rural Sociology*, 49(2):193-209.
- BUTTEL, F.H & LARSON, O.F. (1982) Political Implications of Multiple Job-Holding in U.S. Agriculture: an exploratory analysis. *Rural Sociology*, 47(2):272-294.
- BUTTEL, F.H & NEWBY, H (1980) The Rural Sociology of Advancces Societies: critical perspectives. London, Croom Helm.
- BUTTEL, F.H (1982) The Political Economy of Part Time Farming. *Geojournal*, 6(4):293-300
- BUTTEL, F.H, LARSON, O.F. & GILLESPIE, G. W. (1990) The Rural Sociology of Agriculture. (under the auspices of the Rural Sociological Society) Greenwood Press, New York.
- CANDIDO, A (1964/1987) Os Parceiros do Rio Bonito. Livaria Duas Cidades, São Paulo.
- CANO, W. (1990) Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 3ª Edição, São Paulo, Hucitec.
- CARDOSO, F.H (1962/1977) Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- CARDOSO, F.H. (1969) Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, Difel
- CARNEIRO, L.G.(1986) Trabalhando o Couro: do serigote ao calçado made in Brazil. Porto Alegre, L & PM:CIERGS.
- CARNEIRO, J.F (1950) Imigração e Colonização no Brasil. Publicação Avulsa, Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, M.J.T (1993) Les Paysans de Sept Laux. La Construction d'un Nouvelle Ordre Social. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. These Pour le Doctorat, Paris.
- CASTRO, A.B & SOUZA, F.E.P (1985) A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CAVAZZANI, A (1979) Part Time Farming in Advanced Industrial Societies: role and characteristics in the United States. Ithaca, New York: Cornell Rural Sociology Bulletin Nº106.
- CAWLEY, M (1983) Part Time Farming in Rural Development. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXIII(1).
- CAWLEY, M. (1979) Rural Industrialization and Social Change in Western Ireland. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XIX(1).
- CHAMBOREDON, J.C. (1980) Les Usages de L'Espace Rural: du moyen de production au lieu de récréation. *Revue Française de Sociologie*, XXI, nº 1.
- CHAYANOV, A.V (1974) La Organización de la Unidad Economica Campesina. Buenos Aires, Nueva Visión.
- CHAYANOV, A.V (1981) Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: Graziano da Silva, J & Stolcke, V (1981) A Questão Agrária. SP, Brasiliense.
- CODESUL & ERDE (1969) A Indústria de óleos Vegetais Comestíveis no Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- CONSTATT, O (1877) Brasil: land und leute. Berlin, Ernst Siegfried und Sohn.
- CORIAT, B (1990) Le Atelier et le Robot. Paris, Christian Bourgois éditeur, 330 pp.

- CORIAT, B. (1978) *L'Atelier et le Chronometre*. Paris, Bourgois.
- COSTA, A.B. (1978) *A Concentração Econômica na Indústria de Calçados do Vale do Sinos*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, mimeo.
- COURGEAU, Daniel (1991) *Déconcentration Urbaine et Renouveau du Monde Rural*. *Revue économie Rurale*, nº 202/203, mars/juin.
- COURLET, C. (1993) *Novas Dinâmicas de Desenvolvimento e Sistemas Industriais Localizados*. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, 14(1):9- 26.
- COUTINHO, L & BELLUZZO, L.G (1983) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, Vol. 1 e 2 .
- CRUZ, H.M.(1977) *Alternativas e Difusão Tecnológica: o caso do setor de calçados no Brasil*. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, mimeo.
- D'INCAO E MELLO, M.C.(1975) *O Bóia-Fria: acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes.
- DALMAZO, R.A. (1992) *Planejamento Estadual e Acumulação no Rio Grande do Sul - 1940-74*. Porto Alegre, FEE, Série Teses.
- DAMIANOS, D et alii(1991) *The Empirical Dimension of Multiple Job Holding Agriculture in Greece*. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXXI(1):37-48.
- DAVIS, J.H & GOLDBERG, R.A (1957) *A Concept of Agribusiness*. Harvard University, Boston.
- DELGADO, G. C (1985) *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo, icona/UNICAMP.
- DELORD, B & LACOMBE, P (1984) *La Multiativité des Agriculteurs: conjuncture ou structure? In: Association des Ruralistes Français (1984) La Pluriativité dans les Familles Agricoles*. Paris, ARF Editions
- DIEESE (1993) *Os Trabalhadores Frente à Terceirização*. São Paulo, DIEESE, no 7, 41pp., maio de 1993.
- DIEGUES Jr. (1964) *Imigração, Urbanização e Industrialização*. Centro brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP. Rio de Janeiro.
- DRAIBE, S.(1985) *Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 400 pp.
- ELEK, S (1991) *Part-time Farming in Hungary: an instruments of tacit decollectivization?* *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXXI(1):82-89.
- ELLIS, F (1988) *Peasants Economics - Farm Households and Agrarian Development*. Cambridge University Press, Cambridge.
- ETXEZARRETA, M (1987) *Org. Cambio Rural en Europa. Programa de Investigaciones sobre las Estrutras Agrarias y la Pluriatividade*. Colóquio de Montpellier, Arkleton Research.
- FAORO, R. (1969/1987) *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. 7a Edição, Rio de Janeiro, Editora Globo. Vol. 1 e 2.
- FEE (1978) *25 Anos de Economia Gaúcha. A agricultura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Volume 3.
- FERRÃO, J.(1987) *Indústria e Território: breve história de uma união Feliz*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 22, Portugal.
- FONSECA, P.D (1983) *RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, Série Documenta 18.
- FONT, J.N.i (1988) *El Fenomeno Neo-rural*. España, *Agricultura y Sociedad*, nº 47.
- FRANK, W (1983) *Part Time Farming, Underemployment and Double Ativity of Farms in the EEC*. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXIII(1).
- FRANKLIN, S.H (1969) *The European Pesantry: the final phase*. London, Methuen.
- FREIRE, L.M.M et. alii (1992) *Transformações na Estrutura Produtiva dos Viticultores da Serra Gaúcha: 1985/1991*. EMBRAPA/SEBRAE, Bento Gonçalves, RS
- FREITAS MARCONDES, J.V. (1962) *A Agricultura em Tempo-Parcial no Estado de São Paulo e a Industrialização*. *Sociologia*. São Paulo, 24(1):29-40, março de 1962.
- FREITAS, D (1954) *O Minifúndio na Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul*. *Revista da Provincia de São Pedro*, nº 19.

- FRIEDLAND, W & PUGLIESE, E (1989) Class Formation and Decomposition in Modern Capitalist Agriculture. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXIX(2):149-165.
- FRIEDMANN, H & McMichael, P (1989) Agriculture and the State System: the rise and the decline of national agriculture. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 29(2):93-115.
- FRIEDMANN, H & McMichael, P (1989) Agriculture and the State System: the rise and the decline of national agriculture. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 29(2):93-115.
- FRIEDMANN, H (1980) Household Production and the National Economy. *Journal of Peasants Studies*, nº 7, p. 158-184.
- FRIEDMANN, H (1991) Changes in the International Division of Labor: agri-food complexes and export agriculture. In: Friedland, W et. alii. (1991) *Towards a New Political Economy of Agriculture*. Boulder, Westview Press.
- FUGUITT, G.V. et alii. (1977) *Part Time Farming: its nature & implication*. Kent, England: Center for European Agricultural Studies, University of London.
- FULLER, A.M & MAGE, J.A (1976) eds. *Part Time Farming: Problem or Resource in Rural Development*. Guelph, Ontario: University of Guelph.
- FULLER, A.M (1983) Part-Time Farming and the Farm Family: a note for future research. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXIII(1).
- FULLER, A.M (1990) From Part-Time Farming to Pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, 6(4):361-173.
- FULLER, A.M (1987) Introdução. In: *Cambio Rural en Europa*. Arkleton Research, Colóquio de Montpellier.
- GALESKY, B.(1977) *Sociologia del Campesinado*. Barcelona, Ediciones Peninsula.
- GAMA, A. (1987) Indústria e Produção de um Espaço Peri-Urbano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Portugal.
- GANSWEIDT, M.J (1946) *As Vítimas do Bugre*. Porto Alegre, Ed. Livraria Selbach.
- GARCIA Jr, A (1983) *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GARCIA, A (1989) *O Sul: Caminho do Rogado*. São Paulo, Marco Zero.
- GAROFOLI, G. (1993) Industrialização Difusa e Pequena Empresa: o modelo italiano dos anos 70 e 80. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, 14(1):49-75.
- GASSON, R (1984). Farm Women in Europe: their need for off farm employment. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXIV (3/4).
- GASSON, R (1986) Part Time Farming: strategy for survival? *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXIV(3/4):365-375.
- GASSON, R (1988) *The Economics of Part Time Farming*. Longman, England.
- GEIB, F.O (1989) O Just in Time Aplicado à Produção de Calçados. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 11(6):56-61.
- GEIB, F.O (1991) Princípios Básicos da Tecnologia de Grupo. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 13(2):54-58.
- GILLY, J.P. (1987) Espaços Produtivos Locais, Políticas de Emprego e Transformações da Relação Salarial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 22, Portugal.
- GIRADAKOU, I (1990). Part-Time Farming and Farm Reproduction. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXX (3/4).
- GIULIAME, G.M (1991) Neo Ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(5):55-68.
- GOODMAN, D & REDCLIFT, M (1989) *The International Farm Crises*. London, Macmillan Press.
- GOODMAN, D; SDRJ, B; WILKINSON, J. (1985) *Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais Rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira*. *Revista de Economia Política*, 5(4):31-55.
- GOODMAN, D; SDRJ, B; WILKINSON, J. (1990) *Da Lavoura às Biotecnologias*. Rio de Janeiro, Campus

- GOODMAN, D & REDCLIFT, M (1987) La Agricultura de Europa Occidental en Transición: la producción simples y el desarrollo del capitalismo. **Agricultura y Sociedad**, España, nº 43.
- GRAMSCI, A (1984) Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GRAZIANO DA SILVA, J (1982) A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GRAZIANO DA SILVA, J (1987) Mas qual Reforma Agrária? Campinas, **Revista Reforma Agrária**, 17(1):11-61.
- GRAZIANO DA SILVA, J (1991) Complexos Agroindustriais e Outros Complexos. Campinas, **Revista Reforma Agrária**, volume 21, set/dez.
- GRZYBOWSKI, C (1987) Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Siciais no Campo. Petrópolis, Vozes/Fase.
- GUEDES PINTO, L.C (1992) A Política Agrícola Comum: origem, evolução e situação atual. Campinas, UNICAMP. (mono)
- GÜNTHER, D. von D. (1973) Industrialisierung in Südbrazilien. Die Deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul. Deutschland, Köln Böhlau.
- HANDELMANN, H (1982) História do Brasil. 4ª Edição, São Paulo, Ed. Itatiaia/EDUSP.
- HARVEY, D. (1993) Condição Pós-Moderna. São Paulo, Edições Loyola.
- HEATHERINGTON, S (1983) Potencial Effects of Part Time Farming on the Household and the Rural Economy. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, XXIII(1).
- HEREDIA, B (1979) A Morada da Vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HETLAND, P (1986) Pluriativity as a Strategy for Employment in Rural Norway. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, XXVI(3/4).
- HOBBSBAWM, E (1982) A Era do Capital (1848-1875). 3ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOFFMANN, R & KAGEYAMA, A (1985) Modernização da Agricultura e Distribuição de Renda no Brasil. **Revista de Pesquisa e Planejamento**, Rio de Janeiro, 15(1):171-208.
- HOMEM DE MELLO, F (1985) A Agricultura nos Anos 80: perspectiva e conflitos entre objetivos de política. **Revista Estudos Econômicos**, 10(2):57-101.
- HOMEM DE MELLO, F (1990) O Crescimento Agrícola Brasileiro dos Anos 80 e as Perspectivas para os anos 90. **Revista de Economia Política**, 10(3):22-39
- HUBCHER, R (1984) La Pluriativité: un impératif ou un style de vie? In: A.R.F.(1984) La Pluriativité dans les familles agricoles. Paris, ARF Editions.
- IANINI, O (1983) Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense.
- IHERING, H. von (1895) Os índios do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Anuário do Estado do Rio Grande do Sul.
- INHETVEEN, H & BLASCHE, M (1988) Women in the Smallholder Economy. In: SHANIN, T (1971/1988) Peasants and Peasant Societies. Middlesex, England, Penguin Books/Basil Blackwell.
- JAHN, A (1871) Die Kolonie von São Leopoldo in der Kaiserlichen Brasilianischen Provinz Rio grande do Sul. Leipzig, Brockhaus.
- JANVRY, Alain de (1981) The Agrarian Question and the Reformism in Latin America. London, John Hopkins University Press.
- JEAN, B (1988) La Ruralité Bas-Laurentienne: développement agricole et sous-développement rural. **Recherches Socio-Graphiques**. Québec, 29(2/3):239-263.
- JEAN, B (1989) La Question Rurale: la ruralité et sa sociologie. **Recherches Sociologiques**, Vol XX, nº 3.
- JEAN, Ives (1986) Intensification - Extensification ou Diversité des Systèmes de Production Ovine dans le Lontmorillonais. **Revue Économie Rurale**, nº 175, sept/oct.
- JELIN, E.(1974) Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasiliense, (9): 51-77, Jul/Set.

- JOLLIVET, M (1988) Pour une Agriculture Diversifiée: arguments, questions, recherches. Paris, L'Harmattan.
- JULLIAN, P (1989) Innovations et Diversité des Exploitations Agricoles. *Revue économie Rurale*, nº 192/193, juillet/octobre.
- KAGEYAMA, A & GRAZIANO DA SILVA, J (1983) Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 70. *Revista Estudos Econômicos*, 13(3):537-559.
- KAGEYAMA, A & GRAZIANO DA SILVA, J (1987) A Dinâmica da Agricultura Brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas. IE/Unicamp, mimeo.
- KAGEYAMA, A (1986) Os Maiores Proprietários de Terra no Brasil. Campinas, *Revista Reforma Agrária*, 15(5):63-67.
- KAUTSKY, K (1980) A Questão Agrária. São Paulo, Proposta Editorial.
- KAYSER, B (1988) Renaissance Rurale aus États-Unis? *Revue économie Rurale*, nº 183, jan/fév.
- KAYSER, B (1990) La Renaissance Rurale. Paris, Armand Colin.
- KAYSER, B (1991a) Agriculture et Ruralité: les nouveaux rapports. *Revue économie Rurale*, nº 202/203, mars/juin.
- KAYSER, B (1991b) Country Planning, Development Policies and the Future of
- KENNEY, M et alii, (1987) Midwestern Agriculture in U.S. Fordisme. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXIX(2):131-148
- KLATZMANN, Joseph (1991) Une Agriculture en Déclin Démographique dans un Monde Rural en Croissance. *Revue économie Rurale*, nº 202/203, mars/juin.
- KLEIN, E.(1992) A Realidade no Calçado Hoje é o Mercado Global. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 14(2):09
- KLERING, L.R. (1993) Análise do Desempenho dos Municípios do RS em 1992. *Análise*. Porto Alegre, 4(2):171-202. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da PUC.
- KLODZINSKI, M (1987) Economic and Social Aspects of Part-time Farming in Poland. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXVII(1):67-73.
- KOWARICK, L.(1977) Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KURZE GESCHITE der DEUTSCHE EIWANDERUNG in RIO GRANDE DO SUL (1936) São Leopoldo, Rotermond.
- LAGEMANN, E.(1980) Imigração e Industrialização. In: DACANAL, J.H.(1980) Org. RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, Série Documenta 4.
- LAGEMANN, E.(1986) O Setor Coureiro-Calçadista na História do Rio Grande do Sul. *Revista Ensaios FEE*. Porto Alegre, 7(2):69-83.
- LANDO, A.M & BARROS, E.C (1976) A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Movimento/ Instituto Estadual do Livro.
- LAZERSON, M.H (1988) Organization Growth of Small Firms: an outcome of markets and hierachies? *American Sociological Review*, 53(3):330-343.
- LEGER, Danièle & HERVIEU, Bertrand (1980) Recours a la Ruralité et Crise. *Revue économie Rurale*, nº 140, nov/dec.
- LEITE LOPES, J.S.(1987) Org. Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro, Museu Nacional/Marco Zero.
- LÊNIN, V.I (1988) O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas.
- LESSA, (1978) A Estratégia do Desenvolvimento 1974-1976: sonho ou fracasso? Rio de Janeiro, Tese para Professor Titular, UFRJ, mono.
- LESSA, C.(1981) Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense
- LIMEIRA TEJO, (1946/1982) Contribuição à Crítica da Economia Rio-Grandense. *Revista Ensaios FEE*. Porto Alegre, 3(1):79-109.
- LIPIETZ, A (1988) Miragens e Milagres. Rio de Janeiro, Nobel.
- LIPIETZ, A. & LEBORGNE, D. (1980) O Pós-Fordismo e seu Espaço. *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano VIII. p. 12-29.
- LIPIETZ, A. (1984) As Transformações na Divisão Internacional do Trabalho: considerações metodológicas e esboço de teorização. *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano IV. p. 66-94

- LIPIETZ, A. (1988) Reflexões sobre uma Fábula. Por um Estatuto Marxista dos Conceitos de Regulação e de Acumulação. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 31(1):87-109.
- LIPIETZ, A. (1991) As Relações Capital - Trabalho no Limiar do Século XXI. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, 12(1):101-130.
- LITTLE, J (1991). Theoretical Issues of Women's Non-Agricultural Employment in Rural Areas, With Illustrations from the U.K. *Journal of the Rural Studies*, 7(1/2):99-105.
- LOVE, J.L. (1975) O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 30. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- LOVERING, J.(1990) Fordism's Unknown Successor: a comment on Scott's theory of flexible accumulation and the re-emergence of regional economies. *International Journal of Urban and Regional Research*, London,14(1):159-174.
- LÜCKER, R. & LEHMEN, A.(1987) Ländliche Entwicklung am Rand des Verdichtungsraums Vale dos Sinos. Tübingen, *Tübinger Geographische Studien*.
- LUKACS, G (1979). A Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. Ed. Ciências Humanas, São Paulo. Tradução Carlos Nelson Coutinho.
- MABILDE, A.P.T (1897) Apontamentos sobre os Indígenas Selvagens da Nação "Coroados" que Habitam os Sertões do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, Ano XIII.
- MACKINNON, M. et alii.(1991) Pluriativity, Structural Change and Farm Household Vulnerability in Western Europe. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXXI(1):58-72
- MALASSIS, L (1979) économie Agroalimentaire. Paris, Ed. Cujas, 2 vl.
- MANN, S.A & DICKINSON, J.M (1978) Obstacles to the Development of a capitalist agriculture. *Journal of the Peasants Studies*, London,5(4):466-481
- MANTEGA, G (1987) A Economia Política Brasileira. São Paulo, Pólis/Vozes.
- MARINI, M. & PIERONI, O (1987) Relación entre la Familia y el Entorno Social. Tipología de las Familias Agrícolas en una Zona Marginal (Calabria). In: Cambio Rural en Europa. Arkleton Research, Colóquio de Montpellier.
- MARSDEN, T. (1989) Reestructuting Rurality: from order to disorder in agrarian political economy. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXIX(2):312-317.
- MARSDEN, T. (1992) Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition: incorporating social relations into economic restructuring. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXXII (2/3).
- MARSHALL, G.(1990) In Defence of Class Analysis: a comment on R.E.Pahl. *International Journal of Urban and Regional Research*, London,15(1):114-119.
- MARTÍN, R. D. (1993) Caracterizando al Campesinado y a la Economía Campesina: pluriatividad y dependencia del mercado como nuevos atributos de la "campesinidad". *Agricultura y Sociedad*, nº 66, Enero/marzo.
- MARTINE, G & GARCIA, R.C (1987) Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo, Editora Caetés.
- MARTINE, G (1990) Fases e Faces da Modernização Agrícola. Brasília, *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, nº 3, IPEA.
- MARTINE, G (1991) A Trajetória da Modernização Agrícola: a quem beneficia. São Paulo, *Revista Lua Nova*, nº 23, março de 1991.
- MARTINE, G. (1982) Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola. *Revista de Economia Política*, São Paulo, p. 53-76.
- MARTINE, G.(1986) O Significado Demográfico da Fronteira Agrícola. *Espaço e Debates*, São Paulo, Edição Especial no 13.
- MARTINS, J. S (1982) Expropriação e Violência (A Questão Política no Campo). São Paulo, Hucitec.
- MARTINS, J. S (1985) A Militarização da Questão Agrária. Petrópolis, Vozes.
- MARTINS, J.S (1973) A Imigração e a Crise do Brasil Arcaico. São Paulo, Pioneira Editora.

- MARTINS, J.S.(1986) O Cativo da Terra. 3ª Edição, São Paulo, Hucitec.
- MARX, K (1894/1985) O Capital. O Processo Global de Produção Capitalista. São Paulo, Difel, Livro III, Capítulo 47, Tradução Reginaldo Sant'Anna.
- MARX, K (1973/1986) A Ideologia Alemã. São Paulo, Hucitec
- MARX, K. (1890/1982) O Capital. O Processo de Produção do Capital. 7ª Edição, São Paulo, Difel, Livro 1, Vol. I e II, Tradução Reginaldo Sant'Anna.
- MARX,K (1978) O IB de Brumário. 5ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARX,K. (1964/1986) Formações Econômicas Pré-capitalistas. 5ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MATHIEU, Nicole (1985) Un Nouveau Modèle d'Analyse des Transformations en Cours: La Diversification-Spécialisation de L'Espace Rural Français. *Reveu économie Rurale*, nº 166, mars/avril.
- MATHIEU, Nicole (1990) La Notion de Rural et les Rapports Ville-Campagne en France: des années cinquante aux années quatre-vingts. *Reveu économie Rurale*, nº 197, mai/juin.
- MELLO, J.M.C (1982) O Capitalismo Tardio. São Paulo. Brasiliense.
- MENDRAS, H (1954/1969) A Cidade e o Campo. In: Queiroz, M.I.P (1969) Org. Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Zahar.
- MENDRAS, H (1978) Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar.
- MENDRAS, H (1984) Une Politique Nouvelle pour une nouvelle classe rurale. In: A.R.F.(1984) La Pluriativité dans les familles agricoles. Paris, ARF Editions.
- MENDRAS,H (1967/1970) La fin des Paysans. Paris, Armand Colin.
- MENÉNDEZ, L.S. (1985) Tendencias Recientes en las Zonas Rurales: de la industrialización a los servicios? *Agricultura y Sociedad*, España, nº 36-37, Julio-Diciembre.
- MINGIONE, E. & PUGLIESE, E. (1987) A difícil delimitação do urbano e do rural. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, Portugal.
- MOELENCKE, G.O. (1978) O Vale dos Sinos era Assim. São Leopoldo, Rotermond, 360 pp.
- MOONEY, P. (1978) Labor Time, Production Time and Capitalist Development in Agriculture. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXII(3/4):379-392
- MORAES, C. S (1981) O Colono Alemão. Porto Alegre, Ed. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- MOREIRA, E.M.(1986) O Nível de Inovação Tecnológica da Indústria da Calçados do Couro do Vale dos Sinos: determinantes e tendências a inovar. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, mimeo.
- MOUGENOT, C. (1982) Les Mecanismes Sociaux de la "Rurbanisation". *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXII, nº 3/4.
- MOUNTAIN, J.(1990) O que Diferencia a Indústria de Calçados da Ásia e do Brasil? *Revista Técnicoouro*, Novo Hamburgo, 12(4):42-54.
- MULHALL, M (1973/1974) O Rio Grande do Sul e suas Colônias Alemãs. Porto Alegre, Ed. Bels S.A. & Instituto Estadual do Livro.
- MÜLLER, G (1988) Ambivalências da Modernização Agrária. São Paulo, *Revista Novos Estudos Cebrap*, nº 21.
- MÜLLER, G. (1979) A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: DACANAL, J.H.(1979) Org. RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, Série Documenta nº 4.
- MULLER, P. (1991) Vers une Agriculture de Services? *Reveu économie Rurale*, nº 202/203, mars/juin.
- MÜLLER, T.L (1979) Colônia Alemã. Histórias e Memórias. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- MÜLLER, T.L (1981) Colônia Alemã. Imagens do Passado. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- NAREDO, J.M (1988) Diez Años de Agricultura Española. España, *Agricultura y Sociedad*, nº 46.

- NAVARRO, Z.(1992) Democracy, Citizenship and representation: rural social movement in Southern Brazil, 1978-1990. **Boletim of Land America Research**, 12(3):1-26, Oxford, England.
- NEESER, Ph. (1986) L'Intensification en 1985: le pont de vue d'un professionnel. **Reveu Économie Rurale**, nº 171, jan/fév.
- NETO, J.G. (1982) Mudanças Tecnológicas e Desempenho ds Empresas Brasileiras Produtoras e Exportadoras de Calçados. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UFRG, mimeo.
- NOGUEIRA, A.R & HUTTER, L.M (1975) A Colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Guaratuja.
- OBERACHER Jr, C. H (1957/1975) "Jorge Antônio von Schaeffer": criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil, Porto Alegre, Ed. Metrópole/DAC/SEC.
- OBERACHER Jr, C.H (1976) A Colonização Baseada no Regime de Pequena Propriedade Agrícola. In: Holanda, S.B (Org) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, Tomo II, Vol.3.
- OBERACHER, K. H (1936) Die Volkspolitische lage des Deuschtums in Rio Grande do Sul. Jena, Gustav Fischer Verlag.
- OECD (Organization for Economic Cooperation and Development) (1978) Part Time Farming in OECD Countries. Paris, OECD, General Report.
- OIT (1985) Organisation Internationale du Travail. Programme des Activités Sectorielles. Troisième Réunion Technique Tripartite Pour le Industrie du Cuir et de la Chaussure. Genève, Rapport Général.
- OLIVEIRA, F. (1988) A Economia Brasileira: a critica à razão dualista. 6a Edição, Petrópolis, Vozes.
- OLIVEIRA, F.(1977) A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Ed. Graal.
- OLIVEIRA, H.A.(1970) Acácia Negra e Tanino. Montenegro, Publicação da Associação Brasileira dos Acaciocultores.
- OLIVEIRA, N. et.alii.(1990) O Processo de Urbanização do Rio Grande do Sul: características recentes. In: A Economia Gaúcha e os Anos 80. Porto Alegre, Tomo 1, p. 131-164.
- OSÓRIO, L.M (1990) A Lei da Terra. (Um Estudo Sobre a Propriedade da Terra no Brasil). São Paulo, Tese de Doutorado, PUC, mimeo.
- PAHL, R.E (1988) Some Remarks on Informal Work, Social Polarization and Social Structure. **International Journal of Urban and Regional Research**, London, 12(2):247-266.
- PALMEIRA, M (1989) Modernização, Estado e Questão Agrária. São Paulo, **Revista de Estudos Avançados**, USP, 3(7):87-108.
- PECQUEUR, B. (1993) Sistemas Produtivos Localizados: o exemplo Francês. **Revista Ensaíos FEE**. Porto Alegre, 14(1):26-48.
- PEÑA-MONTENEGRO, Raquel Ugarte de (1991) A participação da mulher no desenvolvimento. Campinas, **Revista Reforma Agrária**, 21(2):63-70, maio/ago.
- PERSON, L.O (1983) Part Time Farming - Corner-Stone or Obstacle in Rural Development? **Sociologia Ruralis**, Netherlands, XXIII(1).
- PERSON, L.O (1987) La Pluriatividad en las Explotaciones Agrarias en el Norte de Suecia: un debate para la política rural y agraria. In: Cambio Rural en Europa. Arkleton Research, Colóquio de Montpellier.
- PESAVENTO, S.J. (1983) Agropecuária Colonial e Industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PESAVENTO, S.J. (1988) A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930). Porto Alegre, Mercado Aberto, Série Documenta nº 24.
- PESAVENTO, S.J.(1980) República Velha Gaúcha: charqueadas, Frigoríficos e criadores. Porto Alegre Movimento/IEL.
- PESAVENTO, S.J.(1991) Os Industriais da República. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro/ Mercado Aberto.
- PETRY, L (1959) O Município de Novo Hamburgo. 2ª Edição, São Leopoldo, Casa Editora Rotermond. Monografia.

- PETRY, L (1964) O Município de São Leopoldo. 2ª Edição, São Leopoldo, Casa Editora Rotermond. Monografia.
- PETRY, L (1931) Maria Bugra. Episódios dos Primeiros Tempos da Colonização Alemã. Novo Hamburgo, Tipografia Hans Behrend.
- PFEFFER, M. (1989). The Feminization of Production on Part-time Farms in the Federal Republic of Germany. *Rural Sociology*, 54(1):60-73.
- PICCININNI, V. (1990) L'Industrie de la Chaussure Bresilienne Facee aux Mutations Internacionales: strategies et politique du personnel des entreprises de la région de "Vale dos Sinos". Grenoble, Université de Grenoble. 466 p. (These de Doctorat d'Economie du Travail et de la Production).
- PIORE, M. & SABEL, C. (1984) The Second Industrial Divide. New York, Basic Books.
- POLANYI, K (1944/1980) A Grande Transformação. 3ª Edição, Ed. Campus, Rio de Janeiro.
- POLANYI, K et alii (1976) (org) Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos. Barcelona, Labor Universitaria.
- PORTO, A (1934) O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha.
- PRANDI, R. (1978) O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital. São Paulo Símbolo.
- PRESSER, M. (1978) O Desenvolvimento do Capitalismo no Rio Grande do Sul: 1920-1975. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, mimeo.
- PUGLIESE, E (1985) Estratificación Social y Trabajo a Tiempo Parcial. In: Etxezarreta, Miren (1988) Desarrollo Rural Integrado. Serie Estudios. Ministerio de la agricultura y Pesca, España.
- PUGLIESE, E (1991) Agriculture and the New Division of the Labor. In: FRIEDLAND, W et alii. (1991) Towards a New Political Economy of Agriculture. Boulder, Westview Press.
- QUEIROZ, M.I.P (1973) Bairros Rurais Paulistas. São Paulo, Duas Cidades.
- QUEIROZ, M.I.P (1973a) Do Rural e do Urbano. In: Szmrecsányi, T. & Queda, O. (1973) Vida Rural e Mudança Social. São Paulo, Ed. Nacional.
- RABUSKE, A. (1980) Algo sobre a gênese dos nomes geográficos na região colonial alemã do Rio Grande do Sul. In: III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros. Porto Alegre, Edições URGs.
- RAMBAUD, P (1982) L'Apport des Travailleurs de la Terre a la Societe Industrielle. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXII, no 2.
- REDFIELD (1956/1960) Peasant Society and Culture. Chicago, Phoenix Books, The University of Chicago Press.
- REIS, C.N (1991) A Indústria de Calçados no Brasil: notas preliminares. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, 18(4): 314-329.
- REIS, J (1985) Modos de Industrialização, Força de Trabalho e Pequena Agricultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, Portugal.
- REIS, J (1987) Os espaços da Industrialização. Notas sobre a Regulação Macro-econômica e o Nível Local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, Portugal.
- REIS, J (1988) Território e Sistemas Produtivos Locais: uma reflexão sobre as economias locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, Portugal.
- REIS, M.L.F.S (1987) Introdução ao Estudo do Comércio teuto Rio-grandense. In: Anais do IV Simpósio de História de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (1980). Porto Alegre, UFRGS.
- RIO GRANDE DO SUL (1974) Soja: produção, comercialização e ICM. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda.
- ROCHA, J.A. et alii. (1973) Soja: situação e perspectivas. Porto Alegre, Secretaria de Coordenação e Planejamento/ Secretaria da Agricultura.
- ROCHE, J (1969) A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Globo, II Volumes.
- RODGERS, G. and J. (1989) Precarious Jobs in Labor Market Regulation. Switzerland, International Institute of Labour Studies.

- ROHDE, G.M. (1975) A História da Soja. Porto Alegre, Simpósio da Soja 1. Anais da Assembléia Legislativa.
- RUAS, R & ANTUNES Jr. J.A.V.(1992) Competitividade e Estratégias de Gestão em Indústrias Tradicionais: progressos e limites recentes. *Revista Ensaios FEE*. Porto Alegre, 13(1):204-226.
- RUAS,R. (1985) Os Efeitos da Modernização sobre o Processo de Trabalho. Condições Objetivas de Controle na Indústria de Calçados. Porto Alegre, FEE, Série Teses.
- RUAS,R. (1990) Difusão de Novos Paradigmas de Produção Industrial: convergências e especificidades em dois segmentos industriais. *Revista Ensaios FEE*. Porto Alegre, 11(1):102-123.
- SABÓIA, J. & CORIAT, B. (1989) Regime de acumulação e Relação Salarial no Brasil: um processo de forrdização forçada e contrariada. *Revista Ensaios FEE*. Porto Alegre, 9(2):03-46.
- SANTOS, A.M.(1992) Padrão de Crescimento das Empresas do Setor Calçadista do Vale do Sinos. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, mimeo.
- SARRACENO, E. (1987) La Evolución de las Estructuras Agrarias y el Papel de la Pluriatividad en los Procesos de Industrialización Antiguos y Actuales. In: Cambio Rural en Europa. Arkleton Research, Colóquio de Montpellier.
- SARRACENO, H (1985) Il Part Time Nell'Agricoltura dei Paesi Occidentalli: linee evolutive e strumenti di intervento. *La Questione Agraria*, Napolis, nº 18.
- SAUL, M.V.A.(1988) Classe Operária e Sindicalismo no Rio Grande do Sul (Novo Hamburgo: 1945 - 1964). Santo Ângelo, Fundames.
- SCHILLING, P (1959/1982) Trigo. Porto Alegre. *Revista Ensaios FEE*, 3(1):109-137.
- SCHIMITT, B & COUJARD, J.L.(1985) Reorientation des exploitations et Transformation de L'Espace Agricole. *Reveu Économie Rurale*, nº 166, mars/avril.
- SCHIMITZ, A (1975) Uma Nova Imagem para Nova Petrópolis. Roma, Edição do Autor.
- SCHMIDT, C.J. (1992) O Tempo do Acampamento: A Construção da Identidade Social e Política do Colono "Sem Terra". Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, UFRGS, mimeo.
- SCHMIDT, G (1989) Novas Soluções para Velhos Problemas. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 11(5):56-60.
- SCOTT, A.J. & STORPER, M. (1988) Indústria de Alta Tecnologia e desenvolvimento Regional: uma crítica e reconstrução teórica. *Espaço e Debates*. Ano VIII, p.30-44.
- SCOTT, A.J.(1988) Flexible Production Systems and Regional Development: the rise of the new industrial spaces in North America and Western Europe. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, 12(2):171-187.
- SCOTT, A.J.(1991) Flexible Production Systems: analytical tasks and theoretical horizons - a reply to Lovering. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, 15(1):130-133.
- SCOTT, J. (1976) The Moral Economy of the Peasant. Yale University Press.
- SCOTT, J. (1988) The Peasant Moral Economy as a Subsistence Ethic. In: Shanin, T (1971/1988) Peasant and Peasants Societies. England, Penguin Books, Middlesex.
- SENAI, (1987) O Mercado de Trabalho e o Técnico de Calçados. Porto Alegre, SENAI, Relatório de Pesquisa, mimeo.
- SESI (1990) Diagnóstico Situacional do Município de Dois Irmãos. Serviço Social da Indústria. Divisão de Orientação Social e Jurídica. Porto Alegre, março, mimeo.
- SEYFERTH, G (1974) A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Ed. Movimento.

- SEYFERTH, G (1987) Aspectos da Proletarização do Camponato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, J.S.L (org) Cultura e Identidade Operária. São Paulo, Marco Zero.
- SEYFERTH, G (1988) Imigração e Colonização Alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *Revista BIB*. Rio de Janeiro, nº 25, pp.3-55.
- SEYFERTH, G (1992) As Contradições da Liberdade: análise das representações sobre identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 18(7):78-96.
- SEYFERTH, G. (1982) A Representação do Trabalho Alemão na Ideologia Ética Teuto-Brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, no 37, p.1-33.
- SEYFERTH, G. (1984) Camponeses ou Operários? O Significado da Categoria Colono numa Situação de Mudança. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Volume. XXIX, Nova Série.
- SEYFERTH, G. (1985) Etnicidade e Cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, nº 42, p.1-15.
- SEYFERTH, G. (1985) Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, nº 52, p.1-27.
- SHAMIN, T (1971/1988) Peasant and Peasants Societies. England, Penguin Books/Basil Blackwell, Middlesex.
- SINGER, P. (1985) Economia Política da Urbanização. 10ª Edição, São Paulo, Brasiliense.
- SINGER, P.(1977) Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Editora Nacional.
- SOLER, L.G., VALESCHINI. E. & WISNER. C (1987) La Pluriatividad en las Explotaciones de Grandes Cultivos. El caso de la Picardia. In: Cambio Rural en Europa. Arkleton Research, Colóquio de Montpellier.
- SOUZA, P R.(1973) Um modelo primário exportador regional: o caso do Rio Grande do Sul. Chile, CEPAL, Santiago.
- SPERB, A (1987) O Inventário de João Pedro Schmitt. In: Anais do IV Simpósio de História de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul(1980). Porto Alegre, UFRGS.
- SUMMERS,G.F.et.alii.(1976) Industrial Invasion of Nonmetropolitan America. New York, Praeger.
- TAMBARA, E (1983) RS: Modernização e Crise na Agricultura. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- TARGA, L.R.P (1989) O Processo de Integração do Mercado Interno Brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. *Revista Ensaios FEE*. Porto Alegre, 9(2):147-158.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V (1978) Os Colonos do Vinho. São Paulo, Hucitec.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. (1993) Matuchos: Exclusão e Luta - do sul para a amazônia. Petrópolis, Vozes.
- TAVARES, M.C. (1985) Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas, Editora UNICAMP.
- TECNICOURO (1984) Círculos de Controle de Qualidade - CCQ: utopia ou realidade. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 6(6):20-23.
- TECNICOURO (1985) Automação e o Calçado I. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 7(3):12-18.
- TECNICOURO (1985) Automação e o Calçado II. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 7(4):14-20.
- TECNICOURO (1985) Automação e o Calçado III. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 7(5):20-26.
- TECNICOURO (1988) Formação da Mão-de-Obra não é Adequada ao Setor. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 10(7):24-32.
- TECNICOURO (1989) As Fábricas Procuram o Caminho da Roça. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 11(2):8-14.
- TECNICOURO (1989) Europeus Continuam Insistindo em Fábricas Flexíveis. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 11(5):20-24.
- TECNICOURO (1989) O que Importa no Tênis Hoje é ter em Conta seu Uso. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 11(6):24-28.

- TECNICOURO (1991) Começa a Surgir Também no Brasil a Nova Fábrica. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 13(5):14-16.
- TECNICOURO (1992) Terceirização: a busca da vocação natural. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 14(4):12-14.
- TECNICOURO (1993) A Qualidade Bate à Porta das Micro e Pequenas Empresas. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 15(2):22-28.
- TECNICOURO, (1988) Saiba Como Implantar Grupos de Trabalho: a revolução na produção. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 10(6):20-27.
- TEPICHT, J (1973) *Marxisme et Agriculture*. Paris, Armand Colin.
- TEXEIRA, G. (1991) O Sistema Kanban e sua Aplicação na Produção da Sapatos. *Revista Tecnicouro*, Novo Hamburgo, 13(3):35-36.
- TRUDA, L (1930) *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Tipografia do Centro.
- TUBIANA, L (1989) *The International Trade from Agriculture Products*. In: Goodman, D & Redclift, M (1989) *The International Farm Crises*. London, Macmillan Press.
- VAN DER PLOEG, J.D(1985) *Patterns os Farming Logic, Structuration of Labour and Impact of Externalization*. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXV(1):5-25.
- VEIGA, J.E.(1991) *O Desenvolvimento Agrícola*. São Paulo, Edusp/Hucitec.
- VIANNA DE SOUZA, M.F.(1992) *Os Rendeiros da Soja*. Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP, julho de 1992.
- VRIES, W.M. de (1993) *Farming with other Gainful Activities in the Rural Areas*. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, XXXIII(4):263-268.
- WAIBEL, L (1949) *Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XI(2):159/217.
- WAIBEL, L (1955) *As Zonas Pioneiras do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XVII(4):389/417.
- WANDERLEY, M.N.B (1979) *O Camponês: um trabalhador para o capital*. Brasília, *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, 2(1):13-79.
- WANDERLEY, M.M.B (1990) *A Produção Familiar na Agricultura Brasileira: notas preliminares para um estudo comparativo*. XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais.
- WANDERLEY, M.N.B (1990) *A Questão Agrária na Atualidade: quem é o agente do progresso?* PIPSA, Rio de Janeiro, dezembro de 1990.
- WEBER, M. (1987) *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 5o Edição, São Paulo, Livaria Pioneira Editora.
- WEIMER, G. (1976) *As Profissões do Imigrantes Alemães do Século XIX*. In: II Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, São Leopoldo, Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.
- WEISS, J (1950) *Colonos na Selva*. Rio de Janeiro, Edição do Autor.
- WILLEMS, E (1941) *O Desenvolvimento Econômico como Fator de Aculturação*. *Revista de Imigração e Colonização*, ano II, no 2/3.
- WILLEMS, E (1946) *Aculturação dos Alemães no Brasil*. Estudo antropológico dos Imigrantes e Seus Descendentes no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- WOLF, E (1969/1984) *Guerras Camponesas do Século XX*. São Paulo, Global Editora.
- WOLF, E(1966/1984) *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- WOORTMANN, E.(1986) *Colonos e Sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução camponesa*. Brasília, Tese Doutorado, UnB, mimeo.
- WOORTMANN, K (1988) *"Com Parente não se Neguceia": o campesinato como ordem moral*. *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB.
- WOORTMANN, K.(1984) *A Família Trabalhadora*. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, ANPOCS, p.69-87.

JORNAIS E REVISTAS:

- Jornal Dois Irmãos, 22 setembro de 1990, p. 07
- Jornal Novo Hamburgo, 05 de julho de 1990, p. 25
- Jornal Novo Hamburgo, 25 de agosto de 1989, p. 27
- Jornal Novo Hamburgo, 08 de julho de 1989, p. 34.
- Jornal Novo Hamburgo, 22 de dezembro de 1989, p. 16.
- Jornal Novo Hamburgo, 26 de maio de 1989, p. 08.
- Jornal Novo Hamburgo, 31 maio de 1989, p. 07
- Jornal Novo Hamburgo, 08 de dezembro de 1989, p. 03.
- Jornal O Exclusivo, 23 e 24 de julho de 1974, p. 20
- Jornal Zero Hora, 06 de novembro de 1989, p. 27
- Jornal Zero Hora, 06 de agosto de 1991, p. 17
- Jornal Zero Hora, 06 de novembro de 1989, p. 26 e 47.
- Jornal Zero Hora, 19 outubro de 1986, p. 06
- Revista Globo Rural (1990) "Dupla Jornada", janeiro de 1990, p. 52-57.

ANEXOS

1- Tabelas Estatísticas:

Tabela 2.1 - Evolução das Vendas de Calçados do Vale do Sinos Segundo o seu Destino - Situação Física - 1968/1987

ANOS	MERCADO INTERNO(A) (1000 PARES)	VARIAÇÃO(Z)	MERCADO EXTERNO(B) (1000 PARES)	VARIAÇÃO(Z)	TOTAL (C) (1000 PARES)	VARIAÇÃO(Z)	(A)/(C) (%)	(B)/(C) (%)
1968	24.655	-	-	-	24.655	-	100,00	-
1969	23.629	(4,16)	205	-	23.834	(3,33)	99,14	0,86
1970	24.543	3,87	2.221	983,41	26.764	12,29	91,70	8,30
1971	33.706	37,33	6.183	178,39	39.889	49,04	84,50	15,50
1972	29.838	(11,48)	11.656	88,52	41.494	4,42	71,91	28,09
1973	34.268	14,85	17.585	50,87	51.853	24,97	66,09	33,91
1974	32.081	(6,38)	19.573	11,31	51.654	(0,38)	62,11	37,89
1975	35.330	10,13	25.431	29,93	60.761	17,63	58,15	41,85
1976	41.787	18,28	25.983	2,17	67.770	11,54	61,66	38,34
1977	49.505	18,47	20.183	(22,32)	69.688	2,83	71,04	28,96
1978	55.907	12,93	30.669	51,95	86.576	24,23	64,58	35,42
1979	67.189	20,18	32.946	7,42	100.135	15,66	67,10	32,90
1980	85.617	27,43	36.007	9,29	121.624	21,46	70,39	29,61
1981	83.485	(2,49)	47.488	31,09	130.973	7,69	63,74	36,26
1982	95.504	14,40	42.447	(10,62)	137.951	5,33	69,23	30,77
1983	72.042	(24,57)	63.189	48,87	135.231	(1,97)	53,27	46,73
1984	67.554	(6,23)	93.457	47,90	161.011	19,06	41,96	58,04
1985	64.704	(4,22)	82.159	(12,09)	146.863	(8,79)	44,06	55,94
1986	80.228	36,36	90.748	10,45	170.976	21,87	47,30	52,70
1987	77.062	(12,63)	96.852	6,73	173.914	(2,02)	44,32	55,68

FONTE: CENSO DO CALÇADO-ACI/AN.

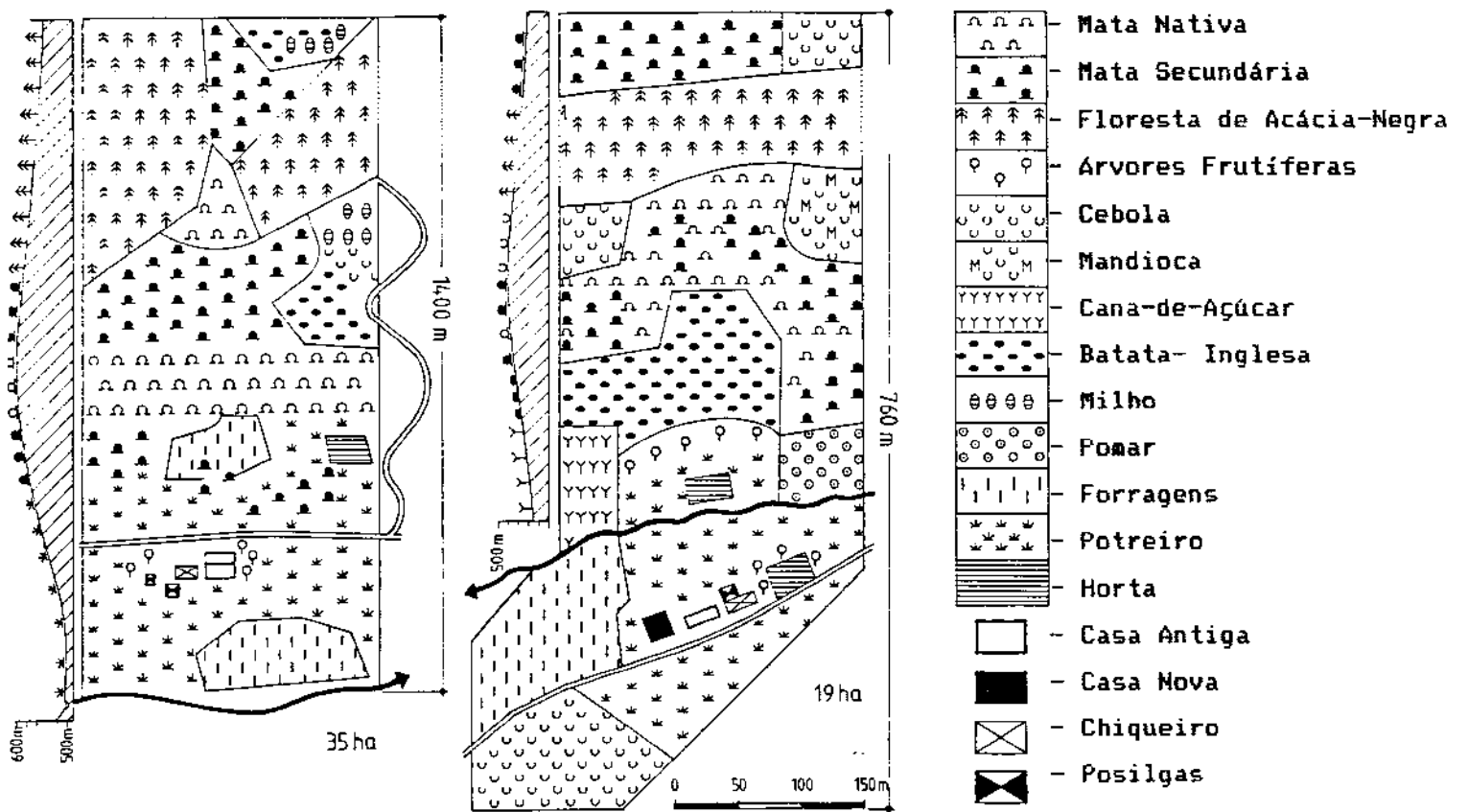
Tabela 4.1 - Evolução das Populações Urbana e Rural dos Principais Municípios das Micro-Regiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Cai e Vale do Taquari - 1970, 1980 e 1991.

Cidades e Micro-Regiões	1970			1980			1991		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Vale do Sinos									
Campos Bom	16.617	14.775	1.842	33.791	32.179	1.612	47.775	46.428	1.355
Estância Velha	8.916	7.727	1.189	14.234	13.002	1.232	28.283	26.728	1.475
Novo Hamburgo	85.364	81.252	4.112	136.583	133.221	3.262	285.479	281.334	4.145
São Leopoldo	64.443	62.998	1.445	98.592	94.868	3.724	167.782	168.228	7.554
Sapiranga	16.482	11.333	5.149	37.288	38.778	6.518	58.522	52.757	5.765
Taquara	31.167	18.271	12.896	41.375	38.331	11.044	42.468	35.111	7.357
Encosta da Serra									
Dois Irmãos	13.883	2.758	11.125	15.288	7.728	5.488	18.957	17.858	1.108
Ivoti	7.878	1.974	5.904	8.874	3.882	4.992	16.316	9.185	7.131
Gramado	12.378	4.461	7.917	16.325	11.343	4.982	22.893	17.916	4.177
Igrejinha	7.862	2.978	4.884	12.832	8.388	3.652	28.426	18.925	1.581
Nova Petrópolis	13.223	2.767	10.456	13.866	4.376	9.498	16.715	8.335	8.388
Três Coroas	6.378	2.483	3.947	18.474	6.864	3.618	15.845	11.819	3.226
Vale do Cai									
Feliz	12.727	1.521	11.206	13.386	3.964	9.342	15.556	8.356	7.288
Salvador do Sul	15.213	1.163	14.058	14.331	1.975	12.356	8.385	2.789	5.676
São Sebastião Cai	25.252	8.298	16.954	27.188	14.449	12.681	16.828	11.951	4.869
Montenegro	46.676	23.667	23.009	48.816	29.184	19.662	49.851	36.888	12.171
Vale do Taquari									
Arroio do Meio	17.918	3.283	14.635	19.131	5.487	13.724	17.867	18.892	8.975
Encantado	18.688	8.961	12.644	17.777	9.726	8.071	18.184	13.489	4.695
Estrela	38.782	18.487	20.265	37.412	18.631	18.781	26.688	19.638	7.058
Cruzeiro do Sul	8.771	1.443	7.328	9.341	2.852	7.289	18.794	4.738	5.864

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

2- Quadros:

Quadro 3.1 - Forma de Utilização da Terra em Duas Propriedades Coloniais



Fonte: Lückner, R & Lehen, A.C. (1987)

3- Perfil Econômico do Setor Coureiro-Calçadista do Rio Grande do Sul.

O setor coureiro-calçadista gaúcho obteve um considerável crescimento econômico ao longo da década de 1980. Nesse período as exportações de calçados tornaram-se o principal componente da pauta de exportações do Rio Grande do Sul, chegando a representar, em 1993, 33% do total das exportações gaúchas. No Brasil, em 1985, a indústria de calçados era responsável por 4% da mão-de-obra ocupada na indústria da transformação, participava com 1,4% do valor da produção industrial, com 4,54% nas exportações totais e com 8,29% nas vendas brasileiras externas de manufaturados.

As entidades empresariais privadas (ABICALÇADOS, ABAEX, ACI-NH, FENAC, etc) e os órgãos públicos oficiais (FEE, IBGE) estimam que o complexo coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul seja composto por 5.345 empresas que empregam, diretamente, 230.000 pessoas. Em 1991, somente as indústrias de calçados geraram em torno de 150.000 empregos diretos no Rio Grande do Sul. A indústria de curtimento empregou em torno de 15.000, a indústria de componentes 30.000 e a de prestação de serviços em torno de 25.000 pessoas. Segundo dados do IBGE, em 1991 o nível salarial dos trabalhadores da indústria calçadista do Rio Grande do Sul podia assim ser classificado: 22,67% ganham até US\$ 65; 39,86% ganham até US\$ 130; 16,70% ganham até US\$ 195; 12,29% ganham até US\$ 325; 5,94% ganham até US\$ 650 e 2,50% ganham mais de US\$ 650 por mês (ABAEX, 1991:23).

A produção de calçados, de couros e afins é geograficamente concentrada e relativamente pulverizada em termos de tamanho das indústrias. O setor produtor de calçados constitui-se de aproximadamente 550 empresas localizadas, em sua maioria, no Vale do Sinos (300 indústrias) Encosta Inferior da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari (aproximadamente 100 indústrias nas três micro-regiões) seguidas da região da Encosta

Superior da Serra (125 indústrias), polarizada pelo município de Farroupilha. O setor de curtumes, composto por 121 empresas, também concentra sua produção no Vale do Sinos. O setor de componentes para calçados (282 empresas), de máquinas e equipamentos (107 indústrias), de atividades afins (171 empresas) e de prestação de serviços diretamente ligados ao calçado (214 empresas) localizam-se predominantemente no Vale do Sinos. Deve-se incluir também o comércio varejista e atacadista ligado aos calçados e artefatos de couro que em todo o Estado soma 3.300 estabelecimentos.

No que se refere ao porte das empresas de calçados do Rio Grande do Sul, a FIERGS apresentou a seguinte classificação para o ano de 1991:

- grandes: 75 empresas tem acima de 500 funcionários;
- médias: 150 empresas tem de 100 a 500 funcionários;
- pequenas: 155 empresas tem de 20 a 100 funcionários;
- micro: 54 empresas tem de 01 a 19 funcionários;

O Rio Grande do Sul é responsável por 40% (196 milhões de pares) da produção nacional de calçados, que no ano de 1990 foi de aproximadamente 502 milhões de pares. Em valores monetários isso representa um faturamento de 1,8 bilhão de dólares anuais. O maior destaque da produção sul-riograndese de calçados fica por conta das exportações, sobretudo de calçados femininos de couro. Em 1990, o RS produziu 114.000.000 de pares de sapatos com um faturamento de US\$ 902 milhões, o que representa 80% da produção brasileira de calçados destinados às exportações. Além disso o RS, produziu 82.000.000 de pares, com faturamento de US\$ 885 milhões anuais, para o mercado interno, o que representa uma parcela de 22,77% do total nacional. Em 1990 o Brasil obteve um faturamento global em calçados da ordem de US\$ 4,995 bilhões. O RS, representando 36% desse total, faturou em torno de US\$ 1,8 bilhões.

Os principais importadores mundiais de calçados do Rio Grande do Sul são, em ordem: USA (70%), Reino Unido (6%), Canadá (4%), Alemanha (2,6%), outros países (17,4%). Em 1990 o preço médio por par vendido no mercado interno girava em torno de US\$ 10,00 e US\$ 8,00 para o mercado externo. Em 1993 os preços para o mercado externo subiram para uma média de US\$ 11 a 13 dólares por par exportado. No mercado internacional, os maiores competidores dos calçados gaúchos são os seguintes países: Taiwan, Itália, China, Singapura, Coréia do Sul, Tailândia e Espanha.